

Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano:
a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia

Thaís Troncon Rosa

Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do 'Gonzaga' de *favela a bairro de periferia*.

Thaís Troncon Rosa

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26/03/2008.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino



Profa. Dra. Cristina Meneguello



Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek



Profa. Dra. Maria Stella Bresciani (suplente)

Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr. (suplente)

Campinas . março de 2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

R71f Rosa, Thaís Troncon
Fronteiras em disputa na produção da cidade: a trajetória do
“Gonzaga” de favela a bairro de periferia / Thaís Troncon Rosa. -
- Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Silvana Barbosa Rubino.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Espaço urbano - História. 2. Favelas. 3. Periferias urbanas.
4. Favelas – Urbanização. 5. São Carlos (SP) – História. I. Rubino,
Silvana Barbosa. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Borders under dispute in the urban space production: the
trajectory of the “Gonzaga”, from slums to outskirt
neighborhood

Palavras chaves em inglês (keywords) : Urban space - History
Slums
Urban outskirts
Slums – Urbanization
São Carlos (SP) - History

Área de Concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Silvana Barbosa Rubino, Cristina Meneguello, Cibele
Saliba Rizek

Data da defesa: 26-03-2008

Programa de Pós-Graduação: História

Para um pequeno grande ser, por vir: que possa praticar cidades outras.

agradecimentos ■

Se o tempo da escrita deste trabalho pode ter sido momento solitário, aquele entretido em seu feito se fez acompanhar de muitas pessoas fundamentais, às quais registro aqui, em breves palavras, minha imensa gratidão.

A Silvana Rubino, por ter proporcionado que esta pesquisa se desenvolvesse no fértil ambiente acadêmico do IFCH/Unicamp e, acima de tudo, pela irrestrita liberdade concedida à elaboração deste trabalho.

A Cristina Meneguello e Heitor Frugoli Jr., pela leitura precisa da versão preparada para o exame de qualificação, pelas ricas sugestões e críticas apresentadas, além das fundamentais interlocuções em momentos específicos da pesquisa.

Aos professores da Unicamp com quem tive o prazer de conviver no período do mestrado e que talvez não saibam da importância de seu papel em minha difícil jornada em meio ao vasto universo da História: Edgar de Decca, Iara Lis Schiavinatto, Isabel Marson, Maria Stella Bresciani, Margareth Rago e Pedro Paulo de Abreu Funari. A Cibele Rizek, porque, embora não tenha acompanhado de perto este trabalho, foi quem há muito me abriu os olhos para as imbricadas relações de que são feitos os espaços urbanos.

Aos funcionários do programa de pós-graduação do IFCH - Unicamp, dos arquivos da Câmara Municipal de São Carlos e do Arquivo Municipal da Fundação Pró-Memória de São Carlos, em especial a Luísa, que acompanhou com paciência minhas investidas – inicialmente desajeitadas – aos documentos históricos consultados.

A todos que, pacientemente, concederam entrevistas para esta pesquisa, recebendo-me em suas casas e compartilhando comigo suas memórias de lutas pela construção de um espaço para viver na cidade: sem eles este trabalho não existiria. A Deva, em especial, que com sua experiência e percepção admiráveis me ajudou a compreender melhor as complexidades do processo histórico de produção do espaço do Jardim Gonzaga. A Fátima Piccin, que, além da entrevista, concedeu-me generosamente fotografias da favela e do mutirão. A Gina, pelo grande apoio no início da pesquisa.

A Regina e Vanessa, duas grandes companheiras de jornada que encontrei na Unicamp e que, entre teorias e gargalhadas, ajudaram a superar os momentos mais “dramáticos” da elaboração deste trabalho. Outros dois grandes amigos se fizeram interlocutores mais do que especiais ao longo desta pesquisa, quando, além das trocas carinhosas de que se faz uma amizade, brindaram-me também com saudáveis inquietações profissionais e intelectuais, importantíssimas para este trabalho e para outros que virão: Maga e Gabriel, obrigada! Os companheiros “velhos de guerra” da *Teia – casa de criação* acompanharam tudo desde sempre: com eles conheci a periferia de São Carlos, com eles compartilho meus ideais profissionais em busca de construir cidades outras. A eles agradeço, acima de tudo, por não desistirmos. Agradeço ainda, a todos e a cada um, por “segurarem a barra” em minhas ausências. A Re, em especial, amiga e cúmplice, porque, além de me acompanhar desde os primeiros passos de minhas inquietações sobre as questões urbanas, foi a grande incentivadora para que eu realizasse esta pesquisa. João Marcos, além de fonte de inspiração é, acima de tudo, um grande amigo, daqueles que ajudam nossa vida a seguir no rumo certo: a ele agradeço, sobretudo, por ter ajudado a me encontrar profissionalmente. Ju, Rosa, Lúcia, Elke, Marcelo, Tati, Shucru, somados a todos os queridos amigos aqui lembrados, fizeram meus dias mais alegres ao longo dos últimos anos.

A Afonso e Marli, os incríveis sogros que, entre outras coisas, acolheram-me carinhosamente durante um ano em sua casa, enquanto cursava as disciplinas, enchendo-me de mimos e docinhos. A minhas irmãs Sílvia e Flávia, sem mais nem porque, apenas por existirem. Aos meus pais queridos, Sérgio e Maria Inês, por seguirem sendo meu porto seguro, porque a eles devo grande parte do que sou: sem eles talvez eu não chegasse até aqui. E, principalmente, porque, além da preocupação incessante com minha felicidade, essas figuras literalmente “puseram a mão na massa” ao fim do trabalho, lendo, revisando, corrigindo e comentando boa parte deste texto. Finalmente, e em especial, ao Daniel, que esteve comigo a cada momento e cuja importância em minha vida extrapola em muito os limites deste trabalho: sua paciência, sua motivação, sua coerência, seu amor ajudam-me cotidianamente a ser uma pessoa melhor, e incentivam-me a seguir acreditando. A essas pessoas, em especial, somente palavras não são suficientes para agradecer.

Esta pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para sua realização.

Esta dissertação investiga a questão da produção do espaço urbano, a partir das favelas e periferias, tomando como pressuposto entendê-la de forma indissociável da apropriação que se faz desses espaços. Propõe, assim, refletir sobre os fenômenos urbanos das favelas e periferias considerando a historicidade que seria própria à produção e à apropriação de seus espaços: estas são encaradas como processos históricos construídos por atores sociais reais, numa multiplicidade de relações, sob condições e contextos diversos e através de práticas cotidianas permeadas de constrangimentos, conflitos, disputas, negociações e invenções. Como ponto de partida, recuperam-se alguns dos debates sobre favelas e periferias no âmbito dos estudos urbanos, desde sua construção enquanto problemas sociais até sua transformação em campos e objetos de estudo, em categorias, conceitos e designações genéricas. Reflete-se, ainda, sobre a abordagem dicotômica da cidade que estaria na origem de tais conceitos, bem como sobre sua articulação com a construção temática das assim chamadas cidade ilegal ou cidade informal, de forma a introduzir questionamentos sobre tais categorias e as práticas e representações que elas suscitam, uma vez que são ainda muito utilizadas nos estudos sobre o tema em pauta. Partindo do pressuposto de que tal abordagem, ao delimitar teoricamente fronteiras demasiado rígidas entre duas formas de produção da cidade, deixaria escapar as relações extremamente dinâmicas e móveis que caracterizam na prática tais fronteiras, a pesquisa sugere a existência de permeabilidades e cruzamentos entre os supostos pólos configurados pelos pares conceituais cidade e favela, centro e periferia, cidade formal e informal, cidade legal e ilegal, que muitas vezes as definições e estratificações categóricas parecem obscurecer. Nesse sentido, enfoca-se a trajetória do espaço urbano conhecido como ‘Gonzaga’, em São Carlos (SP), através dos tortuosos caminhos que o levaram desde sua emergência, em meio a loteamentos de periferia, como uma ocupação irregular de terra logo caracterizada como “favela” (a *Favela do Gonzaga*) até sua transformação oficial, após diversas intervenções públicas, em um “bairro de periferia” (o *Jardim Gonzaga*). A pesquisa realizada partiu de preocupação descritiva, privilegiando uma abordagem em profundidade que proporcionasse apreender como se produz historicamente um espaço como o ‘Gonzaga’: os vários atores envolvidos em tal produção, suas práticas e os recursos por eles mobilizados, as relações estabelecidas entre os mesmos, as diversas conjunturas que irão afetá-la, as transformações socioespaciais que a compõem. O estudo de caso foi realizado a partir da associação entre pesquisa documental e pesquisa de campo: utilizaram-se como fontes privilegiadas de pesquisa, de um lado, séries de documentos oficiais – fundamentalmente atas e processos da Câmara Municipal de São Carlos – e, de outro, depoimentos orais de moradores e técnicos envolvidos no processo de produção e apropriação do espaço do ‘Gonzaga’.

This dissertation investigates the theme of the production of the urban space, from slums and outskirts neighborhoods, assuming that understanding this production must always come together with understanding the ways people appropriate these spaces. Thus, it proposes a reflection about the urban phenomena of slums and outskirts neighborhoods considering the historicity inherent to the production and the appropriation of these spaces: understood as historical processes, built by real social actors, under a multiplicity of relations and diverse conditions and contexts, through everyday practices that are interlaced with constraints, conflicts, disputes, negotiations and inventions. As a starting point, some of the debates about slums and outskirts neighborhoods, in the field of urban studies, were recovered, from their construction as social problems up to their transformation into study objects and fields, categories, concepts, and generic designations. A reflection is made on the bilateral approach to the city that lies in the origin of those concepts, as well as on their articulation with the thematic construction of the so-called “illegal city”, or “informal city”, as a way to introduce questions about those categories and about the representational practices they elicit, considering they are still used at large in the studies in this field. Starting from the premise that from this approach one cannot visualize the extremely flexible and dynamic relations that characterize these borders, due to the extremely rigid theoretic limits it draws between the two forms of city production, this research suggests the existence of areas of permeability and crossing-over between those two allegedly separated poles delimited by the concepts of the dual pairs “city and slum”, “center and outskirts”, “formal and informal, legal and illegal city” that are so many times obscured by the categorical definitions and stratifications. Following this route, the trajectory of the urban space known as “Gonzaga”, in São Carlos, is put into focus, through the winding ways that led from its appearance, among outskirts districts, as an area of irregular occupation that soon became known as a slum (the *Favela do Gonzaga*), until its official transformation, after several public interventions, into an outskirts neighborhood (the *Jardim Gonzaga*). The research had a descriptive intention, prioritizing an approach in deepness, which would allow us to learn how a space such as the “Gonzaga” is historically produced, noticing the various actors involved in this production, their practices and the resources they mobilized, the relations that were established among them, the diverse scenarios that would affect them and the social-spatial transformations thus caused. This case-study was performed associating documental and field research. Used as privileged research resources were, on the one hand, series of official documents – basically acts and processes from São Carlos’s City Council – and, on the other hand, oral statements from inhabitants and technicians involved in the process of production and appropriation of the “Gonzaga”.

*Paradoxo da fronteira:
criados por contatos, os pontos de diferenciação entre dois corpos são também pontos comuns. A junção
e a disjunção são aí indissociáveis.*

Michel de Certeau (1994)

01	apresentação
13	■ capítulo 1 Favelas, Periferias: algumas questões de partida
15	A construção da favela como objeto de estudos: breve panorama
21	O estudo das periferias urbanas no Brasil: uma aproximação
28	Sobre a dicotomização da cidade: cidade ilegal, cidade informal?
36	Favelas, periferias: novas abordagens e perspectivas
47	■ capítulo 2 Favela do Gonzaga, das origens à consolidação
47	Memórias de uma “ <i>fundação</i> ” da Favela: a ocupação como último recurso
51	Usos políticos da pobreza: um novo personagem nos rumos da ocupação
54	Nem campo, nem cidade: “ <i>isolados do mundo</i> ”
57	Uma organização espacial se configura: as partes “ <i>de cima</i> ” e “ <i>de baixo</i> ”
60	Mobilidades, vizinhanças e arranjos coletivos: a ocupação começa a se adensar
65	O ano em que “a cidade” descobriu “a Favela”: raízes da estigmatização
71	A primeira intervenção pública na Favela: o caso das torneiras
78	A consolidação da <i>Favela do Gonzaga</i> : solidariedades, privações e conflitos
89	imagens capítulo 2
103	■ capítulo 3 De Favela a Jardim Gonzaga: tortuosos caminhos da urbanização
103	A Favela como um “problema urbano”
104	Usos políticos da pobreza II: a Favela como mote de manobra política
108	A Favela e os rumos da incipiente política urbana municipal: o discurso da erradicação
110	O desfavelamento em curso: a realização do mutirão
116	A mobilização dos moradores e uma contraproposta: o direito à urbanização

120	Usos políticos da pobreza III: a Favela e as eleições
123	Conjunturas específicas e mudança de discurso: a “urbanização”
127	Sociedade Comunitária de Habitação Popular: a participação instrumental
131	De <i>Favela do Gonzaga</i> a <i>Jardim Gonzaga</i> : urbanização “em tempo recorde”
136	Do barraco à casa: a melhoria habitacional como encargo dos moradores
141	Desdobramentos da urbanização: imposições, privações, rearranjos, apropriações
151	A questão da regularização fundiária
163	imagens capítulo 3
187	■ considerações finais
	Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano
189	Foco em um processo situado: o ‘Gonzaga’ como laboratório urbano
192	Jogos de mediações: relações entre atores na produção do espaço urbano
194	Homogeneização imposta, heterogeneidades persistentes: apropriações, deslocamentos e disputas
197	Produção e representação do espaço urbano: significados em disputa
203	fontes de pesquisa
209	bibliografia
217	lista de imagens

apresentação ■

Transformar o familiar em estranho¹: eis o desafio desta pesquisa, seja por abordar um tema já tão debatido como a *produção do espaço urbano*, tomado a partir das *favelas e periferias*, seja por escolher como campo de estudo um antigo conhecido – o espaço do *Jardim Gonzaga*, na periferia da *cidade de São Carlos*². Nesse sentido, a opção por desenvolvê-la a partir de uma *perspectiva histórica* constitui o fio condutor de tal desafio, ao impulsionar sua incursão por um universo disciplinar completamente novo.

Reconfigurar o olhar foi, portanto, uma premissa que implicou as escolhas teóricas e metodológicas adotadas, as quais serão apresentadas, de forma breve, aqui.

Será que nós conhecemos a história de nossas cidades, ou tem sido a cidade considerada, nos trabalhos acadêmicos, o *cenário* da vida econômica e social, simples *resultado* de determinantes que nelas estando se alheiam dela? (Bresciani,1994a:10 – grifos meus)

Esse questionamento, de certa forma, acompanhou minha formação em Arquitetura e Urbanismo e faz-se presente, também, nesta pesquisa: o conjunto de reflexões que a movimenta se ancora em dimensões que procuram, a partir da *perspectiva histórica*, por outros aspectos do espaço urbano que não somente os físicos, pelas *relações* estabelecidas – não sem conflitos - entre “teorias” e “técnicas” de produção desse espaço e as práticas e sociabilidades que o constroem cotidianamente como forma de sobrevivência, inserção e permanência na cidade.

De fato, não é de hoje que o espaço urbano aparece, em diversos estudos, pensado como “cenário”, como “reflexo”: Lepetit (2001) aponta para um “paradigma funcionalista” que se faria

¹ Da Matta (1978); Velho (1978).

² Meu envolvimento com o ‘Gonzaga’ remonta ao ano de 1998, quando, ainda estudante do quarto ano da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, travei meus primeiros contatos com a periferia são-carlense. Desde então, venho desenvolvendo trabalhos no local, alguns ainda como estudante e outros, profissionalmente, como sócia da organização TEIA – casa de criação, sediada em São Carlos – SP.

presente em diversas análises sobre “o urbano”, estabelecendo uma relação unilateral entre cada atividade e o espaço que a acolhe, uma correspondência direta entre o espaço social e a organização material da cidade. O autor alerta para os riscos de as pesquisas urbanas recaírem nesse “forte determinismo [que] assevera a coincidência entre a organização de um território urbano e as características da sociedade que nele habita”.³

Isso é bastante evidente em alguns estudos sobre favelas e periferias, tomadas como lugares, por excelência, da pobreza urbana: nesse sentido, o alerta de Lepetit se faz ainda mais pertinente, por remeter necessariamente à questão do disciplinamento das consideradas “classes inferiores” pela intervenção no espaço urbano, que, há pelo menos dois séculos, tem norteado práticas e reflexões sobre os espaços de moradia dos pobres nas cidades e que tem lugar significativo também no caso aqui estudado.

Toda a gama das práticas reformistas afirma a coincidência entre o território e a comunidade que o ocupa: organizar uma coisa é ordenar a outra; pensar numa é pensar na outra (Lepetit, 2001:78).⁴

Especificamente no caso das favelas, essa abordagem aparece com força já nos primeiros estudos acadêmicos sobre a questão, produzidos ainda na década de 1960, que as encaravam como a *expressão territorial* da marginalidade social: elas seriam como que uma *projeção*, ao nível do espaço, da não-integração de amplos segmentos da sociedade urbana. Reforçando representações presentes e dominantes desde a origem mesma das favelas na cidade do Rio de Janeiro, a associação imediata entre espaço e sociedade, entre precariedade habitacional e marginalidade social, justificará ideologicamente diversas intervenções públicas de âmbito urbano e habitacional empreendidas autoritariamente em tais espaços.

No que diz respeito às periferias urbanas, desde as primeiras abordagens acadêmicas sobre o tema, produzidas nas décadas de 1970 e 1980, a perspectiva de que as configurações do

³ Lepetit (2001:75, 76).

⁴ Desde pelo menos o século XIX, noções redefinidoras dos elementos constituintes da ordem urbana e da disciplina social têm sido construídas por intervenções que articulam *ordem urbana* e *ordem social*, em razão da percepção de que a primeira redundaria na última. (STORCH, Robert. “O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana”. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1985 *apud* Pechman, 1994). São inúmeros os estudos que refletem, direta ou indiretamente, a partir de variados enfoques, sobre esse tema. Vejam-se, por exemplo: Bresciani (1984; 1991; 1994; 2001); Béguin (1991); Pechman (1994); Ribeiro & Pechman (1996); Choay (1998).

tecido urbano não seriam mais do que um *resultado*, um *reflexo* das contradições sociais e dos conflitos de classe se fez mais e mais presente: aqui também prevalecem as idéias, sob matrizes teóricas bastante distintas, do espaço urbano como *projeção material* - mas agora da dinâmica de acumulação do capital e de suas conseqüências sobre o habitat da classe trabalhadora - e de que as principais características espaciais, bem como as condições de vida nas periferias, seriam *derivadas* diretamente dessa dinâmica.

Obviamente, a partir desses primeiros estudos, todo um campo de reflexões sobre os *espaços de moradia dos pobres nas cidades* se consolidou no país, e outras perspectivas se somaram a essas, como se apresenta no primeiro capítulo deste trabalho. Entretanto, mais recentemente, diversos autores têm alertado para a permanência dessa compreensão da cidade como “cenário”, “reflexo”, “contexto”, solo no qual meramente se situa o registro das condições de vida e suas mudanças, simples espacialização de dados e variáveis⁵. Em se tratando de favelas e periferias, haveria, inclusive, um gradativo desinteresse por estas como “*formas sociais urbanas*”: tomadas como “cenários” para estudar temas os mais diversos, elas estariam se tornando, pouco a pouco, somente *locus* das pesquisas, mas não propriamente seus objetos⁶.

Nesse contexto, portanto, somando-se a uma série de trabalhos acadêmicos que, desde a década de 1970 pelo menos, têm abordado, de diferentes formas e sob distintas matrizes teóricas, os fenômenos urbanos das favelas e periferias, este trabalho propõe-se a refletir sobre eles a partir da consideração da *historicidade* que seria própria à *produção* e à *apropriação de seus espaços*. Mais do que recorrer a tais espacialidades como meros cenários para estudar tramas ou práticas sociais específicas, busca-se, ao contrário, compreender como tais tramas e práticas produzem – historicamente - o espaço urbano, este sim o foco do estudo que ora se apresenta.

⁵ Telles (2006: 62);

⁶ Valladares (2005:145). Vejam-se também: Frúgoli (2005), Lepetit (2001), entre outros.

É nesse sentido que a pesquisa se debruça sobre a trajetória⁷ do espaço urbano conhecido como 'Gonzaga', localizado na cidade de São Carlos – SP, perscrutando os tortuosos caminhos percorridos desde sua emergência, em meio a loteamentos de periferia, como uma ocupação irregular de terra logo caracterizada como uma “favela” (a *Favela do Gonzaga*) até sua transformação oficial, após diversas *intervenções públicas*, em um “*bairro de periferia*” (o *Jardim Gonzaga*). Assim, além dos recortes temático e espacial que delimitam o objeto⁸ - o *processo de produção do espaço do 'Gonzaga'* –, há também, necessariamente, um recorte temporal, tendo em vista tratar-se de um processo ainda *em andamento*, continuamente *em ato*: adotam-se, respectivamente, como marcos temporais inicial e final - ainda que não rigidamente datados - o momento evocado como de “fundação” da favela (ocorrida por volta de 1976) e os desdobramentos imediatos à urbanização que oficializaria sua transformação em “Jardim Gonzaga” (ocorrida entre 1989 e 1990).

A escolha do 'Gonzaga' como campo privilegiado deste estudo explica-se, por um lado, pela possibilidade de compreender a produção do espaço nas favelas e periferias para além das designações genéricas das mesmas, quase sempre pautadas por modelos elaborados a partir das metrópoles carioca e paulistana; por outro, em função justamente das particularidades que constituem o processo histórico de produção do espaço em questão e que, olhadas mais de perto, parecem embaralhar conceitos e classificações definidos *a priori*, a começar por “favela” e “periferia”.

Se os fenômenos de favelização e de periferização urbana no Brasil podem ser considerados “gerais” (por sua repetição, sua regularidade), é também indiscutível que cada caso singular e cada conjunto de práticas e relações sociais que o produzem são únicos e introduzem complexidades à interpretação dos fenômenos generalizados. Esta pesquisa parte, pois, do

⁷ A idéia de trajetória é aqui acionada, conforme proposto por Certeau (1994), como um “movimento temporal no espaço”, por expressar com precisão a forma como se pretendeu apreender, neste estudo, o processo histórico de produção e apropriação do espaço do 'Gonzaga'.

⁸ Esta pesquisa, em grande medida, resultou de procedimentos de construção experimental de seu próprio objeto, cujos recortes e contornos específicos foram se delineando ao longo de seu próprio curso: entendo, com Lepetit (2001), que “nenhum objeto de pesquisa se destaca por sua evidência: o olhar do pesquisador e sua abordagem é que lhe delimitam os contornos” (p.39) ou, ainda, que “o objeto histórico é construído, e não dado de antemão; é o encaminhamento da pesquisa que o dá à luz e o explicita” (p.205).

princípio de que, através da abordagem de situações localizadas, pode ser possível questionar algumas generalizações sobre a chamada “produção do espaço urbano” à luz da perspectiva de que suas diversas dimensões são social e historicamente produzidas. No entanto, a perspectiva local e situada não deve implicar uma “autonomização” ou “tipificação” do objeto estudado: busca-se, ao contrário, apreender o processo de produção do espaço do ‘Gonzaga’ por meio das *relações*, dos *jogos de mediações* que simultaneamente atualizam e transcendem o seu caráter local.

O historiador, na verdade, lida com um trabalho de conceituação. Ele opera a todo momento com a construção dos eventos numa série correspondente à qual o evento seja inteligível, explicável, compreensível. Por outro lado, ele tem que trabalhar com conceitos, para ter o poder de generalização. Por um lado, particulariza, singulariza; por outro lado, generaliza. Esse é um movimento constante no trabalho historiográfico. Isso demonstra que o historiador a todo momento opera com uma lógica da semelhança e, ao mesmo tempo, porque cada evento é um evento particular, com a lógica da diferença. [...] ao historiador cabe inventariar as diferenças que cada evento urbano representa do ponto de vista da construção historiográfica. (De Decca, 1991:8) ⁹

Considerando que não se trata de estudar um objeto circunscrito em si mesmo, mas, antes, um *processo* – o *processo de produção do espaço do ‘Gonzaga’* - o foco da pesquisa direciona-se, portanto, para o objeto em sua *dinâmica*: este não é tido como algo dado, estático, mas como um fenômeno cujas razões, formas e condições de produção é fundamental conhecer. Assim, o objeto em questão, longe de ser “natural” ou “atemporal”, é um “processo datável”, que deve, portanto, ser reconstruído historicamente¹⁰.

Abordar o tema da *produção* do espaço urbano (entendido de forma indissociável de sua *apropriação*) de um ponto de vista histórico é, como visto, uma premissa da pesquisa, decorrente, em grande medida, da intenção de distanciar-se daquele “paradigma funcionalista”. Invocando o *movimento da história* como forma de questionar o suposto imediatismo das

⁹ O autor dialoga com Veyne (1982; 1983), para quem o historiador seria “aquele que faz o inventário das diferenças nas semelhanças” (De Decca, 1991:8).

¹⁰ Cerutti (1998). Veja-se, também, o que diz De Decca (1991): “O historiador tem que estar ciente de que os eventos históricos não existem por si, não existem como dado natural. Um evento só é histórico numa trama à qual o historiador é capaz de o concatenar” (p.8).

relações entre espaço e sociedade, dialoga-se com Lepetit (2001), para quem a cidade deveria ser encarada como uma “categoria da prática social”, mais do que como um conceito de análise¹¹: o autor propõe uma perspectiva histórica que considere as *práticas* dos atores sociais e as *relações* estabelecidas entre eles como forma de superar a distância intransponível entre a cidade e seus habitantes, construída por certas análises, em especial as macroestruturais.

Tal perspectiva se mostra bastante pertinente em se tratando de analisar processualmente as favelas e periferias pelo viés da produção de seus espaços, uma vez que implica considerar um *fazer* – produzir e apropriar-se do espaço - invocando, necessariamente, a presença dos protagonistas desse processo, dos *atores sociais em ação* nesse fazer¹². De fato, na presente pesquisa, considera-se, com Telles (2005), que “a produção dos espaços passa por um intrincado jogo de atores e campos multifacetados de conflitos e tensões”¹³: é a partir dessa complexidade de relações que se procura apreender o processo tomado aqui como objeto de estudo.

Contudo, ao propor uma abordagem histórica da questão da produção do espaço urbano em favelas e periferias, era inimaginável à presente pesquisa o quão difícil seria encontrar interlocutores na própria disciplina: foi surpreendente perceber que tal questão, já profundamente estudada do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, da sociologia e da antropologia, venha sendo ainda tão pouco enfrentada pela história¹⁴. Nesse sentido, fez-se fundamental a aproximação a perspectivas teóricas e metodológicas próprias de outras disciplinas, como a Antropologia Urbana¹⁵. Em termos teóricos, o primeiro capítulo deste

¹¹ Cf. Roncayolo, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1978 *apud* Lepetit, 2001, p.145.

¹² Certeau (1994); Lepetit (2001).

¹³ Telles (2005:17).

¹⁴ Ainda que as questões dos subúrbios ou dos modos de viver e morar dos trabalhadores (mais precisamente da “classe operária”) tenham sido enfrentadas por vários historiadores, é notável a pouca participação da história urbana no estudo de fenômenos considerados já de longa duração (Silva, 2006; Rolnik, 1997), como as favelas e periferias urbanas. Ao longo de toda a pesquisa, tomei contato com apenas dois trabalhos produzidos no âmbito da história: De Paoli (2000); Mattos (2006). O Seminário *Experiências de pesquisa: relações sociais e espaços urbanos*, realizado na EESC-USP, em 2006, promoveu um fértil encontro entre pesquisadores com formações diversas, dentre eles vários cujas pesquisas tinham como foco de atenção as favelas e periferias, pautadas por abordagens próximas às que faço aqui: eu era a única pesquisadora a desenvolver um estudo em um programa de pós-graduação em história. Em levantamento promovido por Valladares & Medeiros (2003) acerca da bibliografia produzida sobre as favelas no Rio de Janeiro entre os anos de 1906 e 2000, a disciplina História Urbana aparece como responsável por apenas 3% das pesquisas produzidas ao longo dos últimos cinquenta anos, pelo menos.

¹⁵ Cabe aqui lembrar que, desde a década de 1970 pelo menos, iniciou-se uma fértil aproximação entre história e antropologia, que teria sido responsável pela renovação das interrogações e objetos dos historiadores. A experiência do trabalho de campo

trabalho se encarregará de apresentar tais perspectivas. Em termos metodológicos, caberia aqui destacar algumas opções.

Esta pesquisa tem *preocupação descritiva*, privilegiando uma *abordagem em profundidade* que possibilite apreender mais *de perto*¹⁶ como se produz historicamente um espaço como o 'Gonzaga': os vários atores envolvidos em tal produção, suas práticas e os recursos por eles mobilizados, as relações estabelecidas entre os mesmos, as diversas conjunturas - específicas ou ampliadas - que irão afetá-la direta ou indiretamente, as transformações socioespaciais que a compõem.

Nesse sentido, o presente estudo de caso se faz - atentando para não reduzi-lo a algo meramente ilustrativo, cuja função seria apenas proclamar a validade da pesquisa¹⁷ - a partir da associação entre *pesquisa documental*¹⁸ e *pesquisa de campo*¹⁹: utilizam-se como fontes

dos antropólogos seria o paradigma a trazer novas referências para os historiadores nas maneiras de lidar com suas fontes tradicionais, introduzindo a perspectiva de *olhar mais de perto* para a realidade estudada, de considerar as práticas dos atores sociais e a "linguagem dos contemporâneos" (Cerutti, 1998) também na história. Para uma abordagem das relações entre história e antropologia, ver Schwarcz (1994 e 2005). Sobre esse tema, vejam-se ainda: Revel (1998); Burke (1992; 2005); entre outros.

¹⁶ É nesse sentido que a pesquisa se aproxima de certa antropologia urbana. Caberia apontar aqui a proposta de Magnani (2002) acerca do que denomina "*olhar de perto e de dentro*": uma perspectiva etnográfica que permitiria "captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números". Esse enfoque "de perto e de dentro" é acionado pelo autor como forma de considerar os arranjos dos próprios atores sociais, seus trânsitos, deslocamentos, apropriações, encontros e trocas no espaço urbano, entendido não como mero "cenário", mas como parte constitutiva fundamental das práticas sociais e, conseqüentemente, do recorte de análise: para o autor, "a incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade". Cf. Magnani (2002:15, 16, 18, 25). Caberia destacar, também, as advertências já realizadas por diversos autores quanto às limitações da adoção exclusiva desse enfoque: o próprio Magnani (2002) aponta para a necessidade de complementá-lo através do que denomina um *olhar distanciado*, de forma a ampliar o horizonte da análise. Também no âmbito da antropologia, Durham (1986a:33) irá defender a necessidade de "dissolver essa visão colada à realidade imediata e à experiência vivida das populações com as quais trabalhamos, não nos contentando com a descrição da forma pela qual os fenômenos se apresentam, mas *investigando o modo pelo qual são produzidos*" (p.33 – grifos meus).

¹⁷ Lepetit (2001:194).

¹⁸ A pesquisa documental realizada centrou-se nos registros oficiais efetuados nas atas e processos da Câmara Municipal de São Carlos. Durante aproximadamente quatro meses foram consultadas as atas referentes ao período compreendido entre 1975 e 1995. Quanto aos processos, foram consultados aqueles que, nesse mesmo período, abordassem de forma direta ou indireta a "Favela do Gonzaga" ou o "Jardim Gonzaga". Além disso, outros documentos complementares foram utilizados, como: fotografias; jornais impressos locais; trabalhos acadêmicos sobre São Carlos e o Jardim Gonzaga; legislações municipais; mapas, relatórios e material de divulgação de algumas das intervenções promovidas pelo poder público; sites e manuais dos organismos financiadores dessas intervenções.

¹⁹ Recurso pouco usual na história, resultado da já mencionada aproximação à antropologia urbana, a pesquisa de campo realizada não teve a pretensão de produzir uma etnografia, mas procurou orientar-se por alguns dos seus princípios, como recorrer àquele olhar "de perto e de dentro" (cf. mencionado à nota 16) para, através de sua articulação com a pesquisa documental realizada, revelar diferentes facetas do processo histórico de produção do espaço do 'Gonzaga', trazendo à tona suas complexidades. Considerando que a pesquisa de campo pode se construir de diversas maneiras, foi adotada uma

privilegiadas de pesquisa, de um lado, séries de documentos oficiais – fundamentalmente atas e processos da Câmara Municipal de São Carlos – e, de outro, depoimentos orais de moradores e técnicos envolvidos no processo de produção e apropriação do espaço do ‘Gonzaga’.

O *cruzamento de fontes* é quase uma “imposição” decorrente da construção experimental do objeto da pesquisa, anteriormente mencionada, justamente no sentido de compreender o processo em análise a partir da diversidade de atores e práticas sociais que o produzem, bem como da complexidade de relações estabelecidas entre eles, visando a escapar àquela tipificação ou autonomização do objeto, também já comentada. Lepetit (2001) atesta a fecundidade do cruzamento das fontes como instrumento que possibilita a articulação entre diferentes níveis de análise: segundo Salgueiro (2001), o autor, “ao tratar da liberdade do pesquisador frente a seu objeto, destaca a pertinência do recorte como questão central para tornar viável uma interpretação que deve construir-se tomando como base o cruzamento de fontes de natureza diversa e em vários níveis de articulações”²⁰. Como uma provocação, Lepetit afirma, sobre o “cruzar as fontes entre si”: “a primazia e a evidência do arquivo são questionadas, em proveito da identificação e da construção de um objeto”²¹.

De fato, ao articular fontes de pesquisa tão distintas como registros oficiais e depoimentos orais (bem como os métodos a elas associados), o presente estudo procura interpretá-las sempre pela perspectiva de seu cruzamento, do diálogo ou do contraponto entre o que cada uma delas permite entrever ou silencia. Tal perspectiva adquire importância fundamental para as reflexões

estratégia metodológica principal frente ao campo empírico: a realização de entrevistas qualitativas semi-estruturadas (registradas em áudio e integralmente transcritas). Ao longo de períodos específicos, entre julho de 2006 e setembro de 2007, foram realizadas dez entrevistas aprofundadas com moradores e três com técnicos, todos envolvidos de alguma forma em diferentes etapas do processo estudado. O recurso às memórias narradas dos atores foi mobilizado como forma de apreender o *fazer* inerente à produção e apropriação do espaço em foco. Como recurso complementar às entrevistas, foi realizada a observação direta e participante (com registros em diário de campo e fotografias), além da coleta de diversos depoimentos informais durante a pesquisa de campo. Essa observação direta e participante se deu de diversas formas: idas esporádicas ao ‘Gonzaga’ para observação e registro; participação em eventos e reuniões locais; caminhadas com moradores; visitas informais a eles etc.

²⁰ Salgueiro (2001:17)

²¹ Lepetit (2001:50, 51). Caberia destacar que a pesquisa procura manter uma postura ativa em relação às distintas fontes utilizadas: considera-se que, do mesmo modo como é necessário indagar criticamente sobre a origem e a natureza de todo documento escrito, também deve-se atentar para a questão da construção das fontes orais (Voldman, 2002). Sobre a perspectiva de desnaturalização e questionamento contínuo dos documentos pelo historiador, vejam-se também, dentre diversos outros autores: Veyne (1982; 1983); Burke (1992).

apresentadas neste trabalho: se há, certamente, histórias possíveis de serem narradas a partir exclusivamente daquilo que os documentos oficiais escolheram registrar ou, ainda, apenas do ponto de vista das memórias – também seletivas - daqueles que efetivamente praticaram o processo analisado, as histórias reconstruídas por esta pesquisa são fruto dos cruzamentos entre elas, por permitirem trazer à luz matizes complementares e mais complexos das relações, contradições, diálogos, conflitos e disputas que lhes são inerentes.

■ estrutura do trabalho

Além desta **Apresentação**, o trabalho divide-se em quatro capítulos:

No **Capítulo 1**, recuperam-se, de forma panorâmica, alguns dos principais debates sobre favelas e periferias, no âmbito dos estudos urbanos, desde sua construção enquanto problemas sociais até sua transformação em campos e objetos de estudo, em categorias e, posteriormente, em conceitos e designações genéricas. Reflete-se, ainda - a partir da percepção de que tais conceitos trariam, desde sua origem, uma abordagem dicotômica da cidade -, sobre a articulação de alguns desses debates com a construção temática das assim chamadas cidade ilegal, cidade informal ou cidade clandestina, de forma a introduzir alguns questionamentos sobre tais categorias, ainda muito utilizadas nos estudos sobre produção e apropriação do espaço urbano no Brasil. Por fim, apresentam-se algumas linhas de trabalho mais recentes que têm buscado outras perspectivas para enfrentar tais questões, especialmente referentes às transformações ocorridas nos últimos vinte anos pelo menos. Este capítulo pretende, portanto, situar o campo de debate e interlocução do presente trabalho, bem como apresentar alguns dos principais questionamentos que o movimentam.

Nos **Capítulos 2 e 3** apresenta-se o estudo de caso, seguindo, a grosso modo, uma ordem cronológica na qual se conformam as diversas etapas do processo de produção e apropriação do espaço do 'Gonzaga', em função da percepção das estritas conexões delas com a cronologia das gestões municipais em curso durante o período analisado. Partindo de uma abordagem histórica, o 'Gonzaga' é encarado como um fenômeno em formação, no qual se busca apreender algumas das permanências e rupturas que, ao longo dos últimos trinta anos, estabeleceram-se frente às dinâmicas socioespaciais que o produzem. Nesse sentido, procura-se desvendar, através das histórias reconstruídas nestes capítulos, a complexidade de relações

estabelecidas, por exemplo, entre os próprios moradores, entre algumas esferas do poder público, e entre aqueles e o poder público municipal, as quais são constituintes do processo de produção do espaço do 'Gonzaga'. Dentre tais relações, enfocam-se, prioritariamente, aquelas estabelecidas entre os poderes públicos e os moradores, entre intervenções urbanas e apropriações populares, buscando compreender os modos como tais relações foram, ao longo do tempo, constituindo espacialidades. A divisão em dois capítulos pauta-se pelos marcos temporais já mencionados: o **Capítulo 2** compreende o período que vai das origens da ocupação (consideradas a partir do momento identificado pelos moradores como de "fundação" da favela, por volta de 1976) até seu adensamento e consolidação no espaço urbano periférico de São Carlos (em meados da década de 1980), passando pela "descoberta oficial" da favela e as primeiras intervenções públicas ali promovidas; já o **Capítulo 3** se inicia com o reaparecimento, após alguns anos esquecida pelo debate público local, da Favela do Gonzaga como o principal problema social e urbano da cidade de São Carlos (em 1985) e acompanha os ambivalentes rumos que a mesma foi tomando à medida que diversas mediações públicas se faziam ali presentes e que culminariam em sua renomeação oficial, decorrente de uma intervenção urbanizadora, para "Jardim Gonzaga" (em 1990), bem como alguns desdobramentos imediatos dessa suposta transformação (até meados da década de 1990).

Finalmente, no **Capítulo 4**, percorrem-se alguns pontos abordados nos anteriores, buscando articular melhor certas discussões neles empreendidas. Sem a pretensão de reconstruir todas as reflexões e argumentos apresentados ao longo do trabalho, nem de propor "comprovações conclusivas", este capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa, as quais procuram sintetizar brevemente algumas das questões caras a ela, bem como introduzir nuances no debate sobre a produção do espaço urbano em favelas e periferias.

Favelas, Periferias: algumas questões de partida

A partir dos anos 1960, com o crescimento vertiginoso da população urbana no Brasil, a questão do *espaço de moradia dos pobres na cidade* ganha maior visibilidade, especialmente através da multiplicação de favelas em algumas de suas principais capitais. Tomando tal questão como mote, todo um campo de estudos sobre o urbano¹ se consolidará no país, pautado, em um primeiro momento, pelo grande interesse despertado pelo tema da *favela* carioca e, posteriormente, pela análise das *periferias* que se espraiavam nas regiões metropolitanas, notadamente em São Paulo [Valladares, 1983; Torres *et al*, 2003].

Tal “evolução temática” teria acompanhado as mudanças ocorridas nos cenários político e urbano brasileiros, sob influência, entretanto, de marcos teóricos específicos presentes no pensamento sociológico latino-americano nas décadas de 1960 e 1970. Assim, as primeiras abordagens de cunho acadêmico sobre as favelas cariocas se fizeram no contexto do debate sobre a articulação entre a teoria da marginalidade social e a idéia de uma “cultura da pobreza”, a partir da qual esses espaços foram interpretados como “a mais típica manifestação da não-integração de amplos segmentos da sociedade urbana”.² Já os primeiros estudos sobre as periferias paulistanas representariam uma superação desse referencial, sob influência da teoria da acumulação capitalista, promovendo reflexões sobre a relação entre Estado, habitação e condições de reprodução da força de trabalho e encarando as periferias como espaços urbanos que, ocupados por trabalhadores pobres, seriam “socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais e localizados tipicamente nas extremidades da área metropolitana” [Torres *et al*, 2003:98; Valladares, 1983; 2005].

Além de consolidarem a *favela* e a *periferia* como objetos e campos de estudos urbanos, esses trabalhos acabariam por promover sua conceituação, transformando-as em categorias de

¹ Tratar-se-ia, nas palavras de Cibele Rizek, de “um modo de pensar o país e seus processos de transformação a partir da cidade” [Rizek, Cibele. *Os sentidos da cidade brasileira: figurações da ordem e de seus avessos*. Relatório de Pesquisa Cenedic, São Paulo, 2003 *apud* Telles & Cabanes, 2006]

² Cf. Vekemans, Roger; Venegas, Ramon. *Marginalidad, incorporación e integracion*. Santiago: DESAL, 1966 *apud* Valladares (2005:128)

análise a partir das reflexões sobre a pobreza urbana e dos debates sobre moradia popular e a produção do espaço urbano no Brasil. Ambos os conceitos trariam, em sua origem, uma abordagem dualista da cidade, manifesta inicialmente nas oposições cidade/favela e centro/periferia - dualidades estas perpassadas, em grande medida, pela questão das ilegalidades e irregularidades urbanas que acompanhariam a inserção das camadas pobres da população no espaço urbano [Valladares, 2005; Zaluar & Alvito, 2003; Torres *et al*, 2003; Silva, 2006].

Assim, os diversos trabalhos produzidos entre as décadas de 1960 e 1980, ao mesmo tempo em que desvendaram os processos sociais, culturais e de produção material e simbólica de tais fenômenos urbanos, construíram e formularam conceitos e categorias que, ao longo do tempo, foram sendo incorporados pela linguagem cotidiana e, de certa forma, “naturalizados na esfera acadêmica”³, como as idéias de *cidade ilegal* e *cidade informal*.

Dito isso, este capítulo pretende percorrer, de forma panorâmica, alguns dos caminhos tomados pelos estudos de favelas e periferias urbanas no Brasil desde então⁴, visando a compreender em que medida tais perspectivas teóricas e suas construções conceituais poderiam oferecer subsídios para a interpretação das mesmas enquanto fenômenos simultaneamente *uniformes* e *diversos*⁵, sem desconsiderar algumas especificidades relativas aos vários contextos urbanos, uma vez que, por focarem quase que exclusivamente as grandes metrópoles - Rio de Janeiro e São Paulo prioritariamente - aspectos tanto da uniformidade quanto da heterogeneidade desses fenômenos podem passar despercebidos.

Além disso, trata-se de perscrutar a articulação desses estudos com a construção temática das assim chamadas *cidade ilegal*, *cidade informal* ou *cidade clandestina*, de forma a introduzir alguns questionamentos sobre tais categorias, muito utilizadas ainda hoje nos estudos sobre a produção e a apropriação do espaço urbano nas referidas metrópoles: não estariam elas reproduzindo, no plano da análise do urbano, “oposições clássicas” e idealizações recorrentes em diversos estudos sobre “os pobres”, “a pobreza urbana” ou “a cultura popular”? Ao delimitar

³ Espaço & Debates (2001:5).

⁴ Não caberia a este trabalho, dado o seu recorte, dar conta das múltiplas abordagens já realizadas sobre as questões das favelas e periferias nas mais diversas áreas do conhecimento. A intenção, aqui, é recuperar alguns dos principais debates sobre tais fenômenos, no âmbito dos estudos urbanos, desde sua construção enquanto problemas sociais, categorias, campos ou objetos de estudos, sem pretender adotar uma “perspectiva evolucionista”, mas frisando as continuidades e discontinuidades nos debates ao longo dos períodos enfocados.

⁵ Durham (1986).

teoricamente fronteiras demasiado rígidas entre duas formas de produção da cidade – uma “formal”, legalizada e exposta à sociedade e outra “informal”, “ilegal” e, no mais das vezes, periférica – tais abordagens não deixariam escapar a *complexidade de relações* que caracterizam na prática tais fronteiras?

A partir desses questionamentos, pretende-se, ao final do capítulo, dialogar com alguns trabalhos que, mais recentemente, têm procurado articular diferentes teorias, métodos e fontes de pesquisa, buscando outras formas e abordagens para enfrentar as diversas questões relativas aos fenômenos urbanos das favelas e periferias no Brasil, especialmente a partir das transformações ocorridas nos últimos vinte anos pelo menos.

■ A construção da favela como objeto de estudos: breve panorama

Fenômeno presente nas grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e Recife, desde pelo menos o final do século XIX, as favelas – cariocas, diga-se - somente se tornariam objeto de estudos acadêmicos a partir da década de 1960. Muito antes disso, quase que simultaneamente ao seu surgimento no Rio de Janeiro, essa “forma habitacional” criada pelas camadas populares teria sido “descoberta” pela imprensa e, conseqüentemente, pela sociedade brasileira, dando início à construção de algumas representações que seriam constitutivas da própria idéia de “favela” ao longo de todos esses anos: de que esta seria uma “outra cidade” e, acima de tudo, um “problema a ser resolvido”.⁶

Tendo tomado lugar, inicialmente, nos morros ao redor do centro da cidade, as favelas eram justamente o oposto daquilo a que se propunham as elites cariocas na virada do século XIX para o XX: a construção do Rio de Janeiro como uma nova cidade, moderna e europeizada. As

⁶ Abreu (1994); Valladares (2000; 2005); Mattos (2006). Valladares (2000; 2005) trabalha com a idéia da existência de um “mito de origem” da favela, cujo momento fundador remontaria ao final do século XIX, quando os combatentes de Canudos teriam ocupado o Morro da Providência, no Rio de Janeiro, logo depois renomeado Morro da Favella (as palavras “Providência” e “Favella” designavam, respectivamente, um rio e um morro do Arraial de Canudos; já o original Morro da Favella devia seu nome a uma planta conhecida como favella, conforme aponta Mattos, 2006). Reproduzindo ali padrões habitacionais que se aproximavam das imagens de miséria e carência do sertão nordestino descritas por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, essa ocupação daria origem, segundo a autora, à dualidade favela-cidade como uma transposição da dualidade sertão-litoral evocada pela obra euclidiana. Mattos (2006) vai a fundo na investigação sobre a construção social da favela em um interessante estudo histórico que tem por objetivo principal entender a substantivação da palavra favela, ou seja, os caminhos que levaram o termo, inicialmente associado apenas ao Morro da Favella, a generalizar-se, passando a identificar os demais lugares que reproduziam um tipo específico de assentamento habitacional das camadas pobres. Segundo o autor, “o descobrimento das favelas pela imprensa foi o pontapé inicial da invenção, no âmbito letrado, de uma outra cidade, impressa nas carregadas tintas da negação à alteridade” (p.9). Desde então, “a esses espaços se associaram representações que serviriam para identificar a favela [carioca]: ocupação ilegal, situada nas encostas de um morro ou localizada em bairro relativamente central, com moradias precárias, sem infra-estrutura e serviços urbanos” (Preteicelle & Valladares, 2000:461).

favelas encarnariam, desde então, a antítese dos ideais de progresso e civilização que pautavam a sociedade brasileira – e o espaço urbano – daquele momento: estava construída a dualidade cidade/favela.

Marcava-se uma forma de se conduzirem, no espaço público, as diferenças sociais de toda uma cidade, cujos aspectos simbólicos encontravam amplo acolhimento na cultura nacional. O inegável flagrante da desigualdade na capital da República (*res publica*, coisa pública) passou a ser estrategicamente tratado como falha, o defeito exclusivo de um determinado segmento da população. (Mattos, 2006:9,10)

Teria origem, nesse momento, a forma predominante como as favelas seriam encaradas pela sociedade brasileira durante praticamente toda a primeira metade do século XX, pautada por repúdio e preconceito⁷. Apontadas, desde então, como lugares sem assistência e controle estatal, “as favelas ganhavam visibilidade por serem objetos de denúncia contra as insuficiências governamentais, além de exemplos potentes de mazela social”.⁸

Descobertas e transformadas em problema social e urbano, fazia-se necessário um tratamento administrativo para tal problema. Com a generalização do processo de favelização do Rio de Janeiro nos anos 1930, e reconhecida oficialmente a existência – problemática - das favelas pelo Código de Obras da cidade, de 1937⁹, elas passarão, a partir dos anos 1940, a ser alvo de intervenções dos poderes públicos - e da Igreja Católica¹⁰ - que, inicialmente pautadas por uma abordagem sanitaria e pelas perspectivas de moralização do espaço da moradia popular, de certa forma irão lançar as bases para as duas propostas básicas de atuação em favelas que seriam desenvolvidas desde então: “o desfavelamento ou a remoção, implicando a transferência de moradores para outras áreas e visando à extinção das favelas do espaço urbano” e “a urbanização de favelas, prevendo a permanência dos moradores na área e a

⁷ Obviamente, tal postura persiste, ainda hoje, em muitos setores da sociedade. Entretanto, a multiplicação de abordagens e representações sobre as favelas desde então seria bastante ampliada, introduzindo novas formas de tratamento das mesmas.

⁸ Mattos (2006:11).

⁹ Cf. Burgos (2003:27):“O Código de Obras da cidade, de 1937, registra com precisão a situação marginal das favelas: por serem consideradas uma “aberração”, não podem constar do mapa oficial da cidade; por isso, o código propõe sua eliminação, pelo que também tornava proibida a construção de novas moradias, assim como a melhoria das existentes”. Segundo o autor, a “descoberta” do problema favela pelo poder público teria surgido do incômodo que causava à urbanidade da cidade.

¹⁰ Nos anos 1940, surgirá a experiência – de cunho sanitaria - dos parques proletários, que tinha por objetivo resolver a questão das ocupações insalubres e irregulares nos arredores do centro da cidade através da remoção de seus moradores para instalações provisórias até que áreas próximas àquelas em que viviam estivessem urbanizadas, o que nunca aconteceu. Em 1946, será criada a Fundação Leão XIII, a partir de articulação entre a Igreja Católica e a prefeitura da cidade, visando a dar “assistência material e moral” aos moradores das favelas através da implantação assistencialista de alguns serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias em diversas favelas cariocas, até meados da década de 1950. Já em 1955, a Igreja Católica fundará a Cruzada São Sebastião, com o objetivo de atuar de forma mais incisiva na urbanização de algumas favelas, bem como na articulação entre os moradores e o poder público. Cf. Burgos (2003); Pulhez (2007).

introdução de melhorias substanciais na sua infra-estrutura física. A urbanização também supõe a divisão da favela em lotes ou frações ideais de terreno” [Valladares, 1983:32; 2005; Burgos, 2003].

Nesse momento também serão produzidas as primeiras pesquisas e levantamentos estatísticos sobre as favelas, quando, a partir de cuidadosa discussão metodológica sobre a própria categoria “favela”, esta será incorporada ao recenseamento geral do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): objetivando-se como categoria estatística, o uso da palavra favela se generalizaria, passando, progressivamente, de categoria local a categoria nacional (Valladares, 2005).

Será a partir de então, devido ao grande interesse despertado pelo tema da favela carioca nas décadas de 1950 e 1960, que a mesma entrará em cena como objeto de estudos, ainda não-acadêmicos. A posterior abertura da academia ao tema se daria na trilha de alguns desses trabalhos pioneiros que irão inaugurar “um novo período da produção de representações e de conhecimentos sobre as favelas”, pautado pelo desenvolvimento de importantes pesquisas de campo¹¹. Promovendo a valorização da favela enquanto “comunidade”¹² e reconhecendo o ‘saber fazer popular’ como forma de recusar as estigmatizações que se impunham à favela e a seus moradores, esses trabalhos lançarão as bases das pesquisas de cunho sociológico e antropológico que se intensificarão na virada dos anos 1960 para os 70.

¹¹ Valladares (2005:74). Segundo a autora, a produção desse período é marcada por importantes colaborações entre pesquisadores brasileiros e especialistas estrangeiros, como o sociólogo francês Padre Louis Joseph Lebret, os americanos membros do *Peace Corps* (Voluntários da Paz) e o antropólogo Anthony Leeds. “Tais atores, por mais diferentes que pudessem ter sido, apresentavam traços em comum: o fato de relacionar pesquisa e intervenção; atuar paralelamente às principais universidades brasileiras; e valorizar fortemente a pesquisa de campo.” (Valladares, 2005:75). Para alguns dos trabalhos publicados nesse momento, veja-se (cf. Valladares 1983; 2005): SAGMACS. Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de São Paulo*. 13 e 15 de abril de 1960. (Suplemento Especial); MEDINA, Carlos Alberto de. *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins, 1964. (Coleção Leituras do Povo); _____. A favela como uma estrutura atomística: elementos descritivos e constitutivos. *América Latina*, Rio de Janeiro, v.12, n.3, p. 112-136, jul/set 1969; SILVA, Luis Antonio Machado da. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v.9, n. 3, p 33-57, maio/jun 1967; _____. O significado do botequim. *América Latina*, Rio de Janeiro, v. 12, n.3, p. 160-182, jul/set. 1969; PARISSÉ, Lucien. Favelas do Rio de Janeiro – evolução – sentido. *Caderno do CENPHA*, nº 5, 1969; LEEDS, Anthony. The significant variables determining the character of squatter settlements. *América Latina*, Rio de Janeiro, v.12, nº3, p. 44-86, jul/set 1969.

¹² A noção da favela como “comunidade” tem nas ações de Dom Helder Câmara à frente da já mencionada Cruzada São Sebastião sua principal referência, uma vez que esta teria feito circular os princípios de “desenvolvimento comunitário” fundamentado na idéia de participação ativa dos moradores na resolução de suas demandas. Esses princípios irão convergir com as idéias promovidas por Pe. Lebret, fundador da SAGMACS – *Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais* - e idealizador do movimento *Economia e Humanismo*, idéias que contribuirão para a difusão da associação entre *favela e comunidade*: “As favelas deveriam ter direito a uma representação política, deixando de ser um simples espaço de intervenções administrativas (posição defendida pelos adeptos de sua eliminação) para se transformar em comunidades de base, nas quais a família seria a célula fundamental e a vizinhança, uma garantia de coesão social. Além disso, a idéia de comunidade permitia que indivíduos isolados fossem associados ao grupo, visão bem próxima daquela proposta pelo *Économie et Humanisme* [...]” (Valladares, 2005:85)

Entretanto, antes disso, as favelas cariocas seriam inseridas nas reflexões acadêmicas sobre a pobreza urbana, produzidas ainda na década de 1960, articulando a “teoria da marginalidade social” – então em voga nos meios acadêmicos e políticos - e a idéia de uma “cultura da pobreza”¹³. Consideradas, então, como “o próprio reduto habitacional da pobreza urbana”, as favelas seriam a expressão territorial da marginalidade social, a partir de uma abordagem que deslocava a marginalidade, do campo exclusivamente econômico, para as dimensões espaciais e sócio-culturais da sociedade [Valladares, 1983:26; 2005; Lago, 2003].

Reforçando aquelas representações presentes e dominantes desde a origem mesma das favelas na cidade do Rio de Janeiro – manifestas na oposição cidade/favela - a associação entre marginalidade e precariedade habitacional justificará ideologicamente diversas intervenções públicas de âmbito urbano e habitacional empreendidas não apenas no Brasil, pelo regime autoritário, como também em diversos países da América Latina, visando à destruição dos bairros “marginais” e “ilegais”.¹⁴

Mas os caminhos abertos por aqueles trabalhos pioneiros, que procuravam questionar as representações dominantes sobre a favela e seus moradores, serão fundamentais no contexto do debate latino-americano, que redundaria no questionamento dos paradigmas da marginalidade social e da cultura da pobreza. No recém-inaugurado campo de estudos acadêmicos sobre a favela, o esquema dualista de conceber a cidade em oposição à favela, que tais teorias reforçavam, será contraposto, já no fim dos anos 1960 e início dos 70, por prolongadas e minuciosas pesquisas de campo que afirmarão a favela e sua população não como marginais e isoladas, mas, sim, integradas à cidade e à vida urbana de várias maneiras, seja através do trabalho, da política ou da cultura.¹⁵

¹³ Para um estudo sobre a contribuição e a crítica da teoria da marginalidade social, ver Perlman (1977). A concepção de uma “cultura da pobreza” foi proposta em: LEWIS, Oscar. *Five Families. Mexican case studies in the culture of poverty*. New York: The New American Library; Toronto: Mentor Book, 1959. Nessa pesquisa, o autor desenvolve a idéia de que habitantes de bairros pobres do México, de origem rural, teriam adotado um estilo de vida específico, com valores e comportamentos absolutamente diferentes e desconectados da cultura dominante (Valladares, 2005:128).

¹⁴ Cf. Perlman (1977:138): “A marginalidade era compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples: remoção de favelas e construção financiada pelo governo de moradias adequadas de baixo custo”. Entre os anos de 1962 e 1974 uma verdadeira “operação antifavela” foi empreendida pelo Governo do Estado da Guanabara, na mais significativa intervenção pública contra as favelas já promovida no Rio de Janeiro, atingindo cerca de oitenta delas. [Burgos, 2003; Valladares, 2005]

¹⁵ Para alguns desses trabalhos [cf. Lago, 2003; Zaluar & Alvito, 2003; Valladares, 2005]: BOSCHI, Renato. Populações faveladas do Rio de Janeiro. Histórico de um trabalho. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 4, p170-187, 1970; SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1971; Perlman (1977); LEEDS, Anthony; LEEDS, Elisabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Rebatendo as idéias de desintegração, desorganização e anomia advindas da associação entre marginalidade e favela, numa investida pela sua desmistificação, tais trabalhos promoverão a valorização de um *ethos* da favela, apresentando-a como “um complexo coesivo, extremamente forte em todos os níveis”.¹⁶ De forma mais ampla, ganhará força aquele processo de valorização da própria favela, numa mudança de perspectiva em que esta passará a ser encarada não mais como problema, mas como “solução” para os problemas habitacionais das camadas populares [Zaluar & Alvito, 2003; Valadares, 2005; Pulhez, 2007].

Esse novo enfoque se difundirá em meio à valorização da participação popular promovida nos anos de 1970 e 1980 por “movimentos sociais organicamente envolvidos com a conquista de direitos” (Pulhez, 2007:4), tema que se tornará central também no pensamento sociológico e antropológico na década de 1980 (Doimo, 1995). Nesse contexto, a temática da urbanização condensará os diversos aspectos dessa mudança de perspectiva frente ao espaço das favelas – de problema a solução – a qual, partindo de demandas organizadas de seus moradores, envolverá “atores das políticas públicas, especialistas e universitários”.¹⁷

Serão poucos os trabalhos a analisar criticamente e em profundidade tais processos de reestruturação espacial das favelas sob o viés da participação popular. Santos (1981) e Valladares (1978) são alguns exemplos que demonstraram, através do recurso à pesquisa de campo, que a aclamada “participação popular”, na realidade, poderia se mostrar como algo bem mais complexo, envolvendo a “coexistência de vários tipos diferentes de demanda, recusa, alianças diversas e conflitos internos, nos quais o Estado pode ser ‘amigo’ ou ‘inimigo’ em função dos interesses em jogo”.¹⁸

Predominaria, portanto, a visão da favela como “solução participativa”, conforme afirma Valladares (2005):

Essa desmistificação da participação popular não foi retomada, e o processo de valorização da favela que já estava em curso ganhou força tanto no pensamento erudito, quanto entre os planejadores e os especialistas das agências públicas, aliás bastante próximos. Essa valorização [...] reuniu dois tipos de argumentos: a) argumentos quanto às vantagens urbanas objetivas da favela para seus residentes (acesso à moradia, flexibilidade do investimento para a autoconstrução

¹⁶ BOSCHI, Renato. Populações faveladas do Rio de Janeiro. Histórico de um trabalho. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 4, p.170-187, 1970 *apud* Zaluar & Alvito (2003:15).

¹⁷ Valladares (2005:133).

¹⁸ Valladares (2005:135).

adaptada às flutuações dos recursos, proximidade do lugar de trabalho e dos serviços públicos), apesar de a qualidade das construções ser inferior às normas técnicas e a da infra-estrutura deficiente; e b) argumentos sobre a capacidade de participação e de ação coletiva dos favelados, contribuindo para a melhoria técnica e social das soluções. (Valladares, 2005:136)

Consolidando-se as favelas cariocas como alternativa habitacional para as camadas populares tanto nos campos teórico e político, quanto no espaço da cidade, a produção de estudos acadêmicos sobre o tema ganhará nova amplitude: entre 1970 e 1980, um número considerável de trabalhos seria produzido, em sua grande maioria pautados pelo recurso a densas pesquisas de campo, conforme atesta o levantamento bibliográfico realizado por Valladares (1983)¹⁹. Esses trabalhos reuniram algumas abordagens que passariam a nortear grande parte dos estudos a partir de então, a saber: a distinção entre a favela e outros locais de moradia com base na natureza da ocupação, considerada “ilegal” e tomada como “invasão de terra alheia”, a partir de dados levantados sobre a propriedade dos terrenos onde se localizariam as favelas no Rio de Janeiro; a interpretação da favela como “solução”, admitindo-a como uma das alternativas habitacionais que se colocariam para as camadas populares e ressaltando, inclusive, as “vantagens econômicas” decorrentes de sua condição de “ocupação ilegal”; a constatação dos efeitos nocivos das políticas de remoção, bem como das posturas favoráveis à urbanização por parte dos moradores das favelas; a identificação dos efeitos colaterais da urbanização, que poderia implicar, ao longo do tempo, uma “remoção branca”, com a substituição dos antigos moradores “por força das leis do mercado imobiliário” - para citar apenas algumas.²⁰

A despeito dessa diversidade temática e de abordagem introduzida nos estudos acadêmicos sobre a favela, o fim da década de 1970 e os anos 1980 verão decair o interesse destes pelo tema: naquele momento, as atenções das pesquisas voltavam-se ao intensivo crescimento das periferias urbanas²¹, em curso desde pelo menos a década de 1950 nas mais diversas metrópoles e, mais especificamente, em São Paulo, como se verá a seguir.²²

¹⁹ As principais temáticas identificadas pela referida autora a partir do conjunto dos trabalhos analisados foram: o processo de ocupação das favelas, as características e significado da moradia na favela e as alternativas de intervenção governamental.

²⁰ Valladares (1983:29-36)

²¹ Coincidindo, também, com o processo de periferização das favelas no Rio de Janeiro (Santos, 1975).

²² Valladares (1983). As favelas retornariam ao centro dos debates sobre a pobreza e o espaço urbanos apenas na década de 1990, reeditando a antiga dualidade presente nas representações da favela desde suas origens, como será abordado na terceira seção deste capítulo.

■ O estudo das periferias urbanas no Brasil: uma aproximação

Na cidade de São Paulo, as favelas não se fizeram muito presentes até o início da década de 1970²³, a despeito das desigualdades sociais e da ausência de políticas públicas destinadas a suprir a crescente demanda habitacional das camadas populares, que se inseriam no espaço urbano paulistano desde as primeiras décadas do século XX. Afastada do centro da cidade por força de instrumentos legais e repressão direta aos cortiços, que então se apresentavam como seu principal local de moradia, a população pobre encontraria nas “franjas da cidade” as alternativas habitacionais que lhe cabiam, em um primeiro momento as vilas operárias ali construídas através de incentivos governamentais²⁴ e, em seguida, os loteamentos periféricos, muitas vezes clandestinos ou irregulares, dando origem ao chamado “padrão centro-periferia” de estruturação e segregação urbana que se consolidaria na cidade de São Paulo. [Grostein, 1989; Rolnik, 1997; Bonduki, 1998]

Embora o processo de periferização da cidade de São Paulo remonte pelo menos à década de 1930, será nas décadas seguintes que se ampliará tal vetor de expansão urbana – a partir dos anos 1940 e, mais intensamente, nos anos 1950 – quando o aumento da demanda por moradia do grande contingente de trabalhadores pobres desembocará em uma crise habitacional²⁵. Esta, devidamente explorada pela iniciativa privada sob incentivo e ‘tutela’ de instâncias municipais de governo, terá como consequência a “emergência de soluções informais de produção habitacional”²⁶ – a progressiva abertura de loteamentos irregulares, associada à autoconstrução de moradias que se seguia à compra do lote. [Maricato, 1979; Grostein, 1989]

A escala e a velocidade do processo de crescimento da periferia em São Paulo, bem como a precariedade com que este se estruturava, tomarão dimensões extremas nos anos 1960 e

²³ Em 1973, as favelas na cidade de São Paulo alojavam apenas cerca de 1% da população do município, sendo que, até a década de 1980, a dimensão da questão era considerada muito pouco relevante (Saraiva & Marques, 2004).

²⁴ Não é o objetivo, aqui, tratar da questão dos cortiços e das vilas operárias enquanto local de moradia da população pobre da cidade, bem como das intervenções públicas e privadas realizadas nesses espaços na primeira metade do século XX. Para uma abordagem detalhada sobre o assunto, ver, entre outros: Rolnik (1997); Bonduki (1998).

²⁵ Segundo Bonduki (1998), a crise habitacional que atingiu as principais cidades brasileiras na década de 1940 e funcionou como estopim para a expansão de suas periferias teria sido consequência, pelo menos em parte, da política adotada pelo governo federal. Visando a canalizar recursos para o desenvolvimento do parque industrial nacional, fazia-se necessário reduzir a proporção de investimentos privados no mercado imobiliário: assim, “a Lei do Inquilinato desestimulou a produção habitacional privada, ao passo que as iniciativas estatais no setor sempre foram insuficientes. [...] Sem acesso às formas tradicionais de moradia, a população trabalhadora passou a erguer ela mesma alojamentos precários em locais sem nenhum equipamento ou infra-estrutura urbana” (p.248, 249).

²⁶ Bonduki (1998:253).

1970, chamando a atenção de pesquisadores acadêmicos para a questão. As características contraditórias e desiguais do desenvolvimento urbano que, então, se configurava marcariam a pauta de importantes debates acadêmicos sobre a “questão urbana” no Brasil.

Tais debates – nos quais as periferias urbanas ocupariam lugar central - têm sua matriz em uma série de interpretações produzidas entre a década de 1970 e a primeira metade da década de 1980 – e, portanto, em um contexto histórico específico – cuja centralidade explicativa se concentrava na compreensão da expansão do capitalismo “na periferia do mundo industrializado” e do conseqüente processo de urbanização que se desenvolvia em um contexto de “subdesenvolvimento”. Referenciada em grande parte por modelos teóricos marxistas-estruturalistas, então hegemônicos nos estudos urbanos, a interpretação das cidades passava a se fazer a partir de “explicações macroestruturais”, buscando compreender o “fenômeno urbano”, no Brasil, do ponto de vista das dinâmicas mais gerais do capital e de sua acumulação²⁷.

Sob a égide desse marco teórico, promovendo uma ruptura com a teoria da marginalidade social²⁸, inaugura-se toda uma linha de investigações sobre a *periferia urbana*, seus loteamentos populares (e irregulares), a completa ausência do Estado e o processo de autoconstrução de moradias – e do espaço urbano - que as caracterizariam²⁹.

Principal expoente desse processo, a cidade de São Paulo - “metrópole do subdesenvolvimento industrializado”³⁰ - é encarada como lugar privilegiado de acumulação do capital, cuja

²⁷ Para alguns breves balanços dessas interpretações, ver Valladares (1983); Coraggio (1989); Kowarick (2000); Marques e Bichir (2001); Frúgoli (2005). Diversos outros autores farão menção a esse momento do pensamento sociológico sobre as cidades no Brasil, frisando sua interlocução direta com o marxismo-estruturalista francês e, em especial, com as abordagens de Castells (1983) e Lojkin (1981).

²⁸ Tal ruptura terá como referência paradigmática o trabalho de Oliveira (1972), que ecoará por toda a década de 1970, influenciando significativamente os estudos subseqüentes sobre as periferias urbanas: “ao fazer a ‘crítica à razão dualista’, ao mostrar a simbiose do ‘arcaico’ e do ‘moderno’, do ‘formal’ e do ‘informal’ e o modo como essas relações eram tecidas, postas e repostas na lógica mesma da acumulação capitalista, o autor definia um plano de referência que projetava as figuras do ‘atraso’ – a urbanização caótica, o terciário inchado, a economia de subsistência, o trabalho informal, a pobreza que se espalhava por todos os lados – no centro mesmo da moderna economia urbana e do conflito de classes” (Telles, 2006:39). Nesse trabalho, o autor demonstra como a autoconstrução de moradias pelos trabalhadores – na aparência, uma sobrevivência de práticas arcaicas dentro das cidades – seria, na realidade, um dos principais pilares da reprodução e da dilapidação da força de trabalho, estando absolutamente inserida no processo de expansão capitalista (Valladares, 1983). Poucos anos depois, a publicação de um conjunto de trabalhos de pesquisa sobre as condições de vida na cidade de São Paulo (Kowarick & Brant, 1975) fará circular de forma mais ampla as proposições que articulavam acumulação e pobreza, introduzindo no debate as noções de periferia e de urbanização periférica (Telles, 2006).

²⁹ Caberia aqui destacar alguns trabalhos pioneiros, como: Sampaio & Lemos (1978); Bonduki & Rolnik (1979); Maricato (1979); Valladares (1980), entre outros. É importante frisar que muitos desses trabalhos foram levados a cabo por toda uma geração de arquitetos e urbanistas.

³⁰ Idéia originalmente desenvolvida por Lúcio Kowarick em vários de seus ensaios. Para um panorama de sua produção, veja-se Kowarick (2000).

urbanização esteve diretamente relacionada a uma significativa industrialização, diferentemente de outras grandes cidades do país. Estando vinculada às dinâmicas do capital, essa urbanização teria se dado a partir de uma série de extorsões – as chamadas *espoliações urbanas*³¹ – cuja decorrência seria a carência de bens e serviços essenciais para uma parcela da população e cuja face mais conhecida se encontraria nos grandes “bolsões de pobreza” em que se constituiriam as periferias das cidades.

Nesse contexto teórico, o Estado aparece como ator principal, uma vez que os investimentos públicos efetivados no tecido urbano determinariam as condições de habitabilidade e de rentabilidade de parcelas desse tecido, alimentando processos de segregação socioespacial e especulação imobiliária. De fato, sendo responsável por prover a infra-estrutura e os serviços públicos, o Estado acabaria por desempenhar papel fundamental na distinção de usos e demandas do espaço urbano, uma vez que este se valoriza, atrai novos públicos que têm condições de pagar por esses serviços e desperta o interesse de especuladores³². Paralelamente, as camadas mais pobres da sociedade se deslocariam para áreas desprovidas de intervenções públicas e, portanto, menos valorizadas, por não terem recursos suficientes para “habitar a cidade.”³³

Desenha-se, dessa forma, um “padrão periférico de crescimento urbano”³⁴ *determinado* por mecanismos estruturais e/ou de natureza econômica, através dos quais a cidade passaria a se expandir continuamente a partir de suas fronteiras. As configurações do tecido urbano não seriam mais do que um *resultado*, um *reflexo* das contradições sociais e dos conflitos de classe inerentes à dinâmica de acumulação do capital. Assim, segundo essas interpretações, “as periferias seriam o território da espoliação e seriam construídas e reconstruídas pelo Estado e pela própria dinâmica da acumulação”: as principais características espaciais, bem como as condições de vida nas periferias seriam *derivadas* diretamente dessa dinâmica.³⁵

³¹ A expressão, cunhada por Kowarik (1979), seria a formulação mais bem acabada dos debates em curso sobre as “contradições urbanas” do capitalismo moderno.

³² Ver Singer (1973); Bonduki & Rolnik (1978); Kowarik (2000), entre outros.

³³ Maricato (1979). Essa expressão, bastante utilizada mesmo nos estudos mais recentes, tem origem nesse contexto teórico e indica, desde então, uma perspectiva recorrente nos estudos sobre as periferias urbanas, que seriam consideradas *o avesso da cidade*. Abordarei um pouco mais essa perspectiva na terceira seção deste capítulo.

³⁴ Bonduki (1983).

³⁵ Marques & Bichir (2001:10,11). Licia Valladares, em importante sistematização sobre o pensamento produzido acerca da habitação no Brasil na década de 1970 e início da de 1980, chama a atenção para a problemática da periferia, então ainda “nova”, e sintetiza como o fenômeno de periferização vinha sendo abordado por tais estudos: “A periferização pode ser entendida como uma *projeção*, ao nível do espaço, do processo de acumulação de capital e de suas conseqüências sobre o

Não há como negar a importância de tais estudos e das explicações por eles produzidas naquele momento, em que as crescentes industrialização e urbanização do país coexistiam com a manutenção – e ampliação – dos patamares de pobreza e segregação socioeconômica e espacial. Entretanto, algumas limitações impostas por tais abordagens mostraram-se quase simultaneamente à sua produção, do ponto de vista histórico, a partir, principalmente, da emergência - no final da década de 1970 e início da de 1980 - do que se convencionou chamar “movimentos sociais urbanos”: a partir de então, todo um conjunto de trabalhos procurará compreender o processo de urbanização no Brasil também sob outros enfoques, produzindo, em contrapartida, uma reflexão crítica sobre os estudos anteriores, que teriam promovido “uma paralisia analítica advinda dos determinismos macroestruturais”³⁶.

Alguns dos próprios autores considerados como referência de tais abordagens “macroestruturais” realizaram balanços críticos e revisões conceituais - como é o caso de Kowarick (1987; 1997; 2000) - questionando justamente o fato de que aquelas interpretações – e outras mais recentes, delas decorrentes - confeririam atenção em demasia para a questão das *determinações* às quais a produção do espaço urbano estaria *subordinada*, em detrimento da compreensão da cidade como uma *construção histórica*, levada a cabo por *atores sociais reais*.³⁷

A visibilidade alcançada pelos movimentos sociais urbanos despertou a atenção, nos debates teóricos, para as *disputas sociais concretas* que se travavam em torno das questões urbanas e para os *atores* que as traziam à tona, produzindo, nas palavras de Lúcio Kowarick, “um deslocamento analítico de certa importância, pois, nessa ótica, os atores sociais produzem tramas que estão *referenciadas, mas não atreladas* às condições materiais objetivas. [...] Assim, no tocante aos movimentos sociais, uma das perguntas passou a ser: como se

habitat da classe trabalhadora, *determinando* sua segregação espacial em áreas cada vez mais longínquas dos ‘núcleos’ dos principais centros urbano-industriais do país. A essa especificação acrescentam-se muitas outras que marcam um quadro de *carência generalizada*...” (Valladares, 1983:47 – grifos meus)

³⁶ Marques & Bichir (2001:11). Caberia ressaltar, entretanto, que, de forma preliminar, algumas das pesquisas produzidas naquele momento [p.e. Maricato, 1979; Bonduki & Rolnik, 1978], “ainda que permanecessem fortemente filiadas ao marxismo, por certo já começavam a apontar influências da pluralidade dos novos temas culturais e políticos que caracterizavam o período de início da redemocratização” (Pulhez, 2007:33).

³⁷ “Trata-se de estilos de interpretação *destituídos de mediações históricas e conjunturais*, nas quais a espoliação urbana ou a exploração do trabalho tornam-se variáveis explicativas, cuja causalidade residiria no agravamento das condições de vida” (Kowarick, 1997:107 – grifo meu).

produzem ‘experiências coletivas’ a partir de ‘vivências’ dessas formas de exclusão social, econômica ou política?”³⁸

Tais movimentos tiveram lugar, principalmente, nas periferias das grandes cidades brasileiras e, nesse contexto de “deslocamento analítico”, essas periferias passariam a ser estudadas também pelo viés das práticas, representações e modos de vida que lhes seriam próprios, em busca dos sujeitos, do cotidiano, da experiência que estaria na base das ações coletivas, disputas e mobilizações que “entraram em cena”³⁹ naquele período.

Novos enfoques analíticos, voltados à percepção de diversos outros elementos que compunham o processo de “produção do espaço urbano”, passaram, então, a ser privilegiados, estabelecendo um contraponto àquelas abordagens, consideradas demasiadamente abstratas: estruturando-se prioritariamente sobre longas e exaustivas pesquisas de campo, muitos dos estudos que se seguiram como que proclamavam um “mergulho no real”.

Assim, além dos diversos trabalhos gerados por uma maior aproximação entre a sociologia urbana e a ciência política⁴⁰ - decorrente da emergência desses novos atores políticos que se faziam ver através das “lutas urbanas” -, também a antropologia viria a ocupar um lugar destacado nesse contexto de renovação analítica das questões urbanas – e aqui nos deteremos apenas nos estudos sobre as periferias - lançando olhares interessados para “*fenômenos microssociais*” considerados importantes e que não estariam sendo elucidados por aquela sociologia urbana de filiação marxista-estruturalista.⁴¹

Nesse sentido, muitos estudos foram desenvolvidos durante toda a década de 1980, buscando compreender a “variedade de atores sociais da cidade”, apontando a necessidade de “uma diferenciação entre cultura (conceito distintivo da antropologia) e ideologia (referente, na

³⁸ Kowarick (1997:108 - grifo meu).

³⁹ Sader (1988).

⁴⁰ Sem desconsiderar a enorme importância desses trabalhos, não me deterei neles, por terem se concentrado mais especificamente na atuação política dos movimentos e não constituírem aqui objeto de análise. Para referências, veja-se, por exemplo, o trabalho fundamental de Sader (1988), ou ainda os balanços de Kowarick (1987; 1997); Doimo (1995), entre outros.

⁴¹ Frúgoli (2005). Veja-se o que diz Durham (1986a:18,19): “O sucesso recente da antropologia está certamente vinculado ao fato de que, hoje, essas minorias desprivilegiadas emergem como novos atores políticos, organizam movimentos e exigem uma participação na vida nacional da qual estiveram secularmente excluídos. [...] em virtude mesmo do que parece ser uma nova dinâmica da sociedade brasileira, os esquemas globalizadores com os quais a sociologia e a ciência política produziram, no passado, uma interpretação coerente da sociedade nacional têm se revelado singularmente inadequados. Nota-se hoje, claramente, nessas disciplinas, uma crise explicativa que está provocando uma revisão crítica muito profunda tanto dos seus pressupostos teóricos e metodológicos, quanto da própria concepção da sociedade brasileira que construíram no passado. Nessas circunstâncias, o trabalho altamente descritivo da antropologia, sua capacidade de detectar perspectivas divergentes e interpretações alternativas, apresentam um material provocativo para repensar a realidade social.”

tradição marxista, a aspectos de dominação política derivada de conflitos de classe)”. Em quantidade significativa, em especial no contexto paulistano, esses estudos “tomaram as áreas periféricas como local de pesquisa, buscando compreender detidamente redes de parentesco e vizinhança, modos de vida, estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade e representações políticas, com ênfase em dimensões cotidianas e em representações simbólicas, muito pouco contempladas nas perspectivas ‘macroestruturais’. Tratava-se de um outro tipo de olhar sobre a periferia”.⁴²

Para além dos debates que tomavam a periferia como tema, enfatizando, por um lado, o “tipo” de espaço urbano que nela se desenhava - *entendido sempre a partir de suas carências* - e as explicações globais para sua gênese, ou, por outro, as interpretações para a atuação de seus moradores - muitas vezes analisada exclusivamente pelo aspecto político e homogeneizada em um “padrão de comportamento político” saudado como “genuinamente popular e democrático”⁴³ - diversos estudos antropológicos questionaram, como fez Teresa Caldeira em sua pesquisa de mestrado realizada nesse momento:

[...] o que acontece todos os dias nesses locais tão inóspitos e miseráveis? Como o espaço é usado pelos moradores? Qual é, enfim, a vida que transcorre nesses bairros de periferia? [...] O que é tudo aquilo que existe entre a consciência de sua situação desprivilegiada e a atuação em movimentos sociais? (Caldeira, 1984:9)

Em síntese, sob as perspectivas teórico-metodológicas da antropologia urbana, a periferia revelou-se “não apenas um lugar urbano específico, marcado pela distância das áreas mais centrais, pela pobreza e pela carência de equipamentos coletivos”, ou seja, nada além de uma territorialização das desigualdades sociais prementes no país, “mas também um local de prática de formas peculiares de relações de sociabilidade, modos de consumo e lazer, bem como de representações da política”.⁴⁴

Entretanto, assim como os estudos “macroestruturais”, alguns desses trabalhos também foram alvo de balanços e revisões críticas que, sem desconsiderar seu impacto fundamental sobre a compreensão das periferias urbanas, apontaram para certos impasses analíticos decorrentes de uma perspectiva que, de certa forma, teria se concentrado demasiadamente na esfera

⁴² Frúgoli (2005:141). Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Caldeira (1984), Magnani (1984), Zaluar (1985), Durham (1986), Sarti (1985; 1994), entre outros.

⁴³ Caldeira (1984:8, 9); Kowarick (2000).

⁴⁴ Frúgoli (2005:142); Durham (1986).

“micro”, nos estudos localizados e pouco generalizáveis, correndo o risco de, ao questionar a “estrutura sem sujeitos” dos estudos anteriores, deslizar para a interpretação de sujeitos libertos de quaisquer constrangimentos estruturais.⁴⁵ Além disso, justamente por essa concentração no “micro”, em um outro viés dessas críticas fez-se referência aos riscos de “autonomização” da periferia como “um mundo à parte” do resto da sociedade (e da cidade), justamente por enfatizarem em demasia as características que lhe seriam *peculiares*, os modos de vida que lhe seriam *próprios* etc.

De todo modo, a despeito das posteriores revisões críticas desse vasto e importante conjunto de pesquisas produzidas durante as décadas de 1970 e 1980, tendo como foco privilegiado as periferias urbanas, é inegável que esse tenha sido um “período profícuo em trabalhos hoje considerados clássicos no campo dos estudos urbanos”.⁴⁶

Entretanto, seguiu-se a ele o paulatino desaparecimento das periferias urbanas como tema de interesse dos pesquisadores: já no fim dos anos 1980 e durante a década de 1990, enquanto se assistia à progressiva consolidação desses espaços urbanos, a problemática da periferia seria relegada a um “plano secundário” nos debates acadêmicos⁴⁷. Nessa mesma época se renovaria o interesse pelo tema das favelas, tanto no Rio de Janeiro - a partir do “estímulo das políticas públicas e em especial do Programa Favela-Bairro” e da importância assumida nos debates públicos sobre a criminalidade⁴⁸ - como também em São Paulo, em função de sua significativa proliferação, principalmente nas periferias da cidade⁴⁹.

A retomada do interesse acadêmico pelas favelas resultará na inscrição de questões como a violência e o tráfico de drogas no âmbito dos estudos urbanos: associadas aos temas da exclusão social e da “cidadania parcial”, tais questões trariam novamente ao debate público a

⁴⁵ Coraggio (1989); Kowarick (2000); Marques & Bichir (2001).

⁴⁶ Espaço & Debates (2001:5).

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Valladares (2005:141, 142).

⁴⁹ Alguns autores, como Rolnik (1997), consideram que teria havido um esgotamento do padrão periférico de expansão da cidade de São Paulo a partir do final da década de 1970, “quando a crise econômica, marcada pelo desemprego e pelas altas taxas de inflação, combina-se à diminuição da oferta de lotes populares, que vinham se tornando mais caros devido às novas legislações reguladoras e menos numerosos pelo próprio esgotamento de terras disponíveis” (Silva, 2006:19). O acesso das camadas populares à moradia, por décadas garantido através da combinação lotes periféricos-autoconstrução, sofreria um duro golpe, que teria como consequência a considerável expansão das favelas e ocupações organizadas de terra. Nesse sentido, o crescimento da população moradora de favelas se introduziria, a partir da segunda metade dos anos 1970 e mais intensamente nos anos 1980, de forma definitiva, nos estudos sobre as dinâmicas socioespaciais da cidade. Tais estudos, por sua vez, trariam um contraponto à afirmação de que o padrão periférico teria se esgotado, uma vez que as favelas e ocupações de terra se concentrariam, se analisadas em escala metropolitana, em grande medida nas periferias. Assim, a reflexão sobre as favelas em São Paulo seria, ainda, tributária das reflexões acerca do modelo periférico, que se manteria, ainda que com características transformadas (Saraiva & Marques, 2004).

antiga dualidade favela/cidade (agora sob a roupagem 'nativa' favela/asfalto), tornando-se dominante a idéia da existência de uma *fratura social e urbana* [Valladares, 2005; Zaluar & Alvito, 2003; Ribeiro e Lago, 2001].

É sobre as implicações dessa chave de leitura dual da cidade, presente desde as formulações originais dos conceitos de favela e periferia, que se refletirá a seguir.

■ Sobre a dicotomização da cidade: cidade ilegal, cidade informal?

Acompanhando os caminhos que promoveram a construção conceitual das favelas e periferias no âmbito dos estudos urbanos, é possível apreender que já na origem de ambos os conceitos estariam presentes interpretações dicotômicas da cidade, das quais esses fenômenos urbanos seriam o 'avesso': territórios à parte, sem lei, sem Estado, sem urbanidade. Produzidos em sentido contrário aos discursos e práticas normatizadores da sociedade – urbanísticos, jurídicos, políticos, entre outros – esses espaços seriam o extremo oposto da ordem e da formalidade da cidade.

Consolidadas nos debates acadêmico e político e legitimadas socialmente como *os espaços da pobreza nas cidades*, as favelas e periferias seriam mesmo indissociáveis da concepção dual – e hegemônica - da realidade urbana, que no correr das últimas décadas se expressaria através de diferentes polaridades, "tais como formal-informal, integrado-excluído, favela-bairro, centro-periferia", sempre tendo a questão da "ilegalidade" como um dos "critérios diferenciadores" desses supostos pólos.⁵⁰

De fato, ao longo de todo o processo de urbanização brasileiro, a relação entre ilegalidade e pobreza tornou-se praticamente inexorável: a inserção das camadas pobres da população no espaço urbano tem sido problematizada, em grande medida, pela questão da ilegalidade urbana, ou da chamada "cidade ilegal"⁵¹. Não apenas no Rio de Janeiro - a partir da enorme difusão das favelas pelo espaço urbano, como já referido -, mas também na cidade de São Paulo, as origens da constituição de uma "outra cidade" para além da "cidade legal"

⁵⁰ Lago (2003:2).

⁵¹ Ainda que as diversas formas de ilegalidade e irregularidade urbanas não se restrinjam a uma camada social específica, os espaços de moradia dos pobres na cidade as tornam particularmente visíveis, por associarem-nas, muitas vezes, a situações críticas que envolvem riscos, em áreas impróprias para a ocupação, como margens de córregos, terrenos íngremes etc. (Panizzi, 1989; Silva, 2006). Além disso, "a ilegalidade das camadas médias e altas não tem sido problematizada pelas forças progressistas que, desde a Constituinte, vêm atuando no campo das políticas urbanas" (Lago, 2003:2).

remontariam às primeiras décadas do século XX⁵², ainda que a questão tenha ganhado maior visibilidade apenas a partir da progressiva expansão das periferias, como visto. Antiga como fato e como representação social⁵³, portanto, a tematização da “cidade ilegal” ganharia concretude a partir dos estudos acadêmicos que desde a década de 1970 vêm refletindo sobre a ‘questão urbana’ no Brasil, como se verá mais adiante [Rolnik, 1997; Lago, 2003; Silva, 2006].

Caberia antes destacar, aqui, o mote que me faz considerar importante revisitar criticamente os conceitos de *cidade ilegal* e *cidade informal* moldados desde então: o retorno contundente ao debate público, a partir década de 1990, das concepções dualistas da cidade, em função, principalmente, do renovado interesse – não apenas acadêmico – pelo “problema da favela”. A centralidade adquirida por temas como o tráfico de drogas e a violência urbana conferiria legitimidade social a tais concepções, que acabariam, de certa forma, por “territorializar” nas favelas a exclusão social, a violência e a ilegalidade urbana, “minimizando-se, na cena acadêmica e política, outros espaços representativos desse universo, como as periferias metropolitanas e os loteamentos que as conformam, os quais, nos anos 70 e 80, apareciam como a expressão maior dos problemas urbanos”.⁵⁴

Partindo da “chave de leitura da exclusão”, diversos estudos produzidos nesse contexto atestariam o agravamento dos contrastes socioespaciais entre os espaços de moradia dos pobres na cidade (associados quase genericamente às favelas) e ‘a cidade’ em si, tornando-se freqüentes nos debates públicos – não apenas cariocas -, desde então, as metáforas de “cidade partida”, “apartheid socioespacial”, bem como a associação desses espaços a ‘guetos’, ‘enclaves’, ‘bolsões de pobreza’ etc [Ribeiro & Lago, 2001; Valladares, 2005].

Nessa perspectiva, acentuaram-se aquelas interpretações das favelas e periferias a partir do que elas *não têm*. Ausência de leis, ausência do Estado, ausência de direitos, ausência de

⁵² Rolnik (1997:30) apresenta como, desde as primeiras décadas do século XX, a cidade já estaria delimitada entre uma área onde prevaleceria a aplicação rigorosa da legislação urbana – a “cidade legal” – e uma outra - “extralegal” – “onde tudo que não se adaptasse à fórmula poderia ocorrer”.

⁵³ Ainda segundo Rolnik (1997), já em 1931, o prefeito Luis de Anhaia Mello apresentaria, em Congresso de Habitação, no Instituto de Engenharia, a existência de uma “cidade clandestina” que superaria a “cidade oficial” em proporção.

⁵⁴ Lago (2003:2); Valladares (2005); Zaluar & Alvito (2003). De fato, ainda que na cidade de São Paulo as favelas apareçam muito mais intensamente como um fenômeno associado às periferias (Saraiva & Marques, 2004), estas passariam por um período de “esquecimento”, durante toda a década de 1990, em função de conjunturas diversas que não caberia ao presente trabalho aprofundar. Mais recentemente, diversos estudos têm voltado suas atenções novamente para as periferias paulistanas, conforme procurarei apresentar na última seção deste capítulo. Por outro lado, em função da reprodução das representações que tomam a favela como “lugar por excelência da exclusão social moderna”, sua proliferação no imaginário talvez tenha sido maior do que no próprio espaço urbano, tendo se transformado em um “rótulo” conceitual – estigma – que se associa a determinados espaços, muitas vezes absolutamente descolado de reflexões sobre as diferentes lógicas de produção desses espaços bem como das formas de acesso à cidade (Valladares, 2005; Lago, 2003).

cidadania, ausência de ordem, ausência de planejamento – em última instância, *ausência de cidade* propriamente dita. Através da *qualificação pela negação* – que é um dos modelos teóricos bastante recorrentes nos estudos sobre ‘os pobres’, ‘os trabalhadores’, ‘as classes populares’⁵⁵ – as favelas e periferias são compreendidas sempre em oposição àquilo que lhes seria negado (e àqueles que os negariam, ou, ainda, a quem *eles negariam*, dependendo do referencial adotado): repõem-se, nas dicotomizações cidade/periferia, asfalto/favela, as “oposições clássicas” – ou “falsas oposições” - que permeiam o pensamento social sobre os pobres, a pobreza urbana ou a cultura popular.⁵⁶

Ainda que a polarização de tais conceitos, para efeito de análise, possa ter sua função, a fim de compreender as distintas situações por contraste e comparação, ela acaba por se reproduzir em discursos midiáticos e informa o senso comum, alimentando a (re)produção de estereótipos e a interpretação homogeneizante de fenômenos tão complexos quanto as favelas e periferias urbanas.

É o que podemos compreender, por exemplo, ao analisar o processo que consolidou as idéias de “*cidade informal*” e “*cidade ilegal*”, disseminando uma visão dicotômica da cidade, uma década antes de vermos reeditadas as metáforas dualistas sobre as favelas no Rio de Janeiro. Ainda que a questão da ilegalidade urbana estivesse presente de longa data na cidade de São Paulo, essa conceituação emergirá de forma ampliada no debate público, principalmente a partir dos referidos estudos “macroestruturais” sobre as periferias paulistanas, que têm lugar nas décadas de 1970 e 1980. Como apresentado anteriormente, tais estudos, ao procurar compreender o modelo de urbanização pautado pela *periferização* e pela *segregação espacial*, trouxeram à luz alguns de seus mecanismos, enfatizando “as condições salariais da classe trabalhadora, a expulsão direta dos núcleos por ação de programas de remoção de favelas e renovação urbana, a expulsão indireta em decorrência da legislação e taxaço urbanas e, ainda, a especulação imobiliária”.⁵⁷

⁵⁵ Sarti (1994); Zaluar (1985); Caldeira (1984); Paoli & Sader (1986); Paoli, Sader & Telles (1983).

⁵⁶ Canclini (2000); Coraggio (1989). Arriscaria dizer que tais interpretações, ao pensarem uma cidade dividida, poderiam ser encaradas como uma transposição, para o campo do espaço, daquelas diversas análises que se estruturam sobre uma visão dicotômica da sociedade, dividida em nós/eles, trabalhadores/burguesia, cultura popular/cultura hegemônica, arcaico/moderno, sociedade/Estado etc. Zaluar & Alvito (2003) afirmam que as origens desse pensamento dualista sobre a cidade remontariam às representações, produzidas no século XIX, referentes à existência de “dois Brasis”, um urbano e moderno e outro tradicional, rural, atrasado: segundo os autores, “essa reflexão sobre a dualidade brasileira encontrou na oposição favela x asfalto uma de suas encarnações” (p.13).

⁵⁷ Valladares (1983:48).

Tais mecanismos teriam, portanto, promovido a expulsão, dos centros das cidades, das populações pobres, que encontrariam nas periferias espaços mais condizentes com sua situação econômica e social. Na grande maioria das vezes, esses espaços, ainda inabitados, seriam loteados e/ou ocupados de forma “ilegal”, sendo justamente a completa ausência de infra-estrutura e regularização – ou seja, sua “informalidade” - que permitiria o barateamento e o conseqüente acesso dessas parcelas da população a esses solos urbanos periféricos.⁵⁸ Nesse contexto, as cidades passariam a ser compostas de uma versão *formal, legislada, conhecida e exposta*, e de outra *informal, ilegal, invisível*. A produção e a apropriação do espaço nesta “cidade informal” – a periferia – estaria pautada, principalmente, pelo binômio loteamentos clandestinos–autoconstrução, através dos quais, com a conivência do Estado⁵⁹, a própria população arcaria com todos os custos de sua inserção e permanência no espaço urbano, devendo “construir sua própria cidade através de múltiplos conflitos e à margem da legislação em vigor, ou seja, na ilegalidade”.⁶⁰

A partir da compreensão, através dos estudos acadêmicos mencionados, desse “sistema informal” instituído como regra e possibilidade quase que exclusiva de inserção e permanência das populações pobres na cidade, será no contexto das disputas pela redemocratização que esta tematização da “cidade legal” *versus* a “cidade clandestina” deixará o círculo restrito das análises acadêmicas para ser incorporada ao discurso das mais variadas entidades e movimentos da sociedade civil.⁶¹ A contraposição cidade formal/cidade informal irá se propagar principalmente junto aos movimentos por reforma urbana e direito à cidade: nesse momento, tal

⁵⁸ “[...] a periferia oferece como fator de atração a ‘informalidade’ presente nas relações sociais entre loteadores, corretores e compradores, permitindo à classe trabalhadora fazer e desfazer contratos informais e solucionar problemas por relações face a face” (Valladares, 1983:48).

⁵⁹ Sobre a posição estabelecida pelo Estado com relação a tais processos de produção “informais” e “ilegais” do espaço urbano, veja-se o que diz Panizzi (1989:89): “... as infrações às diversas normas são toleradas e, às vezes, incentivadas pelo Estado. Essas práticas sociais ‘ilegais’ permitem o acesso aos serviços urbanos pela população de baixo poder aquisitivo assim como a urbanização de bairros ‘ilegais’ sem investimento público. Essas tolerâncias possibilitam a venda e a rentabilidade econômica de terrenos cuja regulamentação urbanística não permite a urbanização. Sobretudo elas propiciam aos homens políticos apoiarem-se nas reivindicações populares por infra-estrutura, por serviços urbanos e pela legalização da posse da terra, e, assim, legitimarem sua representação política nessas áreas. Eles estabelecem, assim, um controle sobre os terrenos ocupados ilegalmente e instauram relações de clientelismo.” Para abordagens mais específicas acerca do contexto paulistano: Grostein (1989); Rolnik (1997), entre outros.

⁶⁰ Panizzi (1989:84 – grifos meus). Ainda que a maioria dos estudos aqui referenciados tenha se concentrado sobre a produção do espaço urbano paulistano a partir de um modelo de periferização, estudos simultâneos ou subseqüentes apontaram o mesmo processo em diversos outros estados, bem como sua reprodução também em cidades de médio porte. Cf. Panizzi (1989), Durham (1986), entre outros.

⁶¹ Silva (1990:33).

dicotomização tinha um propósito político claro, visando a dar visibilidade aos processos de segregação que constituíam a produção das cidades brasileiras.⁶²

Simultaneamente à identificação e publicização das formas ilegais e desiguais através das quais se dava a crescente urbanização do país, instaura-se um processo de questionamento do direito positivo do Estado e de disputa pela construção de novos direitos, configurando-se também a promessa de uma nova legalidade urbana em gestação, que poderia “romper com a ilegalidade ou clandestinidade da cidade paralela”.⁶³ Apostava-se, nesse momento (fins da década de 1980), em uma guinada em termos tanto da legalidade quanto do planejamento urbanos,⁶⁴ os quais deveriam passar a ser compreendidos como “pactos de negociação” entre os diversos “agentes” que produzem e se apropriam do espaço urbano e que partiriam justamente da heterogeneidade da cidade real, e não de um modelo abstrato e ideal.⁶⁵

Entretanto, como a história nos mostra, apesar das inegáveis conquistas desse período, as cidades (salvo raras exceções) permaneceram produzindo-se, ainda, a partir das “ações *homogeneizadoras* que permearam as práticas de planejamento e que encaram as *diferenças* pelo vínculo da sua *subalternidade*”⁶⁶, justamente à maneira do que se apostava romper há quase duas décadas. A discussão trazida à tona na época sobre a existência de “duas cidades”, uma formal e outra informal, uma legal e outra clandestina, ao longo dos anos foi sendo paulatinamente reapropriada pela mídia, pelo “discurso competente”⁶⁷ de políticos e profissionais, por organizações não-governamentais, por agências multilaterais e de financiamento internacional. Às avessas, tal discussão dotou-se de uma nova legitimidade social, recolocando a questão sob outros pontos de vista, um tanto mais perversos: sejam os da criminalização e marginalização generalizada (associados à ‘ilegalidade’), sejam os da “desordem” e da necessidade de “requalificação” (associados à ‘informalidade’), ou ainda os da “filantropização” da pobreza (associados à ‘exclusão’), para citar apenas alguns⁶⁸.

⁶² Cf. Caldeira (1984:7 – grifos meus): “Em outras palavras, foi em um *processo político* que uma fatia do espaço urbano, *qualificada pelo que ela não tinha*, passou a ser conhecida como periferia”.

⁶³ Silva (1990: 33).

⁶⁴ Tal aposta tinha como referência o processo de elaboração da Lei Orgânica e do Plano Diretor que se instaurava na cidade de São Paulo, sob a gestão da prefeita Luiza Erundina, eleita pelo Partido dos Trabalhadores em 1989. (Silva, 1990)

⁶⁵ Silva (1990:35); Rolnik (1997:209).

⁶⁶ Silva (1990:35 – grifos meus).

⁶⁷ Chauí (1980).

⁶⁸ Telles (2006:62) sintetiza de maneira objetiva esse contexto de esvaziamento de noções que até bem pouco tempo atrás constituíam o plano de referência sob o qual as reflexões sobre as cidades e o país eram produzidas: “Antes, as questões urbanas eram definidas sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 60/70)

Se, em um primeiro momento, a tematização da *cidade informal* pretendia contrapor-se a um urbanismo e a uma legalidade urbana elitistas e excludentes, mais recentemente, em um contexto de ‘deslocamentos de sentido’ decorrentes das mudanças do capitalismo contemporâneo (Telles, 2006), ela realimenta essas mesmas práticas de intervenção e regulação da cidade⁶⁹. Sem mais poder ignorar as favelas e periferias – dada a admissão da inexorabilidade da pobreza – tais práticas, sob o discurso da inserção à *formalidade* e à *legalidade*, ora pautam-se pelos já conhecidos mecanismos de “consolidação” de tais espaços através de uma somatória de ações pontuais, esporádicas e clientelistas (que, em sua grande maioria, limitam-se a solucionar apenas parte dos problemas, concentrando-se nas questões infra-estruturais emergenciais e visando a manter o controle sobre os moradores), ora apostam na “requalificação” através da “urbanização” e da “regularização” de tais territórios. Com o pretexto de recuperá-los urbanisticamente, estes últimos assumem, muitas vezes, um caráter autoritário, desprovendo tais espaços de seus significados e identidades, impondo novas lógicas de ocupação, agregando maior valor àquelas parcelas de solo urbano que se tornam, assim, passíveis de extração de valor pelo capital imobiliário⁷⁰, e promovendo, muitas vezes, uma “remoção branca”⁷¹.

e, depois, da construção democrática e dos direitos sociais como cifra de uma modernidade pretendida como projeto (anos 80). Agora, os horizontes estão mais encolhidos, o debate em grande parte é conjugado no presente imediato das urgências do momento, e o problema da pobreza urbana tende a deslizar e, no limite, a se confundir com os problemas da ‘gestão urbana’.

⁶⁹ Pulhez (2007), em estudo crítico sobre a prática arquitetônica e a urbanização de favelas, demonstra, através de revisão histórica e estudos de casos contemporâneos, a perversa reapropriação, por agências internacionais de desenvolvimento e, em consequência, pelo aparato estatal brasileiro, do ideário de participação popular historicamente construído por diversos atores sociais em defesa da universalização dos direitos e da democratização do Estado, da sociedade e da cidade. Esse processo teria levado à institucionalização e consagração da denominada “urbanização de baixos padrões”, ao longo dos anos 1990, como “solução eficiente” para o enfrentamento das desigualdades urbanas, em um contexto que reduz o papel das políticas estatais à “gestão da vulnerabilidade social” e, articulando discursos tão distintos quanto o da necessidade de “ajustes estruturais da economia” e o do “respeito à autodeterminação comunitária”, legitima a ausência de responsabilidade do Estado frente às demandas habitacionais e urbanas das camadas pobres da população.

⁷⁰ Nesse contexto de deslocamentos de sentido a que venho me referindo, a defesa da regularização fundiária, antes bandeira dos movimentos pelo direito à cidade, é também perversamente reapropriada: defendendo que a informalidade urbana é uma espécie de capital morto e que os poderes públicos devem integrá-los à economia de mercado, autores como o economista peruano Hernando De Soto propõem a regularização fundiária em larga escala como forma de, através da “integração” da moradia ilegal na “cidade formal”, incluir os socialmente “excluídos” na economia urbana (Lago, 2003). O autor peruano defenderia que os pobres “na verdade são ricos, mas incapazes de ter acesso à própria riqueza (propriedade imobiliária construída no setor informal) e de transformá-la em capital líquido porque não têm contratos formais e nem títulos de propriedade. A concessão de títulos, afirma ele, criaria instantaneamente um enorme patrimônio com pouco ou nenhum custo para o governo”, movimentando a “economia popular” nas favelas e periferias (Davis, 2006:88). Criticando duramente a abordagem de De Soto, Davis (2006:89) associa tais idéias à “ideologia neoliberal e antiestatal predominante”, afirmando serem também atraentes “para os governos, porque lhes promete algo – estabilidade, votos e impostos – em troca de praticamente nada”.

⁷¹ A chamada “remoção branca” se caracteriza como uma expulsão indireta decorrente da valorização de parcelas do solo urbano e consequente aumento dos custos de vida da população residente.

Sob a perspectiva analítica que disseminou essa abordagem dicotômica visando a questionar as formas desiguais por meio das quais a cidade se produzia (e se reproduzia), mais do que nunca esta estaria, atualmente, dividida entre formal e informal, legal e clandestina, imersa nas mais profundas “dimensões da tragédia urbana”⁷², uma vez que as parcelas da população vivendo nessas ‘cidades informais’ são cada vez maiores, a ilegalidade urbana atinge patamares sem precedentes e, reforça-se, cada vez mais, a hierarquização socioespacial das cidades, marcadas pela “combinação entre o desemprego estrutural, a crise de organização dos movimentos sociais e o abandono do Estado”.⁷³

Dada a evidência incontestável do aprofundamento das desigualdades socioespaciais, essa abordagem tem prevalecido desde seu incisivo retorno naqueles debates produzidos a partir da década de 1990 sobre as favelas cariocas, mencionados anteriormente, passando por todo um conjunto de trabalhos estruturados em explicações gerais sobre “a cidade e sua crise”, a partir de chaves de leitura como “exclusão social” ou “segregação urbana” e de tipificações da pobreza e seus territórios na cidade [Telles, 2006; Valladares, 2005]. Além disso, as representações do senso comum permanecem profundamente atravessadas por esses modelos dicotômicos de compreensão da sociedade e da cidade, mas não somente: a referência a essa cidade dicotomizada é recorrente em parte significativa das políticas sociais e das intervenções urbanas levadas a cabo nos últimos tempos, para as quais as favelas e periferias – alcunhadas “aglomerados subnormais”⁷⁴ – permanecem sendo homogêneas, perigosas, desordenadas, ilegais e marcadas pela “ausência” e pela “carência”.

Entretanto, as mudanças em curso na economia e na sociedade, desde pelo menos o final dos anos 1980 e intensificadas a partir da segunda metade dos anos 1990, vêm desestruturando o “diagrama de relações” entre trabalho, cidade e Estado a partir das quais se formularam as reflexões sobre a “questão urbana” no Brasil, embaralhando os pares conceituais que antes pautavam tal debate: não é de hoje que se evidencia uma “ampliada e crescente zona de

⁷² Maricato (2002).

⁷³ Frugoli (2005:144).

⁷⁴ A definição categorial “Setores Especiais de Aglomerado Subnormal” foi estabelecida pelo IBGE e passou a ser adotada por certos programas modelares de intervenção junto aos ‘territórios da pobreza nas cidades’, como o Habitar Brasil Bid, para determinar quais espaços urbanos se encaixariam nas “exigências” dos mesmos para concessão de financiamento, ou seja, aqueles que se encontram abaixo dos limites definidos por tais organismos como “normalidade”. Cf. Ministério das Cidades (2004 – grifos meus): “Assentamento Subnormal – AS: assentamento habitacional *irregular* - favela, mocambo, palafita e assemelhados - localizado em terreno de *propriedade alheia*, pública ou particular, ocupado de forma *desordenada* e densa, *carente* de serviços públicos essenciais, inclusive em área de risco ou *legalmente protegida*.” Ver também Rolnik (1997).

indiferenciação entre o lícito e o ilícito, o direito e o não-direito, entre público e privado, a norma e a exceção”.⁷⁵

As referências gerais sobre emprego e desemprego, transformações sociodemográficas e formas de segregação urbana esclarecem pouco sobre configurações societárias que embaralham as antigas clivagens sociais e espaciais próprias da “cidade fordista”, com suas polaridades bem referenciadas entre centro e periferia, entre trabalho e moradia, entre mercado formal e mercado informal. (Telles, 2006:49)

Isso posto, não seria, portanto, o caso de questionarmos, a partir do exercício crítico aqui esboçado acerca da ‘dicotomização da cidade’ promovida ao longo de décadas de estudos urbanos, se tal abordagem, ao delimitar teoricamente fronteiras demasiado rígidas entre duas formas de produção e apropriação da cidade, não deixaria escapar as relações extremamente dinâmicas e móveis que caracterizam na prática tais fronteiras, em especial no contexto mais recente de produção das cidades, recaindo, muitas vezes, em interpretações – e intervenções - homogeneizantes sobre as favelas e periferias?

Ao problematizar tais espaços como sendo o “avesso da cidade”, essas interpretações acabam por identificar “a cidade” a uma cidade “produzida” teoricamente, olhando para as cidades “reais” através apenas das lentes que as distanciam cada vez mais dessa cidade conceitual, repondo, muitas vezes, aquele impasse – e o conseqüente imobilismo - analítico que aponta somente para as dimensões de “crise”, de “tragédia”, de “ausência”, de “desmonte”.

Afinal, que cidade é essa que não estaria presente nas favelas e periferias? Não seria a mesma cidade que as produz e que é também produzida por elas? E o que dizer da enorme parcela da sociedade que vive nesses espaços, das práticas, relações, disputas que os produzem e lhes dão sentido cotidianamente? Não seriam estes outros aspectos a serem considerados como forma – sim - de produção da cidade?⁷⁶

Diversos autores têm chamado a atenção para o fato de que as análises pautadas por concepções duais da sociedade e da cidade não têm dado conta de apreender as “realidades urbanas em mutação” ou, em outras palavras, de compreendê-las como *processos históricos* levados a cabo por “um intrincado e multifacetado jogo de atores”, uma vez que, a despeito da inegável existência das desigualdades e diferenças e de seu significativo aumento nos últimos

⁷⁵ Telles (2006:53).

⁷⁶ Essa é, em grande medida, uma das inquietações centrais que movimentam esta pesquisa.

anos, já há algum tempo elas vêm se condensando em espaços múltiplos, redesenhados a partir de práticas, circuitos e relações que não cabem “nas dualidades supostas nos estudos anteriores”⁷⁷.

Buscando compreender as permanências e rupturas frente aos fenômenos das favelas e periferias, tanto do ponto de vista das dinâmicas em curso nesses espaços quanto do ponto de vista conceitual, novos estudos vêm sendo produzidos desde o fim dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, tateando outras possibilidades de compreensão e interpretação dos mesmos. É na senda investigativa aberta por tais trabalhos que concluiremos este capítulo, a seguir.

■ Favelas, periferias: novas abordagens e perspectivas

As últimas décadas assistiram a uma ampliação crescente dos estudos sobre a produção das cidades brasileiras e seu processo de urbanização segregatório, com as deficiências, os colapsos estruturais e os problemas socioambientais dele decorrentes. Grande parte desses estudos concentraram-se nas grandes metrópoles e, desde a década de 1990, vários deles têm focalizado as distinções ou aproximações entre essas cidades e suas correspondentes internacionais, as chamadas cidades “globais” ou “mundiais”, fazendo ecoar o debate internacional sobre os impactos sociais e espaciais das mudanças econômicas nas cidades.

Tomando, em grande medida, os espaços das favelas e periferias como lócus privilegiado da “tragédia urbana”, produzem-se abordagens que, pautadas por análises gerais, levam a conclusões já bastante (re)conhecidas, como a ausência do Estado, a ausência de cidadania e participação, a carência generalizada, a segregação socioespacial, a violência, por vezes (re)construindo estereótipos e tipificações e (re)alimentando a construção da imagem de cidades caóticas, desordenadas e sem salvação.

Mais recentemente, em especial a partir dos anos 2000, uma gama diversificada de trabalhos passou a introduzir questionamentos a essas explicações gerais sobre ‘a crise urbana’, bem como às definições categoriais de “pobreza”, “exclusão” ou “segregação”. Nesse contexto, esforços de reinterpretação das favelas e periferias vêm sendo empreendidos, mobilizando e

⁷⁷ Telles (2006:61). Veja-se, por exemplo: Marques & Bichir (2001; 2001a); Torres & Marques (2001); Lago (2003); Valladares (2005).

articulando referências, disciplinas, fontes, métodos os mais variados. Se, por um lado, reatam-se criticamente fios das abordagens produzidas ao longo das décadas de 1970 e 1980⁷⁸, por outro, busca-se construir novos parâmetros do debate sobre esses fenômenos urbanos.

Há, por exemplo, um conjunto de pesquisas recentes sobre as características da pobreza urbana, sua cartografia no espaço das cidades e as diversas variáveis que compõem a desigualdade social e a exclusão territorial⁷⁹. Através de novos procedimentos de medida e construção de indicadores sociais, do recurso a técnicas de geoprocessamento de variáveis sócio-econômicas, da análise comparativa por cruzamento de dados estatísticos, esses trabalhos vêm compondo um universo de evidências empíricas que alimentam o debate recente sobre os chamados “novos padrões de segregação sócio-espaial”.

Alguns desses estudos, focados na Região Metropolitana de São Paulo⁸⁰, contrapõem-se à idéia de “esgotamento do padrão periférico” de expansão da cidade⁸¹, constatando a permanência da ocupação de áreas “periurbanas” por populações de baixa renda como o principal elemento estruturador do crescimento da metrópole.

Entretanto, se os dados reafirmam um crescimento periférico continuado, por outro lado, colocam em questão a oposição dual centro-periferia, que demarcaria um forte contraste entre ambos os pólos, a partir de critérios como concentração de riqueza, infra-estrutura e serviços, em progressão decrescente do centro para a periferia (Torres *et al*, 2003): a despeito da inevitável constatação das desigualdades que a atravessam, a cidade e suas periferias não seriam tão homogêneas assim, afirmam tais estudos. São questões importantes trazidas por esse debate recente, que introduzem novidades significativas em relação aos antigos trabalhos sobre as periferias.

⁷⁸ Conforme procurei apresentar, de forma panorâmica, nas duas primeiras seções deste capítulo, tais estudos, em seu esforço interpretativo sobre os contextos urbanos no Brasil, abriram caminho para uma série de outros trabalhos que seguem sendo produzidos de maneira direta ou indiretamente referenciada a muitos desses já “clássicos”. As questões que os animavam ao longo das últimas décadas se desdobraram em outras tantas, redefinindo-se, e as favelas e periferias urbanas, enquanto campo ou objeto de estudos, mais do que nunca se constituem em desafios para as reflexões acadêmicas.

⁷⁹ São trabalhos que, ainda concentrados nas metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, de forma geral vêm introduzindo uma série de novas questões fundamentais para os estudos sobre as favelas e periferias urbanas no país. Vejam-se, por exemplo: Preteceille & Valladares (2000; 1999); Torres & Marques (2001); Marques & Bichir (2001; 2001a); Taschner (2002); Torres *et al* (2003); Saraiva & Marques (2004).

⁸⁰ Como os produzidos pelo Centro de Estudos da Metrópole, em grande medida coordenados por Eduardo Marques e Haroldo Torres, entre outros, e desenvolvidos em conjunto com uma série de novos pesquisadores que vêm sendo formados sob o referencial teórico e metodológico que ali vem se consolidando.

⁸¹ Apontado por autores como Rolnik (1997), dentre outros.

A noção de uma periferia uniforme, ocupada por um grupo socialmente homogêneo – “os pobres” –, marcada pela ausência de equipamentos e serviços urbanos, vem sendo sistematicamente contraposta. A começar pela concepção de periferia como “território sem Estado”⁸², propalada, ainda hoje, por grande parte da literatura: algumas dessas pesquisas⁸³ têm demonstrado que, nas duas últimas décadas, houve um investimento público significativo nas áreas periféricas da cidade, especialmente em termos de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos, o que teria sido acompanhado pela melhoria dos indicadores sociais dessas áreas (Marques & Bichir, 2001).

Tais informações contribuiriam também para a desmistificação de outra idéia corrente: a homogeneização da periferia como território da pobreza. A identificação de uma crescente heterogeneidade social nessas regiões é decorrente de diversos fatores: ainda que tenha havido uma melhora nas condições de vida de parte de seus moradores a partir do aumento dos investimentos públicos nas últimas décadas, é possível constatar também que, em algumas áreas periféricas, ainda persistem significativos diferenciais de condições de vida e atendimento por serviços⁸⁴, revelando situações distintas de pobreza urbana nas periferias. Além disso, a diversificação de grupos sociais presentes nessas áreas aponta, também, para uma distribuição espacial muito mais complexa de “pobres” e “ricos” na cidade, nas últimas décadas: os trabalhos destacam, nesse sentido, tanto a implantação de condomínios de alta renda nas periferias, como a difusão da pobreza urbana por diversos espaços da cidade, para além da sua concentração nas periferias urbanas⁸⁵.

⁸² Silva (2006:22).

⁸³ Sobre o caso paulistano, vejam-se, por exemplo: Marques & Bichir (2001; 2001a); Torres & Marques (2001). Para resultados semelhantes acerca do Rio de Janeiro: Marques (1998; 2000).

⁸⁴ Torres & Marques (2001). Introduzindo elementos para o debate sobre essas novas formas de segregação urbana, a partir da compreensão de que, a despeito dos investimentos públicos realizados nas últimas décadas nas periferias, ainda persistiriam, em algumas regiões, condições sociais extremas, os autores afirmam que “a compreensão do fenômeno da segregação espacial na cidade” estaria, portanto, “menos dependente da presença ou ausência de equipamentos e serviços, e mais associada à qualidade, à frequência e aos padrões de atendimento diferenciais entre as diversas regiões”. Atestando “que as periferias metropolitanas hoje seriam ainda mais heterogêneas do que se considera comumente, incluindo espaços já bem servidos e inseridos na malha urbana e outros cuja população está submetida cotidianamente a condições ainda mais adversas do que as vivenciadas nas décadas de 1970 e 1980”, os autores levantam a hipótese da existência de uma espécie de *hiperperiferia* espalhada entre as periferias crescentemente integradas em termos urbanos.

⁸⁵ Caldeira (2000) reflete sobre um novo padrão de relações entre riqueza e pobreza na cidade, a partir da implantação, nas periferias urbanas – espaços ‘tradicionalmente’ ocupados pelos pobres –, de condomínios residenciais destinados à população de alta renda. Tratar-se-ia de uma nova modalidade de segregação urbana, na qual pobres e ricos estariam mais próximos espacialmente, mas ainda mais distanciados socialmente, o que se refletiria no isolamento fortificado de tais condomínios em meio a áreas ainda precarizadas das periferias. Por outro lado, embora ainda se concentre predominantemente nas periferias, estaria em curso uma espécie de distribuição geográfica da pobreza por toda a cidade, pulverizando-se em pequenas favelas, ocupações de interstícios urbanos e no ressurgimento de cortiços [Kowarick, 2002; Torres *et al.*, 2003].

Telles (2006), sintetiza com precisão o volume impressionante de informações produzidas por esses estudos, bem como a escala das transformações urbanas que eles apresentam:

Descobre-se que a cidade é muito mais heterogênea do que se supunha, que seus espaços são atravessados por enormes diferenciações internas, que pobreza e riqueza se distribuem de formas descontínuas, que os novos empreendimentos imobiliários e equipamentos de consumo alteram as escalas de proximidade e distância entre pobres e ricos, que os investimentos públicos realizados nos últimos anos desenham um espaço que já não corresponde ao *continuum* centro-periferia enfatizado pelos estudos urbanos dos anos 80 e que, enfim, somando tudo, se as desigualdades e diferenças existem e aumentaram nos últimos anos, elas se cristalizam em um espaço fragmentado que não cabe nas dualidades supostas nos estudos anteriores. (Telles, 2006:60,61)

Um debate semelhante vem sendo feito no Rio de Janeiro acerca das favelas, introduzido, dentre outras, por pesquisas realizadas por Lícia Valladares nos últimos anos. Em trabalhos (Preteceille & Valladares, 1999; 2000) que têm sido base, inclusive, para outros mais recentes sobre as favelas em São Paulo⁸⁶, as análises estatísticas são o instrumento acionado para questionar a tipificação das favelas promovida por grande parte dos estudos⁸⁷: “a favela” seria um espaço específico e homogêneo de concentração da pobreza na cidade que, “marcado pela irregularidade na ocupação do solo e precariedade em termos de serviços públicos e equipamentos urbanos”, estaria “engrossando a cidade ilegal”.⁸⁸

As análises apontam para a diversidade de situações identificadas nas favelas, tanto no aspecto da presença de infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos – atestando que elas não estariam pautadas exclusivamente pela ausência ou precariedade, havendo situações variadas entre as mesmas, com porcentagem significativa de favelas cujas condições se igualariam às da chamada “cidade formal” -, como também do ponto de vista da condição legal da ocupação – identificando variações significativas em termos de propriedade da construção e/ou do terreno, não sendo irrelevantes os dados relativos a favelas que apresentam “perfil idêntico ao de uma ‘urbanização regular’” -, ou ainda no que diz respeito às condições sócio-

⁸⁶ Alguns trabalhos, nessa mesma linha, vêm sendo produzidos a respeito das favelas paulistanas pelo Centro de Estudos da Metrópole, de forma complementar àquelas abordagens anteriormente apreenhadas sobre as periferias. Considerando as favelas paulistanas, quando analisadas em escala mais ampla, como um “fenômeno muito mais intensamente associado à periferia do que usualmente é destacado pela literatura”, esses trabalhos apresentam conclusões bastante próximas às dos estudos cariocas, apontando para a heterogeneidade social e espacial das favelas. Para alguns desses estudos veja-se, por exemplo, Saraiva & Marques (2004).

⁸⁷ Cf. Preteceille & Valladares (2000: 481): “Nossa intenção, ao realizar esse trabalho, foi testar estatisticamente as diferenças presentes ou não no universo das favelas, quando comparadas ao restante do conjunto social”. Os autores questionam veementemente a abordagem do universo das favelas como uma unidade – ‘a favela’.

⁸⁸ Preteceille & Valladares (2000:460); Valladares (2005).

econômicas – por mais que se verifique que a grande maioria das favelas se encontram abaixo da média, há variações entre elas, “revelando a presença de desigualdades dentro da pobreza”, ou seja, a existência de um processo de diferenciação social interna. Por outro lado, aquelas condições freqüentemente associadas às favelas - e que as identificariam como os “espaços da exclusão social na cidade” - foram encontradas em porcentagem considerável também fora das mesmas, relativizando a idéia de que seriam especificidades desses espaços⁸⁹.

Em trabalho mais recente, entretanto, a própria autora alertaria para o fato de que, frente à persistência dos “dogmas” que encobrem a realidade múltipla das favelas - como também da pobreza urbana e da própria cidade –, não bastaria simplesmente “fazer a contraprova com base nas evidências empíricas de pesquisas recentes”⁹⁰: para além da produção de novos dados e informações, faz-se fundamental problematizá-los mais de perto, repensando os parâmetros críticos e descritivos dos estudos urbanos. [Valladares, 2005; Telles, 2006].

Nesse ponto, a proposição da pesquisadora converge com uma outra gama de estudos recentes que tomam favelas, periferias, ocupações urbanas como objetos e campos de reinterpretação da “questão urbana” brasileira, a partir de percursos exploratórios e pesquisas de campo que buscam compreender os espaços urbanos sob a luz das tramas sociais que os configuram.

Ainda que os dados produzidos pelas pesquisas anteriormente apresentadas venham permitindo uma análise cada vez mais fina e detalhada do espaço urbano, oferecendo uma multiplicidade de informações sobre suas transformações nas últimas décadas, há outros aspectos dessas transformações que precisariam ser desvendados: “pouco se sabe do modo como os processos em curso redefinem e interagem com a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e suas hierarquias, as práticas sociais e os usos da cidade, as novas clivagens e diferenciações que definem bloqueios ou acessos diferenciados aos seus serviços e espaços”, bem como de que forma se redesenham, a partir de todos esses processos, o mundo social e seus circuitos, os campos de práticas, as relações de força e o próprio espaço da cidade (Telles, 2006:49). Partindo das constatações e novidades introduzidas pelas evidências empíricas mobilizadas por aquelas pesquisas, a gama de trabalhos em questão procura matizar

⁸⁹ Preteceille & Valladares (2000:481-483). Caberia ressaltar o quão significativa é a aproximação entre as informações apresentadas pelos estudos sobre as periferias e favelas paulistanas e cariocas, no sentido de apontar novos caminhos para os debates sobre a produção das cidades e a pobreza urbana.

⁹⁰ Telles (2006b:143)

tais diagnósticos, verificando de que modo todas aquelas transformações estão sendo operadas na prática: a partir de que jogos de atores, de quais relações e através de que mediações elas se configuram?

Nessa perspectiva, há um número significativo de trabalhos importantes sendo produzidos em conjunto e enfocando essencialmente periferias e favelas paulistanas⁹¹, além de diversas outras pesquisas que, sem conexão direta entre si, vêm pautando-se por abordagens semelhantes, tratando, além desses espaços, também das favelas cariocas⁹². São estudos recentes, muitos ainda em andamento, não sendo possível, portanto, apreender desde já se um novo plano de referências poderia estar se compondo a partir dessas reflexões. Entretanto, algumas características em comum podem ser identificadas, e são de grande valia para este estudo.

Na tentativa de renovar e articular parâmetros críticos e parâmetros descritivos para pensar 'o urbano'⁹³, nota-se, entre os trabalhos, a prevalência absoluta da *pesquisa de campo*: "tornou-se imperativo retomar o debate sobre o método, atravessar as fronteiras disciplinares e encontrar formas mais precisas de descrever" tais realidades urbanas e suas composições sociais⁹⁴. A "*prática restrita da interdisciplinaridade*"⁹⁵ é algo em comum a destacar nesses trabalhos, em que perspectivas antropológicas e aproximações a métodos etnográficos são experimentadas, de variadas maneiras, em suas interfaces com a sociologia, a ciência política, a psicologia social, a arquitetura e o urbanismo⁹⁶. A atenção a categorias e representações 'nativas'; a apreensão, através de trajetórias individuais e familiares, de práticas, processos e expedientes mobilizados na produção do espaço urbano; a perspectiva relacional adotada para compreender tais fenômenos a partir dos cruzamentos, das mediações, dos agenciamentos,

⁹¹ Refiro-me aqui, principalmente, ao trabalho conjunto de pesquisa coordenado por Vera da Silva Telles e Robert Cabannes e desenvolvido com a participação de um verdadeiro 'coletivo de pesquisa'. O livro organizado por Telles & Cabannes (2006) além de oferecer um panorama riquíssimo das pesquisas desenvolvidas, pode ser considerado uma referência fundamental sobre as novas abordagens a que me refiro aqui. Além do livro, vejam-se também: Silva (2006); Hirata, Daniel. *O futebol varzeano: práticas sociais, disputas pelo espaço e violência em São Paulo*. FFLCH-USP, 2005; Ferreira (2005); além de outras pesquisas ainda em andamento, como as de José César Magalhães Jr, Tiaraju D'andrea e Carlos Freire, apresentadas no Seminário *Experiências de pesquisa: relações sociais e espaços urbanos*, realizado na EESC-USP, em 2006, do qual também participei.

⁹² Vejam-se, por exemplo: Feltran (2005; 2008); Freire (2005); Piccolo (2006); Rizek (2006); Cavalcanti (2007); Pandolfi & Grynspan (2003), Alvito (2001); Zaluar & Alvito (2003); Rosa (2006); Pulhez & Rosa (2007); Pulhez (2007). Há, obviamente, uma série de outros trabalhos sendo produzidos sob perspectivas semelhantes; menciono aqui apenas alguns dos quais foi possível a esta pesquisa tomar conhecimento.

⁹³ "Duplo desafio: a construção de parâmetros críticos (e a reativação da tradição crítica das ciências sociais) implica, ao mesmo tempo, a construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação" (Telles, 2006:48).

⁹⁴ Cf. formulação de Gabriel Feltran, em versão preliminar de sua tese de doutorado em Ciência Política, ainda em andamento.

⁹⁵ Entendida como diálogos, intersecções, "trocas controladas" entre campos disciplinares. Cf. Lepetit (2001).

⁹⁶ Caberia destacar novamente, aqui, a pouca participação identificada da história urbana no estudo de fenômenos como as favelas e periferias urbanas, conforme já mencionado na Apresentação deste trabalho.

das relações que os produzem: eis alguns dos recursos mobilizados na tentativa de promover uma revisão analítica e conceitual do universo em questão que, obviamente, é tarefa de grande envergadura e exige um esforço conjunto de pesquisa, que, contudo, parece estar em curso.

Um questionamento de fundo atravessa boa parte dos trabalhos mencionados nesta seção, os quais, sob distintas abordagens teóricas e metodológicas, têm nas favelas e periferias seu foco de atenção: seria possível superar as dualidades através das quais essas realidades foram lidas durante décadas? Até onde seria possível desconstruí-las? Em que medida seria possível usá-las como polaridades provisórias?

Há, de fato, uma espécie de “crise de conceituação”, como se o uso indiscriminado de certos conceitos e categorias tivesse promovido seu esvaziamento⁹⁷: “já é lugar comum dizer que nossas teorias e categorias de análise não dão conta das novas realidades”.⁹⁸ “Hiperperiferia”, “periferia consolidada”, “periferia não-consolidada”, “periferia metropolitana”, “favela consolidada”, “favela urbanizada”, “favela de periferia”, “comunidade”: há todo um novo léxico sendo gestado⁹⁹, ainda disforme, decorrente da necessidade de nomear novos fenômenos urbanos resultantes de uma cada vez mais crescente diferenciação dos espaços da pobreza nas cidades. Na medida em que os estudos têm procurado demonstrar, descrever e compreender as insuspeitadas transformações pelas quais esses espaços – e as práticas, os processos e os expedientes mobilizados em sua produção – vêm passando nas últimas décadas, os conceitos e categorias antes acionados – como cidade informal, cidade ilegal, ou mesmo favela e periferia – parecem já não dar conta da diversidade de realidades¹⁰⁰ que continuam a nomear de forma genérica, impondo, no mínimo, a reflexão sobre seus usos, para que não se perca sua capacidade interpretativa.

⁹⁷ Ou, como melhor formulado por Telles (2006:61): “não se trata talvez de um esvaziamento conceitual, mas de um outro agenciamento das palavras e das coisas em um outro pólo de gravitação das questões”.

⁹⁸ Telles (2006:54)

⁹⁹ Alguns estudos bastante interessantes foram produzidos sobre os processos históricos de constituição dos vocabulários para nomear as experiências, as práticas ou os espaços urbanos, como: Pereira (2001); Bresciani (2001).

¹⁰⁰ Veja-se, por exemplo, o caso das periferias: são já significativos os trabalhos que enfocam a multiplicidade de formas urbanas em que se desdobraram as periferias nas últimas décadas - loteamentos, ocupações, favelas, conjuntos habitacionais, mutirões etc – bem como seus distintos graus de precarização e/ou consolidação.

As reflexões apresentadas neste capítulo se colocam como ponto de partida desta dissertação, que pretende, a partir da abordagem histórica de um estudo de caso, levantar algumas questões acerca da produção e apropriação do espaço em favelas e periferias urbanas. A pesquisa que movimenta este trabalho procura compreender historicamente o processo de produção de um espaço urbano que se origina como uma pequena ocupação ilegal na década de 1970; amplia-se e passa a ser representado socialmente como uma favela (*Favela do Gonzaga*) na década de 1980; após uma série de intervenções públicas, transforma-se oficialmente em um loteamento popular periférico, sendo renomeado como bairro (*Jardim Gonzaga*) na década de 1990 - o que não o impediria de dar lugar a novos núcleos favelizados e tornar-se regionalmente representado como um dos redutos do tráfico de drogas e da violência na cidade - e, nos anos 2000, torna-se alvo, mais uma vez, de uma ampla e modelar intervenção urbanizadora.

Este estudo deixa entrever que, no bojo das dificuldades de enquadramento conceitual dos espaços de moradia dos pobres na cidade, estaria a escassez de pesquisas que se proponham a apreender a historicidade dessas “formas sociais urbanas”¹⁰¹, que são produzidas e apropriadas cotidianamente e processualmente. Buscando trazer à tona justamente esse *processo histórico*, que se molda a partir de uma multiplicidade de *relações* estabelecidas entre diversos atores sociais, sob condições e contextos variados, a pesquisa sugere a existência de permeabilidades e cruzamentos entre os supostos pólos configurados pelos pares conceituais cidade e favela, centro e periferia, cidade formal e informal, cidade legal e ilegal, que muitas vezes as definições e estratificações categóricas parecem obscurecer.

Sem a pretensão de responder ou oferecer explicações, estas são algumas das questões que estão no horizonte da pesquisa que ora se apresenta. O que segue, tomando como subsídios as reflexões aqui introduzidas, são histórias do processo de produção do espaço do Jardim Gonzaga, reconstruídas a partir do cruzamento entre documentos oficiais e relatos de memórias de alguns dos diversos agentes envolvidos nesse processo, buscando compreendê-lo a partir do jogo de mediações e conexões que simultaneamente reafirma e transborda o seu caráter local.

¹⁰¹ Valladares (2005:145).

2 ■

Favela do Gonzaga, das origens à consolidação

■ Memórias de uma “*fundação*” da favela: a ocupação como último recurso

São Carlos, como a grande maioria das cidades de porte médio do interior do estado de São Paulo, vem assistindo, com especial intensidade a partir da década de 1970, à reprodução do modelo de urbanização – tão característico de grandes cidades, como São Paulo – pautado pela periferização e pela segregação socioespacial. Já na década de 1940, um espaço destinado aos trabalhadores pobres se conformara na região sul da cidade, em descontinuidade com a malha urbana central, a partir do marco espacial definido pela linha férrea e pela estação ferroviária. Essa região se consolidará, ao longo da segunda metade do século XX, como uma grande área de expansão urbana periférica, com a abertura de inúmeros loteamentos – regulares ou irregulares – destinados aos trabalhadores urbanos de baixa renda de São Carlos¹.

Será exatamente nessa região da cidade que o Jardim Gonzaga, bairro popular cujas histórias de produção e apropriação do espaço serão reconstruídas ao longo das próximas páginas, surgirá na década de 1970 como uma ocupação irregular de terra. Essa ocupação, logo favelizada, se espalharia ao longo das áreas livres – nas margens de uma grande encosta – de três loteamentos populares precariamente implantados nessa região, no que era, então, um dos limites da área urbanizada do município.

Sua gênese se distingue sobremaneira da dos bairros que o cercam e aproxima-se, em muitos

¹ De fato, na região sul da cidade, delimitada pelos trilhos da ferrovia, viria a se constituir o primeiro bairro operário, bem como sua primeira “zona industrial”, quando, ainda sob o marco da economia cafeeira, unidades produtivas industriais foram se instalando ao longo da ferrovia. E a partir delas, já nas primeiras décadas do século XX, fez-se crescente a presença de moradias de trabalhadores industriais nessa região. Entre as décadas de 1940 e 1960, começam a ser criados diversos bairros e loteamentos mais a sudeste, muitos também limitrofes à ferrovia, formando um pequeno conglomerado urbano ocupado por populações de baixa renda: a expansão urbana nessa região pauta-se, inicialmente, por investimentos de industriais em áreas residenciais voltadas para seus operários e, em um segundo momento, pela abertura de loteamentos grandes e numerosos - em sua maioria irregulares - por parte de proprietários de glebas suburbanas ou rurais no extremo sul da cidade. Já na década de 1960, a implantação do distrito industrial na zona sudoeste irá reforçar a direção da ocupação de caráter “popular” ao sul da cidade (Devescovi, 1987). Os primeiros movimentos urbanos no sentido da periferização de São Carlos, como em todo o estado, pautaram-se pela articulação entre moradia e trabalho e pela expectativa de ascensão social.

aspectos, das de tantas outras ocupações já estudadas, principalmente nas grandes cidades: famílias carentes, em sua maioria migrantes que, sem condições de arcar com um aluguel nos bairros formalmente destinados aos trabalhadores pobres, nem de adquirir um lote a prestação em loteamentos periféricos para dar início ao longo caminho rumo ao “sonho da casa própria”², acabam partindo para a ocupação.

A São Carlos de meados da década de 1970, então uma promissora cidade em razão da crescente industrialização do estado, atraía tanto famílias excluídas do campo pelo processo de mecanização da agricultura, como outras vindas da metrópole, de diversas cidades do próprio estado e do país³. Vilas operárias, bairros de trabalhadores, loteamentos populares: esse era o destino daqueles que conseguiam se inserir nos postos de trabalho do crescente pólo industrial local.

No entanto, nem todos tinham a mesma sorte. Muitos daqueles que vieram para São Carlos ainda na década de 1970, apostando na “melhoria de vida”, não conseguiram trabalho na cidade, obtendo, quando muito, trabalhos agrícolas temporários. São várias as narrativas dos sujeitos da pesquisa que explicitam esse momento, como a de Sueli⁴, que descreve a vinda de sua família de Cardoso, pequeno município a noroeste do estado de São Paulo, para São Carlos, nessa época:

É, minha mãe queria vir... Porque lá em Cardoso, a gente era bem [de vida], a gente tinha nossa própria casa, meu pai tocava boi... mas minha mãe quis vir pra cá, quis vir, quis vir... Lá era tipo de

² Sobre o arcabouço ideológico que dá origem ao “sonho da casa própria”, ver, dentre outros, Bonduki (1998). A respeito dos valores populares em relação à casa própria, ver Durham (1973).

³ A partir de 1970, embora concentrada nos grandes centros urbanos, a população brasileira passou por um significativo processo de reversão de sua polarização, a partir, principalmente, do desenvolvimento de um modelo espacial de crescimento econômico - em âmbito nacional e estadual - baseado na valorização das cidades de porte médio. Após um período de recessão na década de 1960 (no contexto da mudança de regime político com a implantação da ditadura militar), segue-se o chamado “milagre econômico brasileiro”, que, no estado de São Paulo, irá repercutir em um “transbordamento da indústria metropolitana”: a estrutura industrial do estado começará a se distribuir espacialmente, de forma gradativa e sempre seguindo os eixos viários, dando margem a um processo de relativa descentralização/desconcentração espacial da indústria. Nesse contexto, destacam-se dois aspectos concernentes aos impactos do processo de industrialização sobre a dinâmica de urbanização do estado de São Paulo: 1) a intensificação da diferenciação entre cidades e regiões na divisão territorial do trabalho: a região compreendida pelo eixo Ribeirão Preto – Campinas constituiu-se como uma das mais dinâmicas, no sentido da inserção no processo de industrialização e do desenvolvimento do setor agrário, com grande capacidade de absorção de mão de obra e, conseqüentemente, grande atratividade de contingentes populacionais. Por outro lado, áreas a oeste do estado irão sofrer o grande esvaziamento do campo sem a contrapartida do desenvolvimento urbano-industrial presente na região centro-leste; 2) a ampliação dos espaços periféricos das cidades inseridas nessas regiões mais dinâmicas: simultaneamente ao processo de deslocamento industrial para o interior do estado e das mudanças tanto na estrutura agrária como nas relações de trabalho na agricultura, o processo de urbanização desses municípios se pautará pelo acirramento das “contradições urbanas”, a partir do agravamento da pobreza nas cidades. Já nos primeiros anos da década de 1970, São Carlos irá sentir a repercussão desse processo (Devescovi, 1987).

⁴ A partir de agora, os trechos de depoimentos dos sujeitos entrevistados serão citados em destaque, seguidos por identificação entre colchetes. Os nomes dos entrevistados citados no decorrer dos próximos capítulos são todos fictícios, com exceção daqueles que ocuparam cargos públicos, cujo nome virá acompanhado de sobrenome.

um 'sitiozinho'. Mas a gente era bem, não passava fome como já passamos aqui. [A mãe quis vir] porque as irmãs dela vieram e se deram bem aqui. Pra tentar uma vida melhor, né? E aí ela veio, minha mãe quis, quis, quis, aí meu pai vendeu tudo que tinha lá e veio pra cá. Aí o dinheiro acabou em aluguel, acabou em comida... [Sueli]

As tias de Sueli vieram para São Carlos poucos anos antes, para “*tentar uma vida melhor*”, e haviam “*se dado bem*”, pois conseguiram se empregar em indústrias na cidade. Sua mãe achou que conseguiriam também, mas não foi o que aconteceu. Pai, mãe e crianças mais velhas tiveram de ir trabalhar “*na roça*”, única ocupação conseguida. O dinheiro adquirido com a venda da pequena propriedade em Cardoso sustentou, por um curto período, uma trajetória de deslocamentos por bairros populares da cidade, em busca do menor aluguel⁵, até que esse dinheiro acabou, e o salário recebido “*na roça*” não foi suficiente para arcar com as despesas básicas de moradia e alimentação: “*não tinha condições de pagar aluguel, porque, roça, né? [...] Se a gente pagava aluguel a gente não comia*” [Sueli].

A gente foi morar ali na Vila Prado, porque minha tia conseguiu vir primeiro, conseguiu uma casa, e meus pais vieram e moraram junto. Mas aí, depois da Vila Prado a gente foi morar no Jardim Beatriz.⁶ Só que meus pais não arrumavam serviço, eles eram de idade, doentes, não tinham estudo. [...] nós fomos morar em uma casinha lá no Jardim Beatriz, só que eles não arrumavam serviço, e o aluguel pra pagar, estava acabando o dinheiro... aí a gente ouviu falar do Gonzaga. [Doraci, irmã de Sueli]

Sem condições de prosseguir arcando com os custos de vida na cidade, ameaçados de despejo, é nesse momento que a família parte para a ocupação, última alternativa encontrada. Ocupam, por uma semana, um bar abandonado, em um dos bairros mais próximos ao que viria a ser o Jardim Gonzaga, até tomarem conhecimento, através da rede de relações estabelecida pelo trabalho “*na roça*”, de que algumas famílias haviam ocupado um terreno por ali: seus pais e ela trabalhavam junto com 'seo' Gonzaga, o primeiro morador do Jardim Gonzaga.

Eu fui... a terceira ou a quarta pessoa que morou no 'Gonzaga', eu vim parar no 'Gonzaga' através do próprio Gonzaga. [...] Como ele, a mulher dele trabalhavam na roça todos juntos, pegaram

⁵ Nessa época, são freqüentes, nas atas consultadas da Câmara Municipal, discussões sobre a questão dos altos aluguéis cobrados na cidade, sempre associada às “dificuldades das famílias de trabalhadores” e à “necessidade de casas populares”. Em paralelo – e não por acaso - o crescimento vertiginoso de loteamentos irregulares e clandestinos é assunto que se tornará recorrente no mesmo período, estendendo-se por anos a fio. Sobre a questão da associação entre a crescente demanda por habitação nas cidades, a ausência de políticas de provisão habitacional e o espraiamento do “padrão de expansão periférico” delas, veja-se, por exemplo, Bonduki (1998).

⁶ Bairros como Vila Prado, Vila Sônia, Jardim Beatriz, Jardim Cruzeiro do Sul, Jardim Pacaembu e Vila Isabel são os locais de moradia anterior recorrentes em quase todos os depoimentos dos entrevistados – em sua grande maioria situados na região sul da cidade -, denotando trajetórias comuns de deslocamentos por bairros populares, em grande parte loteamentos voltados aos trabalhadores pobres urbanos de São Carlos.

amizade com meu pai, com minha mãe [...] Então ele trabalhava na roça, a gente trabalhava na roça junto, aí nós fizemos um barraco lá, no 'Gonzaga'. [...] Meu pai falou 'ah não, vamos mudar hoje mesmo'... o próprio caminhão da roça trouxe a gente para cá. [Sueli]

Seo Gonzaga falou assim: faz uma casinha lá onde eu moro. [...] o pessoal às vezes falava que caía bomba d'água, falava um monte de coisa do 'Gonzaga', mas aí não teve alternativa, né? Meu pai veio e fez uma casinha muito boa. [...] E era vizinha do seo Gonzaga. [Doraci, irmã de Sueli]

'Seo' Gonzaga, como os pais de Sueli e tantos outros, também trabalhava “na roça” e não tinha mais condições de pagar aluguel, nem mesmo nos ditos bairros populares. Morando em casa alugada no Jardim Pacaembu, um desses bairros, foi justamente ali que encontrou a área que sua família viria a ser a primeira a ocupar, por volta de 1976. Apesar de haver morrido poucos anos depois de ter iniciado a ocupação, antes mesmo de ela tornar-se conhecida como “favela” ou sofrer qualquer intervenção urbana, é muito presente, entre os primeiros moradores, a idéia de que 'seo' Gonzaga seria o responsável pela “*fundação da favela*”. Quando pergunto pelas origens do nome do local, as respostas são muito seguras: “*Porque foi ele que fundou a favela*”, “*Porque o fundador foi o seo Gonzaga, foi o primeiro morador*”.

As terras ocupadas por 'seo' Gonzaga correspondiam ao que seria uma “praça” do loteamento Jardim Pacaembu, áreas livres existentes em função da legislação de abertura de loteamentos da época, e que, situadas nas proximidades de uma encosta, haviam sido relegadas ao abandono desde sua constituição, em 1956, configurando, nas palavras de moradores antigos dessa região da cidade, “*um verdadeiro matagal*”, “*uma mata*”, um local desabitado e sem infraestrutura, os confins da cidade.⁷ A partir da ocupação do local pela família de 'seo' Gonzaga, a notícia começaria a se espalhar entre aqueles que não conseguiam arcar com os custos de vida na cidade, inicialmente através das redes de relações do próprio Gonzaga.

⁷ Situações como essa são bastante freqüentes nas periferias das cidades – pequenas, médias ou grandes – e configuram uma prática estratégica de abertura de loteamentos populares, visando à especulação imobiliária: a área é loteada, os lotes começam a ser vendidos – ou “doados”, em alguns casos – de forma que o local passe a ser ocupado; algum tempo depois, muitas vezes sob pressão dos moradores, a infra-estrutura básica é instalada; e apenas muito depois, os serviços e equipamentos públicos. Em alguns casos, faz parte dessa estratégia, também, lotear a área ao máximo possível, de forma que aquelas que seriam as áreas livres de destinação obrigatória – conforme a legislação da época de abertura de cada loteamento – acabam sendo as sobras do loteamento, quase sempre áreas de difícil ocupação - em função de altas declividades, por exemplo. É exatamente este o caso das terras que foram ocupadas tornando-se a Favela e depois o Jardim Gonzaga. Esta seria, segundo Gonçalves (2006), uma tendência verificada em grande parte das favelas que se formariam a partir de ocupações de áreas inutilizáveis, ao menos em um primeiro momento, pelo mercado imobiliário. Para um estudo aprofundado sobre o processo de periferização da cidade de São Carlos, ver Devescovi (1987). Uma abordagem mais ampla acerca dos mecanismos que regem a produção de loteamentos, mais especificamente os irregulares e clandestinos, a partir do caso da cidade de São Paulo, foi realizada por Grostein (1989).

Foi o caso da família de Sueli, como já visto, e também o de dona Lourdes, a segunda moradora do local, vizinha de 'seo' Gonzaga e de dona Francisca, sua esposa, quando estes ainda pagavam aluguel no Jardim Pacaembu. Após a mudança do casal, dona Lourdes vai visitá-los no novo local de moradia. É quando descobre a possibilidade da ocupação. Ela também trabalhava “na roça”, cortando cana, e os motivos da chegada ao ‘Gonzaga’ são os mesmos já descritos: “*porque onde eu morava a gente não podia mais pagar o aluguel*”.

O depoimento de dona Lourdes introduz um novo e intrigante elemento a respeito desse contexto dos primórdios da ocupação: a atuação de um político da cidade, então vice-prefeito. Esse personagem – Rubens Massucio, mais conhecido como Rubinho - terá papel significativo nos rumos da produção daquele espaço.

■ Usos políticos da pobreza: um novo personagem nos rumos da ocupação

O fato é que, segundo dona Lourdes e outros moradores antigos, os primeiros moradores pediam a “autorização” desse político para ocupar o local, a qual era “concedida”⁸. As palavras de dona Lourdes apresentam o mecanismo:

Então, naquela época, era o Rubinho que era prefeito⁹, aí eu fui lá e pedi pr'o Rubinho se eu podia fazer um barraco aqui. Aí ele autorizou. [...] Não, não era dele, ele autorizou, né? Porque já estava o Gonzaga... O Gonzaga mudou em uma semana e eu mudei na outra. Aí eu fiz um barraquinho de tábuas e mudei. [...] É, eu falei com o Rubinho, falei pr'o Rubinho se eu podia fazer um barraco aqui, que eu tinha cinco filhos, não dava pra pagar o aluguel. Aí o Rubinho pegou e deixou. Foi onde eu fiz meu barraco, aqui mais pra baixo, agora lá já é tudo casa. [...] Era só chegar e falar com ele. Porque ele dava muita atenção pr'os pobres. Tinha um dia certo para conversar com ele. Aí a gente

⁸ Outros moradores também mencionam o fato de que tal político tenha “doado” as terras para que fossem ocupadas, como 'seo' José: “*a maior parte foi o Rubinho quem fez isso aqui, quem deu o lugar foi o Rubinho*”. Obviamente, a simples iniciativa de procurar um político antes de partir para a ocupação nos diz muito das estratégias dos pobres ao lidar com as dificuldades cotidianas. Para uma compreensão das representações dos pobres sobre os detentores do poder político e sobre as relações que entre eles se estabelecem, ver, dentre outros, Caldeira (1984).

⁹ Cabe aqui uma ressalva: na época em que dona Lourdes chega ao ‘Gonzaga’, Rubinho era vice-prefeito, tendo vindo a se tornar prefeito quase dez anos depois. Entretanto, no ano de 1977, Rubinho assume interinamente a Prefeitura durante alguns meses, o que pode ter coincido com o período de chegada de dona Lourdes ao ‘Gonzaga’, ou, simplesmente, o político ter sido associado ao cargo máximo do Executivo, na memória de dona Lourdes, pelo fato de ter sido, para ela, um “benfeitor”. São os riscos do trabalho com fontes orais, baseadas na memória, os quais procurei minimizar, ao longo da pesquisa, através do cruzamento de diversas fontes. De qualquer forma, são presenças constantes nas memórias dos moradores os políticos que promoveram intervenções na favela, lembrados sempre pelos nomes, mas muitas vezes de forma confusa, misturando épocas distintas em que o mesmo político ocupou diversos cargos. A título de exemplo, vejamos algumas falas dos moradores: “*Depois o bairro foi mudando... Aí... O Vadinho de Guzzi, lembra do prefeito? Ele mudou, ele arrumou o ‘Gonzaga’*” [Sueli]; “*Agora depois que entrou, acho que foi o Mello, mandou cortar as ruas, aí foi fazendo as casas tudo pareada... Agora tá tudo perto, mas antes...*”, “*Ah, começou a ter rua depois que o Vadinho de Guzzi foi prefeito*”, “*A luz quem pôs pra gente foi Vadi... o Rubinho*” [dona Lourdes]; “*Não, o Mello mexeu com o projeto, mas quem fez a obra foi o Vadinho*” [Diva].

ia lá conversar com ele sobre qualquer problema. Eu fui lá e consegui. [...] Não, ele não me deu nada, só falou que podia vir e construir. [dona Lourdes]

O “popular” Rubinho havia sido vereador nos anos de 1973 a 1976, e sua atuação tinha se voltado quase exclusivamente para o que o político denominava “a periferia”, “o povo”: são freqüentes, nas atas da Câmara Municipal de São Carlos desse período, indicações e requerimentos de sua autoria solicitando “extensão de infra-estrutura para *bairros carentes*” ou “melhoramentos públicos indispensáveis em *bairros de periferia*”. No último ano de sua gestão como vereador, como que já se preparando para os seus próximos passos políticos, veremos Rubinho fazer um balanço de sua atuação enfatizando “sua grande e constante preocupação de trazer a esta casa a mensagem da população que reside nos bairros de periferia.”¹⁰

Em 1977, o político passaria a atuar como vice-prefeito ao lado de seu tio, o prefeito Antonio Massei, eleitos pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA¹¹. Já nos primeiros meses de gestão, denúncias de vereadores, na Câmara, acusam o vice-prefeito de estar “agindo de forma demagógica, pensando nas próximas eleições”¹². Fala-se muito das promessas que Massei e Rubinho teriam feito ao “povo”, e aparece vagamente a referência a um “escritório particular do vice-prefeito municipal”, que seria alvo de polêmicas ao longo de toda a gestão.

Nos anos seguintes, cada vez mais se explicitaria a prática política de Rubinho, como se pode perceber através dos contínuos questionamentos dos vereadores sobre a existência desse “Escritório de Serviços Burocráticos”, mais conhecido por “Tenda dos Milagres”, que estaria sob a responsabilidade do vice-prefeito, com a anuência do prefeito¹³. A polêmica se tornaria notória através dos jornais locais. Em uma das reportagens, Rubinho responde aos ataques dos vereadores com uma afirmação que só daria bases mais sólidas para as suspeitas até então levantadas: “atendimento pessoal não é nenhum favor nem provoca obrigação a ninguém”.¹⁴

Fato consumado:

“[...] em São Carlos havia se criado um mito: aquele que tenta resolver mas não resolve os problemas dos municipes. O cidadão já estava condicionado: ir ao 'Rubinho' Massucio para resolver seus problemas. Esse escritório, no entanto, só funciona na parte da manhã, com a presença do

¹⁰ Cf. Atas da Câmara Municipal de São Carlos: 24 de março de 1975; 14 de abril de 1975; 03 de novembro de 1975; 29 de novembro de 1976 (grifos meus).

¹¹ Partido que predominou nas gestões da Prefeitura Municipal de São Carlos durante o período da ditadura militar.

¹² Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 25 de abril de 1977. De fato, Rubinho concorreria nas eleições seguintes, perdendo para Dagnone de Mello, candidato do recém-criado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

¹³ Cf. Atas da Câmara Municipal de São Carlos: 25 de abril de 1977; 09 de outubro de 1978; 19 de abril de 1982.

¹⁴ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 19 de abril de 1982; Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 481/82.

citado senhor, pois à tarde tem a sua filial na prefeitura, onde o Sr. Rubens Massucio tem o seu cargo, porém nele não trabalha.” [Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 19 de abril de 1982]

Teria sido nessa “Tenda dos Milagres” que algumas pessoas, como dona Lourdes, conseguiriam a “autorização” para construir seus barracos em áreas públicas municipais? Através de atas e processos da Câmara Municipal, é possível aferir que sim. Veremos, ao longo dos anos, aparecer claramente a vinculação do vice-prefeito Rubinho com o estabelecimento da favela:

“[...] se as casas foram construídas naqueles bairros, *culpa não cabia aos moradores* em questão porque tinham sido *devidamente autorizados* pelo Vice-Prefeito, o Sr. Rubens Massucio, como poderia ser verificado pelas declarações dos moradores anexadas ao processo.” [Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 12 de fevereiro de 1979 – grifos meus]

“[...] taperas, mucambos [sic], barracos, infelizmente são *males* que afetam as *comunidades* e conseqüentes de desajustes verificados na sociedade. Porém o que era de se estranhar é que essas favelas tivessem surgido pela *complacência de uma autoridade*, o Vice-Prefeito, Sr. Rubens Massucio.” [Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 12 de fevereiro de 1979 – grifos meus]

“[...] o Vice-Prefeito, Sr. Rubens Massucio, era o *único responsável* pelo aparecimento da *primeira favela* em São Carlos.” [Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 12 de fevereiro de 1979 – grifos meus]

Como tal situação se tornava explícita e pública, alguns vereadores chegaram, inclusive, a propor a “constituição de uma comissão de inquérito” na Câmara Municipal, por considerarem que o vice-prefeito, por sua atitude frente ao surgimento da favela, estivesse “realmente incriminado”¹⁵. Por essa época, que coincide com o período em que ela é “descoberta” oficialmente, como se verá adiante, aquela que seria a segunda notícia sobre a favela publicada nos jornais tinha por manchete: “CASO DAS FAVELAS – VEREADOR QUER CRUCIFICAR O VICE-PREFEITO”, e nela, junto a uma foto de Rubinho, podia-se ler que um vereador “culpa o atual vice-prefeito, Rubens Massucio, de ter facilitado e instigado a formação das favelas”, citando “declarações contidas em processo de verificação da própria prefeitura, onde a maioria dos favelados confirmam que ocuparam as áreas verdes da municipalidade com autorização do atual vice-prefeito.”¹⁶

¹⁵ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 12 de fevereiro de 1979.

¹⁶ Jornal *A Folha*, “Caso das favelas. Vereador quer crucificar vice-prefeito”, 14 de fevereiro de 1979.

O unísono das fontes não deixa margem a dúvida: de fato, a participação de Rubinho no desenvolvimento da ocupação iniciada por 'seo' Gonzaga é evidente¹⁷. É possível apreender, nessas diversas falas, bem como em todo um histórico de produção da periferia em São Carlos, na qual esse político e seu grupo têm atuação direta e interessada¹⁸, que os mecanismos populistas e clientelistas de expressão política estavam em ação nas origens da formação do Jardim Gonzaga. Para além de uma ocupação puramente “espontânea” (como idealizado tantas vezes em reflexões sobre a moradia dos populares), ou, por outro lado, “organizada” nos moldes de um movimento social (como tantas conhecidas na cidade de São Paulo, por exemplo), houve ali, senão um incentivo, uma conivência de representantes do poder público local com o desenvolvimento – cada vez mais precarizado - da ocupação.

■ Nem campo, nem cidade: “*isolados do mundo*”

Um pouco mais segura, uma vez que obtivera a “autorização” de um político, dona Lourdes parte para a ocupação. Por volta de 1977, ela se instala, com o marido e os cinco filhos, nas terras já ocupadas por 'seo' Gonzaga, após também longa trajetória de deslocamentos habitacionais pela cidade. Se para Sueli e sua família a chegada ao 'Gonzaga' representou uma queda nas condições de vida - visto que antes tinham uma pequena propriedade, onde viviam da agricultura de subsistência, e ali foram morar em um barraco, chegando até mesmo a passar fome - para dona Lourdes, nascida e criada em São Carlos, as condições de moradia ali encontradas já não eram novidade, uma vez que ela havia morado pagando aluguel em vários bairros populares da cidade, muitas vezes em casas bastante precárias, até mesmo em outros barracos: *“A gente não pagava esse negócio de casa cara, era barraco também.”*

A “novidade” seria a ausência completa de infra-estrutura urbana, nunca antes experimentada daquela forma. Além do mato, que era necessário desbravar para construir o barraco, abrir os

¹⁷ A associação desse político com a Favela, recorrente nos relatos e memórias dos moradores, acompanhará diversas etapas da produção de seu espaço. Cabe mencionar que Rubinho tentará se eleger prefeito e deputado nas várias eleições seguintes, sempre procurando respaldo político na periferia e na favela. Após várias tentativas, consegue eleger-se prefeito - obviamente com uma grande base de apoio popular - governando de 1993 a 1996, período em que a Favela, já urbanizada e transformada em 'Jardim Gonzaga', viverá novo processo de ocupação precarizada, mais uma vez “autorizado” por Rubinho. Posteriormente, o político será cassado e preso por crimes de corrupção e desvio de verbas públicas.

¹⁸ Como informação complementar, aponto aqui o fato de que parte significativa das terras que compõem a atual periferia, que continua a se expandir ao sul da cidade, pertence a Airtton Garcia - cuja atuação política se aproximará de vários e distintos grupos locais, tendo sua mãe sido vice-prefeita na gestão de Rubinho (1993-1996), e ele próprio, vice-prefeito de Dagnone de Mello na gestão seguinte (1997-2000) - terras estas que foram, em sua maioria, loteadas durante as décadas de 1980 e 1990, seguindo o melhor roteiro da especulação imobiliária [cf. atas da Câmara Municipal consultadas].

“trios”¹⁹ e dar início a um cotidiano naquele espaço, havia ainda a ausência de água encanada, luz elétrica e rede de esgoto. Vias asfaltadas, transporte, telefones, coleta de lixo ou qualquer outro tipo de serviço público ficavam a pelo menos alguns quilômetros de distância²⁰. A descrição que dona Lourdes faz do local é objetiva: “*Naquela época não tinha nada, nada, nada. Era uma escuridão profunda mesmo*”, a que acrescenta “*mas era melhor que pagar aluguel*”.

Ainda ignoradas pelo restante da cidade, habitando um local sem urbanização, no que era a “fronteira” urbana de então, essas famílias foram construindo um cotidiano que, em função das privações de direitos a que estavam submetidas, aproximava-se do rural, ou, conforme as palavras de dona Lourdes, era bastante pior:

Quando eu vim morar aqui era uma fazenda. [riso] Pior! Pior, porque você, em um sítio, em uma fazenda, lá tem tudo, e tem luz, né? Aqui era pior. [dona Lourdes]

De qualquer forma, é presença constante nas narrativas o intenso contato com a natureza - inevitável, no que ele tinha de bom e de ruim - característica profundamente marcante na relação dos primeiros moradores com aquele espaço, que, com o passar do tempo, teria a natureza progressivamente degradada, mas sempre muito próxima, até os dias atuais.

Era mato mesmo. De noite, você deitava na sua cama e escutava passarinho cantando. E sapo. Antes da gente fazer as casas, tinha um riozinho que passava onde joga hoje o esgoto da favela lá pra baixo. Ali, então, só escutava sapo. [dona Lourdes]

Porque antigamente era mato, né, ‘gabirovada’, cheio de bicho, bica d’água... [‘seo’ José]

Aos primeiros moradores do local não restavam, portanto, nem as “virtudes do campo”, nem o “conforto da cidade”²¹. Minas d’água, passarinhos, riachos: a presença da natureza nas memórias desses moradores, mesmo que evoque um imaginário “paradisíaco” de beleza e pureza, quase sempre é associada a dificuldades de toda ordem, pois representava a ausência completa de infra-estrutura e serviços públicos no local. A isso se soma a precariedade da

¹⁹ Termo empregado por todos os moradores entrevistados para designar o tipo de caminhos, de vias de pedestres, que iam sendo moldadas no próprio caminhar cotidiano pela área da favela.

²⁰ Nessa época, mesmo os loteamentos do entorno – Jardim Cruzeiro do Sul e Jardim Pacaembu -, abertos há cerca de vinte anos, ainda se encontravam irregulares, com pouquíssima infra-estrutura, não possuindo, em sua maior parte, sequer redes de água, esgoto e energia elétrica. [cf. diversas atas da Câmara Municipal consultadas]

²¹ Veja-se Williams (1989). A medida do *conforto*, tomada a partir das condições da moradia e da presença de infra-estrutura e serviços públicos, será freqüente nos depoimentos dos moradores mais antigos, ao elaborarem suas trajetórias e o processo de transformação das condições de vida e do espaço desde o início da ocupação até hoje. Como contraponto, há uma representação negativa da natureza, enquanto ausência desse conforto que seria – ou deveria ser - proporcionado pela cidade.

moradia e dos espaços de circulação, a distância entre os barracos, o isolamento da cidade, os perigos imaginados ou reais decorrentes dessa situação de precariedade e incerteza – como o caso da própria dona Lourdes, entre outros, que teve seu barraco destruído pelo fogo.

[...] a gente morava aqui sozinho, não tinha ninguém, não tinha uma pessoa pra conversar, você ia trabalhar, você tinha que deixar seus filhos sozinhos... Então, tendo uma vizinha, ela te presta socorro... que nem quando queimou minha casa... se tivesse um vizinho perto talvez não tivesse queimado... [dona Lourdes]

Mas, na construção desse cotidiano que forçosamente se aproximava do rural, somavam-se às necessidades e dificuldades certas práticas e costumes efetivamente de origem rural, de cujas reminiscências vários dos primeiros moradores eram depositários. O cotidiano – comum a quase todos que ali viviam até então - compreendia acordar muito cedo, ir para “a roça” trabalhar - deixando os filhos em casa, muitas vezes, sozinhos -, retornar no fim do dia, “baldear” água da mina existente no local para tomar banho e dar banho nas crianças - de bacia -, cozinhar no fogão à lenha e, após o jantar, dormir, em muitos casos toda a família junta, em camas improvisadas sobre o chão de terra batida, quase sempre com velas ou lamparinas acesas, na esperança de garantir alguma segurança com a claridade.

Era tudo fogão a lenha, porque a gente não podia nem ter gás... e como a gente trabalhava na roça, a gente podia trazer lenha da roça. Então, a gente... meu pai fazia um fogão que embaixo podia pôr a lenha. Ai a gente cozinava ali. [Sueli]

No outro dia a gente levantava com o nariz preto, da lamparina, que tinha que deixar acesa por causa das crianças... [dona Lourdes]

Era triste porque era lamparina... A gente ia trabalhar tudo preto aqui [faz gesto com a mão mostrando o rosto]. Quem tinha um lampião era o rei da cocada preta, hein! [gargalhadas]. [...] Nossa! 'Ai aquela casa, que iluminada!' [Sueli]

Devido à escuridão, muito marcante nas memórias dos primeiros moradores, ao fim do dia, depois que voltavam do trabalho e buscavam água, ninguém saía mais de casa, pois corria entre eles uma lenda, indício das reminiscências rurais que ali permaneceram, como o hábito de fazer fogueiras em noites mais frias:

Olha, de noite a gente não saía, de medo, né? Porque tinha uma lenda... A gente lavava a roupa na mina, né? Ali no 'Gonzaga' mesmo. Então tinha uma lenda: a bola de fogo vai te pegar, a bola de fogo... Então, com essa lenda, a gente, seis horas, chegava da roça, tomava banho e ficava dentro de casa, de medo de sair. Agora, só quando era época de São João, aí sim, a gente fazia fogueira lá fora e ficava até tarde. Mas só ali [perto de casa]. [Sueli]

Como nessa época fossem ainda poucos os moradores, e em função da distância entre os barracos, do mato que os cercava e da “*escuridão profunda*” que os fazia ficar dentro de casa quando voltavam do trabalho, estes levavam uma vida, em suas próprias palavras, “*sem ninguém pra conversar*”, “*sem divertimento*”: acima de tudo, “*isolada*”.

Os vizinhos eram todos longe. Não eram perto não. [...] Era tudo longe, não era perto. Não tinha com quem você conversar. Não era igual está aqui. Um fazia barraco aqui, outro lá perto da creche. Outro era como daqui até lá na escola. Era tudo longe. [...] Era isolado do mundo! [dona Lourdes]

Esse isolamento – entre os moradores e em relação ao restante da cidade – seria a tônica da ocupação durante relativamente pouco tempo (cerca de três anos), mas marcaria profundamente as memórias daqueles que permanecem no bairro desde aquela época até hoje, direcionando, de forma significativa, seus modos de produzir e apropriar-se daquele espaço que ia sendo, pouco a pouco, moldado por eles em função das necessidades cotidianas.

■ Uma organização espacial se configura: as partes “*de cima*” e “*de baixo*”

Seguindo os passos de ‘seu’ Gonzaga, dona Lourdes, em sua trajetória, constrói seu primeiro barraco de madeira em um local que ela descreve como sendo “*lá embaixo*”. Em cerca de três anos, entretanto, ela acaba se mudando “*para cima*”, após algumas tragédias pessoais, que dizem um pouco das inseguranças a que estavam submetidos os que ali viviam: seu companheiro é assassinado quando voltava do trabalho “*na roça*” e, pouco tempo depois, ocorre o incêndio de seu barraco, perdendo ela tudo o que havia construído até então.

Contando com as redes de solidariedade presentes no universo popular²², reinicia a jornada de construção de um espaço para viver na cidade: aloja-se com os filhos, temporariamente, no barraco de um dos vizinhos mais próximos e constrói seu novo barraco com a ajuda dos cunhados e de um grupo assistencial católico, atuante ainda hoje nessa região da cidade. É notável a presença de diversas fontes de assistência – muitas ligadas a grupos religiosos - a essa população desde os primeiros tempos da ocupação.

Mas o que interessa destacar aqui é a referência espacial acionada por dona Lourdes em suas lembranças - “*lá em cima*” e “*lá embaixo*” - que até hoje se faz presente nas falas dos

²² Sarti (1994) aborda essa questão em seu estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo.

moradores sobre o bairro, uma vez que seu espaço foi sendo moldado sobre uma área com grande declividade - ainda mais acentuada na época em que se inicia a ocupação, antes das sucessivas intervenções urbanas -, característica que irá permear todo o processo de ocupação e apropriação daquele espaço.

Era cheio de mato, não tinha ainda a rua, era 'trio'. É... Os barracos eram um longe do outro. Minha avó morava mais pr'o centro, bem pra baixo, assim. E tinha uns barracos que eram bem aqui em cima, onde é o morro aqui do 'Gonzaga'. [Cláudia, sobrinha de Sueli]

'Seo' Gonzaga ocupou as terras mais baixas, pertencentes ao Jardim Pacaembu, e os primeiros moradores - como a família de Sueli e de dona Lourdes - seguiram ocupando essa mesma área, mais ou menos próximos de onde se localizava o barraco dele, "o primeiro". Já as terras mais altas, o lado de cima do "morro", como se referem, ainda hoje, os moradores antigos à geografia do local, foi ocupado logo depois por um morador conhecido como Bem-te-vi. Configuraram-se então, desde o início, duas regiões de ocupação e vizinhança distintas, áreas de influência de cada um desses primeiros moradores - respectivamente 'seo' Gonzaga e Bem-te-vi -, que serão determinantes nos momentos seguintes do processo de ocupação, produção e apropriação daquele espaço pelos moradores, sendo possível identificar seus vestígios ainda hoje. A existência dessas duas regiões de ocupação fez com que alguns moradores chegassem a considerar que o bairro deveria ter sido nomeado "Jardim Gonzaga Alto Bem-te-vi":

Que o certo... tudo bem, a gente morava na parte do Gonzaga, mas aqui, até em cima, quem morou primeiro foi o Bem-te-vi também. É tudo 'Gonzaga', mas aqui devia ser Jardim Gonzaga - Alto Bem-te-vi. Porque o Bem-te-vi morou aí também. [...] Não ficou esse nome porque muita gente não gostava, sabe [...] achava que era muito comprido o nome [...] Tudo bem, nós moramos todos juntos, eles chegaram juntos, mas ele ficou isolado sozinho... o Bem-te-vi ficou isolado... [Sueli]

É freqüente, em especial na descrição dos moradores mais antigos, uma clara distinção entre o que teriam sido as ocupações das partes alta e baixa do local. A essa distinção vivida, empírica, soma-se uma distinção legal: as áreas altas, acima do "morro", faziam parte de outro loteamento popular da região, constituído em 1954: o Jardim Cruzeiro do Sul. Como no caso da ocupação da "parte de baixo", também a "parte de cima" se conformaria sobre uma "praça" desse loteamento, áreas livres que, seguindo a mesma lógica descrita anteriormente, já permaneciam no abandono por mais de vinte anos, provavelmente em função de suas altas

declividades, e haviam se transformado em um local de destino de lixo industrial²³. Conforme o depoimento de Sueli, Bem-te-vi ocupa essa região, bastante próxima desse “lixão”, ficando um bom tempo isolado, até que começassem a chegar outros moradores. Assim, com o crescimento da Favela, também a área do “lixão” viria a ser ocupada. São vários os depoimentos de moradores mais antigos que fazem referência à sua existência, na “parte de cima”²⁴.

[...] *mas no começo eram pouquíssimos barracos. Que isso daqui antigamente era um lixão, né? Era um local que a prefeitura jogava lixo. [...] Tinha só algumas pessoas, não muitas. Ah, eu acho que tinha meia dúzia de famílias. [...] Nessa época não tinha ainda muita gente morando. Só tinha do lado de lá, que é o [Jardim] Pacaembu, e o lado de cá [aponta em direção ao bairro Jardim Cruzeiro do Sul]. Então aqui era tudo mato. Era um morrão... com mato e aqui o lixão. Esse meio era lixão. Todo lixão.* [Diva]

Pra descer pr'o campo, onde tem as pedras, ali antigamente tinha 'trio', ali era lixão. A gente passava pra ir pra escola e eles jogavam cavalo morto, é... Era tudo ali. Onde não tinha muito barraco. Era mais um pouco longe [de onde ficava a maioria dos barracos, na parte de baixo]. Mas, mesmo assim, não era tão longe... [Cláudia]

A existência desse “lixão”, associada às declividades mais acentuadas dessa “parte de cima”, faria com que a “parte de baixo” fosse ocupada e adensada mais rapidamente, configurando o “coração” da Favela e também o principal ponto de conexão com o entorno. Nessa região é que será instalada a primeira igreja, a primeira torneira pública, será aberta a primeira rua, dando forma, de certo modo – ao menos durante algum tempo – a uma região “privilegiada” da ocupação.

Assim, remontando aos primórdios da construção daquele espaço, veremos, desde então, desfazer-se a idéia de uma ocupação homogênea, conformando-se, ao contrário, diferentes “pedaços”²⁵, núcleos de vizinhança que, ainda que produzidos a partir da mesma necessidade

²³ Ver nota 7 deste capítulo.

²⁴ Notícias de jornal e atas da Câmara Municipal também fazem menção à existência desse lixão na região, o qual teria sido um dos motes das primeiras mobilizações dos moradores por melhorias no local, como se verá adiante. Cf. Atas da Câmara Municipal: 30 de abril de 1979; 07 de maio de 1979; 13 de abril de 1981; Jornal *A Folha*, “A triste sina dos favelados no Pacaembu”, 11 de fevereiro de 1979.

²⁵ A noção de “pedaço” faz parte de uma família de categorias – pedaço, trajeto, mancha, circuito - expostas por José Guilherme Cantor Magnani em diversos trabalhos, em especial *Festa no Pedaço: cultura popular e lazer na cidade* (1984). Essas categorias surgem “a partir do reconhecimento de sua presença empírica, na forma de arranjos concretos e efetivos por parte dos atores sociais, e podem também ser descritas num plano mais abstrato. Neste caso, constituem uma espécie de modelo, capaz de ser aplicado a contextos distintos daquele em que foram inicialmente identificados. [...] A noção de pedaço, por exemplo, supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles.” De forma mais detalhada, o autor apresenta a categoria “pedaço” como sendo um “ponto de referência” que “evoca laços de pertencimento e estabelecimento de fronteiras” [Magnani, 2002:20, 23, 25].

de moradia na cidade, serão construídos em condições socioespaciais distintas e terão desenvolvimentos também distintos.

À medida que a ocupação começa a se adensar, como se verá, toda a “*parte de cima*” passará também a ser ocupada, aos poucos, unificando, ao menos fisicamente, as duas regiões de vizinhança que haviam se formado até então.

■ Mobilidades, vizinhanças e arranjos coletivos: a ocupação começa a se adensar

Vindos através das redes de contatos de ‘seo’ Gonzaga e de Bem-te-vi, ou de autorizações do vice-prefeito municipal, os moradores eram ainda poucos por volta de 1978, cerca de dez famílias apenas, espalhadas em barracos bastante precários, distantes uns dos outros, distribuídos nas partes de cima e de baixo da ocupação. Tal situação começaria a se modificar já no ano seguinte e nos primeiros anos da década de 1980, quando tem início a intensa mobilidade de moradores – antigos e novos - que será característica de todo o processo de constituição daquele espaço.

A história da família de Sueli, Aparecida e Cláudia é representativa dessa mobilidade: após a morte do pai de Sueli, sua mãe, que tanto ansiara por vir “*tentar a sorte*” em São Carlos, resolve vender o barraco e tudo que tinham e mudar-se com a família para Americana, onde sua filha mais velha (Aparecida, mãe de Cláudia) tinha uma boa casa. Entretanto, a mãe e o marido de Aparecida não se entendem, e a família regressa ao ‘Gonzaga’, comprando um novo barraco com o dinheiro da venda do anterior.

A história privada dessa família introduz, também, outro elemento fundamental que faz parte de uma dinâmica mais ampla que começa a se estabelecer no local nessa época: o ‘mercado informal’ de barracos, decorrente justamente da intensa mobilidade dos moradores, quase sempre em busca de melhores condições de vida. Mobilidade esta que, no caso da família que tomamos como exemplo, não pára por aí.

Pouco tempo depois de retornarem ao bairro e adquirirem um novo barraco, a mãe de Sueli fica doente, o que faz com que Aparecida venda a casa que possuía em Americana e venha morar

no 'Gonzaga', para cuidar da mãe e dos irmãos. Além de Sueli, que estava então com dezenove anos, e de outro irmão também maior de idade - que havia engravidado a filha de 'seo' Gonzaga e se mudado com ela para um barraco construído entre os das duas famílias -, havia ainda mais duas irmãs e um irmão, menores de idade. Com a chegada de Aparecida, seu marido e mais duas crianças pequenas, o barraco da mãe é rearranjado, subdividindo-se para abrigar o novo núcleo familiar, conforme a descrição de Cláudia, filha de Aparecida:

Vimos de Americana direto pr'o 'Gonzaga', porque era onde minha avó morava, na Favela. [...] a gente veio e minha mãe tinha o dinheiro e tudo pra comprar uma casa em outro bairro. Acabou, no fim, como minha avó estava já morando aqui na Favela, a gente pegou... minha mãe acabou gastando o dinheiro e acabou que não comprou casa, não comprou nada e ficamos lá morando na casa da minha avó, em um barraco. Era um barraco grande, que aí minha avó dividiu no meio assim, sabe, daí a gente morava de um lado e minha avó de outro. Era tudo parede-e-meia. Era um barraco parede-e-meia. [...] [A mãe] Veio pra cuidar das minhas outras tias [...] Mas logo elas separaram de barraco, elas foram morar em um barraco e minha mãe em outro. [Cláudia]

Assim, a ocupação vai crescendo, inicialmente segundo as dinâmicas familiares dos primeiros moradores, como Sueli. Retomando elementos da história narrada por ela e Cláudia, ficam bastante claras essas dinâmicas, bem como o movimento de chegada e saída de moradores nessa época: os pais de Sueli constroem um primeiro barraco; um dos filhos se casa e constrói um novo barraco; com a morte do pai, a família deixa o bairro e o barraco é vendido para um novo morador que lá chegava; pouco tempo depois, a família regressa e compra outro barraco, de um morador que estava deixando o local; com a doença da mãe e a vinda para o bairro de uma irmã – Aparecida - com a família, o barraco se subdivide para abrigar dois núcleos familiares; após a morte da mãe, as filhas que ainda moravam com esta continuam no barraco, e a família de Aparecida constrói um outro. Em cerca de seis anos, uma mesma família se subdivide em pelo menos quatro barracos, denotando um dos vetores de crescimento da ocupação nessa época, que seguirá presente até os dias atuais.

Entretanto, como dito anteriormente e passível de se observar também na trajetória reconstituída acima, um outro vetor de expansão - a chegada ainda lenta, mas progressiva, de novos moradores - tinha início nessa época, na trilha das mesmas vicissitudes e motivações que trouxeram os primeiros moradores ao local: migrantes ou não, grande parte vem da já

mencionada trajetória de deslocamentos por bairros populares da cidade²⁶, em função das dificuldades em conseguir emprego e da falta de condições para prosseguir pagando um aluguel.

Nessa época, o “mercado informal” de barracos, como visto, iniciava-se, e a notícia sobre a ocupação do ‘Gonzaga’ já se difundia para além das redes de relações dos primeiros moradores, denotando a existência de uma outra rede mais ampla de informação entre as camadas mais pobres da sociedade local²⁷, decorrente, ao que parece, tanto das trajetórias profissionais em comum – como observado no caso já descrito da família de Sueli, por exemplo -, quanto de deslocamentos, em função da busca por moradias financeiramente acessíveis, pelos mesmos bairros da cidade, muitos deles nos arredores da ocupação do ‘Gonzaga’, como se pode apreender do relato de Diva:

Na época a gente morava [...] aqui no [Jardim] Cruzeiro do Sul. Que era do meu tio lá. Mas o quintal era grande e tinha mais de uma casa, né? Então a gente sempre vinha pra essa casa [entre um deslocamento e outro por cidades da região ou por outros bairros da cidade]. Ai foi a última vez que a gente veio, que a gente ficou nessa casa, aí meu pai soube que estavam fazendo casas, barraquinhos aqui, né? Dentro do ‘Gonzaga’. Foi quando meu pai veio, comprou um barraquinho aqui... tinha um rapaz que morava, queria vender pra ir embora e meu pai comprou um barraquinho aqui e a gente veio pra cá. Um barraquinho daqueles bem terríveis, sabe? Caindo aos pedaços. Aí ele veio, deu uma ajeitadinha e fomos ficando aqui. [Diva]

Diva se muda para a Favela por volta de 1978, com o pai, 'seo' José, a madrasta, dona Cleide, e seis irmãos. Eram mais nove pessoas que ali chegavam, para viver em um “barraquinho”, somando-se às cerca de quinze famílias que já habitavam o local. As impressões de Diva, então uma adolescente de treze anos, são esclarecedoras sobre o que significava, para muitas dessas famílias, a alternativa da ocupação:

²⁶ Nessa época era ainda pouco provável, conforme verificado nos depoimentos dos moradores mais antigos, famílias migrantes chegarem a São Carlos e se fixarem diretamente na ocupação do ‘Gonzaga’, sem antes tentarem pagar aluguel em um dos vários loteamentos periféricos – muitos deles clandestinos ou irregulares - da cidade. Isso passará a acontecer alguns anos depois, como apontado adiante, quando os postos de trabalho se tornam mais escassos (desfazendo a articulação moradia-trabalho que até então orientava a produção da periferia da cidade), a Favela começa a se consolidar e torna-se conhecida em toda a cidade.

²⁷ Veja-se, por exemplo, o depoimento de 'seo' José: “[...] na época do Gonzaga, a gente sabia que tinha esse negócio do ‘Gonzaga’. Esse negócio do ‘Gonzaga’ era um terreno que ninguém sabia de quem era. Uns falavam que era do Gonzaga, outros falavam que não sei de quem era, entendeu? Ninguém sabia de quem era. O Gonzaga foi o primeiro, o Gonzaga era o dono, era o dono, né? O povo falava que era o dono. Então isso aqui estava, como se diz, largado. Aí o povo começou a entrar. Começou a entrar aqui... aí eu vim aqui, achei um barraquinho... É, aí eu vim aqui, fiz meu negócio do barraquinho, comprei o barraquinho por dois mil.”

Era um barraco de três cômodos, de compensado [riso] e... ah, um barraquinho simplesinho, tudo meio, coisa velha... Era mais ou menos! [riso] Não era grande coisa não! Era feinho, né! Era aquela madeira deles, apesar de ser de compensado, era ajeitadinho, assim. Ajeitadinho entre aspas, não era aquela coisa, perfeitinha, mas até era ajeitadinho. Que em vista de outros que a gente já viu até que estava mais ou menos. Mas era feinho. Eu lembro que eu chorei muito quando eu vim. [riso] Nossa, eu entrei em desespero. [riso] Eu chorei bastante. Porque eu não queria morar ali. Ah, eu... sei lá. Eu achava que era o fim da picada, sabe? Muita humilhação, sei lá. Aqui era tudo mato... [...] Ah, era feio, era feio. Era tipo um lugar abandonado, aqueles barraquinhos, sabe? Parecia... como eu vou te dizer? Ah aqueles casebres... Ah, eu não sei te explicar. Era terrível, era horroroso. [Diva]

Aos poucos, novas famílias, como a de Diva, vão chegando ao local, o “mato” começa a dar lugar a novos barracos, e começam a se formar, nas palavras de 'seo' José, “as vizinhanças”, pequenos núcleos de moradores que passam a conviver de forma mais próxima, construindo, simultaneamente, uma nova sociabilidade local e novos espaços de convívio, nos próprios barracos ou em seu entorno imediato. A idéia de vizinhança, sempre acionada pelos moradores em suas memórias, parece ser fundamental para compreender o processo de produção e apropriação do espaço no ‘Gonzaga’.

Era assim um bairro, com uma casinha aqui, um barraquinho ali, de madeira, né, não era casa, era barraco de madeira, sabe, tudo de tábuas, de zinco, latão... Era assim. Então começaram a fazer umas casinhas aqui, tudo salteado uma da outra... as vizinhanças, né? [seo José]

Com a chegada de novos moradores, vão sendo ocupadas as áreas livres entre os barracos já existentes, em uma dinâmica que lembra a montagem de acampamentos – tamanha a precariedade da situação -, em que o melhor local é escolhido, limpo, demarcado inicialmente com objetos pessoais e, em seguida, com estacas de madeira, como descreve Sueli:

Ah, alguém aparecia, fazia um barraco... Então, é, chegava e fazia o barraco, e tudo certo. É, chegava e fazia. Aí, sabe: ‘Ô comadre, ‘tão fazendo um barraco ali, ‘tão fazendo um barraco ali’. [...] Ah, chegavam e falavam ‘aqui!’ Aí já punha, por exemplo, tinha gente que achava que era o melhor lugar e já punha um monte de coisa naquele lugar... e aí colocava aquele monte de panela, aquele monte de coisa. Ninguém mexia. Aí, já punha aqueles paus assim... [Sueli]

Nesse primeiro momento de crescimento da ocupação, ainda que a chegada de novos moradores fosse vista com bons olhos, devido à diminuição do isolamento em que viviam e à formação de vizinhanças e amizades, a ausência de infra-estrutura e urbanização começava a gerar novos problemas, como a falta de água para todos.

Se no início os primeiros moradores, como Sueli e dona Lourdes, buscavam água na mina e esta era suficiente para abastecer as poucas famílias que ali viviam, com o progressivo

aumento do número de moradores, tornam-se necessárias novas fontes de água. Havia, por essa época, uma torneira pública localizada a vários quilômetros de distância²⁸, próxima ao local onde hoje se faz a principal ligação viária entre a região sul e o centro da cidade, e era possível encontrar, ao longo de todo o dia, moradores da Favela cruzando as ruas ainda de terra dos loteamentos vizinhos, com latões na cabeça, buscando água para suprir suas necessidades básicas, como higiene e alimentação.

Aí eu ia 'baldear' água lá perto do Jesuíno de Arruda [escola estadual]. Naquela época era tudo chão [terra, sem asfalto]. Lá tinha uma torneira pública. Aí a gente ia 'baldear' água, eu enchia 400 litros d'água por dia. Pra poder lavar roupa... Era lata. [riso] Sabe aquelas latas de tinta? Então, eu enchia, punha ela na cabeça e 'baldeava' a água. Aí depois ia lavar roupa. Quando era sábado, eu ficava em casa; eu 'baldeava' tudo na sexta-feira de noite e começava a lavar toda a roupa. Aí depois eu 'baldeava' para as crianças tomarem banho. Quando tinha a mina, eu lavava na mina, mas quando a mina estava secando, ia 'baldear'... [dona Lourdes]

A vida na favela, como deixam transparecer os depoimentos dos moradores mais antigos, fazia-se de constantes arranjos, adaptações, deslocamentos em busca da sobrevivência: “*Então era tudo assim, tudo feito nos arranjos*” [Silmara]. A partir desses deslocamentos cotidianos, dos usos e adaptações que se faziam, os espaços iam delimitando-se em áreas de circulação e áreas passíveis de serem ocupadas por mais barracos, que, conforme chegavam novas pessoas, passavam a ser construídos cada vez mais próximos uns dos outros.

Dentre os “trios” que iam se formando, alguns eram criados apenas como áreas de circulação entre os barracos, outros ligavam a “Favela do Gonzaga”, que então começava a tomar forma, aos bairros populares do entorno. Um “trio” principal cortava o mato, partindo “de cima”, junto aos loteamentos Jardim Cruzeiro do Sul e Vila Monte Carlo, e atravessando toda a área da Favela em direção ao Jardim Pacaembu, que, nas palavras de Diva, era a única “saída” da Favela: estabeleciam-se as primeiras conexões físicas com “a cidade”.

Era um 'triozinho', um 'triozinho'... Era no meio do mato. [...] que tinha um 'trio' que passava de lá pr'ó [Jardim] Pacaembu. Pra cá, já não tinha. Ia até o Pacaembu, que do Pacaembu saía. Era onde conseguia sair, entendeu? Não tinha rua aqui, era tudo mato. [Diva]

²⁸ A existência dessa torneira pública, localizada no entroncamento entre diversos bairros e loteamentos populares da região sul da cidade, é mencionada não apenas nos depoimentos dos moradores mais antigos, mas também nas atas da Câmara Municipal. Decorrente da intensificação, a partir da década de 1950, da abertura de loteamentos irregulares ou clandestinos, sem nenhuma infra-estrutura, a falta d'água era um problema que afetava diversos bairros da periferia, em especial na região sul, incluindo os loteamentos situados no entorno imediato da favela: daí a existência dessa torneira, espécie de 'equipamento público' instalado pelo governo municipal para minimizar tal problema.

Além de serem a “porta de saída” da Favela em direção à “cidade”, era nesses loteamentos também que os moradores conseguiam ter acesso a algum tipo de serviço - como pequenos comércios, onde adquiriam alimentos e, com muito custo, utilizavam-se de telefones em casos de emergência (pois não havia ainda telefones públicos na região) -, bem como a meios de transporte - os caminhões que os levavam para a lavoura ou ambulâncias, por exemplo -, uma vez que, no interior da favela, só se conseguia penetrar a pé, havendo locais de difícil acesso mesmo a pedestres, devido à topografia acidentada e à estreiteza dos “trios”. Também o acesso mínimo e precário à infra-estrutura urbana - em um primeiro momento à água “encanada” e, posteriormente, à energia elétrica - se dará inicialmente através desses bairros²⁹, obviamente por conta dos próprios moradores, como será visto adiante.

■ O ano em que “a cidade” descobriu “a Favela”: raízes da estigmatização

Pouco mais de três anos depois de iniciada a ocupação, os barracos já haviam se espalhado pela área, unindo as partes de cima e de baixo através de “trios” e becos, e a mesma começava a se “conectar” física e socialmente ao entorno. Em 1979, cerca de quarenta famílias já viviam no local³⁰, e não havia mais como “a cidade” ignorar a ocupação que ali se adensava: esse ano será o primeiro a ver emergir nas atas da Câmara Municipal e nos jornais “as favelas existentes nos Jardins Cruzeiro do Sul, Monte Carlo e Pacaembu”³¹ ou “as favelas do bairro de ‘Luís Gonzaga’”³², numa primeira referência – ainda confusa - àquele que viria a ser o codinome do local.

Note-se que, inicialmente, a ocupação era tratada no plural: “as favelas”. Referindo-se ao tipo de moradia que ali se estabelecia, a menção às favelas associava-se mais precisamente aos barracos³³, daí o plural. Mas é também possível supor que, como a ocupação se espalhava e já

²⁹ Há que lembrar que esses bairros, ainda que houvessem sido implantados a mais de duas décadas antes de ter início a ocupação do ‘Gonzaga’, somente nesse momento – fim da década de 1970 e início da década de 1980 -, após muita reivindicação dos moradores, começava a receber infra-estrutura e serviços públicos, como redes de água e esgoto, iluminação pública, pavimentação, transporte, beneficiando de forma indireta a Favela. [cf. atas da Câmara Municipal de São Carlos consultadas]

³⁰ Cf. Falkoski (1988).

³¹ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 09 de abril de 1979.

³² Cf. Jornal *A Folha*: “A triste sina dos favelados no Pacaembu”, 11 de fevereiro de 1979; “Caso das Favelas. Vereador quer crucificar o vice-prefeito”, 14 de fevereiro de 1979.

³³ Essa associação de favela a uma “forma habitacional” – os barracos – terá desdobramentos em momentos posteriores da história do local, como se verá adiante, ao ser abordado o processo de urbanização da Favela. Mattos (2006), em pesquisa histórica sobre a construção social da favela na Primeira República, remonta aos primórdios da generalização do vocábulo

começava a se distribuir entre a parte alta e a parte baixa, tomando terrenos legalmente distintos e situados em mais de um bairro, aos olhos oficiais poderia tratar-se, sim, de mais de uma favela.

Será, portanto, em fevereiro de 1979 que surgirão as mais diversas representações sobre “o aparecimento da primeira favela de São Carlos”, em razão da abertura de um processo³⁴ que requeria “informações do Sr. Prefeito Municipal e *outro*, com referência à *construção indevida de barracos* na área verde pertencente aos Jardins Pacaembu, Cruzeiro do Sul e Monte Carlo”³⁵.

Tais representações traziam para o primeiro plano o caráter de *ilegalidade* que se associaria à ocupação - mote principal do processo e também de boa parte da discussão mobilizada na Câmara. A questão da ilegalidade favoreceria uma imediata articulação com o ‘crime’ que se pretendia atribuir ao vice-prefeito (o ‘*outro*’ mencionado no processo supracitado), que teria sido conivente com a ocupação, conforme já mencionado: “o Vice-Prefeito, Sr. Rubens Massucio, está realmente incriminado”³⁶.

Também a primeira matéria de jornal sobre a Favela terá como uma de suas pautas a ambigüidade entre o legal e o ilegal nas origens da mesma, frisando, sob o subtítulo “Acusação”, o fato de que “as *favelas*” teriam sido formadas em áreas de propriedade da Prefeitura por iniciativa dos próprios favelados *ou* por autorização do vice-prefeito, ou seja, do próprio poder público:

“O vice-prefeito, de acordo com depoimentos de famílias faveladas e em termos oficiais transcritos nos processos de verificação da Câmara e da Prefeitura, teria autorizado, *verbalmente*³⁷, a instalação daqueles núcleos em áreas verdes do município, nas adjacências dos loteamentos Jardim Pacaembu e Santa Madre Cabrini.” [Jornal *A Folha*, “A triste sina dos favelados no Pacaembu”, 11 de fevereiro de 1979 – grifo meu]

favela – em meados da década de 1920 -, quando esta passará a designar uma forma habitacional específica: “aglomerados de habitações, com infra-estrutura precária, não legalizadas e construídas geralmente sobre morros” (Mattos, 2006:88).

³⁴ Esse Processo, de número 52/79, o primeiro relativo à Favela do Gonzaga que encontrei referido nas atas da Câmara Municipal, simplesmente desapareceu: não se encontra nos arquivos da Câmara Municipal, nem na Fundação Pró-Memória, onde estão arquivados todos os processos dela, de 1948 a 1993. Provavelmente desapareceu junto com um lote de processos do ano de 1979. Funcionários antigos da Prefeitura e da Câmara Municipal me contaram a respeito de um incêndio criminoso, ocorrido anos atrás em um barracão onde se encontravam diversos arquivos municipais, mas não há como saber se foi essa a causa do desaparecimento do processo. O fato é que, infelizmente, não pude conhecer a fundo as informações que tal processo continha, a não ser pelos registros de discussão nas atas da Câmara, nos quais se pauta esta seção do texto.

³⁵ Cf. Ata da Câmara Municipal, 12 de fevereiro de 1979.

³⁶ *Idem*.

³⁷ Tal vocábulo - “verbalmente” - pretende, no meu entender, frisar o caráter extra-oficial, ou ilegal, que recaía sobre a ocupação, mesmo tendo sido, de certa forma, autorizada por representantes do poder público.

Essa dimensão da ilegalidade da ocupação e de como ela deveria ser enfrentada - uma vez que teria sido “autorizada” por representantes do poder público -, que aparece de forma indireta nas atas e reportagens, é o cerne também da polêmica que o processo despertaria na Câmara sobre um iminente desalojamento dos moradores. Segundo as poucas informações obtidas nas atas, constaria do processo que “a quase totalidade desses moradores se comprometeu, em setembro do ano passado [1978], a desocupar os locais”. Durante a discussão, a posição dos vereadores oscila, de forma ambígua, entre *legalidade e caridade*, considerando “grave a situação, pois, se de um lado existe a lei que precisa ser cumprida, existe também o coração, que se penaliza com a situação desses moradores”³⁸.

Nesse momento, a criminalização associada à ilegalidade ainda não era o foco das representações sobre os moradores da Favela, tratados mais sob as chaves da “carência” e do “abandono” ou da oposição “trabalhadores” e “marmanjos”. Nas discussões na Câmara, as referências aos moradores se fazem por algumas expressões recorrentes, muitas vezes conflitantes entre si: ora referidos como “essa gente”, “esses favelados” - denotando uma necessidade de diferenciação, quase um desprezo pelas pessoas que ali habitavam e por seu modo de vida; ora como “pessoas trabalhadoras”, “trabalhadores”, “o assalariado”, “o povo” - conectando-os às dificuldades que assolavam os trabalhadores em todo país e, de certa forma, legitimando a *necessidade* da ocupação; ora, ainda, como “essas pessoas desvalidas”, “os mais carentes” - recaindo numa comiseração pela situação das famílias e, muitas vezes, num discurso assistencialista e despolitizado. É possível, pois, aferir claramente a existência de representações em disputa já nesse momento, frente à novidade que a Favela introduzia nos debates públicos sobre a cidade.

Naquela que seria a primeira reportagem sobre a Favela, publicada um dia antes da discussão e votação do processo já mencionado, todas essas representações aparecem entremeadas por uma idéia principal, de *promiscuidade e ausência de “civilidade”*, associadas à questão da higiene:

“Mais de uma centena de menores em *total promiscuidade* e cerca de 85 adultos acamparam em áreas da municipalidade [...] São famílias numerosas, geralmente viúvas que trabalham como domésticas e deixam os filhos aos infortúnios da sobrevivência, catando o que resta nos lixões que

³⁸ Cf. Ata da Câmara Municipal, 12 de fevereiro de 1979. Mattos (2006) abordará as origens, nos primórdios do aparecimento das favelas no Brasil, desse tipo de tratamento dispensado às favelas e seus moradores pelo prisma da caridade, em detrimento do enfrentamento da questão do direito à cidade.

se formam ao redor dos seus casebres de chão duro, cobertos de plásticos ou papelões. [...] Na área toda, para servir toda a gente, há somente duas ou três fossas negras. A maioria das crianças e dos adultos fazem suas necessidades fisiológicas no mato. Há crianças que as fazem ao redor dos casebres e até mesmo dentro deles. [...] Os favelados não têm água potável para beber. Às vezes, o SAAE (segundo consta, por vontade livre do funcionário Pitella) enche uns tambores velhos e enferrujados. Com aquela água, faz-se o pouco de comida que existe nas painelas (geralmente de latas vazias de marmelada), bebe-se e até dá-se banho em recém-nascidos, *tudo sem o mínimo de higiene*. Quando o funcionário do SAAE não pode levar-lhes água, então todos se utilizam de uma mina existente nas proximidades cujas águas, antes de serem ingeridas ou utilizadas para o cozimento da comida, passam pelos lixões do local.” [A Folha, “A triste sina dos favelados no Pacaembu”, 11 de fevereiro de 1979 – grifos meus]

*llegalidade, promiscuidade, incivilidade, carência*³⁹: essas representações sobre a Favela surgidas no fim da década de 1970 na cidade serão a raiz dos estigmas pelos quais o local será encarado ao longo desses quase trinta anos, desde sua “descoberta oficial”.⁴⁰ Ainda que contraditórias ou ambíguas em alguns momentos, de forma geral, as representações que se estabeleciam nesse momento convergem no que diz respeito ao significado do aparecimento dessa primeira favela em São Carlos: ela seria, além de um “problema social”, uma “vergonha para a cidade”⁴¹.

As questões relativas à precariedade das habitações, à higiene, aos problemas sanitários, à falta d’água e à presença do lixão são apresentadas ora como problemas ‘endógenos’ àquela população e àquela ocupação (numa associação direta entre favela, falta de higiene e promiscuidade), ora como situação decorrente das posturas (entre conivente e negligente) da gestão municipal de então, ora, ainda, como “problema socioeconômico” de ordem nacional, dependendo do interesse de quem as abordava. De qualquer forma, até onde as fontes permitem conhecer, teriam sido elas a motivação do primeiro contato “oficial” da Prefeitura com a ocupação, contato este que teria dado margem às inseguranças dos moradores quanto a sua permanência na área: alguns meses antes da “descoberta” da Favela pela Câmara, o prefeito

³⁹ Faz-se necessário observar que, nessa época, tais representações acompanhavam, já há mais de meio século, as favelas cariocas, tendo provavelmente se publicizado de forma mais ampla quando da transformação da “favela” em categoria censitária nacional, na década de 1950, conforme abordado no Capítulo 1.

⁴⁰ Cabe ressaltar que um processo de estigmatização estaria em curso na cidade desde então: as representações aqui identificadas, que começavam a ser produzidas no âmbito dos poderes públicos e da mídia, rapidamente seriam incorporadas pela sociedade local. Já nesse momento, um vereador disse “saber o caso de uma pessoa, lá residente, que está sofrendo uma certa pressão em seu emprego, simplesmente pelo fato de morar na favela” (Ata da Câmara Municipal, 30 de abril de 1979). Esse tipo de preconceito é enfrentado ainda hoje pelos moradores do bairro.

⁴¹ Cf., dentre várias outras, a Ata da Câmara Municipal de 12 de fevereiro de 1979.

teria encaminhado “ofício ao Centro de Saúde, pedindo um levantamento detalhado” da situação no local. Em seguida, os favelados passariam a receber ameaças de despejo⁴².

[...] os favelados vivem de sobressaltos porque muita gente (provavelmente intitulado-se fiscais da saúde e da prefeitura), com interesse na mudança dos favelados, andam assediando o lugar e ameaçando as famílias de despejo.” [A *Folha*, “A triste sina dos favelados no Pacaembu”, 11 de fevereiro de 1979]

De fato, questões como a “ilegalidade” e a “promiscuidade” da ocupação, bem como o alarde do possível desalojamento dos “favelados”, parecem ter sido o ponto de partida para a emergência da Favela nas discussões na Câmara e na mídia local (retroalimentadas, uma vez que as duas primeiras reportagens são publicadas, respectivamente, um dia antes e um depois da discussão do processo na Câmara, e referenciam-se mutuamente). Mas como tais questões teriam se feito públicas é uma outra dúvida, que as atas e reportagens não esclarecem, apenas dão alguns indícios.

Nas entrelinhas dos documentos consultados é que me foi possível levantar algumas hipóteses sobre uma série de fatores e conjunturas que, articulados ou não, teriam desembocado no “aparecimento” da Favela nesse momento: o número de moradores aumentava, e eles passavam a se utilizar da infra-estrutura dos bairros do entorno, o que, além de os tornar mais “visíveis”, não estaria agradando aos demais moradores locais; a falta d'água e a presença do lixo se transformavam em problemas críticos e começavam a mobilizar os moradores; “pessoas com interesse no local” – como os loteadores dos bairros do entorno, por exemplo - estariam indo à favela para ameaçar a população de despejo e, ao mesmo tempo, contatando os vereadores para fazer denúncias sobre a ocupação; a proximidade de eleições municipais (depois adiadas por dois anos) seria um “estímulo” à tentativa de incriminar representantes do poder público pelo aparecimento da Favela.⁴³

O fato é que, após mais de três anos se desenvolvendo no “*isolamento*”, a ocupação tornara-se publicamente reconhecida, adquirindo o ‘*status*’ de favela: “a primeira favela de São Carlos”. E essa “descoberta” obviamente traria desdobramentos, ainda que não exatamente aqueles esperados pelos moradores ou pelos demais atores interessados na mesma.

⁴² Cf. Jornal *A Folha*, “A triste sina dos favelados no Pacaembu”, 11 de fevereiro de 1979; Ata da Câmara Municipal, 12 de fevereiro de 1979.

⁴³ Cf. Jornal *A Folha*, “A triste sina dos favelados no Pacaembu”, 11 de fevereiro de 1979; Atas da Câmara Municipal: 12 de fevereiro de 1979; 09 de abril de 1979; 30 de abril de 1979; 07 de maio de 1979; 03 de março de 1980; 08 de setembro de 1980.

Imediatamente após o anúncio da existência “das favelas”, terá início uma série de visitas de comitivas oficiais à área, desembocando na constituição de uma comissão responsável por desenvolver levantamentos e propostas para “solucionar o problema”⁴⁴. Tal “problema” reacenderá a discussão sobre as demandas por habitação popular na cidade, bem como sobre a ausência de infra-estrutura na periferia e trará à tona o questionamento quanto a grandes obras que estariam sendo feitas pela gestão municipal⁴⁵ em detrimento do atendimento às necessidades do “povo” – como a construção de “casas populares”, que, segundo as atas, teriam totalizado menos de duzentas unidades nas últimas administrações arenistas. Bastante criticada inclusive pelos vereadores da situação, tal gestão será acusada de governar “para o centro da cidade”, numa clara oposição ao discurso político de Rubinho, que, como visto, afirmava-se porta-voz da periferia da cidade e do “povo”.⁴⁶

Por outro lado, o reconhecimento público da Favela fortalecerá as iniciativas de reivindicação dos moradores, que se esboçavam nessa época, havendo menções à presença destes em sessões da Câmara e a abaixo-assinados relativos às questões do lixo existente no local e da falta d'água que se agravava. Em resposta a essas reivindicações relativas às “necessidades dos favelados do Jardim Pacaembu”, o prefeito promete resolver o problema do lixo colocando placas para proibir o despejo no local⁴⁷, mas se isenta da resolução do problema da falta d'água: “Quanto ao [problema] da falta de água nas moradias, enquanto não se resolver a situação desses favelados” - novamente a questão da legalidade da ocupação e de sua permanência ou não no local - “ele [o prefeito] nada poderia fazer, mesmo porque no bairro [Jardim Cruzeiro do Sul] existe uma torneira pública”⁴⁸ - como se o simples fato de tal torneira existir já fosse muito para os “favelados”.

⁴⁴ Cf. Atas da Câmara Municipal de São Carlos: 26 de março de 1979; 09 de abril de 1979; 30 de abril de 1979; 07 de maio de 1979.

⁴⁵ Realmente, essa será uma gestão que primará pelo discurso desenvolvimentista e priorizará obras de porte significativo para a cidade, tais como o Terminal Rodoviário, a Casa de Cultura, a Praça Coronel Salles, o Kartódromo e o Clube de Motocross. [cf. diversas atas da Câmara Municipal de São Carlos consultadas].

⁴⁶ Respaldados pelo aparecimento da Favela, os vereadores da oposição adotarão a “crise habitacional na cidade” como tema para criticar a administração da ARENA, que não estaria conseguindo “resolver” o problema, o qual se manifestaria, segundo os debates registrados nas atas da Câmara entre 1979 e 1982, em um déficit da ordem de três mil habitações. A oposição centro/periferia será recorrente na caracterização das gestões municipais a partir de então [cf. diversas atas da Câmara Municipal de São Carlos consultadas].

⁴⁷ Entretanto, segundo depoimento de alguns moradores, o problema do lixo se estenderá ainda por algum tempo, adentrando os anos 1980.

⁴⁸ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 07 de maio de 1979. A torneira acionada pelo prefeito como argumento para minimizar a demanda dos moradores da Favela é aquela a que me referi anteriormente, localizada a vários quilômetros da mesma.

No entanto, toda essa movimentação política em torno da “descoberta” da Favela não passará de “fogo de palha”: em cerca de poucos meses o assunto desaparecerá das atas, inaugurando um período seguinte de “silêncio” sobre o assunto na Câmara (que se estenderá por quase quatro anos!). Coincidência ou não, será durante esse período (entre 1980 e 1982) que começará a chegar a infra-estrutura, em “conta-gotas”, à Favela: uma torneira pública e, logo depois, alguns postes de distribuição de energia elétrica, o que pode levantar a hipótese de que essa teria sido uma estratégia daquela gestão municipal (ou, mais especificamente, de representantes dela) – mais uma vez em proximidade com as eleições - para aplacar os ânimos dos “favelados” e, de certa forma, dar-lhes alguma sensação de “segurança” quanto à permanência no local, acabando por minar quase todos os motes que teriam levado à emergência da Favela nos debates públicos.

■ A primeira intervenção pública na Favela: o caso das torneiras

Ao longo desse período, como foi visto, pouco a pouco o espaço da Favela foi tomando forma, configurando-se conforme as necessidades mais básicas dos moradores: abrigar-se, alimentar-se, fazer a higiene pessoal, locomover-se. Desbravar o “mato”, construir os barracos, abrir os “trios”, buscar água: o processo de constituição daquele espaço, antes inóspito, como um espaço viável para se viver “na cidade” é narrado pelos moradores sempre em termos de *lutas*⁴⁹ - “Era uma luta, minha filha. Era uma luta aqui, viu!” -, sejam elas entendidas como o enfrentamento das dificuldades pelos primeiros moradores - “Aqui o mais duro foi a gente que passou” - ou como as reivindicações coletivas que começavam a se esboçar nesse momento. O caso da chegada da água “encanada” à Favela é exemplar desse processo, que se molda entre batalhas individuais e coletivas, privadas e públicas, e aponta para o que seria, de certa forma, a primeira intervenção do poder público junto à Favela.

Desde a formação da *Favela do Gonzaga*, a água foi uma questão fundamental, não apenas por ser um elemento vital, uma necessidade básica, mas por ter também direcionado alguns rumos na apropriação cotidiana daquele espaço. Quando se inicia a ocupação, conforme já foi dito, o local apresentava ainda uma natureza agreste, com matas, animais, minas d'água e riachos. Era nessas minas – em especial numa localizada no que viria a ser o núcleo central do

⁴⁹ Encontrei em Cavalcanti (2007) uma reflexão interessante sobre o modo como a idéia de “luta” é produtiva de noções de valor atreladas ao espaço da favela.

bairro, naquela época ainda distante dos barracos – que os primeiros moradores supriam suas necessidades de água. Sendo uma mina intermitente, quando esta se encontrava seca, recorriam ao riacho existente ao fim de uma íngreme encosta a que se referiam como “barroca”. Mas era muito sofrimento, em especial para as mulheres, descer a “barroca” diariamente a fim de buscar água para tomar banho, cozinhar ou lavar a louça e, mais ainda, descer carregadas de roupa, para lavá-las no riacho. Assim, quando era possível, “optavam” por caminhar vários quilômetros até aquela torneira pública já mencionada, para buscar a água, que era, então, armazenada, de forma coletiva, em latões próximos a conjuntos de barracos, as “vizinhanças”.

Conforme a Favela ia gradativamente sendo ocupada, a água, de um problema individual dos poucos primeiros moradores, tornava-se um problema coletivo, pois já se faziam insuficientes as fontes até então utilizadas. Iniciam-se aí, ainda timidamente, as demandas coletivas daquela população que pouco a pouco tornava-se mais numerosa.

Em um primeiro momento, o poder público tentou minimizar possíveis conflitos, recorrendo a um recurso normalmente associado a situações de calamidade pública: a utilização de caminhões-pipa para abastecer de água a Favela⁵⁰.

E quando vinha o caminhão de bombeiros trazer água pra nós, que não tinha água, então a gente tinha que abrir tipo um ‘caminhozinho’... um ‘trio’. O ‘caminhozinho’ tinha um latão. Quando o bombeiro não vinha, tinha a mina. A gente lavava roupa na mina, arrumava a cozinha. Quando a mina estava assim, na época da seca, que tinha esse ‘calorzão’, a gente ia lavar roupa na barroca.
[dona Lourdes]

Em seguida, viriam as “torneiras públicas”, que aparecem freqüentemente nas memórias dos moradores mais antigos como uma referência marcante do processo de consolidação do espaço da Favela. Em suas falas, as torneiras quase sempre são acionadas como marcos espaciais e temporais de uma determinada época e vivência, signos simultaneamente de conquista e precariedade. Pus-me a investigar melhor essas histórias e nelas encontrei algumas pistas interessantes para compreender o processo de produção e apropriação do espaço em questão.

⁵⁰ É importante destacar que, nessa época, o problema da falta d’água não era exclusivo da Favela, sendo uma constante em toda a periferia da cidade, e o recurso à distribuição da água através de caminhões-pipa era bastante comum, em especial nos bairros do entorno da Favela – aparece com destaque nas discussões da Câmara, nesse período, “a precária situação em que se encontram os Bairros Pacaembu e Cruzeiro do Sul”. Tendo se tornado pública a existência da Favela, nada mais “natural” do que estender a ela também tal “benefício” da distribuição coletiva de água.

Primeiro, quem trouxe a água pra nós, quando foi o tempo do seu Massei e do Rubinho... Foi no tempo deles. Tinha água, tinha uma mina ali, no campo ali, onde é a quadra. Ali atrás tinha uma mina. Lá embaixo onde fizeram aquela pracinha, outra mina. Tinha uma mina na [rua] Pernambuco em frente à igreja. A gente usava água da mina. [...] Ai fomos na Prefeitura e falamos com o senhor Rubinho, com o Massei, foi onde eles trouxeram uma rede só de água. Uma torneira só. [...] Na Prefeitura, nós pedíamos pr'o Rubinho. Quem era prefeito era o Massei. [...] Ele marcava hora pra atender a gente. E conversamos com eles. Ai a gente explicava pra ele e ele falava que não poderia colocar... que ia ver o que ia fazer, depois nós voltamos lá de novo. [...] Ai ele deu a rede de água, uma rede só de água, uma torneira só. E com essa torneira nós ficamos, um bom tempo.
[Aparecida]

Essas torneiras eram uma espécie de “equipamento público” relativamente comum nos bairros da periferia de São Carlos naquela época, como já dito, em função da falta d'água generalizada. Assim, entre 1980 e 1982 – durante a gestão de Antonio Massei e Rubens Massucio, cujas práticas políticas já foram apresentadas⁵¹ - seria instalada a primeira torneira pública na Favela⁵², nos limites desta com o bairro Jardim Pacaembu. Ainda que para alguns moradores tenha parecido apenas mais uma “benfeitoria” de representantes do poder público municipal, de certa forma tratou-se da primeira reivindicação coletiva dos moradores da Favela, sua primeira “aparição” pública, após a “descoberta” da mesma. Embora movimentada por engrenagens de tipo populista e clientelista, de qualquer maneira foi, obviamente, uma considerável melhoria no cotidiano dos que ali viviam: “*Aí depois puseram uma torneira pública aqui. [...] Aquela torneira pública melhorou mais*”. [dona Lourdes]

⁵¹ Caberia ressaltar, aqui, a proximidade – certamente não ocasional - entre o período de instalação das torneiras e as eleições municipais que, a princípio, ocorreriam em 1980 e, adiadas por dois anos, acabariam sendo realizadas em 1982. Marques & Bichir (2001) apontam para uma “mudança no cálculo político” dos ocupantes de cargos públicos, na passagem da década de 1970 para a de 1980, com o crescimento da importância do vínculo eleitoral, o que teria estimulado, entre outras práticas, o aprofundamento do clientelismo e o populismo.

⁵² Não encontrei, nos documentos pesquisados, registros oficiais da instalação dessa torneira na Favela, mas os indícios encontrados em diversas atas da Câmara Municipal, relativos ao problema da água na cidade e às estratégias adotadas pela Prefeitura como forma de minimizar tal problema – como a presença de torneiras públicas em diversos bairros de periferia e as práticas extra-oficiais de funcionários do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de distribuição coletiva de água em caminhões-pipa - associados à já apresentada postura política do vice-prefeito Rubinho, são complementos fundamentais aos depoimentos orais que dão conta da instalação dessa torneira na Favela. Veja-se, por exemplo, a resposta objetiva de José Bento Carlos Amaral, conhecido político da cidade, que era vereador à época desta gestão: “*Thais - E essas torneiras que o senhor falou que tinha lá, quem colocou? Foi a Prefeitura? / Bento – Depois que o Rubinho autorizou o pessoal a ocupar, ele colocou.*” Cabe destacar, ainda, que a prática de instalação pontual de torneiras coletivas pelo poder público em ocupações favelizadas não era exclusiva de São Carlos, sendo bastante comum nas favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo, como destaca De Paoli (2000:116) citando Goulart, J.A. *Favelas do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/IBGE, 1957: “Em cada favela há uma torneira (coletiva...)”. Essa bica, instalada pela Prefeitura [...] é colocada o mais próximo possível da principal via urbanizada que passe mais perto da favela.” Diversos estudos cariocas irão mencionar essa prática política, que se tornou conhecida como “política da bica d’água”. Veja-se, por exemplo, Pandolfi & Grynzpan (2002).

Diva, filha de 'seo' José, havia deixado o local em 1979 para trabalhar em São Paulo e, quando retorna para São Carlos, cerca de três anos depois, encontra a Favela, onde seu pai ainda morava, já em processo de transformação, situação que aparece demarcada em sua fala pela presença da água “encanada”, fato novo.

[o local ainda estava] *muito feio, assim. Entre aspas, né, feio, porque até acho que antes era até mais feinho, porque não tinha... Não tinha água nem nada, antes acho que era meio 'piorzinho'. Aí conseguiram água e tal, né? [...] Que eles conseguiram, reivindicando e tudo, eles conseguiram, por exemplo, lá do outro lado, lá do [Jardim] Pacaembu, conseguiram que fizesse uma ligação lá, encanamento pra ser uso público. O povo ia lá, buscava de balde, essas coisas. Cada um que morava aqui ia lá buscar água... [Diva]*

Também em outros depoimentos, como o de Sueli, encontrei referências ao fato de os moradores terem, de alguma forma, se organizado para conseguir a colocação, inicialmente, de uma única torneira, como ela faz questão de enfatizar. Contudo, em suas memórias, como na de tantos outros moradores, ficaram muito mais marcados os conflitos que se instauraram em torno da água no local, após essa intervenção do poder público, que retomarei adiante.

É, colocou a primeira torneira, porque a mina fechou... um pouquinho de gente fez um abaixo-assinado, e eles [a Prefeitura] colocaram UMA torneira, ali no meio, perto da igreja São José. Aí depois começou uma 'brigaiada'... [Sueli]

De fato, não há como deixar de destacar aqui um certo paradoxo na atuação do poder público, que, ao estender a água encanada somente até o limite da ocupação - de certa forma demarcando, com a instalação da torneira pública, a fronteira entre “a cidade” e “a Favela” - passa a atestar publicamente a existência desta e a precariedade em que viviam aquelas pessoas, limitando-se, porém, durante anos a fio, a enviar caminhões-pipa e a instalar torneiras no local, como que “jogando” politicamente com as inúmeras privações a que estavam sujeitos os moradores da Favela⁵³.

⁵³ É importante destacar que a conjuntura política nacional apontava para um cenário de crise do regime ditatorial, somado à crise econômica e ao aumento significativo da pobreza em todo o país. Tudo isso vinha enfraquecendo as bases de apoio do regime, e a Aliança Renovadora Nacional - ARENA (partido político até então predominante no país, e ao qual a gestão municipal em São Carlos, naquele momento, filiava-se) perdia espaço para o Movimento Democrático Brasileiro - MDB (em São Carlos, nas eleições de 1982, o candidato da situação - Rubinho - perderá justamente para o candidato do recém-criado PMDB) (cf. atas da Câmara Municipal deste período consultadas). Nesse contexto, por um curto período, o governo militar, através do BNH - Banco Nacional da Habitação - promoveria alguns poucos programas direcionados à “população favelada”, tais como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados - Proflurb, em 1975, e o Programa de Erradicação da Habitação Subintegrada - Promorar, em 1979, este último já na “tentativa de legitimar um regime que, mesmo em fim de linha, ainda se queria fazer crer envolvido com questões sociais” (Pulhez, 2007:81). O que virá em seguida será a ausência completa de políticas públicas destinadas às favelas e, paralelamente, o predomínio de uma dinâmica clientelista, “combinando controle

Entretanto, por mais pontual que essa intervenção possa parecer, a força que ela adquire, justamente por ser uma torneira *única*, irá transparecer nas formas como a população foi se apropriando daquele espaço. Uma única torneira para abastecer as cerca de sessenta famílias que viviam na Favela até então – número que não parava de aumentar - rapidamente se tornou mote de desentendimentos entre os moradores. As brigas pela água são freqüentes nas memórias dos moradores mais antigos, pois, como esclarecem dona Lourdes e Sueli:

[...] um queria e o outro queria. Você vê, você não tem nada, aí aparece uma coisa. Todo mundo fica..., né? Aí a turma já encanava água dali pra dentro da casa. Eu mesma fiz isso. [riso] E... todo mundo queria lavar a roupa debaixo da torneira lá porque tinha bastante água. Aí era assim. [...] Tinha confusão bastante. Só resolveu quando colocou água pra todo mundo. [dona Lourdes]

Porque tinha pouca água, e a gente lavava roupa na mina, né, e aí quando colocou uma torneira pública, aí aí aí... foi aquela 'brigaiada' de água... [Sueli]

Tamanha era a privação que, quando a mínima infra-estrutura chegava, era disputada, literalmente, a tapas. Inicialmente, alguns moradores que tinham “melhores” condições compraram mangueiras e se apossaram da torneira, “*encanando*”, nas palavras de dona Lourdes, a água “*pra dentro da casa*”, o que fazia com que, muitas vezes, a água se acabasse, tanta era a demanda. E, como nem todos tinham condições de comprar as mangueiras, também elas eram motivo de brigas.

Aí canalizaram do lado de cá pra que cada morador fizesse uma adaptação, quem tivesse condições, pegava, colocava uma borracha lá, uma mangueira, e trazia até sua casa. Aquelas pessoas que compravam borracha pra poder canalizar na sua casa, elas tinham pia, algumas tinham chuveiro, enfim, elas tinham. Quem não podia, né, então punha água no tambor, armazenava água no tambor pra não ter que ficar... Porque tinha que emprestar, além de tudo, tinha que emprestar borracha dos outros. Eu, como eu sempre fui 'cagada', tinha que pegar dos outros também, até pra lavar roupa. E... buscar com baldinho lá e tal, sabe? E... então a gente fazia assim... [...] Tinha muita briga. O pessoal não gostava muito, não, de emprestar. Era meio difícil. Certo era cada um ter a sua, mas... Quem não tinha condições, tinha que viver de alguma forma. Por exemplo, pra lavar roupa. Pra você tomar água, pra você lavar louça, você até pega de baldinho, não tem problema. Mas pra você lavar a roupa já era pior, né. E pra tomar banho também... Então, de vez em quando, tinha que estar pedindo pra's pessoas mais próximas, que tinham, a borracha emprestada pra você pegar uma água, sabe, ou encher um tambor perto da sua casa. Coisas desse tipo. [Diva]

e troca de lealdade política por pequenos benefícios” (Freire, 2005:72), exatamente o que acompanhamos, nesta seção do texto, no caso da Favela do Gonzaga.

Nos horários de pico, como no fim do dia, quando a maioria dos moradores retornava da roça, eram ainda maiores as confusões. Cada um a sua maneira, todos queriam ter direito à água, direito legítimo que, dadas as circunstâncias geradas pela própria atuação do poder público, levava os moradores a apropriar-se privadamente, de variadas formas, do que deveria ser infraestrutura e serviço públicos garantidos a todos os habitantes da cidade. Ao serem pontual e precariamente introduzidos na Favela, estes deram margem às situações de conflito aqui descritas.

'Ai, porque eu vou usar agora!' 'Ah, se eu não usar!' 'Ai, eu vou tirar essa borracha!' Sabe? Eu briguei uma vez por causa de água! Ô! [riso] [...] Rasgaram minha mangueira... Fui lá, arranquei, sentei em cima da torneira. 'Quero ver quem vai usar essa torneira! Porque eu cheguei agora da roça, eu quero lavar minha louça, fazer comida.' E sentei e esperei todas as minhas amigas encherem e depois liberei, agora vocês usam. Queria ver quem vinha e me batia! É... Porque quem trabalhava, então só pegava água à tarde... [Sueli]

Mais do que acostumados a lidar com adversidades de toda ordem, após muita briga, os moradores, aos poucos, foram criando acordos coletivos, regras de uso comum da torneira “pública”, visando a amenizar os conflitos. Novos arranjos socioespaciais eram moldados a partir da também nova situação desencadeada pela introdução da torneira pública. Sua utilização passou a ser organizada em filas, por ordem de chegada. Aqueles que não trabalhavam deveriam utilizá-la mais cedo, evitando o fim do dia.

Pra não sair briga, você levantava bem cedo e pegava a frente. E muita gente colocava umas tábuas ali, sabe? Nós lavávamos roupa era na tábua, não era em tanque. Colocava uma tábua, a outra colocava outra tábua, então, quem levantasse mais cedo pegava a torneira mais cedo. A outra acabava de lavar a roupa dela, arrumava a cozinha, o que ela tinha que fazer e aí depois que a outra ia pegar. [dona Lourdes]

Acordaram-se horários distintos de utilização da torneira e das mangueiras para aqueles que as tinham. Horários para pegar água com baldes e armazenar nos latões junto aos barracos, horários para lavar roupa, horários para colocar a “borracha” e tomar banho.

Aí, por exemplo, tomava banho com borracha. A gente tomava banho sentada [...] De bacia. [...] meu pai punha uma borracha. Emendada, mas chegava até pertinho em casa. Aí meu pai punha, aí essa hora era o horário de usar a borracha, cada família a, usava. Aí tomava banho de borracha. [...] Que nem, cada um que comprasse uma borracha, e aí separava. Aí enchia, sabe aqueles latões que tem, assim? Enchia, pra usar aquela água. É, aí você tinha, por exemplo, um dia, você tinha uma hora pra usar a torneira. Aí a gente colocava a borracha. [Sueli]

Apesar dos esforços dos moradores em gerirem coletivamente o uso da torneira e do espaço por ela demarcado, a água ainda era pouca para tanta gente, que não cessava de chegar, como se verá a seguir. Assim, através de pressões junto ao poder público, os moradores conseguiram a instalação de uma outra torneira⁵⁴.

Nesse momento, mais uma das providências coletivas na tentativa de minimizar os conflitos foi a instalação, por conta dos próprios moradores, de tanques e tábuas junto às torneiras, para que várias mulheres pudessem lavar as roupas simultaneamente: *“Aí eles [poder público], pra cima da igreja São José, colocaram mais uma torneira, e a gente colocou uns tanques também lá, uns tanques e umas tábuas de lavar roupa”*. [Sueli]

Os locais onde se instalavam as torneiras públicas passavam a ser reconhecidos como espaços marcadamente coletivos⁵⁵, caráter ainda mais reforçado com a colocação das tábuas e dos tanques. Eram eles palcos de muitos conflitos, mas também de acordos coletivos, de negociações em torno de uma vida em comum, de problemas em comum. Eram também locais de encontro, de socialização, onde se reforçavam amizades, onde as mulheres conversavam, nas filas, entre uma trouxa e outra de roupas para lavar, onde se ajudavam mutuamente, entre bacias de roupa para *“quarar”* - *“ai, você fica aqui um pouco olhando as roupas, que eu vou descansar?”* [Sueli]

Esse caráter coletivo que se imprimia ao espaço em função da presença da água também caracterizou a área onde se localizava a mina d'água, anteriormente mencionada. A despeito do crescimento da Favela, o entorno da mina foi sendo preservado – não sem disputas - da ocupação por barracos, constituindo uma grande área livre que viria a se tornar o “campinho”, única área de lazer da Favela – e, posteriormente, do bairro -, que será retomada adiante.

Cabe aqui, ainda, uma observação sobre o modo como se moldavam essas relações com o espaço, à proporção que a Favela se adensava, mesclando o público, o coletivo e o privado: parece-me plausível a idéia de que esse caráter híbrido, indefinido, que conformava a espacialidade do bairro, tenha se acentuado e consolidado, em grande medida, a partir de

⁵⁴ Nas atas da Câmara Municipal pesquisadas também não há registros da instalação dessa segunda torneira. Mas, além dos diversos depoimentos orais que fazem menção à sua instalação, uma dissertação de mestrado produzida nessa época (Falkoski, 1988) relata a presença de duas torneiras públicas na Favela em 1985.

⁵⁵ Os locais onde ficavam os tambores coletivos de armazenamento de água, próximos a conjuntos de barracos, também já assumiam, em certa medida, esse caráter, ainda que mais restritos a regiões de vizinhança. Conforme descreve também Falkoski (1988), em estudo sobre a Favela do Gonzaga: “No interior da favela existem locais amplos, dando a idéia de praças. Geralmente é o local onde se localizam as torneiras públicas de água” (p. 142).

intervenções do poder público, que se iniciam oficialmente com a instalação das torneiras (ainda que não tenha sido o único fator a contribuir nesse sentido). De fato, a instalação das torneiras aponta para um certo tipo de atuação pública que, ainda que pontual, acaba por interferir irremediavelmente nas dinâmicas locais, gerando não apenas diferenciações e conflitos entre os moradores, decorrência direta desse tipo de atuação, mas também direcionando usos e apropriações do espaço um tanto perversos, na medida em que estimula a privatização do que deveria ser público – as torneiras, a água – e a publicização do que deveria ser privado – a higiene pessoal, as questões íntimas, de âmbito doméstico. Por outro lado, a chegada pontual e precarizada da infra-estrutura ao local faria também com que os moradores se organizassem minimamente em torno de novas formas de gerir coletivamente aquele espaço, que vai sendo rearranjado a partir do estabelecimento de uma ordem própria. Essas relações ambíguas com o espaço se farão presentes ainda ao longo de todo o processo de constituição do bairro e serão melhor analisadas adiante.

■ A consolidação da “Favela do Gonzaga”: solidariedades, privações e conflitos

Mais do que procurar ‘soluções’ para o “problema social” representado pela Favela, as intervenções realizadas pelo governo municipal entre 1979 e 1982 só fizeram estimular a ocupação do local. Não há como desvincular o adensamento e a conseqüente precarização da Favela, que se promoverão nos anos 1980, do tipo de postura adotada pelo poder público, como apresentado no caso das torneiras.

Com efeito, em cinco anos (entre 1980 e 1985), praticamente quintuplicará a quantidade de habitações no local, passando de cerca de cinqüenta para duzentos e cinqüenta barracos⁵⁶ E paradoxalmente, como foi visto, ao longo de todo esse período, predominará um silêncio completo, nas atas da Câmara Municipal de São Carlos, sobre a Favela, que somente retornará à pauta no final de 1984, justamente quando se encontrará no ápice de seu crescimento e dos problemas infra-estruturais dele decorrentes.

Torna-se necessário, portanto, compreender esse progressivo adensamento da Favela, que já se fazia de forma cada vez mais intensa a partir de então, seja porque a infra-estrutura – ainda

⁵⁶ Falkoski (1988).

que improvisada - aproximava-se, como atestava a presença das “torneiras públicas”, seja porque as famílias ali residentes cresciam, espalhando-se pelo espaço, mas também porque, quanto mais moradores chegavam, mais a notícia se espalhava entre as redes de informação dos populares, atraindo cada vez mais moradores para aquele espaço.

Nessa década se intensificará a chegada de migrantes ao local (muitos atraídos por parentes que lá viviam), pessoas que vinham para São Carlos muitas vezes sem ter perspectiva de emprego⁵⁷ e que, diferentemente do que ocorrera em meados da década de 1970, como se viu anteriormente, passam, nesse momento, a estabelecer-se diretamente no ‘Gonzaga’, que já se tornara “a favela” da cidade, abrigo certo para os mais pobres entre os pobres.

Aí começou a aparecer gente, essa gente de fora, veio gente não sei de onde, do Paraná... [seo José]

Porque, como eu estava te falando, as pessoas vinham de fora, não tinham pra onde ir, sabia que tinha um lugar que dava pra fazer um barraquinho... [...] Quando foi na época dos barracos mesmo, pessoas que moravam fora, estavam no Paraná, então vieram muitos parentes. O pessoal ia e buscava parentes pra vir pra cá. Que segundo eles, aqui tinha emprego e tal, tal, tal. Pessoas que moravam fora e tinham até uma casinha ajeitadinha, mas vinham pra cá por causa de trabalho, de emprego. E chegava aqui e deparava com os barraquinhos, e tal, tal, tal, né? Ficava chateado, mas encarava a realidade.[Diva]

Essa Favela surgiu quando o Antonio Massei era prefeito e o vice-prefeito era o Rubinho Massucio. O Rubinho que encaminhava as pessoas pra lá... Ah, a pessoa ia procurar ele e ele dizia: ‘pode construir lá’. [...] Área da Prefeitura, certo? E ele mandava – ele tinha uma posição de vice-prefeito – e ele mandava o pessoal se instalar lá... e o que aconteceu depois disso? Que é muito importante contar essa parte. Você estava morando lá, você tinha parente no Paraná, no Mato Grosso, na Bahia, você mandava uma cartinha e falava para vir para cá. E vinha para cá. De uma dezena de famílias que tinha lá passou para duzentos e sessenta e nove... Eles falavam, ‘vem para cá que a Prefeitura está dando terreno’, então começou isso aí... quando o Rubinho era vice-prefeito. [José Bento Carlos Amaral]

⁵⁷ Já a partir do final dos anos 1970, todo o país mergulhará em uma crise econômica marcada pelo desemprego e pelos altos níveis de inflação. Na primeira metade dos anos 1980, o tema do desemprego aparece como uma preocupação constante nas atas da Câmara Municipal e mobiliza os prefeitos locais, tendo havido, em 1983, uma reunião de prefeitos paulistas para discutir a questão. Simultaneamente, nesse período se intensificará a migração de outros estados para a região, promovendo uma “reversão da tendência migratória no estado de São Paulo, entre 1980 e 1991. A região metropolitana deixa de ser a principal área de atração de migrantes, e outras regiões do estado, como a de São Carlos, adquirem essa função.” (Dozena, 2001:46) A partir de 1980, portanto, o processo de desconcentração demográfica paulista ganha maior visibilidade, em paralelo à redução das taxas de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo, com a predominância de movimentos migratórios de tipo urbano-urbano. (Sathler & Miranda, 2006)

Em 1985, Diva volta definitivamente a morar na Favela⁵⁸, já casada e com um filho: seu pai se muda para o barraco de sua madrasta, e ela fica no barraco do pai, em mais um exemplo das dinâmicas familiares e mobilidades dos moradores já referida anteriormente. A essa altura, a favelização da ocupação já se encontrava bastante avançada, devido ao adensamento acelerado que se dava sem ter como contrapartida a urbanização. Através de suas memórias, podemos alcançar um pouco do que foi esse momento de rápido crescimento e precarização da Favela:

É, cresceu muito rápido. Que começou a... o pessoal começou a ver... assim, o pessoal vinha de fora pra cá e sabia que tinha lugar, que podia ficar, e vinha pra cá, né? Veio muita gente, de muitos lugares. É baiano, é pernambucano... O pessoal chegava, construía o barraco e ficava. Uns vinham e compravam de uns que já estavam querendo ir embora, que já estavam indo. Compravam pronto. Outros vinham e construíam, enfim... [...] desde quando meu pai mudou pra cá, foi muito rápido o crescimento. Cresceu bastante. Só do tempo que eu fiquei em São Paulo, que eu voltei pra cá, nossa! Já tinha muita gente, aí já estava aqueles barracos fechados, muito apertado, o banheiro pra muitas pessoas... um muito junto do outro, muita gente, esgoto a céu aberto, sabe? [...] É, crescer cresceu rápido, né! [Diva]

Embora já houvesse um “mercado informal” de barracos em funcionamento, nesse momento ele ainda se movimentava mais em função das necessidades dos moradores, de suas dinâmicas de chegada e partida, de sua mobilidade em busca de melhores condições de vida do que propriamente de uma especulação, como virá a acontecer num momento posterior no bairro. Ainda se ativavam muito mais as redes de solidariedade e ajuda mútua, uma vez que aquelas pessoas que chegavam à Favela estavam passando pelo que os moradores ali instalados já haviam passado também⁵⁹.

É porque... chegava alguém, perguntava se dava pra colocar mais um barraco, e o pessoal falava que dava... Eram mínimos os espaços, né? Aí, desse lado tinha barraco, do outro lado tinha barraco, tinha gente desse lado, tinha barraco ali, daí eles faziam o quê? Abriam um ‘triozinho’ entre

⁵⁸ Depois de muitos deslocamentos, como os vivenciados por seu pai e por tantos outros que aqui foram mencionados, Diva e o marido vêm, resignados, morar na Favela: “*Vim pra cá porque não tinha condições de ir pra outro lugar*”. Essa ideia da Favela como “última opção” de moradia é muito presente nas falas dos moradores e contrasta com uma forte afetividade em relação ao local, em grande parte estabelecida pelo vínculo quase “carnal” dos moradores com aquele espaço.

⁵⁹ Feltran (2005) elabora uma breve, mas interessante, reflexão sobre a solidariedade presente nas favelas, atestando sua especificidade em relação a outros espaços de moradia dos pobres, como os bairros ou loteamentos populares. A solidariedade, nas favelas, surgiria da experiência de um “processo limite”, da “vivência das piores exclusões, da maior privação de direitos”, como a identificada por Hannah Arendt ao tratar da situação dos judeus, muitos deles apátridas, durante a Segunda Guerra Mundial. Tal “solidariedade específica” seria a medida de uma sociabilidade também específica, tal como apresentada por um dos sujeitos de sua pesquisa, em definição que cabe muito bem para o que acabei de descrever: “eu costumei dizer que aqui na favela nós partilhamos tudo, até aquilo que não temos, que é espaço” (Feltran, 2005:217-220).

os barracos pra poder sair do outro lado, então era assim, cheio, muito cheio de barracos, e não tinha rua assim, era sem saída e tinha sempre um 'triozinho' cortando, assim, os barracos. [Silmara]

Com o aumento do número de barracos e de moradores, todo o espaço da Favela se reconfigurava quase cotidianamente: abriam-se mais “trios” entre os barracos, novos becos se formavam, construíam-se novos caminhos, desmatavam-se novas áreas. E esses processos de construção e consolidação do espaço da Favela foram ocorrendo de forma predominantemente coletiva, tanto na construção dos barracos como dos espaços de uso comum.

Era assim, os moradores mesmo se ajudavam, sabe? Se precisasse abrir uma rua, ia lá todo mundo e ia fazer. Chegava uma mudança pra alguém, pra um barraco novo, eles também se juntavam pra ajudar. [Cláudia]

Então eu acho que o que fortaleceu os moradores ali, também, era a união que eles tinham. Então assim, sabe? O cuidado que tinham com os próprios moradores. [Silmara]

Ao longo do processo de construção coletiva de um espaço habitado por cada vez mais pessoas, das buscas por soluções de problemas e dificuldades em comum, os moradores foram construindo relações de amizade e solidariedade, que se expressam nas lembranças emocionadas de um passado que, apesar de tudo, tem nessas relações entre as pessoas e na ajuda mútua seu contraponto positivo. Nos becos que se formavam, com as pessoas morando cada vez mais próximas das outras, novas sociabilidades também iam se gestando em conjunto com o espaço, como lembra Silmara sobre a turma do “Beco do Gonzaga”, um dos principais becos formados nesse período, configurando mais um dos “pedaços”, as regiões de vizinhança às quais venho me referindo⁶⁰.

Aí eu fui conhecendo as outras pessoas que moravam naquela parte lá. Então eu fui conhecendo todo mundo que morava lá no beco do Gonzaga. Beco do Gonzaga, lá dentro... [...] A gente fazia antes, assim, a gente fazia fogueira, tomava um vinho ali do lado da fogueira. [...] Ah, isso desde quando era barraco, de quando era favela mesmo. Porque quando era favela, quando eu ia namorar, então a gente se reunia ali, assim, de frente pr'o barraco da Luísa, aí ela 'pá', a gente fazia ali uma fogueirinha assim, ali ficava tomando uma canelinha, tomando um 'vinhozinho', e assim foi. Então, desde que eu conheci o pessoal sei que foi assim. [Silmara]

⁶⁰ Com a chegada de mais e mais novos moradores, ampliava-se o processo de heterogeneização da Favela e a consolidação das novas regiões de vizinhança, tomando seu espaço social cada vez mais complexo. Além da demarcação inicial da parte baixa – que se afirmava como uma região central da Favela – e da parte alta, onde se situavam os moradores mais antigos, novos agrupamentos de moradores mais recentes vão se formando, como esse Beco do Gonzaga. Também se conformavam novos “pedaços” em torno das torneiras públicas ou das regiões de “saída” para os bairros do entorno - aonde primeiro chegaria a energia elétrica -, em movimentos de aproximação que se davam não mais apenas em termos de afinidades, mas também de necessidades, principalmente levando-se em conta que os espaços se tornavam sempre mais escassos.

Essas relações ali presentes também serão fundamentais no que diz respeito à chegada da energia elétrica à Favela – mesmo que de forma improvisada – que será viabilizada através da passagem de fiação de barraco em barraco, a partir dos que se localizavam exatamente na divisa com os bairros populares do entorno – Jardins Pacaembu e Cruzeiro do Sul, onde, segundo diversos relatos, teriam sido instalados alguns postes de energia elétrica no mesmo período em que foram instaladas as torneiras públicas, o que permitiu que parte dos moradores pudesse “puxar” a energia até suas casas⁶¹.

Aí luz já começou, assim, de uma casa pra outra, puxava-se a luz... Sabe? Que vinha numa casa... Que a luz não vinha até aqui, era nas primeiras casas de ruas normais. Aí, da primeira casa vinha se pedindo a luz... descendo, é. Aí um ia emprestando pr'o outro, aí ia passando. Acabou a maioria tendo luz por conta disso... Tinha algumas pessoas que não tinham luz. Mas também tinha muita gente que tinha luz dessa forma. Que ia passando um pr'o outro, sabe? [Diva]

Não tinha luz. Era puxado da rua principal, que é a do [Jardim] Pacaembu... a rua principal ali, Rua Sergipe... Daí eles puxavam ali, do poste... Eles puxavam como gato, né? [Cláudia]

Com a chegada da energia elétrica a alguns barracos, outras formas de interação e apropriação tornam-se possíveis naquele espaço, como os momentos coletivos de assistir às novelas na televisão dos poucos moradores que a possuíam ou a realização de “bailinhos” nos barracos daqueles que tinham rádios ou vitrolas.

Nossa, aí pedi pr'o meu pai comprar uma televisão... quando começou a força... os vizinhos emprestavam força... Nós pegamos força dali mesmo, do Gonzaga... de uma turma que morou ali... Mas eles tinham força, porque bem no local deles podia... aí foi fio por fio... E aí meu pai comprou televisão...aí tinha que dar murro pra a televisão pegar... A novela era aquela Duas Vidas... [...] Nossa, na hora da novela! [bate palma, imitando o pessoal chegando na casa dela] Aí juntava aquele monte de gente. Ninguém mais tinha televisão, aí todo mundo vinha em casa... Se ligasse de dia, ela não pegava... Então a gente dava um 'murrinho', ou senão a gente fazia assim, alguém ficava segurando a antena, o pessoal ficava olhando... [Sueli]

⁶¹ Seguindo exatamente a mesma lógica populista e clientelista que motivou a instalação das torneiras públicas na Favela, será também a gestão Antonio Massei/Rubinho Massucio a instalar alguns “postinhos” de energia no limite entre os bairros do entorno e a Favela, mais uma vez demarcando suas fronteiras e estimulando que fossem feitos os “gatos” (ligações clandestinas de energia elétrica), conforme apontam os depoimentos de alguns moradores, como Sueli: “Os moradores pediram também. Aí começou a força, foi ótimo. Puseram um monte de ‘postinhos’, sabe? Lá em cima até pra baixo. Aí puseram os ‘postinhos’, cada um pegava sua força e... cada um vinha. Mas era barraco ainda. Ia lá, cada um vinha, cada um pegava sua força e deixava ali. Não como é agora. Era lá em cima, onde era a torneira. Aí começou também a aumentar mais as torneiras...”. Assim como foi mencionado a respeito da prática de instalação de torneiras em favelas pelo poder público, também a instalação pontual de energia elétrica é freqüente em favelas por todo o país, desde pelo menos a década de 1950, sempre na fronteira máxima entre as favelas e a área urbanizada mais próxima, “o que provocava um acúmulo de ‘postinhos’ nas calçadas e a multiplicação das ‘gambiarras’.” (De Paoli, 2000:117)

Ah, essa época tinha muita brincadeira na casa dos outros, sabe, bailinho, né? É, no Gonzaga. Inclusive meu irmão fez isso, a mulher do Gonzaga fez isso... Era dentro da casa, sabe, dentro da casa. Dentro do barraco. Isso, tipo assim, três quartos, um quarto, uma cozinha, aí separava as coisas desse lado, e ficava fazendo baile ali. Era uma diversão. [Sueli]

Novamente vemos o espaço e as tramas sociais da Favela se transformarem a partir da relação entre uma forma específica de intervenção, ainda bastante pontual, e as apropriações dela decorrentes, tanto no plano dos espaços de uso comum quanto nos espaços privados. Assim como as torneiras, também a chegada improvisada de energia elétrica permitia que alguns moradores com “mais condições” passassem a investir em um mínimo de *conforto*, artigo de luxo na Favela. A presença pontual e precarizada de infra-estrutura dava amplitude aos processos de diferenciação interna entre os moradores que já vinham se estabelecendo desde o início da ocupação: havia aqueles que possuíam a mangueira para levar a água até sua casa, outros que conseguiam ter acesso à energia elétrica, outros que já começavam a adquirir bens de consumo, como televisão e geladeira. A chegada de novos moradores, muitos sem emprego, como foi visto, acirraria ainda mais essa diferenciação, que rapidamente se desdobraria em mais conflitos e nas novas situações de violência experimentadas.

Assim, obviamente, nem tudo era amizade e solidariedade, como já deixaram claro as histórias sobre a chegada das torneiras públicas ao bairro. Duas torneiras públicas instaladas e a iluminação chegando aos barracos puxada por meio de “*gatos*” era, então, o auge da infraestrutura urbana na Favela. Nessa época, o local já contava com cerca de duzentos e cinquenta barracos, e os problemas decorrentes dessa falta de urbanização só aumentavam, assim como os conflitos em função da utilização coletiva da pouca infra-estrutura existente e dos espaços em torno dela.

Tinha umas ‘ignoranciazinhas’ [brigas], assim, sabe? Em relação a varal, algumas ‘ignorâncias’ também em relação a água, entendeu? Em relação à força [energia elétrica] mesmo, tinha umas ‘ignorâncias’... Mas que não levavam a conseqüências, entendeu, que se resolviam de maneira amigável e pronto. [...] Varal, por conta de que eram muitos, e os espaços dos ‘trios’ que tinham, eram os varais. Entendeu? Onde era passagem, era varal. E as pessoas, às vezes, ‘ignoravam’ um pouquinho por conta disso. Às vezes tinha uma roupa, a pessoa ia passar, entendeu? Ou tinha que trazer um material, alguma coisa, alguém comprou um objeto, precisava passar... E aí as roupas estavam lá... Tinha que tirar... Entendeu? Mais nesses casos, nessas situações. [Diva]

Além dos conflitos em torno da água, que os acordos coletivos minimizavam, mas não impediam, uma vez que quase diariamente chegavam novas pessoas ao local, outros focos de

desentendimentos surgiam cotidianamente, quase sempre decorrentes da ausência de limites entre o público, o privado e o coletivo no espaço.

Quando você mora numa favela, num barraco, é tudo muito amontoado, entendeu? Era tudo grudado, você saía de uma porta e já estava entrando na outra casa, às vezes você nem se dava conta de que já era outra casa, pra você era a mesma casa, era o mesmo barraco, e não era. Então acho que isso gera um pouco de conflito, gera um pouco, porque acaba tirando a privacidade das pessoas. Porque se for ver, é uma invasão, a pessoa vivia uma invasão constante, entendeu? Só que ela já está habituada com aquela invasão que ela sofre ali, a todo momento, mas daquelas pessoas que moram ali. Aí vem uma pessoa de fora, vai, não vai, sabe? Então... [Silmara]

Antigamente [...] tinha ali, você fazia uma 'cerquinha' de pau ali na frente da porta, aquilo ali era o seu espaço. Então a pessoa não tinha lá uma torneira pra ela sozinha, era uma torneira pra um monte de gente. Então, sabe? As pessoas brigavam por causa da água, brigavam por tudo, então, sabe? [Silmara]

A indefinição dos limites entre os barracos, entre o que eram os espaços privados e os coletivos, acabava gerando conflitos entre os moradores, como os descritos nos depoimentos de Diva e Silmara. Essas brigas em torno do espaço são recordadas como motes das primeiras situações de violência explícita na Favela:

Eu lembro até, então, que teve uma época que a gente morava num pedaço que... as famílias brigavam muito, de 'tijolada', de 'facada', de 'enxadada'... Por causa de qualquer coisa. Teve um que até, então, matou a mulher dele, por causa... eu lembro até hoje, porque acho que eram uns quatro barracos antes do da minha mãe, acho que porque o homem quebrou a cerca e não colocou a cerca de novo. Já foi, já deu 'facãozada', depois a mulher já entrou no meio, ele acabou matando a mulher dele... então acabava, no fim, porque mexia nas coisas das outras pessoas, sabe, e não botava no lugar. Então as pessoas brigavam. [Cláudia]

Assim, com o adensamento da Favela, vivenciava-se cotidianamente o paradoxo entre solidariedade e violência, muitas vezes numa mesma situação, como na história descrita abaixo também por Cláudia. E essa violência quase sempre implicava a necessidade de reconstrução de um espaço que fora construído coletivamente, através de ajuda mútua e a duras penas - aí o paradoxo.

Tinha, tinha briga sim, eu acho que em todo lugar tem briga, né? (riso) Tinha briga, e o ruim é que nas brigas, como era barraco parede-com-parede, 'vixe'! Eu acho que era bem pior. Porque quando saía briga, assim, eles quebravam, sabe, os barracos, depois acabava, no fim, a família do que quebrou tinha que arrumar, porque as duas famílias eram juntas, como que ia... [riso] Era bem complicado, eu acho, os barracos, em relação a brigas. [...] As mesmas pessoas que se ajudavam já estavam brigando, já viravam a cara, já davam tijolada em cima das telhas, as telhas caíam e

... você nem tinha como se esconder, porque os barracos eram todos assim, já meio que... você se escondia de um lado, em época de chuva, sabe? Não tinha pra onde correr. Pra dormir você tinha que arrumar um lugarzinho onde não pingava, na época você tinha que colocar um... Antigamente eram mais daquela folha de lata, os barracos. [Cláudia]

Barracos de “folha de lata” que se destruíam em brigas de vizinhos; disputas entre os pobres por um mínimo espaço para viver na cidade; pessoas se matando por uma cerca - frágil e conflituoso indicativo de propriedade particular onde todo o espaço se produzia indefinido. É que a essa população destinavam-se os restos da cidade, literalmente: não apenas as terras que ocupavam eram “sobras” públicas da urbanização predatória que se desenvolvia há pelo menos quarenta anos nas chamadas “franjas” da cidade, como também a infra-estrutura – luz e água - eram “migalhas” consentidas da cidade, que recentemente haviam chegado às fronteiras da Favela. Além do mais, famílias construía ali suas casas sobre vestígios de um antigo “lixão”, com resíduos industriais e da construção civil.

[...] ai eles conseguiam um ‘materialzinho’, pegava muito é tábua, lá na... hoje é Eletrolux, que na época era... [...] Climax, né? Ai pegava assim muita madeira, por causa daquelas caixas que, aquelas caixas... que embalava, eles usavam essa madeira, a maioria era dessa madeira, que eles conseguiam lá na Climax, né, que faziam os barracos. [Diva]

[...] as telhas, ainda eram pedaços de telha, não eram telhas inteiras, não, aquelas telhas todas de brasilite, ou todas dessa telha normal que a gente tem. Não! Era um pedaço de brasilite, um pedaço era dessa aí, paulista, ia juntando. [riso] Ah, o pessoal pegava geralmente de onde tinha esses... onde os outros jogavam os entulhos, sabe. Então iam lá, achavam os pedaços e era como iam construindo as coisas. [Cláudia]

Era uma reciclagem. (riso) [Silmara, na entrevista com Cláudia, comentando a fala acima]

Esses depoimentos, ainda que com bom humor, apenas reforçam o que já foi dito sobre a precariedade das moradias e as privações de toda ordem a que os moradores da Favela estavam submetidos, muitas de caráter íntimo, privado. Para muitos moradores, as memórias positivas dos tempos de Favela – em sua maioria de solidariedade e amizade – são suplantadas por memórias dessas privações, bem como dos sofrimentos e constrangimentos delas decorrentes.

Dentre essas várias privações e constrangimentos a que estavam submetidos os moradores da Favela, aparece com muita freqüência nas narrativas a questão da higiene pessoal, das necessidades mais íntimas, materializada na precariedade dos banheiros improvisados. Construídos do lado de fora dos barracos, os banheiros evocavam, de dia, a vergonha de ser

observado; de noite, o medo de sair de casa na escuridão - além do sofrimento pela ausência de um mínimo conforto e, em muitos casos, por ter que compartilhá-lo com outras pessoas, nem sempre da mesma família.

Os banheiros eram longe, os banheiros, ou fazia fossa, ou então, como lá onde a gente morava, onde é a casa da minha mãe, passava um rio, então daí eles construíam, sabe? Colocavam dois paus, colocava assim, ali você tomava banho, ali você fazia suas necessidades, e já saía pr'o rio. [Cláudia]

Banheiro era fossa, aí era lá fora. O banheiro era pra várias pessoas. Várias famílias. Que não era todo mundo que tinha. Como era água de poço, um poço pra várias famílias, e era também uma fossa, que era o banheiro. Era pra várias famílias. O banho, tomava de bacia dentro da casa, água do poço com bacia dentro de casa. E era assim. [Diva]

Banheiro? Ai, e não tinha um buraco, uma vala? Meu pai fez uma casinha, a gente ia ali. É, num buraco. É, era fechadinho, é verdade, né. Daí fizeram uma valeta que descia lá para 'baixão'... E para tomar banho era de bacia. Aí, por exemplo, tomava banho com borracha. A gente tomava banho sentada, minha mãe fazia assim, era fogão de lenha e fogão a gás. Então, por exemplo, como água quente não dava, aí tomava banho de borracha... Você punha uma blusa... [...] aí meu pai punha uma borracha. Emendada, mas chegava até pertinho em casa. [...] Quando era de tarde, que 'tava meio frio, se a gente 'tava menstruada, minha mãe esquentava água no fogão. [Sueli]

[...] a gente fazia todas as coisas naqueles banheiros de tábua, sabe, a gente era menina, mas mesmo assim tinha perigo antigamente, né? Os homens ficavam olhando a gente tomar banho, então era uma coisa muito chata, constrangedora pra a gente que era menina. [...] Você tinha... tinha sim os homens sem vergonha que às vezes espiavam você no banheiro e tudo. [Cláudia]

Se, individualmente, a precariedade dos banheiros adquiria tais conotações, de forma mais ampla, com o crescimento da Favela a todo vapor, os banheiros aumentavam em número, com suas fossas e valas que, associadas ao esgoto que descia das redes recém-instaladas dos bairros vizinhos, geravam ainda mais problemas para os moradores como um todo. São freqüentes as menções ao esgoto que corria a céu aberto, entre os barracos, pelos “trios” por onde os moradores circulavam, até chegar na “barroca”. A essa altura, o riacho e as minas onde os primeiros moradores costumavam buscar água já se encontravam contaminados, mas ainda era nesses espaços que cada vez mais homens, mulheres e crianças circulavam, lavavam e estendiam suas roupas, brincavam, ou seja, conviviam diariamente⁶².

⁶² Vejam-se também as observações de Falkoski (1988) sobre tal situação: “O esgoto que provém da cozinha e dos tanques dos barracos escorre a céu aberto, formando pequenos córregos, agravando a erosão de vielas e terrenos e contaminando, junto com o lixo, todas as áreas livres do local. Aquele que provém dos banheiros, geralmente localizados na lateral das casas ou

Então, antigamente, a gente não tinha lugar pra brincar. A gente brincava mais era no meio da 'barroca'. [...] No rio até, então, onde era encaminhado o esgoto, né? O esgoto daqui de cima, dos bairros daqui de cima. Tanto é que os barracos, o esgoto passava, os barracos eram todos assim, em frente ao esgoto. Dos outros bairros: [Jardim] Cruzeiro [do Sul], desses bairros mais próximos. Daí descia tudo lá pra baixo. [Cláudia]

Privados dos direitos básicos a que deveriam ter acesso todos os habitantes da cidade⁶³, eram os moradores da favela que sofriam as conseqüências das formas de urbanização predatória que se consolidavam no município de São Carlos – e das perversas estratégias políticas adotadas para lidar com a ocupação. Paradoxalmente, entretanto, para o restante da cidade eles é que eram o problema: após alguns anos “esquecida”, novamente a Favela – e os “favelados” – tornava-se a materialização de tudo o que era indesejado na cidade, e precisava ser “erradicada”⁶⁴.

nos fundos, é coletado por fossa negra [...] insuficiente devido à natureza do terreno, trazendo riscos de contaminação, erosão e desmoronamentos”. (Falkoski, 1988:142)

⁶³ Tamanha privação aparece, nas memórias dos moradores, sempre associada à noção de *ausência de conforto*, como mencionado anteriormente. Essa ausência se tornaria medida de comparação frente às conquistas – coletivas e individuais – dos moradores quando da passagem de favela a bairro (transformação dos barracos em casas de alvenaria, instalação de infra-estrutura urbana, chegada de serviços e equipamentos públicos etc) sendo sempre o aumento gradativo do *conforto* acionado como referência da *urbanidade* que chegava àquele espaço e da *melhoria de vida* que ambos representavam.

⁶⁴ Ainda que a presença de favelas nas grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e Recife, remonte ao final do século XIX, as primeiras intervenções públicas nas favelas do Rio de Janeiro serão realizadas somente na década de 1940, concebidas em uma abordagem sanitária que, considerando as favelas como espaços impróprios e insalubres, pautava-se pela *erradicação* através da *remoção*. Na década de 1960, após algumas poucas tentativas de urbanização de favelas, a *perspectiva remocionista* será retomada e intensificada em dois momentos: 1) primeiramente, com a criação da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara - COHAB-GB (órgão que depois se tornaria nacional) pela administração de Carlos Lacerda, a qual iniciaria uma autoritária e violenta “era de erradicação na política relativa à favela tanto em nível estadual quanto nacional” (Freire, 2005:69) e 2) alguns anos depois, com a criação, pelo governo federal, da CHISAM – Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio – órgão que, responsável por executar uma política unificada relativa às favelas dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro – consideradas “espaços urbanos deformados” - retomaria com toda força o viés remocionista, erradicando cerca de sessenta favelas entre 1968 e 1975. Ao longo da década de 1970, as políticas remocionistas e de erradicação se retrairão, devido ao alto custo financeiro e político dessas operações [Freire, 2005; Burgos, 2003]. Entretanto, como é possível apreender a partir das representações e posturas políticas adotadas pelo poder público em São Carlos (e em diversas outras cidades do estado de São Paulo nessa época) frente ao “problema-favela”, o ideário da erradicação e do desfavelamento ainda permaneceria ativo, como se verá a seguir.

MAPA GERAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS

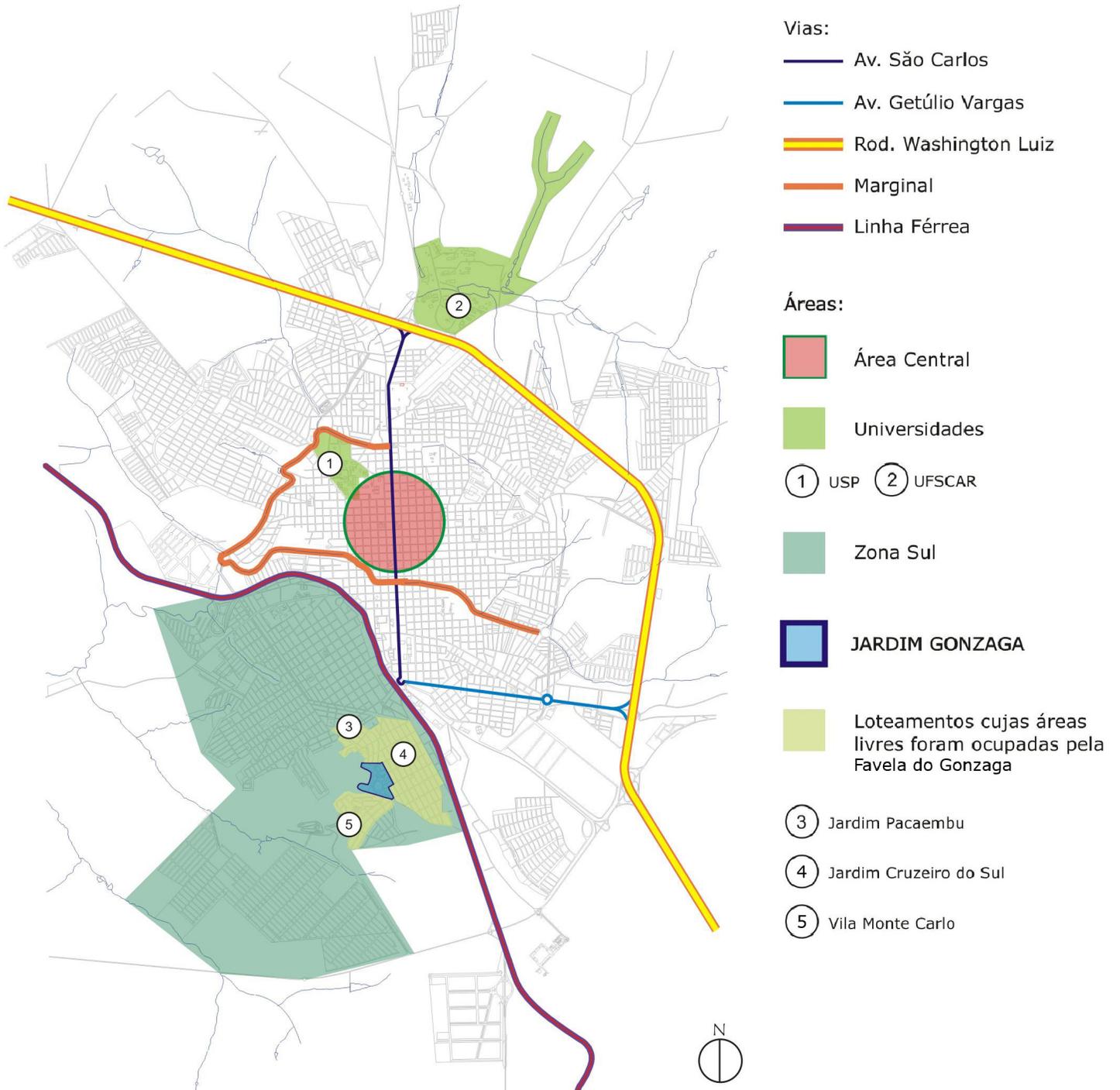


Imagem 3. Mapa da cidade de São Carlos. Note-se a situação do Jardim Gonzaga em relação à região sul e ao restante da cidade.

JARDIM GONZAGA

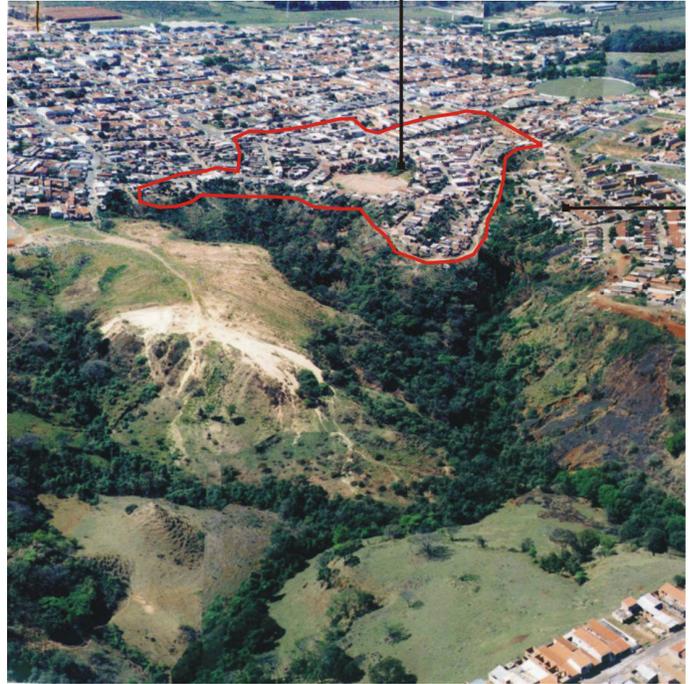


Imagem 4. Vista do 'Gonzaga' em relação aos bairros vizinhos e à encosta ("barroca"). Foto do início dos anos 2000. Note-se, ao centro, a área - então ainda livre - do campo de futebol.

JARDIM GONZAGA

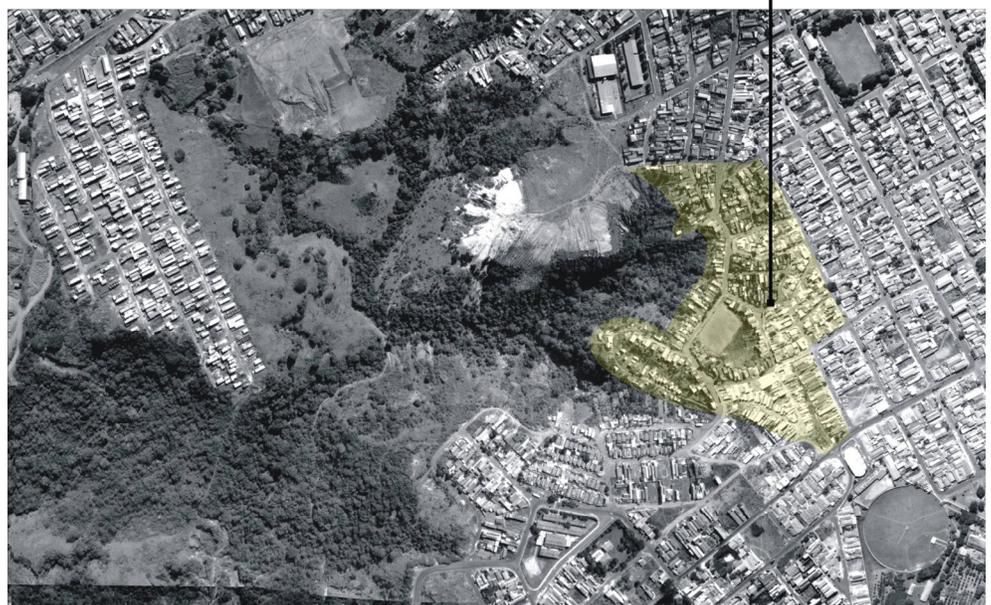


Imagem 5. Foto área do 'Gonzaga' em relação aos bairros vizinhos e à encosta ("barroca"). A região arborizada deverá ser transformada em um "parque florestal urbano", segundo o Plano Diretor do município.

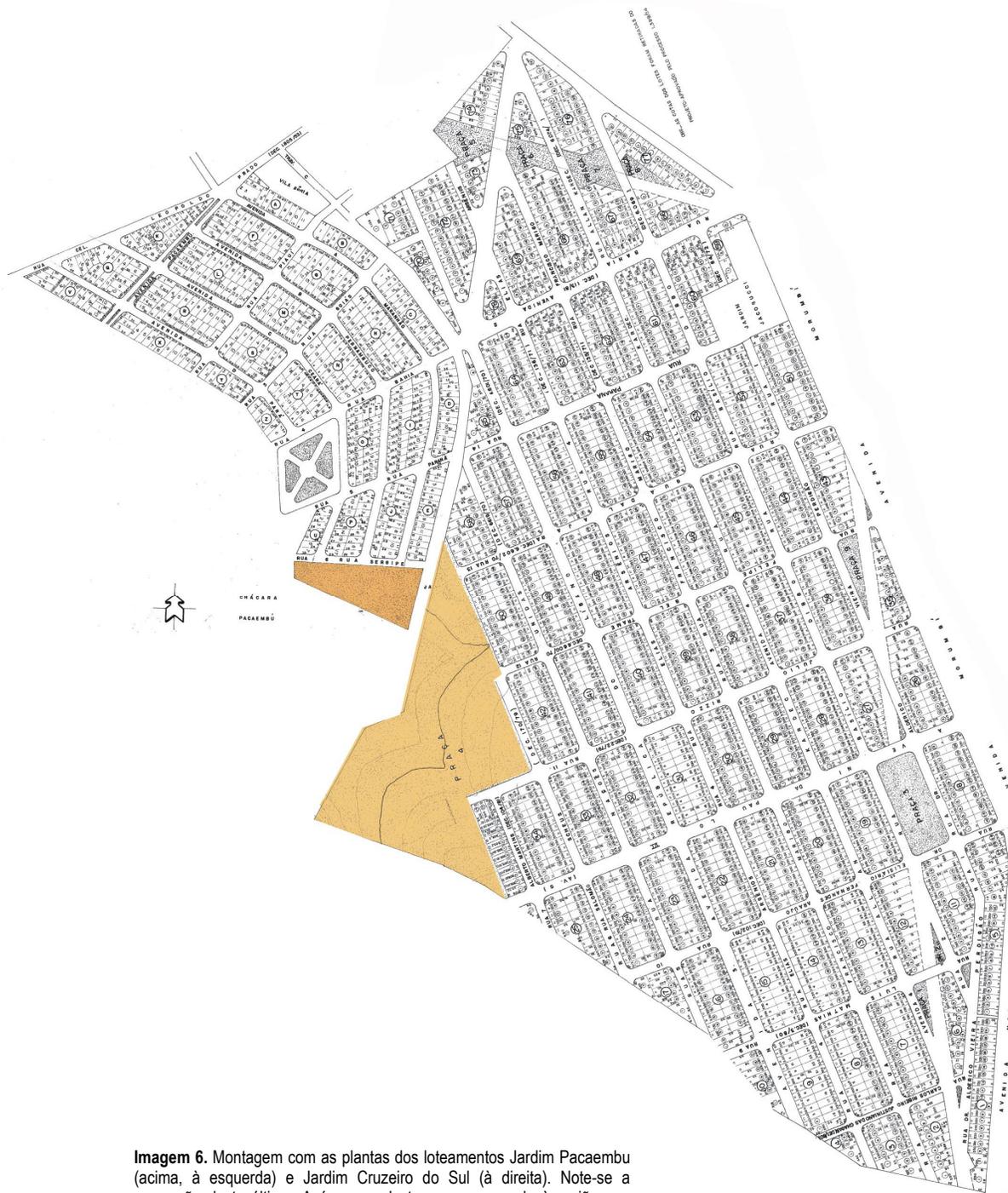


Imagem 6. Montagem com as plantas dos loteamentos Jardim Pacaembu (acima, à esquerda) e Jardim Cruzeiro do Sul (à direita). Note-se a proporção deste último. A área em destaque corresponde à região que seria ocupada parcialmente pela Favela do Gonzaga e completamente pelo Jardim Gonzaga, poucos anos após a urbanização.



Imagens 7, 8, 9. Barracos e os modos de morar na Favela do Gonzaga em 1979.



Imagem 10. Barraco em ampliação. 1979.



Imagem 11. Banheiro. 1979.



Imagem 12. Poço. 1979.



Imagem 13. Barracos e os modos de morar. Relações de vizinhança. 1979.



Imagem 14. Barracos e banheiro, construídos com restos de diversos materiais. Note-se "o mato" no entorno. 1979.



Imagem 15. Relação de distância entre os barracos, início dos anos 1980. Note-se a presença de uma única cerca.



Imagem 16. Vista da Favela em meados da década de 1980. Observem-se as cercas, os “postinhos” de energia elétrica e o “trio” mais demarcado.



Imagem 17. Vista da Favela em meados da década de 1980. Note-se a maior aproximação entre os barracos.



Imagem 18. Vista da Favela em meados da década de 1980. Observem-se os “postinhos” de energia elétrica e, ao fundo, a área livre onde se encontrava uma mina, posteriormente transformada em campo de futebol.



Imagem 19. Vista da Favela em meados da década de 1980. Moradores trazem mudança para o barraco.



Imagem 20. Vista da Favela em meados da década de 1980. Moradores trazem mudança para o barraco. Observem-se os restos de entulho no terreno.



Imagem 21. Vista da Favela em meados da década de 1980. "Pinguela" sobre escoamento de água e esgoto a céu aberto.



Imagens 22 e 23. Torneira pública e “canalização” da água, através de mangueiras, para os barracos. Meados da década de 1980.



Imagens 24 e 25. Vistas aéreas da Favela por volta de 1985. Observem-se o adensamento, as conexões com os loteamentos do entorno, a clara demarcação dos “trios”, a presença ainda significativa de vegetação e a grande área livre onde se localizava a mina, posteriormente apropriada em campo de futebol.



Imagem 26. Vista aérea da Favela por volta de 1985. Notem-se a proximidade entre os barracos e algumas áreas livres entre as "vizinhanças".



Imagem 27. Vista da Favela por volta de 1985.

De Favela a Jardim Gonzaga: tortuosos caminhos da urbanização

■ A Favela como um “problema urbano”

“[...] São Carlos tem uma ferida, que é a Favela do Gonzaga, com cerca de 260 casas, construídas precariamente, constituindo-se num problema social que vem perturbando a sociedade são-carlense. Essa favela [...] surgiu na administração passada [...] que autorizava as pessoas a lá se instalarem. É um problema angustiante, que não se coaduna com a cultura e o progresso desta cidade.” (Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 10 de junho de 1985)

A construção social da *Favela do Gonzaga* como um “problema” esteve posta desde sua “descoberta”, como já mencionado. Entretanto, durante cerca de cinco anos, esse “problema” permanecerá praticamente invisível aos debates públicos municipais, período no qual a Favela crescerá vertiginosamente e assumirá proporções que tornarão inevitável seu reaparecimento, ainda mais forte, como o principal problema social e urbano da cidade de São Carlos¹.

A postura desenvolvimentista da gestão municipal em curso desde 1983² – uma das grandes preocupações políticas do momento seria a participação do município de São Carlos na disputa por tornar-se uma “região administrativa” – não combinava com a presença, cada vez mais consolidada, de uma favela na cidade. A fala transcrita acima reúne muito do que representava a Favela do Gonzaga nesse momento: uma “ferida”, um “problema social” em desacordo com o propalado “desenvolvimento” da cidade.

Assim, a Favela irá ressurgir no debate político justamente em função desse contraste, quando da iniciativa de constituição de uma certa “Companhia de Desenvolvimento de São Carlos”, e passará a pautar, desde então, boa parte dos rumos da incipiente política urbana local. Ainda que, em âmbito nacional e estadual, as políticas públicas – mesmo que insuficientes e

¹ A visibilidade inevitável adquirida pela Favela nesse momento despertará a atenção de outros agentes para a questão, tais como a Igreja Católica e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cuja atuação – sobre a qual não me aprofundo neste trabalho – terá desdobramentos no processo de construção daquele espaço. Sobre o trabalho desenvolvido junto aos moradores da Favela pelo Departamento de Engenharia Civil da UFSCar em 1985, ver Falkoski (1988).

² Gestão do prefeito Dagnone de Mello, eleito pelo recém-criado PMDB. Esse prefeito será reeleito em 1997 (gestão 1997-2000), tendo sido cassado posteriormente, como Rubinho, por crimes de corrupção e desvio de verbas públicas.

questionáveis – já há algum tempo viessem tendendo para a perspectiva da *urbanização de favelas*³, o reaparecimento da questão “favela” em São Carlos será encaminhado pelo governo municipal, em um primeiro momento, na direção da *erradicação* e do *desfavelamento*, como veremos a seguir.

■ Usos políticos da pobreza II: a Favela como mote de manobra política

Após cinco anos sem qualquer referência à Favela nos registros de discussões da Câmara Municipal, em 1984, o “problema-favela” reaparecerá, ainda de forma indireta, através da polêmica em torno da proposta, apresentada pela Prefeitura Municipal, de criação da CODESCAR – Companhia de Desenvolvimento de São Carlos⁴. A CODESCAR seria uma sociedade de economia mista destinada à “realização de atividades de caráter social, comercial e industrial”, que se propunha a uma atuação de enorme abrangência, abarcando “os problemas que mais afetam a população, como: habitação – infra-estrutura – eletricidade – educação – abastecimento – comercialização de gêneros alimentícios – desemprego – execução de obras e serviços públicos” e revestindo-se de um caráter ambíguo em termos de sua autonomia em relação aos poderes executivo e legislativo municipais. A principal justificativa da proposta, inicialmente, seria a resolução dos “problemas mais urgentes do cotidiano do município”, alegando que, por permitir a “dispensa de certas formalidades legais, que são indispensáveis à administração pública” - como, por exemplo, a realização de licitações

³ Pulhez (2007), perscrutando a relação entre arquitetura e favela no Brasil, procederá a uma importante revisão histórica acerca das iniciativas de urbanização de favelas promovidas no país a partir da década de 1960. Nessa época, em meio ao tratamento a elas dispensado como espaço de promiscuidade e insalubridade e aos discursos progressistas que legitimavam as políticas de remoção e erradicação (muitas vezes truculentas e autoritárias) – como apontado de forma breve à nota 64 do capítulo 2 - construíam-se, por outro lado, “caminhos possíveis de reconhecimento da favela como um espaço legítimo de moradia”, estruturando “um campo – ainda deveras incipiente, porém potencialmente novo – de possibilidades e de disposição para o enfrentamento da realidade habitacional popular” (Pulhez, 2007:59,60). Mesmo tendo sido poucas, e acabado suplantadas pela postura remocionista, tais experiências merecem destaque, como, por exemplo, as atividades de urbanização de favelas pelo sistema de ajuda-mútua desenvolvidas pelo Serfha – Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas - ou os esforços da Codesco – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, em desenvolver um trabalho de urbanização integrado com os moradores das favelas, ambas levadas a cabo no Rio de Janeiro. Na cidade de São Paulo, já no final década de 1970, algumas iniciativas favoráveis à urbanização de favelas estiveram em curso, institucionalizadas pela criação do Funaps – Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal - e do programa Profavela. Em âmbito nacional, nesse mesmo período – conforme já mencionado à nota 53 do capítulo 2 - o BNH (Banco Nacional de Habitação) lançaria o Programa de Erradicação da Habitação Subintegrada – Promorar, que pretendia “estabelecer um padrão mais econômico de investimento em áreas favelizadas da cidade, contando, inclusive, com a contribuição compulsória dos próprios moradores: sua ‘participação’ efetiva – inclusive com a concorrência de sua mão de obra – passa a figurar, agora, como argumento de legitimação ‘democrática’ e ‘participativa’, logrando, no entanto, apenas promover a supressão de parcela de investimento público no processo de urbanização” (Pulhez, 2007:82). Após o colapso do BNH, não haverá, ao longo de toda a década de 1980, uma reestruturação das políticas habitacionais em âmbito nacional, fazendo com que os estados e municípios passassem a desempenhar um papel significativo na resolução de suas demandas.

⁴ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 03 de setembro de 1984; Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 968/84.

- poderia agilizar tais soluções, uma vez que “a administração pública por si só carece[ria] de meios para resolver prontamente todos esses casos que angustiam a população, tendo em vista, principalmente, a carência de recursos que vivem os municípios”⁵.

A polêmica estabelecida entre os vereadores e insuflada pela mídia local⁶ trazia muitos questionamentos sobre o projeto e acusava-o de “mal-intencionado”, uma tentativa de instalação de um “poder paralelo” no município, que pretendia desvincular do Legislativo grande parte das decisões sobre o desenvolvimento municipal. Ao passar pela Comissão de Obras e Serviços Públicos da Câmara, enquanto um parecer sugeriu maiores esclarecimentos por parte do prefeito quanto à proposta, e outro manifestou-se contrário ao projeto, um terceiro – do líder do governo na Câmara – apresentou parecer favorável, apontando, dentre os argumentos que justificariam a criação de tal empresa, aquele que seria adotado como “bandeira de defesa” do projeto – a intenção de promover o “desfavelamento”: “É uma iniciativa que visa a agilizar a administração. Entre as vantagens sociais que a CODESCAR poderá trazer está o *desfavelamento* que, por si só, já justifica a aprovação.”⁷ A resolução do problema-favela passaria, a partir de então, a ser acionada como benefício maior a ser alcançado com a aprovação de tal projeto de lei.

O curioso é que tanto no ofício encaminhado pela Prefeitura à Câmara Municipal para apresentar o referido projeto e solicitar votação em regime de “urgência urgentíssima”, quanto no próprio projeto de lei são feitas apenas menções pontuais à questão da “*erradicação das favelas*”, em meio a inúmeras outras demandas que seriam objeto da Companhia. Contudo, quando da votação do projeto, o desfavelamento se transformaria em tema central da discussão, como forma de pressionar o Legislativo a aprová-lo (ou de tentar impedir a votação para que o mesmo ‘passasse’ por decurso de prazo): claramente, a Favela estava sendo usada como tática de manobra do Executivo para alcançar a aprovação da lei.

De fato, em função de toda essa polêmica, o projeto, apresentado à Câmara em julho de 1984, só seria votado em setembro do mesmo ano, na última sessão ordinária antes que expirasse o prazo para apreciação do mesmo. No dia da votação, uma escancarada manobra política tentou impedi-la, fazendo um uso perverso das necessidades dos moradores da Favela: dois

⁵ Idem.

⁶ Cf. Jornal *O Diário*, “Os vereadores, como marionetes?”, 2 de setembro de 1984 (constante do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 968/84).

⁷ Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 968/84.

ônibus fretados e carros oficiais trouxeram os moradores para promover manifestações em prol da CODESCAR ao longo da sessão, sob o pretexto de que o grande objetivo da Companhia seria resolver o “problema-favela”.

Para se ter uma idéia da tensão que rondou tal sessão plenária, momentos antes do seu início, um ofício foi encaminhado pela presidência da Câmara Municipal ao delegado titular de polícia do município, solicitando “o envio de Agentes Policiais” ao prédio da Câmara,

“[...] em consequência de se encontrarem na galeria desta Casa de Lei mais de duzentas pessoas, maioria favelados do Bairro Jardim Cruzeiro do Sul, que, por incitação de terceiros, talvez até autoridade pertencente a Órgão Executivo da Municipalidade, aqui se encontram para apreciarem a discussão e votação do anteprojeto de Lei [...]” (Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 968/84)

Segundo matérias de jornal anexadas ao processo, “várias pessoas tentavam incitar os favelados”, dentre elas dois vereadores, “um, o Líder do Prefeito e outro, o Presidente de seu partido, que, em total desrespeito ao Poder Legislativo, comandavam os assistentes para que eles pressionassem os demais edis para aprovarem o famigerado projeto”.⁸

Entretanto, apesar da pressão dos manifestantes (que carregavam placas com os dizeres “CODESCAR já”, defendendo uma causa que não necessariamente era a sua...), após polêmica e disputada votação, o projeto foi rejeitado por nove votos a oito, com o voto de minerva do presidente da Câmara. Dentre os favoráveis à aprovação, os principais argumentos acionados apoiavam-se em propostas tão distintas como o “*desfavelamento*” e o “apoio ao esporte” – tamanha a envergadura pretendida por tal Companhia, que abarcaria quase todas as esferas das políticas públicas municipais. Recorrendo a iniciativas implantadas em outras cidades – como Limeira, onde companhia semelhante teria “desfavelado 200 famílias” – afirmavam:

“CODESCAR é *sinônimo de desfavelamento*, sendo esse um *compromisso* que o Prefeito Dagnone de Melo e sua equipe assumiam com os favelados de São Carlos, sendo também *progresso*, fazer justiça social, incrementar os esportes, gerar empregos. Não votar na CODESCAR [...] é dar as costas ao progresso. CODESCAR igualmente é a produção de alimentos mais baratos, é vender lotes mais baratos, é cultura, água e esgoto”. (Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 03 de setembro de 1984 – grifos meus)

E porque tamanha benesse ao município seria negada pela Câmara? Os opositores do projeto

⁸ Cf. notícias veiculadas em jornais locais constantes do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 968/84.

alegavam que tal Companhia pretendia ser uma forma de o governo municipal escapar do controle do Legislativo. Perguntavam: “Porque, [sic] durante todo esse tempo, não foi apresentado [sic] projetos para desfavelar?” Rebatendo a estratégia do governo, os vereadores contrários ao projeto procuravam alertar aos manifestantes que “a matéria destinava-se a enganar os favelados”, a “jogar os favelados contra o Legislativo”, a “engodar o povo, fazendo uma proposta subreptícia, que tem a fachada de desenvolver o esporte e desfavelar”. A contra-argumentação adotada procurava desvincular a resolução do “problema-favela” do projeto de lei em questão, no qual, afirmavam, fazia-se “apenas uma ligeira citação ao desfavelamento”: afinal, “se desejassem resolver o assunto não teriam esperado mais de um ano.” Reafirmando que “os favelados já deviam ter sido atendidos pela atual administração”, diversos vereadores assumiram publicamente o “*compromisso* de votar a favor de um novo anteprojeto que proponha especificamente o *desfavelamento*” e de “aprovar toda e qualquer matéria que *desfavele e beneficie o povo*, sem que escondam objetivos obscuros”.⁹

Compromissos assumidos de ambos os lados, o ‘tiro saiu pela culatra’: o projeto de criação da Codescar não foi aprovado, e a polêmica acabaria, de alguma forma, atingindo efetivamente a Favela, ao contrário do que se pretendia. No dia seguinte à votação, dois processos direcionados mais especificamente ao desfavelamento seriam abertos na Câmara Municipal. Assim, depois de vários anos “no limbo”, a Favela reaparece efetivamente na pauta da Câmara em setembro de 1984 (após quase dois anos de gestão do prefeito Dagnone de Mello), através da discussão de um desses processos, que solicitava “do sr. Prefeito Municipal, informações com referência ao desfavelamento neste município”, apontando a necessidade de se “promover o desfavelamento em São Carlos” e questionando o poder executivo quanto às providências nesse sentido¹⁰. A resposta:

⁹ Cf. Ata da Câmara Municipal, 17 de setembro de 1984; Processo da Câmara Municipal nº 968/84 (grifos meus). É interessante notar que tanto na Ata quanto nas reportagens sobre o episódio, constantes do Processo, os moradores da Favela aparecem sob representações bem distintas daquelas comumente destinadas a eles pela mídia: “essas pessoas sofridas”; “favelados que foram inocentemente levados à Câmara”; “aquelas humildes pessoas”; “aquela gente simples”; “ingênuos favelados”. No entanto, fazendo referência aos mentores da manifestação (pertencentes ao governo), uma reportagem afirma que “estes não mediram conseqüências de uma explosão daquele povo, com conseqüências imprevisíveis”, deixando entrever o medo associado a essa população e a sua possível “explosão” irracional...

¹⁰ Cf. Processo da Câmara Municipal nº 1244/84. O processo em questão questiona a Prefeitura Municipal a respeito da possibilidade de implementação do Projeto João-de-Barro, do BNH, como alternativa para solucionar o problema da Favela do Gonzaga: “Em que medida o Projeto João-de-Barro do BNH teria credibilidade e seria, com o peso dos reajustes desproporcionais, com o fantasma do desemprego, uma alternativa ao desfavelamento e uma esperança ao favelado?”. O Projeto João-de-Barro - Programa Nacional de Autoconstrução, elaborado pelo BNH em 1984 (já às vésperas de seu colapso), previa, basicamente, o fornecimento de um lote e um empréstimo para a compra de materiais de construção a “comunidades carentes”, visando a “enquadrar o seu problema habitacional através de soluções que permitam o emprego da autoconstrução.” [Resolução do Conselho de Administração do BNH – nº 05/84, disponível para consulta em

“O Sr. Prefeito pretende construir casas aos favelados em áreas vizinhas à favela do Gonzaga¹¹. A CODESCAR poderia fabricar a maioria dos materiais para as casas, contratar mão de obra dos favelados e ser o Agente Financeiro junto ao BNH. Os favelados com a colaboração do povo São-Carlense construiriam as casas, pelo sistema multirão [sic], e teriam casas mais baratas”. (Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1244/84 – grifo meu)

Em novembro do mesmo ano, é aprovado por unanimidade (na ata não há sequer relato de discussão) o projeto de lei apresentado por um vereador visando à “*erradicação* da 'Favela do Gonzaga'”¹². Tal projeto é encaminhado ao prefeito, que o aprova parcialmente, vetando o artigo segundo (que estipulava o prazo de cento e vinte dias para a “*erradicação da favela*”). Em dezembro de 1984, seria promulgada a Lei Municipal nº 9.250/84, a primeira relativa ao já tão debatido “problema-favela”, através da qual ficava, oficialmente, “o Prefeito Municipal de São Carlos autorizado a promover a *erradicação da favela* conhecida como 'FAVELA DO GONZAGA', localizada no bairro Cruzeiro do Sul”.

■ A Favela e os rumos da incipiente política urbana municipal: o discurso da erradicação

Em agosto de 1985, após mais dez meses de novo silêncio nas atas da Câmara Municipal sobre o tema, a antiga proposta de criação da CODESCAR, agora associada às demandas pela “*erradicação da favela*”, desemboca em um novo projeto de constituição de uma empresa mista, agora denominada PROHAB – Progresso e Habitação São Carlos. Votado em “regime de tramitação urgente” (como quase todos os processos que tinham alguma relação com a Favela), em uma única discussão, esse processo reacende a polêmica da CODESCAR a partir do mote “favela”: “não há necessidade de se criar uma empresa para *erradicar uma favela*”. Por outro lado, fala-se sobre a “*reconhecida necessidade de erradicação dessa favela*” como forma de defender o projeto. Mais do que nunca, a Favela era o alvo que se pretendia atingir com a

www.sintese.inf.br/legislacao] A perspectiva de adoção da mão-de-obra dos próprios moradores como forma de enfrentamento do problema habitacional, visando a estabelecer um padrão mais econômico de investimento em áreas urbanas precarizadas, era uma premissa que já há algum tempo (desde a década de 1960 pelo menos) vinha sendo difundida pelas agências financiadoras internacionais (como o Banco Mundial) e que, na década de 1980, passaria a figurar “como argumento de legitimação ‘democrática’, logrando, no entanto, apenas promover a supressão de parcela de investimento público”. (Pulhez & Rosa, 2007:7)

¹¹ Essa é a primeira vez, nas atas da Câmara Municipal, que aparece menção ao nome “Favela do Gonzaga”.

¹² Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1194/84.

criação de uma empresa mista voltada ao “progresso” e à “habitação” em São Carlos¹³.

A proposta, quando apresentada, já aparecia bastante modificada em relação ao antigo projeto de criação da CODESCAR, tendo o foco, agora, mais direcionado à “solução de problemas de habitação e urbanização” do município. Porém ainda possuía um escopo bastante amplo, abrangendo “atividades de caráter social, comercial e industrial”, e não enfocava – como pretendiam os vereadores da oposição - especificamente a “erradicação de favelas”, que ainda aparecia como algo em meio a diversas outras atividades previstas. Após dois meses de negociação com os vereadores, a Prefeitura apresenta à Câmara Municipal uma nova proposta, com algumas alterações, dentre as quais o direcionamento de seu escopo para a exclusiva “realização de atividades de caráter *social*”.¹⁴

Mas os vereadores ainda desconfiavam da matéria e propuseram diversas alterações no sentido de explicitar que os objetivos prioritários da referida sociedade de economia mista seriam “*resolver os problemas das favelas que já muito tempo reclama [sic] solução por parte dos Poderes Municipais*” e “*vender diretamente gêneros alimentícios de primeira necessidade para o povo*”¹⁵. Assim, apesar da desconfiança, o redirecionamento de tal empresa para a erradicação da Favela justificaria sua aprovação, conforme os pareceres da Comissão de Justiça e Redação e do presidente da Câmara Municipal (que havia, anteriormente, dado o voto de minerva contrário à CODESCAR):

“Temos profundas preocupações nas criações de empresas municipais. [...] Estaremos vigilantes. Existem motivos que nos induz [sic] a votar a favor desta empresa, já que *objetiva tão somente a erradicar a Favela do Gonzaga*. Pela aprovação”. (Parecer nº 310 – Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº674/85 – grifo meu)

“[...] *desfavelar é a palavra de ordem*. Mas não se pode mais uma vez estar usando a miséria e o desfavelamento, para se efetuar manobras políticas. Sou favorável à aprovação, mas afirmo que a Câmara estará atenta para que não seja desvirtuado o propósito e a *intenção principal do projeto PROHAB/São Carlos, que deverá ser o 'Desfavelamento'*.” (Parecer nº 82 – Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº674/85 – grifos meus)

A aprovação da criação da PROHAB pela Câmara Municipal esteve condicionada, portanto, ao redirecionamento de seu objetivo para a “erradicação de favelas”, decorrente da proposição de

¹³ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 19 de agosto de 1985.

¹⁴ Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 674/85 – grifo meu.

¹⁵ Idem.

várias emendas ao projeto de lei pelos vereadores. Assim, a lei aprovada apresentaria da seguinte forma o objetivo da PROHAB:

“Execução da política habitacional do município, estudando e propondo planos para Habitação, *na erradicação de favelas prioritariamente*, aproveitando *áreas ociosas ou mal destinadas*, que com o devido estudo urbanístico atendam ao proposto neste item”. (Lei Municipal nº 9.348/85 – grifos meus)

O município contava agora com um órgão especialmente direcionado à execução de sua política habitacional, algo realmente inédito em sua história urbana, e não seria equivocado afirmar que a constituição da PROHAB – e mais: os moldes adotados pela empresa - somente foi possível em função do “problema urbano” materializado na Favela do Gonzaga, atestando o papel significativo que esta assumiu no direcionamento das políticas públicas urbanas e habitacionais do município.

■ O desfavelamento em curso: a realização do mutirão

Tendo as discussões sobre a constituição da PROHAB se encaminhado conforme o descrito, completamente sustentadas pela perspectiva da *erradicação da Favela do Gonzaga*, não me causou estranhamento encontrar, em meio ao processo da Câmara Municipal relativo ao projeto de lei que criaria a empresa, uma cópia do “Programa Desfavelamento”, da EMURP - Empresa Municipal de Urbanização de Pederneras (datado de junho de 1985). Provavelmente utilizado como argumento para justificar a importância de uma empresa municipal na concretização do tão desejado desfavelamento, tal Programa, que propunha a construção de cem unidades de 28m² em regime de mutirão (“colaboração na mão de obra”), claramente foi a referência para a proposta que seria elaborada pela recém-criada PROHAB, visando à “erradicação da favela do Gonzaga”.

Além disso, a presença desse Programa em meio ao processo é, também, um indício de que o “desfavelamento” através da construção de habitações mínimas em regime de mutirão era uma política que já se proliferava pelo interior do estado de São Paulo, conforme deixavam entrever outras referências mobilizadas por vereadores quando das discussões sobre o papel da CODESCAR e, posteriormente, da PROHAB, como os exemplos de Limeira, Americana,

Franca, Ribeirão Preto e Osasco.¹⁶

Seguindo, portanto, os exemplos de diversas outras cidades do estado, com o convênio firmado em janeiro de 1986 com o CDH - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo, será dado o primeiro passo com vistas ao desfavelamento. Conforme as regras do “Programa Municipal de Habitação”¹⁷, do CDH, a Prefeitura cederia o terreno – que, como as áreas ocupadas pela Favela, eram também áreas verdes livres ou de uso institucional do loteamento vizinho Vila Monte Carlo¹⁸, desafetadas e doadas à CDH -, o governo do estado, através desta, disponibilizaria o material de construção e uma equipe de assessoria técnica para o acompanhamento da obra, e os moradores entrariam com a mão-de-obra, através de mutirão: a “organização de participação da população beneficiária” era uma das regras do referido Programa, contemplada pelas leis aprovadas¹⁹ pela Câmara Municipal.

Alguns meses após a assinatura do Convênio, as atas registrarão críticas dos vereadores ao fato de nada ter sido feito, ainda, para a “erradicação da conhecida favela do Gonzaga”, que teria sido o “objetivo principal de constituição da PROHAB”. Recolocando a problemática infundável relativa ao “déficit muito grande de casas populares” e aos “altos aluguéis” cobrados na cidade, os vereadores pressionavam o Poder Executivo para que a resolução de tais

¹⁶ Cf. Processo da Câmara Municipal nº 968/84. Há que lembrar, conforme apresentado de forma breve nas notas 3 e 10 deste capítulo, que, desde os últimos anos de existência do BNH, já se enunciava um processo de descentralização e de municipalização das políticas habitacionais, bem como de legitimação da autoconstrução e do mutirão como alternativas institucionalizadas de provisão habitacional para a população de baixa renda. A proliferação, no estado, de companhias e empresas municipais de habitação e urbanização, bem como a criação do “Programa Municipal de Habitação”, do CDH (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo) se darão nesse contexto.

¹⁷ Conforme informações disponibilizadas no site www.cdhu.sp.gov.br sobre tal Programa (grifos meus): “A primeira metade da década de 80 foi marcada pelo declínio e colapso do Banco Nacional da Habitação. A partir de 1980, cessam os aportes de novos recursos financeiros à CODESPAULO/CDH. O governo estadual que assumiu em 1983 tinha como programa de governo a *descentralização* das ações administrativas e *participação da sociedade*. Esse binômio, *descentralização/participação*, deu a seguinte forma ao que foi denominado Programa Municipal de Habitação – PMH: a população beneficiária, por meio de *auto-ajuda ou ajuda mútua*, construía as unidades habitacionais e retornava os créditos à CDH, em condições de comercialização bem distintas da utilizada [sic] no SFH; a Prefeitura Municipal participava ativamente do processo, sempre assessorada pela CDH. O PMH, devido aos seus baixos custos incidentes, permitiu o atendimento de famílias com renda a partir de um salário mínimo, com um baixo nível de comprometimento da renda familiar e com prazos bem menores dos que eram praticados pelo SFH. As famílias eram subsidiadas pela não incidência do valor do terreno e da infra-estrutura de outros custos na composição do valor do contrato. Diferentemente dos programas financiados com recursos do SFH, não houve saldos residuais a serem quitados, uma vez que o saldo devedor do financiamento era reajustado pela mesma periodicidade e pelo mesmo índice aplicado às prestações”.

¹⁸ Mais uma vez, aqui, deparamo-nos com a situação já descrita sobre as estratégias de abertura dos loteamentos populares quanto à destinação de áreas livres: em muitos casos, estas são destinadas como “áreas livres” justamente por terem sido consideradas inutilizáveis, pelo mercado imobiliário, para a implantação de lotes – devido a altas declividades ou à proximidade com encostas, por exemplo – e, suposto paradoxo, muitas vezes ainda acabam sendo destinadas para construção de habitações populares, como no caso aqui apresentado.

¹⁹ Leis Municipais nº 9448/86 e 9449/86.

problemas fosse meta prioritária ainda daquele ano.²⁰ A solução proposta pela Câmara, “em benefício da população mais humilde”, coincide com aquela que estaria sendo encaminhada pela PROHAB, atestando, além da evidente disseminação do *mutirão* como forma de solucionar para o problema habitacional das camadas populares, uma falta de comunicação ao Poder Legislativo das ações empreendidas por essa empresa²¹: “um dos sistemas que poderia solucionar o assunto, seria a *construção por mutirão, como está sendo utilizado [sic] em muitas localidades, com excelentes resultados*”²².

Apenas em meados de 1986, terá início o processo de realização da primeira etapa do “mutirão para a erradicação da Favela do Gonzaga”, com o cadastramento das duzentas e oitenta famílias que ali moravam, a seleção de oitenta delas para participar do mutirão, a realização de reuniões para 'escolha' do projeto da casa e o início das obras. A partir de então, durante dois anos, a Favela será alvo de mais uma intervenção, desta vez no sentido de sua “desconstrução”. Em linhas gerais²³, a proposta original era desadensar a Favela através da remoção dessas oitenta famílias participantes para a área onde seria realizado o mutirão (situada em um de seus limites com a Vila Monte Carlo). Assim, nesse momento, dos duzentos e oitenta barracos cadastrados, apenas oitenta seriam os “beneficiados” com a realização da primeira etapa do projeto, restando na Favela ainda cerca de duzentos barracos²⁴. A segunda etapa da intervenção previa, em princípio, a realização de outro mutirão, “erradicando-a” definitivamente.

Obviamente, esse processo de decisão sobre quem permaneceria na Favela e quem participaria do mutirão inicial não se deu sem conflitos, uma vez que, se por um lado, permanecer na Favela parecia garantir que não se perdesse todo o trabalho despendido até então na construção daquele espaço e dos barracos, por outro, a inclusão no mutirão

²⁰ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 12 de maio de 1986. A cada ano que passava sem que o “problema-favela” fosse solucionado, aumentavam gradativamente as pressões dos vereadores. Conforme apresentado anteriormente, também se tornarão crescentes, segundo os registros nas Atas da Câmara Municipal (1986, 1987), as cobranças da Igreja Católica para a resolução de tal problema, inicialmente através do padre responsável pela paróquia mais próxima e, num segundo momento, passando à interpelação pelo Bispo Diocesano.

²¹ A ausência de controle público sobre tal empresa era uma questão que incomodava o Legislativo desde a aprovação da criação da PROHAB. Nessa época, estando os vereadores sem informações sobre as ações da mesma, será aberto um processo na Câmara pressionando o Executivo a prestar contas de atividades, projetos e convênios postos em andamento pela empresa. Cf. Processo da Câmara Municipal nº 1032/86.

²² Cf. Ata da Câmara Municipal, 12 de maio de 1986 (grifo meu).

²³ Não foi objetivo da presente pesquisa, dados os limites de um mestrado, aprofundar-se em detalhes sobre o processo de realização do mutirão.

²⁴ Cf. Processos da Câmara Municipal nº 258/87 e nº 25/88; entrevista realizada com a assistente social Fátima Piccin, que atuou como técnica social contratada pela Prefeitura Municipal durante toda a implantação do mutirão.

representava a possibilidade de sair de uma situação de incerteza e insegurança materializada no barraco e na favela, garantindo uma “casa própria” e “de material”²⁵.

[...] outra parte do Monte Carlo, ali, que a mesma turma de lá era a mesma turma daqui, só que quiseram mudar lá, só que lá eles fizeram mutirão, e uma parte daqui passou pra lá, e eu falei 'eu não mudo, eu sei que no bairro que eu tô eu vou ficar'. O povo falava, 'vamos mudar pra lá, que lá você vai pegar terreno, vai fazer uma casa lá, logo vai arrumar uma casinha boa de material'. 'Eu não vou sair do bairro não, que esse bairro um dia, amanhã ou depois, esse bairro vai crescer.' [seo José]

Por outro lado, a seleção inicial dos moradores que participariam da primeira etapa do mutirão tinha como critério a “situação de risco” em que se encontravam alguns deles, em função das altas declividades e da maior proximidade com o esgoto que corria a céu aberto, o que representava uma justificativa plausível para os demais moradores.

O pessoal que foi pr'o Monte Carlo foi o pessoal que morava mais em cima do morro. Morava mais nessa parte de cima aqui do morro. [...] onde geralmente tinha um morro, era mais perigoso, sabe? Daí foi onde foi tirando. Não que não fossem perigosas todas as casas, mas era onde era mais perigoso, era barraco na beirada do morro, onde você passava e qualquer coisinha podia deslizar, cair, entendeu? Então foi onde as pessoas mais em situação de risco foram saindo pra ir pra's 'casinhas'²⁶. [...] Geralmente, assim, eles tiraram quem morava perto de esgoto a céu aberto, bem coisa de risco, pra poder ir para lá. [Cláudia]

Entretanto, a principal seleção acabou acontecendo no próprio decorrer do processo. A participação no mutirão exigia uma dedicação que nem todos podiam ter, uma vez que era necessário cumprir uma quantidade semanal de horas trabalhadas, principalmente aos finais de semana, com uma série de regras que, não podendo ser cumpridas, acabavam por acarretar a desistência das famílias ou até mesmo sua expulsão, sendo substituídas por suplentes.

É, teve muita gente que ficou meio assim, porque eles não tinham horário... assim, teve pessoas que começaram a fazer um trabalho, depois pararam, outros foram e ficaram, você tinha que ter o horário, uma quantidade de horas de trabalho lá. Tinha uma quantidade de horas, entendeu? Vamos supor que você trabalhasse de domingo, mas tinha que cumprir aquele horário. Que fosse só de domingo, você tinha que cumprir o horário. [Diva]

²⁵ Expressão muito usada entre os populares para fazer referência às casas de tijolo e telha, em contraposição às casas de madeira ou barracos.

²⁶ Desde então, o local onde foi realizado o mutirão, parte dele bastante incorporado à paisagem do bairro, passou a ser conhecido como “as casinhas”, demarcando claramente uma região distinta da favela, posteriormente incorporada à paisagem do bairro Jardim Gonzaga, configurando-se como mais um de seus “pedaços”.

Não, aí, o mutirão não me servia, porque... é... às vezes eu precisava sair, tinha parte que às vezes eu saía pra viajar, então tinha que ter alguém que ficasse me ajudando... [seo José]

Só que do mutirão eu não participei. Porque eu tinha que trabalhar... Meu pai e minha mãe eram mortos, e... trabalhar, eu tinha que trabalhar... E quem vai pra roça cortar cana tem que lavar roupa no domingo. Então, por causa disso, eu não quis participar disso. Inclusive uma minha prima, chama Dita, ela pegou essa casa. [Sueli]

Muitos moradores, portanto, iniciaram sua participação no mutirão e acabaram retornando à Favela, por não conseguirem cumprir com as exigências do Programa. Além disso, a maioria dos moradores mais antigos permaneceu na Favela, tendo, vários deles, encaminhado parentes para o mutirão: aos olhos deles, ao contrário do que pretendia o poder público, era como se a Favela estivesse se subdividindo: afinal, mudava o espaço, mas não mudavam as pessoas.

De fato, tendo sido executado em uma área bastante próxima à Favela, havendo entre elas, até então, um hiato de ocupação devido a uma maior declividade no terreno, o mutirão acabaria representando realmente uma segmentação, construindo a diferenciação Favela/“casinhas”, que permaneceria até os dias de hoje. Após alguns anos, o espraiamento da ocupação se estenderia até alcançar a região das “casinhas”, tornando-as, com o passar do tempo, praticamente indiferenciáveis. No entanto, a demarcação simbólica da diferença pelos moradores que permaneceram na Favela é algo absolutamente incorporado e aparece de maneira quase automática em seus depoimentos. Da mesma forma como se referem, ao mencionar o início da ocupação, à “parte alta” e à “parte baixa”, também fazem questão de diferenciar o “lado de lá” e o “lado de cá”, a “Favela” e as “casinhas”.

Por outro lado, segundo esses mesmos moradores, tal diferenciação teria sido construída justamente por aqueles que foram removidos para as “casinhas”, na medida em que a intervenção teria gerado uma distinção e um preconceito entre pessoas que até então partilhavam de um mundo comum:

Não precisa ir muito longe pra ter o preconceito não. Aqui do lado mesmo. Aonde foi feito o mutirão, de onde as pessoas saíram? Daqui! Também moraram na Favela. Muita gente que você conversa, que mora lá... vai ter um evento: ‘aonde, na Favela?’ Então, quer dizer, e de onde ela saiu? Da Favela. Ela está lá agora, mas ela está lá graças ao barraco que ela tinha aqui também. Então eu acho que o preconceito é da cabeça das pessoas miúdas, das pessoas que tem o cérebro pequeno. Aí, pra ela sobreviver, tem que jogar o preconceito em alguma coisa, joga o preconceito na gente e esquece que um dia fez parte também. [Silmara, em entrevista conjunta com dona Dete]

Eu falei com uma menina de lá das 'casinhas' e ela falou não sei o que lá, da Favela, aí eu falei para ela: "Ó, você saiu da favela um pra morar na favela dois." Ela foi morar nas casinhas. Ela saiu da favela um pra morar na favela dois. Porque tudo que está lá era favelado²⁷. Então ela saiu da favela um que é aqui e foi para a favela dois. Que lá é favela dois. [dona Dete]

Assim, mais uma nova configuração socioespacial passaria a se constituir após a realização do mutirão - certamente imprevista pelos governos municipal e estadual que a promoveram -, mediada pelas novas relações que se estabeleceriam entre a Favela e "as casinhas". Por outro lado, também novos rearranjos se fariam internamente à Favela. E, se os moradores que nela permaneceram vivenciaram essa primeira etapa do desfavelamento como uma espécie de "amputação", rapidamente, como um organismo vivo, o espaço deixado por aqueles que se mudavam para "o lado de lá" seria ocupado por novos moradores, e a Favela não pararia de crescer, ao contrário do que pretendiam os representantes do poder público municipal com a intervenção.

Alguns fizeram a casa e depois venderam o barraco. O Manuel vendeu até pra Preta, minha enteada. Eles venderam o barraco. [...] foram para o mutirão, fizeram as casas, aí eles saíram, e aqui continuou a mesma coisa... Continuou a mesma coisa. A Favela. [dona Dete]

Alguns barracos foram derrubados. A área era pra ser limpa, era pra ter tirado a favela e não ter construído mais nada. Mas naquele tempo, não sei, né, demorou pra fazer outra coisa em cima, sei lá, e foi chegando mais gente e já foi fazendo de novo. E fez tudo de novo, né! Era pra tirar a Favela e continuou, não parava de crescer. [Aparecida]

Barracos vendidos e ocupados novamente antes de serem demolidos, novos barracos construídos sobre os destroços dos antigos, e a Favela "continuou a mesma coisa", apesar do mutirão. Os depoimentos deixam claro que este não teve o alcance esperado – a "erradicação da Favela" - uma vez que ela continuava a se multiplicar, e a segunda etapa das obras não seria sequer iniciada. A dinâmica de crescimento da Favela anteriormente apresentada permanecia ativa e, talvez, até favorecida, uma vez que novos espaços ocupáveis se abriam em meio ao adensamento que até então prevalecia, além de a perspectiva de aquisição de uma "casa de material" ser também um chamariz a mais para novas ocupações.

Todo esse processo, acompanhado de perto pelos moradores, terá desdobramentos – também

²⁷ Por diversas vezes, nas falas dos moradores, aparece sua auto-associação à condição de "favelados" ainda hoje, de forma independente até das próprias condições do espaço onde se encontram. Mais de uma vez ouvi dos mesmos: "Uma vez favelado, sempre favelado", não apenas como uma fala resignada em relação aos estigmas a eles dispensados, mas também como uma certa introjeção quase inconsciente desses estigmas. Por outro lado, e talvez não necessariamente isso seja uma contradição, a maior parte deles procura conscientemente dissociar o 'Gonzaga' da idéia de favela.

absolutamente imprevistos pelo poder público - em uma primeira organização mais significativa dos mesmos, que desembocará em uma contraproposta de urbanização da Favela, como se verá a seguir. Resta aqui destacar como, a partir de uma intervenção que se pretendia “saneadora” – idéia da erradicação, do desfavelamento – outros arranjos socioespaciais se configuram, cria-se um novo processo de diferenciação interna, a Favela continua a repor-se e a espalhar-se talvez ainda mais, os moradores começam a se organizar de uma forma politicamente mais significativa... e isso tudo constitui espacialidades e sociabilidades imprevistas pela intervenção e pelos poderes públicos, que acabam, muitas vezes, aproveitando-se perversamente desses desdobramentos também para fins “eleitoreiros”. E retoma-se, mais uma vez, o infundável ciclo de relações entre agentes diversos – sejam elas disputas ou negociações cotidianas -, que fazem tortuosos e difíceis os caminhos da consolidação daquele espaço como um lugar onde seria possível estabelecer formas desejáveis de vida na cidade.

■ A mobilização dos moradores e uma contraproposta: o direito à urbanização²⁸

Retrocedendo um pouco, durante o processo de construção das oitenta moradias por mutirão – que duraria dois longos anos (1986 a 1988) -, os moradores que haviam permanecido na Favela começaram a se dar conta de que o tempo passava e nada se encaminhava no sentido da implementação da segunda etapa do projeto, cujo mutirão supostamente aconteceria no próprio local da Favela, conforme anunciado pelos representantes do poder público. Por volta de 1987, esses moradores começariam a se articular de forma mais intensa (para além das reivindicações de caráter pontual realizadas anteriormente), visando a garantir, inicialmente, a continuidade do processo.

Em mais uma dinâmica decorrente da ação promovida pelo poder público, mas imprevista por ele, o contato da técnica social, responsável pelo mutirão, com os moradores da Favela resulta na articulação de outros técnicos e educadores sociais – todos de filiação católica – que, com o

²⁸ A seção que segue tem por base duas entrevistas, uma realizada com uma das principais lideranças do período [Diva] e outra com a técnica social que acompanhava o mutirão na época [Fátima Piccin], cuja atuação junto à Favela extrapolou os limites do mesmo. Além disso, como se verá mais adiante, algumas evidências obtidas nas entrelinhas dos registros encontrados nas atas da Câmara Municipal confirmam a existência de um projeto de urbanização elaborado durante a gestão do prefeito Dagnone de Mello, mas sem nenhuma referência ao seu processo de elaboração, o qual consideramos importante reconstruir aqui, ainda que parcialmente, através das informações obtidas nas entrevistas supracitadas.

objetivo de desenvolverem “ações sociais” na Favela, de forma independente do mutirão, acabariam estimulando a organização dos moradores em torno de seus “direitos urbanos”²⁹. Com o apoio desses técnicos, os moradores começam a se reunir, a se organizar e a reivindicar os direitos recém-descobertos.

A mesma Diva que, como vimos, havia retornado à Favela há pouco tempo e não se conformava com a precariedade do local em que seu pai vivia há quase dez anos (e para onde ela mesma tivera de regressar) será uma das principais lideranças desse momento e, através de suas memórias, é possível compreendê-lo melhor:

Eles [os técnicos] ajudavam bastante, em termos de ensinar a gente... Quais eram os direitos, que a gente tinha o direito de reivindicar e tudo o mais, informaram a gente de coisas que a gente... era ignorante, né, não sabia. E começamos a 'correr atrás'. [...] Ai, nessa época, a gente começou a fazer um trabalho, né? Era assim, falavam que a gente poderia conseguir, né? [...] eles passaram a conversar com algumas pessoas e falar "olha, vocês poderiam estar buscando uma melhoria pr'o bairro, reivindicando isso e aquilo", e a gente pegou isso, né, esse conselho, e começamos a 'correr atrás'. E começamos assim, primeiro a gente começou a se reunir, debater entre a gente, ver o que era melhor... [...] eles davam uma força em termos de como que a gente deveria agir, entendeu? Porque na verdade essa reunião era coisa nossa. [...] Era tudo a gente mesmo. Tudo partia de todos nós. Do bairro. [...] Então algumas coisas que a gente não sabia, a gente buscava ajuda com eles. E algumas coisas que, alguns conhecimentos deles, também eles passavam pra nós. Mas era mais nesse sentido, entendeu? De ajudar a gente a fazer aquilo que a gente queria e não sabia como. [Diva]

Iniciam-se mobilizações para a formação do que Diva denomina uma “comissão de bairro”: os moradores passam a discutir quais eram suas necessidades, seus desejos, seus direitos, tendo como objetivo garantir as melhorias para a Favela e apresentar contrapropostas àquelas propostas modelares, apresentadas pelo governo municipal, de “erradicação” e “desfavelamento” através da construção de casas populares por mutirão (que, como se viu, representavam dificuldades para os moradores em termos de disponibilidade de mão-de-obra e custos de financiamento).³⁰

²⁹ Por essa época, o Brasil assistia a um “avivamento das reivindicações populares em favor de interesses coletivos e direitos sociais” (Pulhez, 2007:83), dentre os quais o direito à habitação e o direito à cidade. Nesse contexto, ganha visibilidade a luta dos movimentos em defesa da população favelada pelo direito a permanecer na terra ocupada e à sua urbanização, e multiplicam-se os grupos de apoio constituídos por técnicos de diversas áreas profissionais – muitas vezes de filiação católica, tendo em vista o papel fundamental exercido pelas Comunidades Eclesiais de Base para a luta urbana no Brasil - que passaram a atuar junto aos moradores de favelas de todo o país. Ainda que de forma “contida”, os ecos dessa movimentação ressoarão também por São Carlos.

³⁰ Cf. Lei Municipal 9.250/84 e Falkoski (1988:122).

A gente se reunia, debatia: “ó, quem quer casa?”, vamos supor, tinha aí vinte, trinta, quarenta, cinqüenta pessoas, daí: “quem quer casa pronta?”, “ah, eu quero a casa pronta”. Aí: “quem quer urbanizado só, a divisão dos terrenos?”. “Como?” Por exemplo, “você quer construir sua própria casa, você tem condição de construir?” Outro: “Eu não tenho” ou “ah, eu tenho”. Então, quantos têm, quantos não têm, então tudo isso a gente brigava, sabe? Debatia, até chegar num... Num bom-senso de algo. Sabe? Do objetivo comum. Por exemplo, a maioria não tinha condições de construir, tinha bastante gente que tinha, mas tinha muitos que não tinham. Então “olha, que tal, é... pedirmos uma casa pronta?” Então, uns concordavam, outros já não sabiam se ia ficar pesado pra pagar, sabe? Então, era tudo isso... [Diva]

A essa altura, se, por um lado, tornava-se cada vez mais improvável que fosse efetivamente promovido o mutirão para os demais moradores que permaneceram na Favela – tanto pelo fato de que esta continuava se adensando, como, também, em função das mudanças que se seguiriam no âmbito do governo estadual -, por outro, os moradores passaram a questionar aquele modelo de intervenção imposto pela Prefeitura e a elaborar novas propostas a partir de diálogos e disputas entre os vários interesses, necessidades e condições dos próprios moradores locais.

De fato, a possibilidade do mutirão não era encarada com bons olhos por parte dos moradores, uma vez que exigia dos mesmos, muitos dos quais trabalhavam a semana toda “na roça”, uma dedicação extra de trabalho braçal aos finais de semana, bem como custos de prestações com as quais não poderiam arcar. Além do mais, seriam desconsiderados os recursos – financeiros e humanos – investidos, anos a fio, nos barracos e na Favela.

Assim, com as demandas elaboradas coletivamente, os moradores passaram a pressionar a Prefeitura Municipal para que elas fossem consideradas na proposta de intervenção a ser executada na Favela. Para isso, organizaram-se³¹ de forma a realizar não apenas reuniões, mas também levantamentos, cadastros, manifestações públicas e audiências com o prefeito da época, Dagnone de Mello.

³¹ Obviamente, a organização dos moradores, em uma cidade onde não havia tradição movimentista e onde a relação com o poder público, historicamente, dava-se sob bases clientelistas, como já visto, não ocorreu de forma fácil: “*Que nem eu estava te contando, sair debaixo de chuva, fazer levantamento de barraquinho por barraquinho, para ver quantas pessoas tinha na casa, nome das pessoas, entendeu? Do pai, da mãe etc., quantas famílias... Quanto tempo estava morando ali... Levou bastante tempo. Marcar reunião e ir de porta em porta chamar o povo... Entendeu? Insistir pra eles irem, porque esse povo aqui, vou te falar, viu? É... duro! Então... Você conseguir todas essas coisas, até chegar num grau desse povo começar a participar mesmo, ah, foi bem no choro, filha...*” [Diva]. Tantas haviam sido as incursões pontuais do poder público na Favela, que os moradores não acreditavam que sua urbanização pudesse realmente acontecer, o que, segundo Diva, desmotivava-os a participar.

É, a gente se reunia e planejava entre a gente, via qual dia ia marcar reunião, fazia o levantamento de moradores do bairro, quantas famílias tinha, tudo o mais, fazia cadastro, cadastrava, isso quem mais fazia era eu mesmo. [...] Como a gente estava sempre se reunindo, debatendo entre a gente o que seria discutido, como e o que a gente ia pedir realmente, o que todo mundo queria, que a maioria pedia... Entendeu? A gente fez várias passeatas, depois de muito se reunir, de fazer levantamento, tinha que fazer cadastramento, tudo certinho, porque antes da gente fazer passeata, a gente começou a fazer todas essas coisas. Fazer levantamento de moradores e tudo o mais, de quantos barracos tinha, né, e tal, para então a gente começar a ir até a Prefeitura... Conseguia a entrevista com o prefeito da época, era o Mello... Conseguia entrevista, falava com ele, na maioria das vezes ficava só na conversa e nunca chegava numa situação real, e com muito custo, de tanto a gente brigar e a gente começou a ir, procurava ele, ele não estava presente e, de repente, ele não queria atender, a gente conseguia, insistia, acabava fazendo ele atender, sabe? Chegamos a fazer passeata, acho que umas duas ou três vezes se não me engano, a gente fez passeata, com cartazes... É, saindo daqui e indo para a avenida. E parando em frente à Prefeitura. [...] Ai a gente ia lá, falava com ele e tal, ele prometia que ia ver, aí só enrolava. Ai, um dia, a gente foi, fizemos todo um projeto e tal... Fizemos uma passeata, convidamos a EPTV pra filmar, tudo... [Diva]

Nesse momento, ganha corpo aquele que seria talvez o principal enfrentamento dos moradores da Favela do Gonzaga com o poder público municipal, suplantando – ao menos momentaneamente - as relações clientelistas que predominavam desde os primeiros tempos da ocupação da Favela: era a primeira mobilização coletiva dos moradores em torno da perspectiva dos *direitos* que possuíam, e não apenas de favores ou benfeitorias. Estruturava-se uma disputa – de certa forma tornada pública através de passeatas na cidade e divulgações na mídia - entre aquilo que os moradores queriam e defendiam – urbanização da Favela pela Prefeitura, com divisão de lotes de acordo com o número de famílias existentes, garantindo a manutenção do espaço constituído por eles a duras penas - e o que a Prefeitura vinha até então tentando impor – “*erradicação*” da Favela com a construção de casas populares através de mutirão.

E aí a gente começou a mobilizar o bairro... [...] Foi o primeiro mutirão, foi feito lá, aqui também era para ter sido feito igual lá, e não foi. Mas aí a gente brigou em relação a isso, a gente criou a organização do bairro, né? E batalhou pela divisão dos terrenos, a urbanização, porque a gente queria. Aí veio o Melo, propôs estar fazendo um cômodo e um banheiro. Ele fez a proposta. Quando a gente vivia na Favela, a gente brigou bastante, né? Fizemos passeata, mobilizamos bastante, fizemos bastante movimento... [Diva]

Nesse contexto de disputas e negociações, a Prefeitura chegou a um acordo com aquela população, apresentando uma proposta na qual os moradores que haviam permanecido na Favela teriam direito ao lote urbanizado³², bem como à construção, pela própria Prefeitura, de um cômodo e um banheiro em cada lote. Essa proposta vinha ao encontro do que os moradores demandavam, uma vez que garantia a urbanização da Favela, a divisão dos lotes e, ainda, a construção do banheiro – inexistente ali até então – e de um cômodo, o que fazia com que pudessem dar início à construção de uma casa “de material” sem enfrentar as dificuldades representadas pelo mutirão e a custos mais baixos, uma vez que não se tratava da casa completa.

Aí a gente conseguiu que eles, né, dessem uma atenção maior. Que o prefeito desse uma atenção maior, aí foi onde que ele foi e falou de fazer um projeto, fazer um levantamento, tal, tudo direitinho, mapear o lugar, ia fazer todo o projeto e ia, é... Que ia ver. Aí começou realmente, mandou mesmo umas pessoas, né? Pra estudar, fazer um projeto realmente... É, mandou vir. Porque... Aí, como é que chama mesmo? É engenheiro, né, que faz isso no trabalho. Aí mandou mapear, foi um trabalho pra projetar, sabe? Então fez todo um trabalho, deixou pronto. Ele deixou pronto. Só que no governo dele, ele deixou pronto o projeto dele, ele chegou a mostrar pra gente o projeto. Tudo, o desenho, tudo, do bairro, como ele foi projetado, mostrou pra gente, aí ele projetou assim, urbanizar cada um com seu terreno. Só que ia construir um cômodo e um banheiro pra cada família moradora do bairro. É, o projeto do Mello. [...] E, enfim... fizemos todo o trabalho pra urbanização do bairro, estava tudo prontinho. [Diva]

■ Usos políticos da pobreza III: a Favela e as eleições

Todavia, no último ano da gestão do prefeito Dagnone de Mello, as disputas políticas se acirram. Não haveria como iniciar todo um processo de urbanização, se nem sequer o mutirão – “primeira etapa do projeto de desfavelamento” - estava concluído.

E aí aquela coisa foi desenrolando, tal, demorou muito! Eu acho que o processo [do mutirão] demorou quase dois anos e meio, isso foi um ponto negativo, porque o pessoal, é... além de cansativo, cria-se uma expectativa... Tivemos o problema da mudança de governo [do estado]... como demorou, então entrou no governo do Quércia, né... E aí começou o problema do repasse de

³² A adoção dos “lotes urbanizados” - até então um sistema alternativo de produção habitacional - como “solução” política para o problema da habitação popular no país, institucionalizou-se ainda durante a vigência do Banco Nacional da Habitação (BNH), quando da criação, em 1975, do PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados. Os “lotes urbanizados” seriam lotes com o mínimo de infra-estrutura instalada (as denominadas “tramas saneadas”) e mais um cômodo com ducha e vaso sanitário, considerado como uma “célula evolutiva” da futura casa. Essa proposta se disseminará em outras políticas públicas de ordem nacional e estadual, em uma perspectiva que retira da pauta do Estado a questão do direito universal à moradia. [Pulhez, 2007:5,81; Davis, 2006; Sachs, 1999]

recurso, não chegava o dinheiro para comprar material, e atrasou um pouco... E aí só ficou no mutirão... a parte da urbanização não chegou a se concretizar... Depois mudou [a gestão] aqui no município. [...] Então conseguiu, as casas foram entregues, mas sem o acabamento... [Fátima Piccin]

Propalado sob a bandeira de ter sido o prefeito que “governou da periferia para o centro”, era importante, à sua gestão, garantir a conclusão do mutirão a qualquer custo: a tal ponto que, nos últimos meses, a mão de obra mutirante será substituída por profissionais contratados, sob a justificativa de que “pelo sistema de mutirão o trabalho demandaria ainda cerca de seis meses para ser concluído. Isto implica[ria] uma elevação de custos devido à constante alta dos preços de materiais de construção”³³.

Por outro lado, a oposição também se valeria da Favela para discutir a atuação política da gestão que se encerrava, recorrendo a comparações entre as verbas gastas em eventos e obras, como o Carnaval ou a reforma de uma praça central da cidade, e aquela destinada ao “desfavelamento do Gonzaga” (“ínfima”, segundo as atas da Câmara). Mais uma vez a Favela seria acionada como moeda política nas eleições de 1988, através das já conhecidas representações forjadas no antagonismo *favela/desenvolvimento*, como atesta a fala de um vereador em plena campanha:

“Falar de favelas em São Carlos não é nenhuma heresia, mas sim uma grande vergonha, considerando-se o desenvolvimento da cidade, seu potencial econômico e cultural [...] Favela em São Carlos vai ser coisa do passado. [...] São Carlos não deveria ter favelas pelas suas condições privilegiadas.” (Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 22 de fevereiro de 1988 – grifos meus)

Veja-se, como exemplo da importância da Favela nesse momento eleitoral, a fala de outro vereador durante uma sessão da Câmara Municipal, o qual afirma que “poderia discorrer amplamente sobre essa favela, como ela surgiu e foi construída, mas deixaria para outra oportunidade, principalmente para os palanques nas eleições”. A existência e a permanência da Favela seriam usadas não apenas para desqualificar a gestão de Dagnone de Mello, mas também para combater a candidatura de Rubens Massucio (o já mencionado Rubinho)³⁴, como é possível aferir pela polêmica acerca de uma reportagem veiculada em uma rádio, na qual moradores da Favela teriam trazido a público sua insatisfação com a inexistência de infra-

³³ Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 25/88.

³⁴ Veja-se, por exemplo, a fala de um vereador a respeito da campanha que se promovia na cidade, já em 1987, sob o jargão “Rubinho voltará”: “Voltará para quê? Para dar permissão à construção de novas favelas? Para reinstalar sua ‘sala dos milagres’ com a qual enganou o povo?” (Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 13 de agosto de 1987)

estrutura e serviços no local. Visando a neutralizar a denúncia, alguns vereadores procuram desqualificar não apenas os moradores, mas, principalmente, a gestão anterior, vinculada ao candidato Rubens Massucio³⁵:

"[...] há moradores que não estão satisfeitos com os serviços públicos, eles, sim, que moram em favelas que não foram criadas por esta administração e sim pela administração anterior [...] Notava-se [...] que eram pessoas humildes, faveladas." (Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 13 de junho de 1988)

"[...] há poucos dias um pequeno número de favelados foi transferido de barracos para casas novas. Quem quiser criticar a ação do prefeito nessa área [a Favela], apresente, se puder, o que foi feito na administração passada." (Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 13 de junho de 1988)

Ao fim das eleições, entretanto, nem Dagnone de Mello, nem Rubens Massucio: o prefeito eleito seria Neurivaldo José de Guzzi, mais conhecido como Vadinho, que, coincidência ou não, também tivera envolvimento anterior com a *Favela do Gonzaga*, à época de sua "descoberta", quando era vereador e coordenou as várias comitativas organizadas para visitar e promover levantamentos na área.

Com as mudanças no governo estadual em 1987 (Orestes Quércia é eleito governador em 1986) e no municipal em 1989 (Vadinho de Guzzi é eleito prefeito em 1988), alteram-se as perspectivas do processo de intervenção em curso na Favela. Essa transição na política municipal será decisiva para os rumos da Favela do Gonzaga a partir de então e está bastante presente na memória dos moradores, em especial daqueles que, como Diva, haviam se mobilizado para conquistar o direito à urbanização da Favela.

Aí o Mello saiu. Aí foi o Vadinho. A gente brigou bastante com o Mello. Mas quando a gente conseguiu chegar nesse ponto, com o projeto da urbanização prontinho, o Mello já estava quase no final do governo dele, a gente até insistiu pra ver se conseguia que ele fizesse, que desse início pelo menos. Mas não deu... Também... Ah, também não deu porque ele não deu importância, né? Não sei. Mas... Se tivesse dado importância, se tivesse colocado como prioridade, eu acho... Pelo tempo, não pelas condições, mas pelo tempo, daria até pra ter começado e, assim, estar bem adiantado, bem avançado. E não... terminado. Aí ele saiu, e o Vadinho veio com o projeto, estava na gaveta, tudo, o Vadinho veio e fez do jeito dele. Fez diferente. Fez diferente do projeto do Mello. Entendeu? Fez diferente daquilo que a gente tinha projetado, sabe? Que ele projetou de uma forma

³⁵ A associação da Favela com Rubinho foi, ao longo de todos esses anos, uma constante, entre os políticos locais, visando a desqualificar sua atuação política, sempre pelo ângulo da irregularidade, da ilegalidade e da precariedade da ocupação, que teria no político seu "bode expiatório". Por outro lado, a Favela seria, durante anos, um "porto seguro" eleitoral para tal político, em especial entre os moradores mais antigos, que, em grande medida, encaravam-no como um "benfeitor".

pra gente, aí o Vadinho veio e fez de outra. Pegou o projeto que estava pronto, e ele mudou, veio, urbanizou... [Diva]

■ Conjunturas específicas e mudança de discurso: a “urbanização”

O ano de 1989 será decisivo nos rumos da Favela do Gonzaga: dez anos após sua “descoberta”, uma conjuntura bastante específica vai desencadear, em âmbito municipal, uma mudança no discurso oficial sobre as formas de lidar com o “problema-favela” - da postura de “erradicação” para a idéia de “urbanização”. Diversos fatores irão contribuir para essa mudança, a começar pela existência daquela demanda organizada dos moradores, associada a pressões de vereadores³⁶ e da Igreja Católica³⁷, e, em um contexto mais amplo, a um redirecionamento sociopolítico de âmbito nacional no que diz respeito ao tratamento da questão habitacional e urbana no país³⁸, que terá ecos na criação da SEHAC – Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária³⁹ (órgão que, como se verá, bem ou mal será decisivo para a urbanização da

³⁶ Tendo ficado incompleto o projeto de “erradicação” iniciado na gestão anterior, já em fevereiro de 1989 aparece nas atas da Câmara um “apelo ao atual prefeito para que continuasse a obra de desfavelamento do Gonzaga”, seguido de pressões para que a administração considerasse “as prioridades do povo [...] como é o caso [...] da Favela do Gonzaga”. (Atas da Câmara Municipal de São Carlos: 13 de fevereiro de 1989; 06 de março de 1989)

³⁷ O depoimento de José Bento Carlos Amaral, um dos mais antigos políticos vivos de São Carlos, que esteve na diretoria da PROHAB quando da urbanização da Favela, introduz a importância das pressões exercidas pela Igreja Católica – que já haviam se iniciado na gestão anterior – para a concretização da urbanização da Favela do Gonzaga: “*Sou aqui de São Carlos, ex-prefeito municipal, vereador por três legislaturas, fui diretor e presidente da PROHAB. Quando diretor, na gestão do prefeito Vadinho de Guzzi, Neurivaldo José de Guzzi, tinha um grande problema que era a Favela do Gonzaga. Eram centenas de famílias que moravam em casas cobertas com lona, feitas de madeira, de tampas de geladeira... e o bispo daquela época, Dom Constantino Amstalden, fez um apelo ao prefeito e a nós da PROHAB, que aquilo era desumano, que era uma vida desumana a daquelas famílias que moravam lá. Então nós assumimos o compromisso com o bispo de... urbanizar aquela favela. E demos início.*” Cabe lembrar aqui que, desde pelo menos a década de 1950, setores da Igreja Católica estiveram envolvidos nos primórdios da urbanização de favelas (ver nota 10 do capítulo 1) e que, no contexto da redemocratização, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Pastoral da Favela exerceriam papel fundamental para a “luta urbana” no Brasil (cf., dentre outros, Singer & Brant, 1980).

³⁸ Mais uma vez tomando por base o trabalho de Pulhez (2007), é importante destacar que “com o colapso da política nacional de habitação nos anos 1980 e a quase absoluta ausência de novas iniciativas federais de provisão, o crescimento desmedido de um modelo desigual de urbanização consolidou as favelas, com ou sem intervenção, como espaço permanente de moradia: a resposta à precariedade urbana a que está exposta uma parcela significativa da população brasileira – aquela de renda mais baixa – passou a ser dada quase que exclusivamente através de programas de urbanização de favelas realizados em âmbito municipal”. A institucionalização das urbanizações em âmbito municipal decorrerá de uma “estranha confluência” entre as pressões dos novos movimentos sociais e o “ideário reformista da Nova República”: se os movimentos, por um lado, promoviam o “reconhecimento da problemática habitacional como intrinsecamente vinculada à questão urbana” e chamavam os municípios a assumi-las priorizando a participação popular na concepção e na condução das políticas, por outro, a União, desestruturada economicamente, veria com bons olhos esse processo, que, além de atenuar sua situação fiscal e financeira, ainda a desencarregaria de estruturar políticas mais consistentes nessa área. (Pulhez, 2007:83;239)

³⁹ Cardoso (s/d) nos auxilia a compreender em detalhe esse momento: “A partir do governo Sarney, durante o período da chamada Nova República, tem lugar um verdadeiro desmonte da política pública habitacional a nível federal, com a dilapidação dos fundos e sua utilização clientelista, marcando o início de um período de vazio institucional e ausência de política habitacional no país”. Em 1989, a antiga SEAC – Secretaria Especial de Ação Comunitária - seria transformada em SEHAC - Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária -, vinculada ao Ministério do Interior, e passaria a abrigar, três anos após o fechamento do BNH, as atividades relacionadas ao que se dizia uma “política habitacional”, com forte apelo “participativo”. As poucas linhas de financiamento a fundo perdido para atendimento a famílias de até três salários mínimos que permaneceram ativas institucionalizavam definitivamente os sistemas de produção até então considerados

Favela do Gonzaga).

Era um problema sem solução tremendo... São Carlos nunca teve favela. O Jardim Gonzaga foi a primeira. São Carlos tinha o privilégio de dizer que nunca teve favela. E lá começou. Hoje é um, amanhã é outro, e aquilo foi expandindo. Daí nós fomos procurados pelo bispo, Dom Constantino, que veio falar conosco sobre a precariedade de lá. Daí surgiu esse projeto, de fazer pelo governo federal. [José Bento Carlos Amaral]

A idéia de *urbanização* aparecerá pela primeira vez, nas atas da Câmara Municipal, em junho de 1989, quando da discussão e aprovação – por unanimidade - do processo que solicitava “do sr. Prefeito Municipal informações com referência à execução dos serviços de *urbanização* da ‘Favela do Gonzaga’”, questionando o Executivo a respeito da implantação do “Projeto de *Reurbanização* da Favela do Gonzaga” que teria sido elaborado pela gestão anterior⁴⁰. Atestando, ainda, uma ambigüidade entre o que cada um desses termos de fato nomeava – *urbanização*, *reurbanização*, *desfavelamento* - os vereadores apontam ser “urgente a conclusão do *desfavelamento*”, por ser um assunto “o qual já deveria estar solucionado há muito tempo”, destacando a “condição sub-humana” em que viviam os moradores do local e reafirmando a questão da Favela como um dos “problemas de mais emergência da população”⁴¹.

A Favela do Gonzaga, quase quinze anos após sua “fundação”, mais do que nunca aparece como o principal problema social, urbano e político da cidade, sendo encarado, no entanto, praticamente como um caso isolado, desconectado da problemática urbana e habitacional do município como um todo, e, portanto, algo que deveria ser rapidamente solucionado para que se restabelecesse de uma vez a ‘ordem urbana’ local, que a Favela teria maculado: “A favela do Gonzaga é uma ferida social com a qual tivemos de conviver durante todo este tempo.”⁴²

“alternativos”, como os programas de *mutirão e lotes urbanizados*. O modelo institucional adotado “privilegiava a iniciativa de estados e municípios, deixando de estabelecer prioridades alocativas. Esse modelo permitiu maior autonomia dos governos estaduais e municipais, que deixam de ser apenas executores da política. [...] As análises acentuam o surgimento, nesse período, de um novo padrão de política, baseado no atendimento *ad hoc* às demandas locais conforme alianças instáveis, visando objetivos de curto prazo do Executivo Federal. Este padrão, que viria a se aprofundar durante o período do governo Collor, corresponderia, ainda, a uma conjunção de interesses entre Executivos municipais, a burocracia central e grupos privados que atuam na ‘prestação de serviços’ de intermediação”.

⁴⁰ Evidência clara da existência de um projeto de urbanização elaborado pela gestão anterior, conforme abordado na seção precedente deste capítulo. Entretanto, não encontrei nenhum outro tipo de registro sobre tal projeto nas atas da Câmara Municipal, o que leva a crer que ele não tenha sido sequer encaminhado para discussão na Câmara à época de sua elaboração.

⁴¹ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 19 de junho de 1989; Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1420/89.

⁴² Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 2415/89. A representação da Favela do Gonzaga como uma “ferida”, uma “chaga”, uma “doença a ser extirpada” permeará todo o seu histórico, desde sua “descoberta” até períodos mais recentes, evidenciando a permanência de uma representação construída originalmente há mais de um século frente à primeira favela de que se tem notícia no país. (Mattos, 2006)

“São Carlos *felizmente só tem essa favela*, surgida em épocas pré-eleitorais, por iniciativa de um candidato a prefeito que *dava, ou permitia, o uso da terra* em que ela surgiu, *de propriedade da Prefeitura*. [...] esse *problema*, que desafiou administrações, precisa ser solucionado de uma vez por todas.” (Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 19 de junho de 1989 – grifos meus)

Em resposta ao processo, ainda em junho do mesmo ano, a Prefeitura Municipal, via PROHAB, informou à Câmara já estarem em andamento “os primeiros trabalhos para a solução do grave e antigo problema”. A proposta apresentada pela PROHAB oficializava a opção pela *urbanização da Favela*, justificada pelo fato de que seria a solução “mais econômica”, além de evitar confrontos com os “favelados”⁴³:

“Acreditamos, Senhor Prefeito, ser a melhor solução e viável [sic] e não acarretaria *nenhum problema com os favelados*, que continuariam a morar no local, recebendo melhoramentos e no futuro *seriam os donos* e com escritura definitiva [sic], criando um *patrimônio real*”.⁴⁴ (Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1420/89 – grifos meus)

Garantindo que em seis meses a Favela estaria “humanamente em condições de abrigar os que lá residem”, o documento destaca a necessidade de que fossem realizados os levantamentos e projetos “em caráter de urgência, pois a cada mês muda a situação na favela”⁴⁵.

Assim, com uma agilidade pioneira no trato da questão, poucos meses após o início da nova gestão municipal⁴⁶ serão retomados os trâmites para a urbanização da Favela, o que se fará, como veremos, “em tempo recorde”⁴⁷. O caráter de “urgência” com que o processo de urbanização foi encaminhado por essa gestão parece ter sido determinado - mais até do que pela pressão de agentes como os moradores, os vereadores e a Igreja Católica, ou, ainda, pela dinâmica intensa de crescimento e precarização da Favela - pela promissora perspectiva que se apresentava ao governo municipal de estabelecer um convênio com o governo federal,

⁴³ Note-se aqui nas entrelinhas, que, desde o início, a urbanização já se desvinculava do comprometimento com a resolução dos problemas habitacionais da Favela, o que a tornava, entre outros motivos, uma opção *mais econômica*. Além disso, a manutenção das favelas em seus locais de origem, evitando processos de remoção, desde a década de 1970 pelo menos, como mencionado à nota 3 deste capítulo, já vinha sendo considerada por alguns governos como opção menos onerosa tanto financeira quanto politicamente. Considere-se, ainda, que os “favelados” já se encontravam mobilizados em torno do direito à urbanização, como dito anteriormente, daí a opção ser encarada, também, como uma forma de evitar confrontos com os mesmos.

⁴⁴ Essa perspectiva de que a urbanização promoveria a inserção dos “favelados” em um novo patamar social, adquirido a partir de sua transformação em “proprietários”, será abordada mais adiante.

⁴⁵ Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1420/89. É interessante notar que, mesmo apreendendo as dinâmicas de crescimento e transformação da Favela, a postura adotada pela intervenção será tentar suplantá-las a partir de normas e regulamentos absolutamente incompatíveis com tais dinâmicas, como se verá adiante.

⁴⁶ Conforme documento da PROHAB, no dia 02 de junho de 1989 foi feita a primeira reunião, na qual “*foi deliberado que a administração municipal aceitava o desafio e urbanizaria a Favela*”. (PROHAB, s/d)

⁴⁷ Cf. PROHAB (s/d).

através do *Programa Mutirão Habitacional Comunitário – Subprograma Lotes Beneficiados*, da já mencionada SEHAC, e que exigiria agilidade para efetivá-lo.

A proposta de urbanização esboçada na gestão anterior – a partir de demandas dos moradores da Favela – será modificada de acordo com as novas condições e interesses políticos do atual momento, determinadas significativamente pelas regras que regeriam tal convênio, que, afinal, nunca se concretizou⁴⁸. A começar pelo prazo estipulado para a urbanização: os seis meses anunciados inicialmente pela Prefeitura e os nove meses nos quais a intervenção foi efetivamente realizada correspondem exatamente aos cento e oitenta dias, prorrogáveis por mais sessenta, determinados pelas regras do convênio que se esperava firmar com a SEHAC. Inclusive a própria opção pela “urbanização” parece ter sido decorrente de tal perspectiva de convênio, o qual previa o financiamento de “lotes urbanizados” associados à construção de “embriões habitacionais” (ou “unidades sanitárias básicas”), determinando, de antemão, também os moldes e limites da intervenção.

“Constitui objeto deste convênio a implantação, através do Programa Mutirão Habitacional Comunitário, de uma sistemática de *apoio às comunidades* [...] para o beneficiamento de lotes de terrenos e a construção de igual número de unidades sanitárias básicas, objetivando o atendimento da *população de absoluta carência habitacional vinculada às Sociedades Comunitárias Habitacionais*”. (Cláusula Primeira do *Modelo de Termo de Convênio do Programa Mutirão Habitacional Comunitário – SEHAC*, constante do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 – grifos meus)

“São obrigações da conveniada:

[...] *garantir a execução*, com o *auxílio da comunidade*, do beneficiamento dos lotes e construção das unidades sanitárias básicas [...].

[...] assegurar, junto à *comunidade beneficiada*, a *complementação de recursos humanos e materiais* indispensáveis à conclusão e funcionamento do programa”. (Cláusula Segunda do *Modelo de Termo de Convênio do Programa Mutirão Habitacional Comunitário – SEHAC*, constante do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 – grifos meus)

Tais moldes e limites serão delineados, portanto, por um conjunto bastante claro de premissas que passavam a orientar as políticas públicas voltadas à questão das favelas e “assentamentos

⁴⁸ “*Daí surgiu esse projeto, de fazer pelo governo federal. Era uma quantidade enorme de projetos, de papéis, de documentos, de isso e aquilo, e por fim não resultou em nada!*” [José Bento Carlos Amaral]. A perspectiva de firmar tal convênio moverá todo o processo de urbanização, tendo os órgãos municipais envolvidos acreditado que este se concretizaria e mantido todos os procedimentos exigidos pelo convênio até o momento da inauguração das obras.

precários” nesse momento⁴⁹ - prazos exíguos; poucos recursos; foco em “melhoramentos urbanos”, sem perspectiva de resolução da questão habitacional (cuja responsabilidade seria repassada ao próprio morador); vinculação ao “auxílio da comunidade” – contribuição com mão-de-obra para a intervenção, além da demanda por um tipo de “participação” específica dos moradores, que deveriam estar “organizados” em torno de uma “Sociedade Comunitária Habitacional”.

■ Sociedade Comunitária de Habitação Popular: a “participação” instrumental

A necessidade de constituição de uma “Sociedade Comunitária Habitacional”, uma das principais exigências da SEHAC para a celebração do referido convênio, será a mola propulsora de vários dos rumos da urbanização da Favela, bem como de muitas de suas incongruências, como se verá.

“Em prazo recorde, esta Diretoria [da PROHAB] procedeu ao registro dos Estatutos, publicou no Diário Oficial, fez inscrição na Receita Federal e hoje já temos a CGC, e todos os demais documentos foram entregues em São Paulo e posteriormente encaminhados à chefia da SEHAC em Brasília” (Processo da Câmara Municipal nº 2415/89 – grifo meu)

*Nós éramos uma Sociedade... Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos. Ela começou... nós fizemos uma sociedade, inclusive nós [representantes da PROHAB] éramos membros e também tinha gente da Favela. Lá tinha duas pessoas da Favela [...] **Essa sociedade foi criada para poder pedir dinheiro para o governo federal. Uma Sociedade com participação da sociedade.*** [José Bento Carlos Amaral – grifos meus]

Visando tão somente a garantir a viabilização do convênio, a “Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos” será constituída cerca de um mês depois de iniciados os trâmites oficiais para a urbanização da Favela, sendo estruturada pela PROHAB sem nenhuma participação efetiva dos moradores que, como foi visto, vinham tentando de alguma forma se organizar em torno das demandas pela urbanização da Favela. Formalizada em julho de 1989,

⁴⁹ Tais premissas integravam já o arcabouço daquela que, denominada “urbanização de baixos padrões”, viria a ser institucionalizada e consagrada politicamente, ao longo dos anos 1990, como “solução eficiente” para o enfrentamento das desigualdades urbanas. Tal arcabouço vinha sendo construído, no país, desde pelo menos a década de 1970, a partir de “recomendações” de agências internacionais de financiamento – políticas de incentivo ao corte de subsídios públicos e adoção de padrões urbanísticos modestos – respaldadas perversamente pelo discurso do “respeito à autodeterminação comunitária”. [Pulhez, 2007; Arantes, 2004; Rossetto, 1993]

em uma única assembléia com aqueles que seriam os “associados”⁵⁰, a Sociedade teve sua fundação documentada em ata e assistida por cento e setenta e dois moradores (apesar de não ser um número inexpressivo, é pouco representativo, uma vez que a Favela contava, nessa época, com quase dois mil moradores, distribuídos em mais de duzentas e cinqüenta famílias)⁵¹. De certa forma, a organização prévia dos moradores durante as mobilizações pela urbanização junto à gestão anterior favoreceu uma aceitação mínima, por parte deles, da proposta que a nova gestão municipal demonstrava pretender concretizar.

Regida por um “Conselho Comunitário” composto por três representantes da PROHAB (um deles também supostamente representando a SEHAC) e apenas dois moradores da Favela, tal Sociedade será praticamente um “braço” da PROHAB e, conseqüentemente, da Prefeitura Municipal⁵², responsável por gerir todo o processo de urbanização, através de uma estrutura de fachada que aparentava contar com o apoio e participação dos moradores. Tal “participação”, na realidade absolutamente instrumentalizada, visava apenas a garantir a exeqüibilidade da intervenção em um ambiente considerado socialmente instável⁵³.

⁵⁰ Realizada na Igreja Santa Madre Cabrini, no bairro Jardim Cruzeiro do Sul, onde se situava parte da Favela, a assembléia contou, inclusive, com a presença do bispo diocesano Dom Constantino Amstalden, representante do agente “igreja católica”, que, como vimos, parece ter sido decisivo no contexto da urbanização.

⁵¹ Cf. PROHAB (s/d), Atas da Câmara Municipal de São Carlos (1989-1990) e entrevista concedida por José Bento Carlos Amaral. Veja-se, entretanto, como a constituição da Sociedade foi divulgada de maneira um tanto “amplificada” à época da inauguração das obras: “reuniram-se mais de 90% dos Favelados e constituiu-se a Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos” (PROHAB, s/d).

⁵² Chegam a ser bizarros os trâmites gerados por essa estrutura de gestão da urbanização: em diversos momentos, a Sociedade Comunitária “solicita apoio da Prefeitura para urbanização da favela do Gonzaga”, como se não fosse a própria Prefeitura que estivesse promovendo a urbanização; em outros, a Prefeitura e/ou a PROHAB alardeiam-na como sendo seu feito, como se a Sociedade Comunitária de fato não existisse. (Processos da Câmara Municipal de São Carlos: nº 1420/89; nº 2415/89 e nº 1224/90)

⁵³ A exigência, presente no *Programa Mutirão Habitacional* da SEHAC, de vinculação dos moradores a uma “Sociedade Comunitária Habitacional”, a despeito do que isso representasse efetivamente em termos de organização prévia da “comunidade”, anunciava já a transfiguração que se promoveria, ao longo de toda a década de 1990, do denso conteúdo de *luta política* que construiu a possibilidade de uma prática participativa em torno das questões habitacionais e urbanas – entendida tanto como a aproximação entre os ‘técnicos’ e a população, quanto como a construção de canais de interlocução entre Estado e sociedade civil - em *diretrizes e técnicas de gestão*, a ponto de passar a constar de editais de programas habitacionais a exigência da “participação da comunidade”, e com regras para tal. “O caráter de legitimidade da prática participativa passa, nesse sentido, a disputar seus significados com um novo conjunto de valores cujo *ethos* não mais se estrutura pela perspectiva da superação de hierarquias e sujeições – ou como horizonte de emancipação, se se quiser –, mas, sim, pelo seu absoluto avesso: uma razão instrumental que cuidadosamente fundamenta as exigências próprias à moderna gestão, capaz de conferir “excelência gerencial” a programas e projetos baseados na retórica reformista: no caso das urbanizações de favelas, poderíamos dizer que a “participação” funciona como instrumento “técnico” que, no mais, deve garantir a “eficácia” da intervenção (que o projeto urbanístico, sendo aprovado pela maioria, possa ser implantado sem maiores conflitos) e sua “sustentabilidade” (em se tratando de um projeto que todos conhecem e aprovam, que, após o término das obras, a população possa controlar e manter o espaço segundo as regras da boa convivência)” (Pulhez & Rosa, 2007:9). Para uma reflexão crítica acerca das “práticas participativas” em processos de urbanização de favelas, veja-se, dentre outros, Pulhez & Rosa (2007). Para um estudo bastante aprofundado sobre a questão, veja-se Pulhez (2007).

*Então nós escolhemos um representante... foi eleito pela comunidade, um do sexo feminino e um do sexo masculino... então eles que elegeram, certo? Para acompanhar. **E também para dar crédito para a gente entrar lá, certo? Porque no dia que nós chegamos lá para mexer em um barraco, a pessoa não queria deixar nem nós entrarmos na área... mas estando com os dois de lá - a mulher e ele, eu esqueci o nome deles - criava uma viabilidade para nós conversarmos.** 'Nós vamos construir tudo novo, vamos fazer isso'... levava planta, levava todo o material para lá. [José Bento Carlos Amaral – grifos meus]*

De fato, tanto o Estatuto Social quanto o Regimento Interno da Sociedade revelam a ausência de participação efetiva dos moradores ao tornarem explícito o grande distanciamento entre a realidade local e os moldes da intervenção proposta. Estruturados como uma seqüência de imposições de regras, restrições - e por vezes até mesmo ameaças! - aos moradores, tais documentos são reveladores de como a urbanização foi idealizada e executada. Essas imposições serão retomadas mais adiante, mas caberia destacar aqui algumas, de forma a que se compreenda melhor o caráter perverso dessa operacionalização da participação popular. Vejam-se, por exemplo, os seguintes artigos do Regimento Interno da Sociedade:

“A partir da data de aprovação deste Regimento Interno, não se permitirá qualquer outra ocupação de terra no loteamento por pessoas estranhas que não conste [sic] do cadastramento elaborado pelo DSS [Departamento de Serviço Social] da Prefeitura Municipal. Cada morador, ou seja, cada Associado assume o compromisso de emprestar seu apoio na fiscalização, denunciando de pronto, na sede da Sociedade [...], qualquer ameaça de ocupação por quem quer que seja.” (Regimento Interno da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos, constante do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 – grifos meus)

“Os associados delegam amplos poderes para a Sociedade, para solicitar, se for necessário, a presença policial e judiciária para não permitir qualquer ocupação do solo por estranhos. O mesmo ocorrendo para desocupar e demolir as habitações existentes que não satisfaçam as exigências do Estatuto e deste Regimento.” (Regimento Interno da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos, constante do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 – grifos meus)

Esses são apenas alguns dos exemplos, dentre muitos outros, que deixam claro o quanto a intervenção se produzia descolada das dinâmicas locais, utilizando-se dessa Sociedade e de uma suposta participação dos moradores para autorizar um discurso “legalista” e, inclusive, legitimar possíveis truculências que viessem a ocorrer na Favela por parte do poder público ou da polícia. Sob a fachada da “participação popular”, vê-se um elemento perverso entrar em cena nesse momento: a determinação, por parte da Prefeitura, de que os próprios moradores deveriam impedir a fixação de novas pessoas e a construção de novos barracos na Favela, pois

apenas aqueles já cadastrados seriam “beneficiados”. Paradoxalmente, a ocupação, que inicialmente fora estimulada por representantes do poder público, chegada a hora da urbanização, era indesejada por esse mesmo agente, pois representaria novos custos.

Ah, minha filha, aqui quem se chegava fazia. Depois... o prefeito não queria mais barraco... E quanto mais estava fazendo mais estava chegando. [...] Quando eu vi já estava cheio. [dona Lourdes]

Obviamente, as notícias de que alguns “favelados” tinham conseguido casas “de material” (quando da realização do mutirão, poucos anos antes) e de que a Favela seria urbanizada eram chamarizes a mais⁵⁴ naquela época em que ela, como se viu, adensava-se progressiva e continuamente. Nesse contexto, os moradores que haviam encabeçado a mobilização em torno da urbanização e alguns poucos envolvidos mais diretamente com a Sociedade Comunitária se dividiam quanto à tarefa de “fiscalização” que eram incitados a assumir pela Prefeitura Municipal: alguns desses representantes, ao invés de assumirem o embate 'pobres contra pobres' determinado pela Prefeitura, após alguns conflitos com outros moradores mais preocupados em garantir seus próprios benefícios, acabam por driblar as normas impostas, fazendo prevalecer as redes de solidariedade já mencionadas:

As pessoas vinham falar 'Ah, não eu tenho moradia. Posso vir morar?' Vinham pedir pra mim. Vai falar com o outro lá, ele vai falar [...] 'Ah, vai lá e fala com alguém da comissão', aí vai lá pr'aquela da comissão, aí um fala com o outro, aí chega até você. Aí vem até você, você tem que resolver, entendeu? Aí todos os outros já estão contra. E eles querem que você fale que não pr'aquelas pessoas. [...] Eles não querem que você também dê a deixa pra outras pessoas entrarem. Que a ordem é não deixar, a partir daí, não deixar mais ninguém entrar. Entendeu? No bairro. Que o projeto foi pr'aqueles, não deixar mais ninguém entrar. Só que, como que vai chegar uma família pra você, você está vendo que o espaço é pequeno, mas que tem espaço, e que você vai ser beneficiada, e que aquela pessoa está vindo de um aluguel, não tem mais condições de pagar, olha: 'Fui despejada, eu não tenho, pelo amor de Deus, eu não tenho onde me abrigar. Eu arrumo uma casinha, faço...', tem pessoas que faziam uma casinha de plástico! Entendeu? 'Eu preciso!' E você vai falar não? [...] Eu nunca farei isso, jamais. Então, você deixa, aí o povo fica bravo, já quer brigar com você também. Tem tudo isso. Porque você deixou, entende? Aí o povo já não aceita. Está errado? Porque não podia entrar? Tudo bem, não podia, mas só que não tem condições de você... você sabe que vai ser urbanizado, que corre o risco daquela pessoa também ter um canto pra ela morar e você não vai deixar? Não tem como você falar não. Você está vendo que dá, que as

⁵⁴ Diversos trabalhos dão conta da presença, em contextos de intervenção em favelas, dos denominados “favelados de última hora”, pessoas que se instalariam na favela em meio aos processos em curso, com a finalidade de serem neles incluídos. (Valladares, 1978; 2005)

condições dão pra ter para ela também. Se não desse, eu falava: 'Olha, sinto muito, não vai dar mesmo. O espaço não dá mesmo. O espaço é esse e não cabe mais do que isso'. Mas se você está vendo que dá, por que não? [Diva]

A situação acima descrita é apenas mais um exemplo dos ajustes e negociações cotidianos orquestrados pelos moradores em razão de imposições que eram feitas pelos poderes públicos, agora em nome da urbanização: de alguma forma, a existência de uma mobilização prévia – ainda que pequena – se, por um lado, facilitava o estabelecimento de diálogo da Prefeitura com os moradores, por outro, desestruturava, em parte, as perspectivas da primeira de simplesmente instrumentalizar a participação dos moradores, introduzindo complexidades no processo de urbanização que se pretendia realizar por um modelo pré-estabelecido e evitando “confrontos com os favelados”.

■ **De Favela do Gonzaga a Jardim Gonzaga: urbanização “em tempo recorde”**

Pautando-se, portanto, essencialmente pela normativa da SEHAC, em um ano e quatro meses de governo, o prefeito conhecido como Vadinho de Guzzi declararia urbanizada a Favela, feito que seria um dos grandes marcos de sua gestão.

A forma como a urbanização aparece nas atas da Câmara Municipal e em documentos de divulgação da época - uma rápida seqüência de ações que culmina na simbólica renomeação oficial da Favela do Gonzaga como “Jardim Gonzaga” - é significativa para sua compreensão: em junho de 1989, seria feita uma reunião na qual “foi deliberado que a administração municipal aceitava o desafio e urbanizaria a Favela”; já no mês seguinte, seria fundada a Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos e encaminhado o convênio com a SEHAC; em agosto, a licitação para a execução das obras já havia sido realizada, e seriam feitos os serviços de locação e demarcação dos lotes e futuras vias públicas; dois meses depois, teria início a implantação das redes de água e esgoto, a abertura das ruas e a terraplanagem; em novembro, seria promulgada a Lei Municipal nº 10.210/89, concedendo “à Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos, subvenção, destinada à urbanização da FAVELA DO GONZAGA”; nos meses seguintes, seriam concluídos todos os demais serviços, sendo as obras inauguradas de forma pomposa em 21 de abril de 1990, contando com a presença de representantes políticos municipais e estaduais, representantes da Igreja Católica

e os moradores; poucos dias após a inauguração, a Lei Municipal nº 10.292/90 renomearia oficialmente a *Favela do Gonzaga*: estava criado, legalmente, o bairro “*Jardim Gonzaga*”.

A urbanização efetivada consistiu basicamente em obras de infra-estrutura, com abertura de vias de circulação, pavimentação asfáltica, instalação de redes de água, esgoto e iluminação pública e uma infinidade de cortes e aterros no terreno, reconfigurando significativamente a paisagem do local. Nessa redefinição espacial, foram demarcados os lotes, em parte tomando como referência a própria localização dos barracos, tendo sido relocados cerca de setenta e cinco deles. Uma área livre, em uma das extremidades da Favela (no local onde se encontrava, antigamente, a principal mina d’água, então utilizada pelos homens e crianças como área de lazer, conforme descrito anteriormente) foi aplainada, visando à construção futura de “uma creche, um parque infantil e um posto de venda de gêneros de primeira necessidade”. Foram construídos, além disso, duzentos e sessenta e nove banheiros e instalados duzentos e quarenta e sete tanques - as denominadas “unidades sanitárias básicas”⁵⁵.

Há que se concordar que, após décadas oscilando entre a visibilidade e o “esquecimento”, finalmente uma iniciativa de caráter mais amplo – mesmo que passível de questionamentos – concretizava-se no espaço da Favela. T tamanha agilidade não deixa de ser intrigante, ainda mais em se considerando o histórico protelatório de enfrentamento da questão pelo poder público municipal. Ao ser indagado sobre como teria sido possível a concretização das obras em prazos tão exíguos, um dos políticos envolvidos em todo o processo de urbanização responde de forma bastante elucidativa:

O prefeito Vadinho, Neurivaldo José de Guzzi, ele se entusiasmou com a obra. E os jornais da época falavam sobre isso, eram só elogios, “o prefeito teve coragem de fazer, de remodelar aquilo, de urbanizar”, e nisso ele se entusiasmou. Não só isso, mas também com o apoio do bispo. Que todas as igrejas comentavam, nos sermões os padres falavam sobre as obras de lá. Tanto que a inauguração foi um sucesso. Lotado lá, o povo, banda de música... Quer dizer, isso entusiasmou. E

⁵⁵ Cf. PROHAB (s/d); PMSC (s/d); Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90. O número de famílias beneficiadas, de lotes demarcados e de unidades sanitárias construídas apresenta variações significativas nos diversos documentos consultados: além desses números, divulgados oficialmente à época da inauguração da urbanização, há dois documentos constantes do Processo nº 1224/90 que informam, respectivamente, que teriam sido “244 famílias beneficiadas com igual número de lotes” e que no local residiriam “263 famílias” e teria sido efetivada a “locação de 263 lotes”. Por outro lado, outro documento, constante do Processo nº 1420/89, menciona o fato de que seriam abertos mais lotes do que os efetivamente ocupados pelos moradores, com o objetivo de vendê-los e arrecadar fundos para a própria urbanização. Além disso, os números divulgados oficialmente após a inauguração são ambíguos: por que teriam sido abertos duzentos e sessenta e nove lotes, construídos duzentos e sessenta e nove banheiros e instalados apenas duzentos e quarenta e sete tanques? As fotografias aéreas que documentaram a urbanização também contribuem para essa dúvida, pois é possível avistar lotes com banheiros instalados sem moradias construídas, em áreas que, segundo depoimentos de moradores, somente seriam ocupadas algum tempo depois da urbanização.

*tivemos também os vereadores, que aprovavam as obras. Não teve nenhum vereador que, na época, tivesse sido contra. Aprovavam tudo. Então aquilo foi um projeto que mexeu com a cidade. Não tinha uma pessoa que não concordasse com a obra e não fizesse elogios a ela. E pense também que o valor que estava sendo aplicado não era um valor, assim, muito exagerado, e a recompensa vinha também, falando agora politicamente, como benefício eleitoral. Então foi uma coisa que uniu o útil ao agradável. Então foi uma obra que mereceu aplausos de todo mundo.*⁵⁶
[José Bento Carlos Amaral – grifos meus]

De fato, o “entusiasmo” do prefeito com os desdobramentos políticos vislumbrados com a urbanização garantiria que as obras fossem executadas, mesmo não se concretizando o convênio com a SEHAC, cujo fracasso foi admitido pela PROHAB somente em dezembro de 1989, decorridos já seis meses de intervenção na Favela. Durante esse período, mediante autorização do prefeito e aprovação da Câmara Municipal, foram liberadas verbas em forma de “antecipação de numerário” (que seria reembolsado pela Sociedade Comunitária tão logo saísse o convênio com a SEHAC, o que afinal não aconteceu).

A viabilização de recursos destinados às obras, sem apoio dos governos estadual e federal, traz à tona os diversos esforços locais conjugados na concretização da intervenção, o que realmente só foi possível em função de uma espécie de “unanimidade” construída em torno da necessidade da urbanização, do seu sempre ressaltado “valor, como saneamento e humanitária [sic]”⁵⁷.

Além do entusiasmo do prefeito e da contribuição financeira de empresas do município, há que se destacar também o apoio alcançado junto aos vereadores: é patente nas atas da Câmara Municipal que, desde os primeiros meses da gestão, o prefeito contava com apoio da maioria dos vereadores eleitos, o que certamente facilitou a agilidade do processo de urbanização. Some-se a isso o fato de que a Favela era um “problema” que vinha se estendendo de longa data, tendo dado margem, inclusive, a lances polêmicos na Câmara (como o do projeto de lei para a criação da CODESCAR, descrito anteriormente), o que fazia com que os vereadores se sentissem mais ‘motivados’ a aprovar tudo o que a ela dissesse respeito. A garantia de aprovação, pelo Legislativo, das propostas apresentadas pelo Executivo aparece por diversas

⁵⁶ Esse depoimento é bastante significativo para percebermos os diversos agentes mobilizados em torno da urbanização da Favela nesse momento - Prefeitura Municipal, imprensa local, Igreja Católica, vereadores -, forças locais que se uniam em torno da suposta resolução do “problema”.

⁵⁷ Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 2415/89. Ressalte-se aqui a permanência, ainda, daquela perspectiva saneadora e caritativa que norteava também os antigos discursos sobre a necessária erradicação da Favela, denotando, de certa forma, que não se tratava efetivamente de uma significativa diferenciação de posturas políticas, mas, sim, de distintas conjunturas encontradas quando da realização das intervenções.

vezes em ofícios da PROHAB e da Sociedade Comunitária, especialmente aqueles destinados à solicitação de recursos para a intervenção:

“Temos certeza, Senhor Prefeito Municipal, que o Legislativo por unanimidade aprovará tão importante Lei, possibilitando-nos definitivamente URBANIZAR A FAVELA DO GONZAGA.”
(Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 2415/89)

Esse contexto de esforços e ajustes de âmbito municipal que garantiriam a “urbanização em tempo recorde” assumirá contornos de grande conquista, de “feito inédito” e, obviamente, será capitalizado visando a gerar dividendos políticos imediatos e futuros. Em dois documentos - uma carta à SEHAC relatando todo o processo de urbanização (na expectativa de ainda conseguir os recursos prometidos) e o convite enviado a representantes políticos de todo o país para a inauguração das obras (estratégia para alardear o feito) - fica bastante clara essa faceta da representação elaborada pelo poder público local acerca da intervenção:

“Acreditamos [...] que a referida Urbanização é *inédita em nosso Estado*, pois estamos empregando mais de cinco milhões de cruzados novos no empreendimento. Cada *lote de no mínimo 125 m²* terá: um sanitário, tanque, ligados às redes de água e esgoto, galerias de águas pluviais, guias e sargetas [sic], pavimentação asfáltica e iluminação com lâmpadas mistas. No *loteamento* será construída uma creche, já autorizada pelo Sr. Governador do Estado.” (Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 – grifos meus)

“Todos os melhoramentos foram financiados pela municipalidade, sem contarmos com nenhum auxílio oficial. Nos moldes como executamos a urbanização, acreditamos ser pioneira em nosso país.” (Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90)

Obviamente exagerado, uma vez que se tem notícia da urbanização de favelas em diversas cidades do estado de São Paulo nessa época⁵⁸, o “ineditismo” reivindicado para a urbanização realizada se apoiava, prioritariamente, na quantidade de recursos investidos e no fato de terem sido disponibilizados exclusivamente pelo município. As intervenções propriamente ditas teriam caráter secundário, mas o tom adotado sugere que aquelas obras seriam o ápice do que se poderia fazer, em se tratando de uma urbanização de favela, como se não se tratasse de

⁵⁸ Tais como São Paulo, Diadema, Santo André e Campinas (Pulhez, 2007; Blanco Jr., 2006). Entretanto, provavelmente essas intervenções não fossem conhecidas no momento mesmo em que eram levadas a cabo, o que, associado ao fato de que as políticas até então desenvolvidas em diversas cidades da região – inclusive em São Carlos - estruturavam-se sob a perspectiva do *desfavelamento*, com a remoção dos ‘favelados’ para casas populares construídas através de mutirão, como visto anteriormente, teria dado respaldo a essa representação da urbanização como algo “inédito” e “pioneiro” não apenas no estado, como no país!

direitos urbanos que deveriam ser universalizados⁵⁹. Esmiuçando as representações presentes nos trechos acima, pode-se identificar ainda que, ao fazer questão de mencionar que os lotes estariam dentro da medida mínima permitida por lei, a intenção seria destacar, como parte relevante do ‘feito’ da urbanização, a inserção do novo “loteamento” em padrões mínimos de *formalidade* e de *legalidade* urbanas.

Na esteira de tais representações, e valendo-se da ‘unanimidade’ que prevalecia em torno da concretização da urbanização, esta será apresentada também como uma grande “benfeitoria” associada diretamente à pessoa do prefeito - atestando em definitivo o completo descolamento dessa intervenção da perspectiva de universalização dos direitos à cidade e à moradia. Isso transparece tanto no panfleto divulgado à época da urbanização (PROHAB, s/d): “O êxito do empreendimento deve-se ao PREFEITO VADINHO DE GUZZI, que não mediu esforços e concedeu todas as verbas para as despesas efetuadas. VADINHO DE GUZZI, o grande benfeitor”, quanto nas faixas presas no palanque quando da inauguração da obra: “Graças a Vadinho conseguimos um lar”, “Nosso Benfeitor Vadinho”, “Os favelados agradecem Vadinho”.

Os “esforços *do prefeito* na erradicação da famosa Favela do Gonzaga” – note-se a personalização do “feito” - serão louvados inclusive por seus opositores políticos⁶⁰, ratificando, de forma ainda mais contundente, o consenso produzido em torno da urbanização, que parece ter sido a tônica nesse momento. A discussão travada na Câmara na época da aprovação – em regime de tramitação de “urgência urgentíssima” - do projeto de lei que deu “denominação de Jardim do Gonzaga ao local conhecido por Favela do Gonzaga” revela esse caráter de “unanimidade” quando, mesmo entre questionamentos – como, por exemplo, ao fato de terem sido construídos apenas “embriões, ou seja, banheiros” em lugar de “casas completas” – que subentendiam que a Favela, de fato, não deixava de existir apesar da urbanização, há nas entrelinhas uma certa ponderação, um receio de que críticas à urbanização pudessem ser associadas a falta de apoio às “causas do povo”... Assim, prevalece a opinião geral de que “a

⁵⁹ Vale lembrar que o processo de urbanização ora apresentado se efetivava em um contexto nacional de disputas recentes pela universalização dos direitos habitacionais e urbanos garantidos pela Constituição; por outro lado, é nesse contexto também que se iniciarão os perversos deslocamentos dos sentidos das reivindicações dos movimentos pelo direito à moradia e à cidade em direção à desresponsabilização estatal que ocorrerá ao longo dos anos 1990, conforme apontado em notas anteriores.

⁶⁰ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 19 de fevereiro de 1990, além de diversas outras atas desse período.

atitude é necessário ser elogiada” [sic], ainda que houvesse ressalvas quanto aos moldes da intervenção⁶¹:

“[...] oxalá esses embriões venham a se transformar o mais breve possível em casas e os seus moradores percam de vez a *condição de favelados*”. (Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 23 de abril de 1990 – grifo meu)

Por detrás da unanimidade - relativa mais ao “feito” em si do que propriamente às virtudes das obras realizadas - representações como a que aparece na frase acima, recorrentes por parte dos vereadores e dos próprios diretores da PROHAB - membros da Sociedade Comunitária⁶² - que projetaram e executaram a urbanização da Favela, trazem em seu bojo uma questão fundamental sobre os propósitos e alcances da intervenção: a “condição de favelados” estaria associada, acima de tudo, às condições de moradia, algo que a urbanização não havia sequer intentado transformar. Apesar de concluídas as obras e instituída a mudança de designação do local – de Favela para Jardim –, como que proclamando oficialmente uma mudança de *status* daquele espaço na cidade, efetivamente tal “condição” – e todos os estigmas dela decorrentes - não teria sido modificada com a intervenção.

■ Do barraco à casa: a melhoria habitacional como encargo dos moradores

Não é difícil concluir, com base nas diversas fontes consultadas, que os custos de tamanha “agilidade” acabariam por recair sobre os próprios moradores, uma vez que, além de ater-se a ações essencialmente físicas e infra-estruturais e de não enfrentar o problema da moradia, a urbanização realizada descumpriria o acordo firmado entre a comissão dos moradores e o prefeito anterior: as obras foram executadas com materiais de qualidade duvidosa, e a infraestrutura, implantada em quantidade e dimensionamento insuficientes para garantir o desenvolvimento posterior do bairro⁶³.

Eles disseram que iam dar um banheiro e um cômodo pra cada pessoa, pra cada família. O banheiro e um cômodo, pra incentivar as famílias a fazer o resto. Só que na realidade eles

⁶¹ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 23 de abril de 1990.

⁶² Mesmo após a intervenção, documentos da PROHAB e da Sociedade Comunitária revelam a resistência em incorporar o novo status de “bairro” ao local, sempre referindo-se a ele como “*ex-Favela do Gonzaga*”. (Processo da Câmara Municipal de São Carlos, nº 1224/90, dentre outros)

⁶³ “O Conselho, dentro das possibilidades financeiras da Sociedade procurará urbanizar o loteamento dentro dos padrões normais” (Regimento Interno da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos, constante do Processo da Câmara Municipal nº 1224/90 – grifos meus). Ou seja, em caso de ausência dos recursos esperados – como de fato ocorreu, com o fracasso do convênio com a SEHAC – não seria possível garantir tais “padrões normais”...

fizeram um banheiro que se desse um vento bem forte caía sozinho, que não fez o que prestava, e também não deu o cômodo, porque foi essa a troca que eles fizeram, por causa das “casinhas”, que foi feito o mutirão, e todo mundo queria também. Aí foi esse mais ou menos o combinado, se você perguntar pr’os mais antigos eles vão te falar que foi mais ou menos esse o combinado. Aí eles disseram que, pra fazer as casas pra todas as famílias, não daria. Mas que daria pra dar o banheiro pronto e um cômodo. O banheiro eles fizeram sem reboque, só com uma privada e uma pia bem “furreca”, o material que foi construído foi dos piores que tinha... [Silmará]

Quando falaram que iam fazer o banheiro, eles tinham prometido dar... por causa das casas lá que eles tinham feito lá [o mutirão], eles tinham prometido dar um banheiro e um cômodo pra cada pessoa. A PROHAB prometeu. Um banheiro e um cômodo. [dona Dete]

[...] era um cômodo e um banheiro, eles fizeram só o banheiro, e o cômodo ficou que não deram. Então, o resto nós fizemos. [seo José]

De fato, “o resto”, os próprios moradores fizeram. De favela, o local se transformara, praticamente, em um loteamento popular⁶⁴, do qual, além de arcarem com os custos da urbanização através da compra dos lotes, também os custos da habitação seriam repassados – novamente - aos próprios moradores pelo recurso à autoconstrução⁶⁵. Isso, na realidade, já era um dado desde o início da urbanização, condicionado aos moldes adotados para a mesma, cujo comprometimento se limitava à produção de “lotes urbanizados”. No próprio Estatuto da Sociedade Comunitária é possível identificar diversas menções ao fato de que a melhoria das habitações era uma premissa – uma *obrigação*, na verdade - que cabia aos moradores: há ali, inclusive, diversos itens quase “coercitivos”, como é o caso do artigo 18, que define, entre outras,

“A obrigação do associado de iniciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ciência da cessão de uso do terreno que lhe for destinado, a substituição das atuais moradias que não estejam de acordo com as exigências da Prefeitura Municipal de São Carlos e a de melhorar as de alvenaria já existentes.” (*Estatuto Social da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos*, constante do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 2415/89)

Sendo a urbanização encarada pelos representantes dos poderes públicos municipais como o “passaporte” para a inserção da Favela na formalidade urbana, num ideal de “normalidade”, as

⁶⁴ Lago (2003) propõe uma reflexão interessante sobre a complexidade de questões que, desde pelo menos o final da década de 1980, têm tornado progressivamente mais tênue a distinção entre “favela” e “loteamento” no universo dos “assentamentos de baixa renda”, em função das cada vez mais intrincadas – e disseminadas - formas e naturezas das irregularidades e ilegalidades urbanas, bem como das práticas de intervenção adotadas pelo Estado.

⁶⁵ Para uma abordagem dos perversos mecanismos estruturais relativos à autoconstrução da moradia pelo pobre, vejam-se, dentre outros: Oliveira (1972); Maricato (1979); Bonduki & Ronlik (1979). Para uma perspectiva sobre os desdobramentos contemporâneos da questão em diversos países, veja-se Davis (2006).

moradias que estivessem em desacordo com tal ideal – ou seja, os barracos – deveriam ser imediatamente “substituídas”, e pelos próprios moradores! O Regimento Interno trará mais detalhes - perversos - sobre tal determinação da Sociedade a seus “associados”. Seriam várias as situações em que os moradores deveriam demolir suas casas, tais como: se abrigassem comércio ou outra atividade; se não estivessem de acordo com as tais “exigências do Estatuto e do Regimento”; se estivessem sobrepondo as linhas divisórias entre os lotes ou o arruamento. E, como se não bastasse, tanto a demolição quanto a reconstrução da moradia eram “obrigações do associado”, e os prazos, em todos esses casos, bastante exíguos (apenas trinta dias!).⁶⁶

Após tudo o que os moradores já haviam passado para conseguir um espaço para viver na cidade, onde, ao longo de anos, haviam autoconstruído suas casas com os materiais possíveis, estas agora eram consideradas inadequadas ao novo *status* oficial de “bairro” que o local adquiria com a urbanização, e eles deveriam ainda arcar, no prazo de um mês, com o processo de desmontagem dos barracos e (re)construção de suas novas casas – em alvenaria! A entrevista transcrita abaixo é útil para se compreender em que medida tal processo acrescentaria novas privações e precariedades às já difíceis trajetórias dos “associados”:

Silmara – *Depois, quando foi fazer a tal ‘civilização’, que eles chamam de ‘civilização’⁶⁷, né... [risos] só não sei se ficou muito civilizado não, mas está bom. Aí eles começaram a dividir os terrenos, aí foi mudando, foram abrindo os terrenos e tal, e aí eles foram deslocando as pessoas. Eles chegavam e falavam: “Olha, seu lote é tal, então tem que mudar.” Eles fizeram os lotes, né, Dete? E deram um período muito curto pr’o pessoal mudar. Mas, assim... como era barraco... também nem dava muito trabalho pra mudar não. Foram poucos que já vieram pra baixo e tiveram casa de tijolo. A maioria veio pra cá com barraco também. [...]*

Dona Dete – *Desmanchou o barraco e trouxe pra cá. Começou a fazer aqui.*

Thaís – *E enquanto desmanchava lá e construía aqui, morava onde?*

Silmara – *Debaixo do relento, viu!*

Dona Dete – *Foram dois dias. Dois dias pra fazer o barraco.*

Thaís – *Mas ficava morando aqui nesse lote, ou lá no outro?*

⁶⁶ Além disso - nunca é demais lembrar -, caso alguns moradores não cumprissem com tais determinações, o Regimento Interno assegurava que a Sociedade teria “amplos poderes [...] para solicitar, se for necessário, a presença policial e judiciária [...] para desocupar e demolir as habitações existentes que não satisfaçam as exigências do Estatuto e deste Regimento”. (*Regimento Interno da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos*, constante do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90).

⁶⁷ A associação feita por Silmara entre urbanização e civilização merece destaque: desde o aparecimento das primeiras favelas no Rio de Janeiro, estas têm sido representadas como o avesso da civilização, associada à “cidade” (Mattos, 2006). Nesse sentido, grande parte das iniciativas de intervenção adotadas pelo Estado ao longo dos últimos setenta anos pelo menos tiveram, em maior ou menor medida, um viés civilizatório [Burgos, 2003; Freire, 2005]

Dona Dete – *Nesse lote.*

Silmara – *Dormia a metade aqui olhando esse, e a outra metade lá onde estavam as coisas, lá em cima. [...]*

Dona Dete – *Eles falavam: “Daqui a pouco é mudança da senhora”, né, Silmara? Foi assim. Era o caminhão da Prefeitura que fazia a mudança. Traziam, aí eles falavam que daqui a pouco viriam buscar o seu.*

Tháís – *Aí eles traziam o barraco?!*

Dona Dete – *Traziam o barraco nada, eles traziam a mudança, largavam no terreno, e o barraco ficava lá. Tinha que desmanchar e trazer nas costas.*

Silmara – *Daí o povo vinha, juntava tudo, jogava um plástico em cima e esperava desmontar o barraco lá de cima pra trazer pra baixo. Por isso que eu falei que um monte de gente dormia metade aqui, metade lá. Porque também tinha aquele negócio, como tava aquele monte de mudança, se você deixasse seu barraco sozinho, suas tábuas lá, no outro dia já não encontrava! [riso] Aí ficava sem casa.*

Dona Dete – *Já tinha que ir pregando, né, já tinha que ir pregando. Porque era barraco daqui, barraco dali... tinha que trazer e já tinha que ir pregando.*

Obviamente sem condições de construir casas de alvenaria no prazo de um mês e não podendo correr o risco de ter os materiais de que eram feitos os barracos – suas casas – tomados por outros moradores na mesma situação, aqueles que precisaram desmanchá-los e remontá-los tiveram dias de “sem teto” em pleno contexto de urbanização.

É incrível – mas quase inevitável - imaginar que os técnicos do poder público pudessem supor que as pessoas vivessem em barracos não por falta de condições, mas simplesmente porque até então não possuíam “lotes urbanizados”! O que os levaria a crer que, após anos, mesmo décadas, vivendo em barracos, os moradores teriam condições de, em trinta dias, realizar, por conta própria, a “substituição” dos mesmos por casas de alvenaria?

Respaldando-se em normas que, por serem absolutamente desvinculadas da realidade e das dinâmicas locais, nunca seriam cumpridas, o problema das moradias em “desacordo com as exigências da Prefeitura” permaneceria por muitos anos após a urbanização e não mereceria atenção de nenhum outro governo municipal⁶⁸, sendo, aos poucos, “solucionado”⁶⁹ pelos

⁶⁸ Como já apresentado na nota 69 do capítulo 1 e ao longo das notas 32, 38, 39, 43 e 49 deste capítulo, a transformação da urbanização de favelas em medida de “gerenciamento da pobreza” a descola da questão da habitação, que terá cada vez menos espaço nas políticas públicas. No caso estudado, em 2005, uma nova “urbanização”, promovida no âmbito do Programa Habitar Brasil Bid, distribuiu alguns poucos “kits de melhoria habitacional” para resolução pontual de aspectos como revestimento, cobertura e hidráulica das moradias consideradas mais precárias (PMSC, 2002).

⁶⁹ Aqui refiro-me à mudança de barracos para casas de alvenaria, tal como apontado no Regimento Interno. Obviamente, o modo como se produz a moradia no bairro, hoje, ainda tem muito de suas raízes em lógicas e privações bastante semelhantes àquelas que regiam a produção da moradia na Favela – assim como vem sendo demonstrado, também, em termos da

próprios moradores, à sua maneira e de acordo com as condições de cada família: “Anos e anos eu fiquei morando no barraco. Anos! Anos eu fiquei morando no barraco. Anos! Nossa!” [dona Dete].

Apesar de realizada a divisão em lotes, a quase totalidade das famílias permaneceu, portanto, morando em barracos – em muitos casos, os mesmos em que viviam antes da urbanização, com exceção daqueles que tiveram que “desmontar” e “montar” seus barracos em outros locais do novo “loteamento”⁷⁰.

*É porque, das pessoas que moravam lá em cima, metade teve que mudar pra baixo. [...] a maioria das pessoas que moravam nesse beco [Beco do Gonzaga] desceu pra a [Avenida] Maranhão. [...] Quando abriram as ruas, quando foi feita a... ah, quando foram feitos os terrenos, que eles dividiram, **foi quando eles falaram que era pra acabar com os barracos, pra ver se montava, se fazia o bairro. Eu acho que foi a primeira mudança que foi feita, no Gonzaga.** [...] eles foram fazendo, eles passaram as máquinas, né, pra... pra aplinar uns negócios, as terras, e repartiram os lotes. Cada pessoa que tinha barraco, cada família, teve direito a um lote. **Aí essas famílias tinham que ir pra esse lote, só que num primeiro momento ninguém teve dinheiro pra construir casa de tijolo, então...** Aí desmontaram o barraco para lá, e montaram... E montaram os barracos pra baixo, no caso deles, eles vieram pra baixo. **Montaram o barraco lá embaixo, então só transferiram o barraco de lugar.** Daí, ali tinha só o banheiro que eles tinham feito no terreno. **Era tudo barraco, não tinha casa de tijolo. As pessoas foram construindo na medida que dava...** [Silmara – grifos meus]*

*Aí que, depois, logo assim, saiu a separação dos terrenos, onde saiu a urbanização. Um pessoal tinha ido pra's 'casinhas', né, que foi o mutirão, e desmancharam [os barracos], daí foi onde eles foram fazendo a divisão dos terrenos. Ali eles construíram um banheiro, só deixaram o banheiro... **E, depois, mais pra frente, quando você tivesse condições, você que ia construir sua casa.** [...] meu pai sempre trabalhou, mas só meu pai trabalhava e não dava para sustentar todo mundo [da família], e **já pra poder construir, né, então foi onde foi faltando um pouco** [de recursos para construir a casa]. [Cláudia – grifos meus]*

Executada como foi, “em tempo recorde”, não causa espanto que a urbanização tenha sido, como já dito, uma intervenção focada muito mais no que as obras representariam politicamente

produção daquele espaço urbano como um todo - e não se encontra, ainda hoje, em acordo com as “exigências da Prefeitura”, como, aliás, grande parte da cidade.

⁷⁰ Em sua maioria na nova Avenida Maranhão, ápice da urbanização, construída às margens da chamada “barroca”, a íngreme encosta que até então não havia sido ocupada pelos moradores. Os desdobramentos da implantação de lotes e moradias nessa área, promovida pelo poder público, serão abordados adiante.

frente ao restante da “cidade”, do que em seus alcances efetivos e nos *direitos* dos moradores, acarretando, já em curto prazo, novas dificuldades para os mesmos, algumas das quais persistem até os dias de hoje.

■ Desdobramentos da urbanização: imposições, privações, rearranjos, apropriações

Alguns depoimentos dos moradores que vivenciaram o processo da urbanização trazem à luz certas memórias de privação associadas diretamente a ele: é o caso, por exemplo, daquelas relativas ao momento imediatamente posterior à intervenção, o qual, ironicamente, representou um retorno a situações vividas nos primórdios da Favela – como a ausência de energia elétrica e a utilização de luz de velas e lamparinas. É o que conta Silmara, que acabava de chegar ao local:

*Aí fez a divisão dos terrenos, daí o pessoal foi morar. Só que aí não tinha a força [energia elétrica]. Não tinha força de jeito maneira nas primeiras semanas que o pessoal desceu pra lá. Só ficava na luz de vela. [...] É, luz de vela. **Quando eles fizeram os loteamentos, que as pessoas mudaram cada um pr'o seu lote, então daí não tinha luz. Porque quando eles moravam nos barracos lá em cima eles tinham luz. Só que era tudo na base da clandestinidade, mas tinha. E aí, quando foi feito o loteamento, que eles tiveram que mudar cada um pr'o seu lote, aí não tinha luz nos primeiros momentos, não tinha luz. Foi quando eu fui morar dentro do Gonzaga. Porque quando fez o loteamento, daí eu tinha engravidado, aí minha mãe pegou e me botou fora de casa... [...] Aí ele [o namorado] já estava no loteamento, não era casa ainda, era barraco.** [Silmara – grifos meus]*

É observável, nas descrições de Silmara sobre sua chegada ao bairro, em 1989, em pleno ato da urbanização, que as obras que ali se realizavam não retiravam do local as marcas do que o fazia ser considerado uma “favela”, visto que não garantiam aos moradores condições básicas de vida na cidade – como o direito à moradia. As situações experimentadas por ela, então uma menina de treze anos, grávida do namorado da mesma idade, aproximam-se em muito de algumas descritas anteriormente por pessoas que chegaram ao local cerca de quinze anos antes da urbanização.

Sua família havia seguido a mesma trajetória de tantas outras, algumas já descritas aqui: apesar de terem uma vida “*meio estabilizada*” em Jales, uma pequena cidade a noroeste do estado de São Paulo, com casa própria e emprego, seus pais arriscaram tudo e vieram para São Carlos, no rastro de seus avós, “*pra tentar a sorte*”. Semelhante às descrições anteriores é

também a rota de deslocamentos pela cidade, com a diferença de que esta não desembocaria na Favela do Gonzaga, mas, sim, em uma pequena casa alugada em um dos limites entre a Favela – já bastante consolidada - e a ‘cidade’: “a parte de baixo da rua era ‘Gonzaga’ e a parte de cima da rua já era [o bairro Jardim] *Pacaembu*”. Apenas Silmara chegaria ao local – apesar de todas as preocupações da mãe, que a proibia de se relacionar com “pessoas da Favela”, um indicativo de que o peso do estigma que assinalava aquela população já se disseminava até mesmo entre os pobres - em função da gravidez precoce, que a levou a morar no barraco de sua futura sogra: seriam mais dois moradores a ocupar o exíguo barraco onde já moravam cinco pessoas. O namorado estava juntando dinheiro para construir dois cômodos e um banheiro para morarem no fundo do terreno, mas a mãe da jovem a expulsou de casa antes que isso se concretizasse.

Daí fui morar com a mãe dele. Fui morar com a mãe dele, e o dinheiro que era pra fazer a casa, essas coisas, a gente tinha que gastar tudo lá dentro da casa da mãe dele, porque já que eu estava morando lá, né, então tinha que ajudar a abastecer. [...] Ai ficamos lá, morávamos eu, ele, a minha sogra, o meu sogro, o meu cunhado e mais um rapaz, que quando eu fui morar lá ele morava lá também. Então eu cheguei lá... Num barraco. Ah, não era nem cômodo de verdade, porque as coisas eram divididas assim, com os móveis, ou com cortinas... Era pequeno, porque era assim, ó: minha sogra aqui, era a cama e o guarda-roupa dividindo uma parede. Aqui ficava o beliche onde os meninos dormiam. E aqui a caminha onde o outro rapaz dormia, que aqui levantava uma parede de madeira também. Foi onde eu passei a dormir, porque quando eu cheguei lá, não tinha lugar pra mim. Ai ele foi dormir no beliche, e a gente [ela e o futuro marido] ficou na caminha dele. Tanto que eu passei a gravidez todinha dormindo na caminha de solteiro. Eu e ele [o futuro marido] juntos.
[Silmara]

As lembranças de Silmara deixam entrever as ambigüidades e percalços de uma urbanização que se anunciara como solução para o ‘problema-favela’, mas que, de fato, satisfazia mais aos *outros*, àqueles para quem a Favela era um incômodo (e que foram unânimes em aclamar a urbanização como um “grande feito”), pois amenizava a *imagem* de precariedade do local, enquanto deixava à sorte dos moradores a possibilidade de melhorarem as condições de moradia. Em alguns casos, mais do que isso, a intervenção produziria novas – e permanentes – dificuldades:

Dona Dete - Falaram que iam tirar a Favela, deram um terreno pra cada um, e a gente construía a casa, né...

*Silmara – Mas eu acho que a princípio não deixou de ser favela não. Continuou sendo favela ainda, só transferiu os barracos de lugar, abriu as ruas e asfaltou. Só tirou os barracos do lugar, continuou, né? **Só enfeitou a Favela**, vamos dizer assim, né? Com as ruas, porque eu acho assim, até*

quando existia barraco... que agora é raro você ver barraco, só tem um barraco ou outro... mas antes, se você descesse, era tudo barraco. Se você pegasse lá do começo da [Avenida] Maranhão até aqui, se você encontrasse cinco casas de tijolo, era muito, era tudo barraco! Barraco e cerca de madeira. Então, pra mim continuava sendo favela.

Dona Dete – Eu acho que de uns cinco anos pra cá que parou, né, Silmara?

Silmara – É, assim, os barracos foram diminuindo não faz muitos anos. Faz pouco tempo. A gente mesmo. [...] a gente ficou anos morando no barraco ainda. Entendeu? E era aquela calamidade, porque lá em cima [onde viviam antes da urbanização], quando chovia, não invadia o barraco, e aqui embaixo [no lote para onde foram relocados], como o terreno era abaixo do nível da rua, **o terreno que eles fizeram**, todo mundo sofria com a enchente. Chovia, alagava. Entrava água dentro de casa, você acordava com a água por aqui. Batendo no meio das suas canelas, água. Você descia quente da cama e acordava naquela água. Nem sabia de onde vinha a água.

Thais – Quer dizer, eles fizeram a urbanização e trouxeram o pessoal para uma área que não estava ocupada ainda, e essa área, de repente, não era tão boa para ser ocupada.

Silmara – Não era boa, porque era abaixo do nível do asfalto que eles fizeram, por conta de movimento de terra, essas coisas... Nem boca de lobo eles tinham feito ainda, nessa época, direito. Tinha assim, uma ou outra, mas era difícil. Então o que acontecia? Ali era o campo [de futebol] e era tudo barranco, a água descia de lá e vinha tudo pra cá. Porque era o normal, né, se era um barranco, chovia... e vinha aquele monte de água vermelha. Quando o tempo mudava, se tivesse coisa no chão, a gente tinha que correr e catar. Isso quando a gente não tinha que levantar o colchão pra não molhar. [...] Porque ia empoçando água, ia empoçando água, a água não saía mais de dentro de casa. Porque não era contrapiso como no outro barraco, era terra ainda. E lá no outro, antes da mudança, não entrava água porque era alto. [...] **Isso tudo depois da urbanização.** Porque isso eu vivi. [...] Chão de terra, demorou pra ter força, então, quer dizer... **eles trocaram na verdade seis por meia dúzia, e depois... a gente saiu perdendo, na verdade.** Porque eles prometeram uma coisa e fizeram outra, eles prometeram dar um cômodo e o banheiro pra compensar a casa que eles tinham feito lá, de material, no mutirão, do lado de lá. Ai eles acabaram dando um banheiro muito do sem-vergonha... tanto que muita gente já... aquele banheiro que eles fizeram nem existe mais, muita gente já destruiu... E ainda puseram as pessoas, nesse negócio, bem no lugar de onde as águas vinham... e vêm até hoje! [...] **Até hoje um monte de gente ainda sofre por causa da enchente.** Por causa de... quem deixou a casa abaixo do nível da rua sofre. Tanto que vira e mexe o pessoal está reformando, você pode ver, está todo mundo querendo subir. [...] a gente tem foto da rua alagada, a rua some quando chove demais! Porque as bocas de lobo não dão conta. As bocas de lobo somem quando chove aqui. As bocas de lobo não dão conta...
[entrevista conjunta com dona Dete e Silmara - grifos meus]

O diálogo acima é fundamental para compreender as distorções e ambivalências que estão no bojo de uma urbanização que, ao pretender simplesmente reproduzir, por sobre aquela ocupação – que, ao longo de anos, fora se moldando ao sabor das vicissitudes impostas pelas necessidades cotidianas e pelas características daquele território, como se viu –, princípios e

padrões de legalidade e ‘normalidade’ urbanas, não se produzirá sem tensões. Repondo, muitas vezes, as difíceis condições de produção e apropriação do espaço para as quais se anunciava como promessa de solução - como no exemplo acima, em que os lotes distribuídos a uma grande parcela dos moradores estariam abaixo do nível das ruas, piorando inclusive suas condições de moradia e acarretando novos custos e perdas para os mesmos – a urbanização acabaria por gerar novos conflitos que se estenderão pelos meandros da infundável tarefa, legada aos moradores, de transformação efetiva da Favela do Gonzaga em “Jardim Gonzaga” e da busca por melhores condições de vida naquele espaço.

Está mais do que claro, portanto, que a intervenção urbanizadora esteve aquém das necessidades e dos direitos daquela população, tendo prorrogado, em muitos aspectos, as condições de vida precárias e as características habitacionais associadas freqüentemente – não apenas pelo senso comum - a uma favela⁷¹, perpetuando estigmas que persistem até os dias atuais. A própria construção de um banheiro, ápice da “benfeitoria” concedida, reeditava o cotidiano de constrangimentos descritos anteriormente, uma vez que não se articulava a melhorias nas condições de moradia⁷².

*Aí o banheiro era lá fora, era na frente, mas pra fora. O barraco era no fundo. Ai, pra usar o banheiro, tinha que ser lá fora. Então, usava lá um penico dentro de casa, porque não dava pra sair à noite porque não tinha luz. Daí eu ficava com vergonha, porque eu nunca tinha usado um penico [risos]. Ai, você tinha que ver **o constrangimento que eu passei na minha vida**, Thaís! Para chegar até aqui. Ai, você não tem noção. Eu morria de vergonha. Eu ficava a noite inteira sem fazer xixi porque eu tinha vergonha. Ai, sabe? Até ir me habituando, me acostumando assim, sabe?*
[Silmara – grifo meu]

Entretanto, a despeito das várias críticas aos moldes e alcances da urbanização, obviamente a chegada de infra-estrutura e a perspectiva de inserção na formalidade urbana representariam, também, avanços nas condições de vida da população local⁷³. A começar pelo fato de que, bem

⁷¹ Veja-se, por exemplo, como se descreve “favela” enquanto uma categoria censitária: “um conjunto de habitações populares de construção sumária, despossuída de conforto” (Valladares, Licia do Prado. *L'invention de la favela*. Lyon: Université Lumiere, 2001 *apud* Piccolo, 2006:331)

⁷² Há que reconhecer que mesmo com obras insuficientes e precárias, a intervenção foi vista, em muitos aspectos, como positiva por alguns moradores, tomando como referência aquela medida comparativa do ‘conforto’, mencionada anteriormente, frente à tamanha precariedade e privação em que viviam até então. Veja-se o depoimento de Cláudia sobre a construção dos banheiros: “É, construíram banheiro, tanto é que o banheiro, depois que construiu, até que ficou bom, porque até então, como a gente fazia todas as coisas naqueles banheiros de tábuas, sabe, a gente era menina, mas mesmo assim tinha perigo antigamente, né? Os homens ficavam olhando a gente tomar banho, então era uma coisa muito chata, constrangedora pra gente que era menina. Ai o banheiro foi uma coisa muito boa”.

⁷³ Essa seria, segundo Silva (2006), a “outra face” de um processo de urbanização que, ao mesmo tempo em que reafirma seu caráter excludente e contraditório, acena para “uma relativa ascensão a melhores condições de vida na cidade”, ou para sua

ou mal, os moradores haviam conquistado uma de suas principais demandas: a divisão e distribuição dos lotes de acordo com a localização dos barracos. Convém ressaltar um dos aspectos dessa conquista, fundamental para os rumos seguintes da produção e apropriação do espaço do “novo bairro”: o fato de que se mantiveram as regiões de vizinhança estabelecidas ao longo de anos de convivência e construção coletiva do espaço na Favela, consolidando antigos e criando novos “pedaços” a partir da abertura de ruas, da relocação de barracos e da reconfiguração da paisagem, e aumentando ainda mais a complexidade e heterogeneidade socioespacial do local, cujas composições foram sendo apresentadas ao longo do trabalho⁷⁴.

Daquela rua ali não tem ninguém mais velho que nós. [...] Nessa rua aqui são os mais antigos... Porque já tinha os pedacinhos que já tinham os barracos, e onde estavam os barracos foi onde cortaram os terrenos. [dona Lourdes]

Na verdade, as pessoas que moram aqui na rua [Maranhão, aberta com a urbanização, para onde foram relocados alguns dos barracos] praticamente todas moravam no Beco do Gonzaga. Que é a Luíza, a Zenita, o seu Murilo, a Bete do Amaral, a Bete morava no bequinho, a dona Diva... [dona Dete]

Além disso, garantida a divisão dos lotes e a fixação de cada família em um deles, desfazia-se – apenas em parte, como se verá a seguir – a situação de incerteza e insegurança quanto à permanência na área, o que fez com que os moradores passassem a investir, na medida do possível e por conta própria, primeiramente na melhoria e ampliação dos barracos e, apenas posteriormente, em sua “substituição por casas de alvenaria”. É o caso da família de Aparecida e Cláudia, que, como tantas outras, continuará vivendo em um barraco até meados da década de 1990, ou seja, mais de cinco anos após a urbanização.

*[...] teve época que tinha aquelas brechas, buracos, **mas depois os barracos foram ficando modernos!** [risos] **É sério!** Depois você já não via mais buraco nos barracos, tampava tudinho. **Foi aperfeiçoando cada vez mais.** Tanto é que eu lembro, assim, que os barracos da minha mãe, quando minha mãe morava em barraco, eram muito feios! Depois já tinha chão vermelho, foi fazendo piso, **foi ficando chique, sabe, os barracos.** Pintava com cal - os barracos mesmo! –*

promessa. De todo modo, como se viu, justamente apoiadas nessa perspectiva é que, pouco a pouco, as políticas públicas destinadas à questão das favelas passaram, perversamente, a se desincumbir da resolução da problemática habitacional, passando a “oferecer prioritariamente os solos construíveis e a infra-estrutura, incitando a comunidade a resolver seus problemas de habitação com o apoio de financiamentos adaptados à sua condição sócio-econômica”, como aponta Sachs (1999:152), ao descrever os objetivos do já mencionado programa Promorar, do BNH, de 1979.

⁷⁴ Caberia destacar, aqui, os novos processos de diferenciação interna entre os moradores que se instaurariam com a urbanização, uma vez que, além da localização de lotes em locais mais ou menos privilegiados (em relação às intervenções) e das diferenças em termos de tamanho dos mesmos, a perspectiva de permanência no local incentivaria o processo de melhorias habitacionais por conta dos próprios moradores, promovidas de acordo com as condições financeiras e familiares de cada um, que, obviamente, não eram homogêneas.

então, foi ficando uma coisa mais moderna, sabe. Não era aquela coisa, como antigamente, que não tinha jeito de você fazer nada, o contrapiso era na terra mesmo... [Cláudia – grifos meus]

Dessa forma, a urbanização sepultava as perspectivas de remoção que sempre haviam rondado a Favela e trazia consigo a promessa de permanência no local, transformando a relação dos moradores com o espaço como um todo e, particularmente, com suas próprias casas. Tornava-se possível pensar em um futuro no local e nele distribuir, gradativamente, os investimentos na melhoria das casas: num primeiro momento, a “modernização” dos barracos, seguida de sua ampliação e, posteriormente, a substituição da madeira pelo tijolo. De uma forma ou de outra, portanto, a urbanização acabaria estimulando a melhoria habitacional⁷⁵, esta sim uma “unanimidade”, mas entre os moradores, responsáveis por tal “feito”.

*Nossa, o bairro mudou bastante! **Melhoria que teve foi de quem mora nas casas, porque quem morava em barraco sofria.** Agora é melhor. Hoje, muitas famílias não sofrem. E [essa melhoria] foi por conta da gente mesmo. Aí cortou os terrenos, e o pessoal: ‘agora o terreno é meu, então vou construir, fazer alguma coisa’... Foi o que a maioria fez. Que até então, o pessoal ficava na dúvida, porque eles ficavam ameaçando, mandavam cartinha, que o prefeito ia tirar, que a terra era de não sei quem, aí ficava na dúvida. Aí, quando eles resolveram, que eles doaram⁷⁶ o terreno pra gente, aí todo mundo se pôs a construir. Quando eles falaram que o terreno era nosso, aí as pessoas decidiram fazer. Daí que foi melhorando. [Aparecida – grifos meus]*

O relato de Aparecida é apenas um entre diversos depoimentos de moradores que destacam as melhorias significativas no local, associando-as não à urbanização, mas à transformação de barraco em casa “de material”: proporcionada, sim, pela segurança decorrente da urbanização, porém – e isso é muito significativo para eles no contexto de suas “lutas” individuais e coletivas em torno daquele espaço⁷⁷ - empreendida pelos próprios moradores. Eis o que, entre tantas transformações e rupturas aqui relatadas, revela-se como uma permanência significativa e continuamente renovada: os esforços e investimentos dos moradores naquele espaço construído e, principalmente, em suas casas⁷⁸.

⁷⁵ E aí está, como apontado anteriormente, a perversidade que consolidou as políticas de urbanização de favelas nos termos de uma “urbanização de baixos padrões”, pois conta com isso para isentar o Estado da garantia de um dos direitos fundamentais do cidadão. Cavalcanti (2007), em estudo sobre a consolidação de favelas cariocas, propõe que “a história da mudança de paradigma das políticas governamentais calcadas na remoção para programas que visam à ‘integração’ da favela à cidade dita ‘formal’ torna-se a história da passagem do ‘barraco’ de estuque para a ‘casa’ de alvenaria”. (p.13)

⁷⁶ Aqui se revela uma questão que será abordada na seção seguinte deste capítulo, que diz respeito às complexas questões de posse da terra, das vendas dos lotes e do processo de regularização fundiária, que até hoje confundem os moradores e permanecem sem solução.

⁷⁷ Conforme apresentado no capítulo anterior.

⁷⁸ Abordagem semelhante, ao tratar da consolidação de favelas cariocas, é feita por Cavalcanti (2007).

No caso da família do marido de Silmara, logo após a urbanização, o barraco se multiplicará, ao invés de ampliar-se ou ganhar melhorias. A família ampliara-se em novos núcleos, e o convívio no pequeno barraco tornara-se insustentável. Era mais uma família que se subdividia e, com a segurança de um espaço próprio delimitado pelo lote, construíram-se ali mais dois barracos: o lote – com o banheiro – que havia sido dimensionado e destinado a uma única família, em menos de três anos já estava ocupado por três barracos, que ali permaneceriam, também, até por volta de 1996.

Daí, quando minha filha tinha um aninho... eu brigava com minha sogra e com meu cunhado, que ele não trabalhava, então eu comprava as coisas pra ela, ele comia. Era aquela briga. Daí eu brigava, daí falei com meu marido que a gente tinha que separar de casa porque não dava certo. [...] Aí a gente separou, mas foi pra barraco também. No mesmo terreno, em outro barraco. [...] Um barraco no fundo. Aí depois meu cunhado casou e fez o barraco dele mais no fundo. Daí eu fiquei no meio. [...] E todo mundo usava o mesmo banheiro. Aí tinha escala pra tomar banho. Ah, e o mesmo tanque... [Silmara]

Assim, apesar das regras estabelecidas, como visto, pelo Estatuto e pelo Regimento Interno da Sociedade Comunitária para a urbanização - “Neste lote, somente poderá ter uma habitação, quer já existente como a ser construída” – desrespeitá-las era condição mesma de permanência da família naquele espaço⁷⁹. E era também decorrência de uma urbanização promovida sem levar em conta as dinâmicas próprias do local, existentes desde o início da ocupação e persistentes até hoje.

Se a divisão em lotes representava, para os moradores, a perspectiva de consolidação daquele espaço e a segurança de que nele permaneceriam, por outro lado, implicava uma readaptação significativa de seu modo de habitar, acostumados que estavam à mescla entre uso privado e coletivo dos espaços, à ausência de limites claros entre o espaço de cada um e o de todos. Para muitos, a delimitação dos lotes reduzidos a que teriam direito diminuía consideravelmente o espaço que estavam acostumados a utilizar cotidianamente, gerando novas apropriações em função de antigos costumes, como, por exemplo, a já descrita situação dos varais que se estendiam sobre os “trios” na Favela, que seria repostas, após a urbanização, tendo agora nas ruas seu lugar.

⁷⁹ A persistência da via de ocupação irregular está, nesse exemplo, intrinsecamente relacionada aos moldes da própria urbanização, constituindo o que Silva (2006:61) denomina de “camadas de uma irregularidade que se reproduz”. Essa questão será tratada mais especificamente na seção seguinte deste capítulo.

*Naquela época, era tudo pedaço de terreno... Não tinha nada aqui. Que nem aqui, quando eu tinha esse terreno aqui, eu pegava esse aí [faz referência ao terreno do lado] pra fazer varal, onde está essa casa aí, pra fazer varal. **Era tudo meu.** Depois veio o engenheiro cortando, e não pôde ter mais. Aí tive que dar espaço pra outras pessoas. **Quem tinha, diminuiu...** É, meu quintal ficou só isso. E quando eu lavo roupa de cama, **eu ponho na rua**, porque não tem onde secar. [dona Lourdes – grifos meus]*

Assim, também a urbanização, como as demais intervenções realizadas pelo poder público até então, traz novamente a inevitável percepção de que toda a espacialidade do ‘Gonzaga’ é moldada pelas relações que se estabelecem – não sem conflitos - entre as práticas espaciais dos moradores e as diversas intervenções do poder público, em movimentos de contraposição, de sobreposição, de imposição, de disputa, de negociação, como já constatado anteriormente.

Nesses movimentos, se para uns os espaços privados se reduziam e forjavam-se novas formas de utilizá-los cotidianamente, muitas vezes estendendo seus usos para os espaços coletivos, para outros estes se ampliavam, também implicando formas peculiares de apropriação e novos processos de diferenciação interna, estimulados, mais uma vez, pela atuação do poder público municipal.

Um fato relevante nesse sentido é que os lotes de parte daqueles cerca de setenta e cinco moradores que tiveram seus barracos transferidos para a Rua Maranhão situavam-se na divisa com a “barroca”, ou seja, praticamente na encosta que delimitava a ocupação da Favela, e que, por sabedoria ou precaução, os moradores não haviam ocupado até então. Para todos os efeitos, em mais um caso de convivência do poder público municipal, tais lotes foram delimitados na frente e nas laterais, mas não ao fundo, de forma que passaram a ser ocupados efetivamente até o limite máximo da encosta, fato que viria a gerar novas intervenções futuras por parte do próprio poder público.

*Dona Dete – A Prefeitura **deu um lote maior.** Aí fomos construindo... Um barraco pra mim, depois... um barraco grande, né, depois o Neno [filho] casou, aí ele fez um pra ele. Do barraco grande, eu separei em dois e a Silmara ficou dividindo na metade. A minha sogra morava antes do banheiro, em um barraco; eu morava pra cá do banheiro, em um barraco grande; aí eu dividi, a Silmara ficou no lado dela, eu fiquei no meu e aí, depois, o Neno casou e fez um barraco mais no fundo.*

Thaís – E podia ir construindo até o fundo?

*Dona Dete – Podia, que o seu Domingos [fiscal da PROHAB] falou assim: que a gente **podia construir até onde dava.***

Silmara – *E ele ainda brincou, disse que se quisesse construir até lá na pedra, implodir a pedra para construir, que poderia também, “pode ir construindo até onde vocês quiserem”. Tanto que tem terreno que, se você olhar, tem construção até lá ‘embaixão’, que eles deram.*

Thaís – *Eles permitiram que vocês fizessem isso. E nunca veio ninguém e falou ‘o limite é até aqui’?*

Dona Dete – **Agora veio** [na atual gestão municipal]. [entrevista conjunta com dona Dete e Silmara – grifos meus]

Casos como o descrito acima, da família de dona Dete e Silmara, em que os barracos foram se multiplicando em um mesmo lote, sendo posteriormente transformados em casas de alvenaria, muitas vezes em situações de risco, são exemplos de um tipo de ocupação “*que nunca termina*”, neste caso induzida pela locação de lotes em uma área explicitamente imprópria para tal⁸⁰. A interpretação de Silmara sobre a situação é bastante lúcida:

*Isso até hoje, né, porque quem tem, quem construiu casa de tijolo, se um filho casa, vai e faz um ‘puxadinho; o outro filho casa e faz mais um ‘puxadinho!’ Então, é assim, nunca termina! Não é que nem aqui [no bairro Jardim Pacaembu], a Cláudia comprou essa casa, o limite do terreno dela é ali e tudo, e já era. Não dá pra construir mais. Lá não, quando foram, como eu te falei, quando fizeram a divisão dos terrenos da Favela, da habitação, do bairro e tudo, o que aconteceu? Eles falaram... que nem o nosso terreno, **que agora eles querem consertar o erro**, eles falaram assim, a Prefeitura chegou, fez a divisão dos terrenos e falou assim: “é tanto de frente, daqui para trás você constrói até onde der, até onde vocês quiserem”. Então... ou seja, as pessoas construíram até lá descendo a ‘barroca’. Porque se você for ver, agora não, com esse Habitar Bid [intervenção mais recente no bairro], agora eles estão tirando [algumas casas da encosta], mas se você visse, antigamente, no quintal da Elvira mesmo, ainda vai até lá ‘embaixão’, na ‘barroca’, entendeu... Isso foi o quê? **Um erro da Prefeitura**, porque se ela tivesse delimitado o terreno, não aconteceria isso, entendeu, a pessoa saberia que era até aquele tanto, ela teria aquela metragem do terreno. Mas não, eles disseram: ‘Vocês constroem até onde vocês quiserem’, o povo foi levando. Que nem, lá na casa da mãe da Cláudia, é mais ‘plaino’ do que no fundo da minha casa, então [a ocupação] foi até mais pr’o fundo, **eles permitiram que o povo fosse até onde desse, e hoje eles querem tirar as pessoas**, as casas que estão passando de um certo limite, por quê? Porque tem que passar a rede de esgoto. Só que você acha assim, **quando vai abrir um bairro, quando cria um bairro, teria que pensar em todas essas coisas, mas eles não pensam, eles vão pensar depois**, depois que aconteceu, depois que estão vendo que vai dar trabalho, porque agora eles vão enfrentar um ‘perereco’ pra tirar as pessoas, porque eles vão ter que pagar, as pessoas nunca vão deixar suas casas... [Silmara – grifos meus]*

Ou seja, a própria forma como se deu a urbanização promovida pelo poder público municipal

⁸⁰ Além de terem, tais lotes, sido produzidos abaixo do nível da rua pela própria urbanização, como já relatado anteriormente.

resultou, mais uma vez, numa forma de apropriação do espaço – moradias nos limites da encosta – que viria, mais recentemente, a ser questionada pelo próprio agente que a estimulou. Ao longo desses movimentos de produção do espaço do bairro – já analisados -, o que se pode apreender é que as intervenções urbanizadoras, como bem observa Silmara, estão sempre se sobrepondo umas às outras, de forma desarticulada e variável, de acordo com os interesses políticos de cada gestão, e quem acaba sofrendo as conseqüências são os próprios moradores, via de regra. Tais intervenções, muitas vezes, adquirem contornos autoritários por trás do propagado aspecto de “benfeitorias” e acabam gerando prejuízos não apenas aos ditos “beneficiários”, como também ao próprio poder público e à cidade como um todo. É o que percebo ao perguntar, na entrevista realizada com Cláudia e Silmara, como se decidira onde seriam instalados os banheiros nos lotes, obtendo esta resposta:

*Cláudia - **Isso eles decidiam**, porque até então eles começaram a medir o terreno, e eles falaram "ó, aqui vai ficar o banheiro", porque depois tinha como você fazer cômodo pra frente e cômodo pra trás, né. Foi onde eles foram fazendo, assim.*

*Silmara - É, mas o banheiro **eles determinaram** que ficasse sempre na frente da casa. Porque, que nem, o da minha sogra ainda existe no mesmo lugar que foi construído, porque a maior parte das pessoas mexeu tanto na casa que mudou o banheiro de lugar. Depois, quando você for lá, você vai ver o tamanho do banheiro, só fizemos algumas mudanças, mas ele continuou do mesmo tamanho e no mesmo lugar que foi construído, ou seja, eles construíram o banheiro na frente de casa, que é onde as pessoas decidem hoje em dia fazer a garagem de casa e, se deixasse o banheiro, daria a garagem e já daria rente a parede do banheiro. **Quer dizer, eles não pensavam que as pessoas poderiam melhorar de vida, ter um carro, querer ter uma garagem e uma casa melhor.** O que está acontecendo hoje em dia. Na cabeça deles, só porque todo mundo tinha barraco, ia permanecer daquele jeito, na idade pré-histórica, pr'o resto da vida, sabe? **A mesma urbanização de hoje** [refere-se à intervenção do Programa Habitar Brasil Bid] **era a de antigamente também, não mudou muito não, o povo** [refere-se à Prefeitura] **não pensa, não.** [entrevista conjunta com Claudia e Silmara - grifos meus]*

Uma decisão autoritária como essa, aparentemente sem importância – afinal, é apenas a localização de um banheiro que foi “concedido” como uma “benfeitoria” do prefeito de então -, quando associada à ocupação induzida da encosta e às práticas espaciais dos moradores relativas à autoconstrução das moradias, terá desdobramentos bastante significativos não apenas nas configurações espaciais do bairro a partir de então, mas também, e principalmente, na vida dos moradores que ali foram situados quando da urbanização, os quais verão renovada

a insegurança dos tempos da Favela, quase vinte anos após a urbanização, como consequência direta da mesma⁸¹.

■ A questão da regularização fundiária

Em se tratando de incertezas e inseguranças, que ao longo de mais de trinta anos vêm sendo a tônica das trajetórias de vida transcorridas no “Gonzaga”⁸², uma questão, também decorrente da forma como se deu essa urbanização, merece algumas considerações à parte: a da *regularização fundiária*.

Desde o início dos velozes trâmites para a urbanização, o problema da ilegalidade da ocupação – nos moldes como fora formulado desde a “descoberta” da Favela - e de como solucioná-la se fará presente. É o que se pode apreender de um ofício encaminhado pela Sociedade Comunitária ao prefeito municipal ainda em agosto de 1989, cujo assunto seria: “solicitação de terreno”. Demonstrando aquela preocupação em viabilizar todas as exigências da SEHAC para a elaboração de convênio, o ofício apresenta o mesmo tom de “urgência” que perpassou todas as etapas da urbanização:

“Para dar prosseguimento ao trabalho de urbanização da Favela do Gonzaga, vimos à presença de Vossa Excelência, no sentido de se determinar a quem de direito, as providências necessárias e em caráter de urgência, para a elaboração de anteprojeto de lei, a ser encaminhado à Câmara Municipal, doando à nossa Sociedade a área de terra onde se localiza a FAVELA DO GONZAGA. [...] Depende [sic] da escritura de doação para que possamos receber a verba do Convênio que deverá ser assinado em breve. Solicitamos Senhor Prefeito, tramitação urgente, pois prometemos aos moradores da Favela que entregaríamos a Favela urbanizada no dia 23/12/89.” (Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 2415/89)

É interessante observar como a questão da posse legal da terra é abordada de forma trivial,

⁸¹ Aqui me refiro, como exemplo, à situação dos banheiros localizados autoritariamente e sem maiores explicações no limite frontal dos lotes, a qual, por um lado, gerou transtornos aos moradores no momento da construção e ampliação de suas casas e, por outro, gerou gastos mal aplicados por parte da Prefeitura Municipal. Mais ainda, gerou consequências ambientais significativas para a cidade, pois a questão do esgoto na encosta do Jardim Gonzaga tornou-se praticamente insolúvel, a não ser sob pena de uma nova intervenção significativa no local, inclusive com remoção de moradias, que chegou a ser anunciada mais recentemente, quando das intervenções do Programa Habitar Brasil Bid, mas ainda não teve maiores desdobramentos. É também a essa problemática que se refere Silmara no depoimento acima.

⁸² Algum tempo após a urbanização, o local passou a ser referido assim por grande parte de seus moradores. Essa forma de nomeá-lo é reveladora do caráter híbrido que lhe seria imposto com a urbanização – não mais uma favela, visto que teria sido urbanizado, mas também não um bairro, visto que a população ainda vivia em barracos e o local não estaria regularizado, permanecendo, de certa forma, na “ilegalidade”. Para o restante da cidade, entretanto, o local seguiria sendo conhecido como “favela”.

como se sua transferência para a Sociedade Comunitária fosse apenas mais um detalhe burocrático a ser cumprido. Todavia a problemática das terras ocupadas pela Favela não seria algo tão simples de ser equacionado, uma vez que estas eram compostas, como se viu, de “duas praças contíguas” pertencentes a dois loteamentos diferentes – Jardim Cruzeiro do Sul e Jardim Pacaembu. O desfecho do processo demoraria mais de um ano, mas, a despeito da ausência de garantias oficiais quanto à perspectiva de legalização da situação do local, o prefeito, em documento divulgado à época da “inauguração” do “Jardim Gonzaga”, assumiu publicamente: “O nosso compromisso [é] de, em breve, entregar-lhes os contratos de cada lote, para a felicidade de todos”⁸³.

Com efeito, somente em setembro de 1990 (cinco meses após a inauguração das obras), a área onde se consolidava, com a urbanização, o “bairro Jardim Gonzaga” seria legalmente “desafetada”, passando a “integrar o patrimônio público municipal disponível”, e doada “com encargos” à Sociedade Comunitária. Tais “encargos” corresponderiam à “regularização do loteamento” e à “venda dos lotes”⁸⁴, segundo condições determinadas pela lei em questão, que já se encontravam há mais de um ano detalhadas no Estatuto e no Regimento da Sociedade Comunitária:

- “a) alienação por escritura pública e pagamento parcelado em até 120 prestações mensais e consecutivas, conforme renda familiar comprovada;
- b) os lotes serão destinados exclusivamente para a construção de unidades residenciais e,
- c) terão prioridade na aquisição dos lotes apenas os moradores no local e que estejam devidamente cadastrados pela donatária”. (Lei Municipal nº 10.346/90)

Assim, apesar de as terras terem sido doadas à Sociedade, isso não significava que os lotes seriam doados aos “associados”: pelo contrário, seriam vendidos a partir de inúmeras pré-condições nem sempre muito favoráveis a eles, como se verá adiante.

Quando das discussões, na Câmara, para aprovação do projeto de lei em questão, uma vereadora (única mulher e única representante do Partido dos Trabalhadores - PT nesse momento) elabora algumas emendas – rejeitadas pela maioria dos vereadores – propondo que a posse dos terrenos fosse cedida aos moradores (uma vez que estes já viviam ali por mais de

⁸³ PROHAB (s/d).

⁸⁴ Bem como o investimento dos recursos de venda dos lotes em melhorias no próprio bairro, segundo cronograma definido pela lei: “a) construção de uma creche; b) construção de um parque infantil; c) construção de um posto de vendas de gêneros de primeira necessidade, pela PROHAB - São Carlos”. (Lei Municipal nº 10.346/90)

cinco anos), por entender que esse deveria ser o objetivo da desafetação, e não a venda dos lotes. Recorrendo aos ideais da “Reforma Urbana” e do “direito à cidade”, ela apresenta, em parecer relativo ao projeto, sua justificativa contra a venda dos lotes - “o dinheiro desembolsado pelos moradores para o pagamento dos mesmos poderia ser utilizado nas construções das casas de alvenaria”⁸⁵ – apontando publicamente a insuficiência da intervenção para resolver o problema da moradia na Favela, bem como a perspectiva de que os moradores é que teriam de arcar com os custos da resolução desse problema.

Como contraponto, a opinião preponderante no debate se apoiará justamente nos termos da relação legal/ilegal, que já havia permeado tantas discussões acerca da Favela, retomando a caracterização da ilegalidade da ocupação como um crime (acionada tempos atrás em função da participação de Rubinho nas origens da Favela, como já mencionado) e desassociando, mais uma vez, a urbanização realizada de qualquer perspectiva de universalização de direitos, ao tratá-la como um “presente”, uma “dáviva” concedida tão somente em função da boa vontade da administração em curso:

“[...] essa área é um bem público e portanto inalienável. Ninguém pode dela se apropriar por meio de uma posse criminosa, como foi o caso da então Favela do Gonzaga. [...] a administração procurou urbanizar essa área, para dar melhores condições de vida aos seus moradores. Agora pretende legalizar essas posses, vendendo-lhes os lotes que hoje ocupam. Referidos moradores terão prioridade para a compra. [...] isso é um presente da administração.” (Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 10 de setembro de 1990)

Diversos documentos nos dão a medida do quanto a urbanização teria sido pensada em função da perspectiva mesma de regularizar aquela situação urbana através de sua transformação em um “loteamento”, representando, para o poder público, a possibilidade de inserção da Favela na “formalidade urbana” e das famílias no universo dos “proprietários”. Sem dar conta da melhoria e da regularização das moradias em si, a urbanização, ao viabilizar a regularização do novo “loteamento”, de alguma forma acabaria, enfim, por incorporar as moradias irregulares à tal “formalidade” através da venda dos lotes – títulos de propriedade - aos moradores.⁸⁶

⁸⁵ Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90.

⁸⁶ Ainda que tanto a urbanização quanto a regularização fundiária de favelas tenham sido pautas fundamentais dos movimentos por Reforma Urbana no país, a convergência entre essas proposições – centradas na conquista de direitos, como o direito à habitação digna e à cidade - e as recomendações de agências de financiamento internacionais frente à pobreza no Terceiro Mundo - que consolidariam os expedientes comumente chamados de ‘urbanização de baixos padrões’, como visto anteriormente - aponta para uma dinâmica perversa em que “as iniciativas estatais de enfrentamento das desigualdades vão cada dia mais se baseando em proposições de curto alcance”. Desincumbindo-se da provisão habitacional para a população de baixa renda, a ‘segurança da posse’ é incorporada pelo poder público como recurso eficaz e “suficiente” para o ingresso do

“Não podemos deixar de fazer contratos, pois a doação pura e simples e sem qualquer participação [note-se que, aqui, a participação se resume no pagamento pelo lote urbanizado] dos favelados ocasionaria o desvirtuamento da nossa missão, que é o desfavelamento e fazer com que cada família sinta-se *participante ativa do imóvel que um dia será de sua propriedade* e assim evitar que se transacione [sic] os imóveis com terceiros e criando a possibilidade de se constituir [sic] novas favelas.” (Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 – grifo meu)

Não há como passar despercebido o fato de que, após mais de um ano se pautando pelo discurso da *urbanização*, sua conclusão evocaria entre os representantes dos poderes públicos novamente a idéia de *desfavelamento*, de certa forma atestando que, por si só, a urbanização não o teria promovido e apostando – ingenuamente? – que a perspectiva de posse dos terrenos, acenada aos moradores através da venda dos lotes e da elaboração de contratos, os transformaria em “participantes ativos do imóvel” e “resolveria”, de uma vez por todas, a situação de irregularidades e ilegalidades que caracterizaria o “favelamento”, incluído aí o componente da precariedade habitacional.

E, para regularizar a situação, nada melhor do que seguir a cartilha que vinha norteando a intervenção até então:

“Concluídos os serviços e cada família devidamente localizada em seu futuro lote, haverá necessidade de *regularizar a situação*, celebrando com cada uma das famílias beneficiadas um CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO⁸⁷ e de conformidade com o que determina o Convênio celebrado com a SEHAC”. (Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 – grifo meu)

Através da celebração de um contrato preliminar com os “sócios da Sociedade (favelados)” que estivessem “devidamente cadastrados e residentes no local”, a Sociedade permaneceria como proprietária dos lotes até que todas as prestações de venda estivessem quitadas, concedendo aos moradores, até lá, o “direito de uso” sobre uma fração dos mesmos. No entanto, não necessariamente tal contrato se faria com todos os moradores: a Sociedade selecionaria entre

‘favelado’ na ‘vida civilizada’, fazendo despertar-lhe o espírito do “pequeno proprietário” [Pulhez, 2007:241-246; Davis, 2006]. Veja-se também a nota 70 no capítulo 1 deste trabalho.

⁸⁷ A Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) foi uma bandeira da luta travada, na década de 1980, pelos movimentos em prol do direito à moradia e à cidade, que teria desdobramentos nas revisões da legislação fundiária vigente (como o Estatuto da Cidade). Entretanto, também seu significado seria distorcido, sendo reapropriado em um contexto de desmonte da política pública habitacional em nível federal, durante o período da chamada Nova República (Cardoso, s/d - veja-se também nota 39 deste capítulo). As lutas dos moradores de favelas contra a remoção compulsória e pelo direito de habitar a terra ocupada foram paulatinamente transformadas em “justificativa legítima para a manutenção da população nas áreas de origem, consolidando, por outro lado, muitas situações de precariedade, em que os moradores acabam permanecendo em núcleos pouco ou mal urbanizados, sob intervenções respaldadas no discurso do “respeito aos vínculos de pertencimento” (Pulhez, 2007:244).

os seus “associados” somente aqueles que tivessem “contribuído com seu trabalho para a realização da urbanização do local e a realização de possíveis obras de infra-estrutura dos terrenos e que tenham condições de melhorar as edificações existentes nos lotes e a quem cederá o direito real de uso dos mesmos.” Além de tudo, para serem “merecedores” da cessão desse “direito”, os moradores ainda deveriam se enquadrar em uma série de regras – algumas já apontadas anteriormente – em especial no que diz respeito à autonomia de uso dos lotes que lhes estariam sendo “cedidos”, bem como de suas próprias moradias, sob pena de perderem tudo o que haviam construído até então⁸⁸:

- os terrenos seriam vendidos aos “associados” que os habitassem entre cinco e quinze anos consecutivamente e, se por qualquer motivo não residissem neles pelo prazo estipulado, perderiam o direito, sem que lhes coubesse qualquer indenização;
- o “associado”, portanto, não poderia, “durante o prazo constante do contrato, [...] sob qualquer pretexto: passar o imóvel [...]; hipotecar, alienar”, nem “alugar, emprestar, ou de qualquer forma ceder a edificação, o terreno ou parte dele a terceiros”;
- além disso, também não seria permitido, “sem prévia autorização da SOCIEDADE”, construir no terreno cômodos ou outras edificações que não constassem dos termos do contrato, do Estatuto e do Regimento Interno: tal “direito de uso” concedido deveria ter a “finalidade exclusiva de neste edificar moradia para habitações próprias e de sua família”;
- o Regimento determina, ainda com mais ênfase, que os lotes seriam “estritamente para moradias familiares, não se permitindo que qualquer lote seja utilizado para ramo comercial ou outra qualquer atividade que não seja residencial”, e avisa: “nos lotes onde exista qualquer comércio ou outra atividade que não seja residencial não haverá qualquer transação. O ocupante do lote ou lotes, de qualquer metragem, terão [sic] o prazo máximo e improrrogável de trinta dias para demolir o que existir no local, sem que lhe caiba qualquer direito de indenização”;
- e, por fim: “o atraso máximo de três prestações consecutivas permitirá à Sociedade tomar as providências legais para o cancelamento do contrato, sem caber ao

⁸⁸ Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90, do qual constam cópias do Estatuto Social e do Regimento Interno da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos, bem como do modelo de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

associado qualquer direito a indenização ou restituição dos valores pagos e das benfeitorias executadas no lote de terreno, objeto do contrato”.⁸⁹

Em síntese, se os moradores permanecessem utilizando aquele espaço da forma como sempre fizeram – construindo mais de uma casa em cada lote, ampliando os barracos, abrindo uma “*birosca*”, utilizando a casa como patrimônio mínimo, em momentos de necessidade, para troca ou venda – ou caso não tivessem condições de começar a arcar imediatamente com as parcelas do lote, seus contratos poderiam ser cancelados e perderiam tudo o que haviam construído até então. Assim, o “Contrato de Concessão de Direito Real de Uso”, ao explicitar formalmente vários aspectos das proibições já contidas no Regimento e no Estatuto, será fonte de ainda mais incertezas do que de garantias de permanência no lote, não oferecendo nenhum tipo de segurança ao morador, pelo contrário:

“A concessão do direito de usar a parte do imóvel objeto do presente instrumento é por prazo indeterminado, podendo a CONCEDENTE [Sociedade Comunitária] *reivindicá-la a qualquer momento* nos termos de seu próprio estatuto social e por desrespeito à finalidade a que se propõe”. (*Contrato de Concessão de Direito Real de Uso*, constante do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 – grifo meu)

“A escritura definitiva somente será lavrada se o beneficiado *cumprir rigorosamente* os termos do contrato e o Estatuto da Sociedade que faz parte integrante do contrato” (Processo da Câmara Municipal nº 1224/90 – grifo meu)

Além disso, por mais que, a certa altura do contrato, a Sociedade literalmente “prometa” vender ao morador, pelo valor de sua avaliação na data de assinatura do contrato, o lote objeto deste - apenas no caso de permanência por cinco a quinze anos consecutivos e “com plena obediência aos termos e cláusulas do presente contrato e do Estatuto Social” – ela apresenta, em seguida, uma outra fonte de insegurança, relativa ao fato de que tal contrato não garantiria a posse dos lotes, mesmo estando quitadas todas as prestações de compra do imóvel, caso não se concretizasse, até lá, a regularização do “loteamento”:

“Caso não seja possível a venda referida nesta cláusula por falta de parcelamento regular do solo, será lícito o (a) CONCESSIONÁRIO(a), sem prejuízo de seus direitos adquiridos, aguardar pela regularização.” (*Contrato de Concessão de Direito Real de Uso*, constante do Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90)

Obviamente, prevendo, de antemão, as dificuldades que seriam enfrentadas para regularizar a

⁸⁹ Idem.

situação daquele espaço, apesar da urbanização, a celebração desse contrato seria, por si só, uma tentativa de instaurar ali algum *marco de legalidade* que, a partir de então, passasse a regular os encaminhamentos posteriores das questões jurídicas que se fizessem presentes. Novamente, e de forma ainda mais contundente, nota-se o quanto as diversas incertezas que rondam aquele universo são produzidas justamente pelas mediações públicas, ou, melhor dizendo, pelas formas com que muitas vezes estas se fazem presentes⁹⁰.

De fato, os moradores que permaneceram no local continuam aguardando, até hoje, pela efetiva regularização fundiária⁹¹ e, conseqüentemente, pela escritura que lhes garanta a posse definitiva do lote, dadas as inúmeras dificuldades que viriam a se impor para sua realização. A começar pelas próprias regras instituídas como condição para a efetivação da posse dos lotes, muitas delas praticamente impossíveis de serem cumpridas pelos moradores, por serem imposições normativas absolutamente descoladas das dinâmicas socioespaciais pré-existentes, como já foi visto. Desta forma, a própria proposta de legalização, do modo como foi idealizada, já trazia latente a impossibilidade mesma de sua concretização.

Além disso, também os próprios moldes como se deu a urbanização, procurando simplesmente sobrepor instrumentos de ordenação urbana a uma ocupação absolutamente espreada no território e consolidada a partir de outras lógicas, gerarão uma série de dificuldades para a regularização – tais como diferenças de tamanho nos lotes, vias e lotes com medidas fora dos padrões mínimos legais etc.

E lá, depois, não deu tempo de regularizar na nossa época, mas nós também fizemos um levantamento de toda a área para dar uma escritura para cada um, porque eles não tinham. [...] A regularização... nós deixamos iniciada, cada lote com sua medida. Precisamos entrar em entendimento com o cartório de registros, com a promotoria, porque não obedeciam às medidas mínimas da lei municipal. [...] Tinha que ter pelo menos cinco metros de frente. Lá tinha uns que tinham oito, outros tinham dez, outros tinham quatro, depois alargava no fundo... A gente foi aproveitando a situação dos terrenos, pra não tirar o pessoal. [José Bento Carlos Amaral]

Some-se a esses obstáculos a constante chegada de novas pessoas e a construção de novos barracos no local, dinâmica estabelecida desde mais de dez anos antes da realização da urbanização e que não cessaria com ela, como não havia cessado também quando da tentativa

⁹⁰ Silva (2006).

⁹¹ Também as “casinhas” construídas durante a realização da primeira etapa do mutirão que pretendia erradicar a Favela ainda se encontram, até hoje, em situação irregular.

de erradicação da Favela. Considerando-se que as condições habitacionais e sociais tidas como “características da Favela” não se transformariam de uma hora para outra, que o local - agora com o mínimo de infra-estrutura urbana - continuaria sendo procurado por aqueles que não conseguiam arcar com os custos de vida na cidade e, mais, que lotes “extras” haviam sido abertos com a urbanização⁹², visando à sua venda para arrecadar fundos para a Sociedade, não é difícil entender a continuidade da expansão da ocupação para além dos limites do “regularizável”.

Thais – [...] e mesmo nesse processo, já fazendo a urbanização, os lotes, asfalto, ainda continuava chegando gente para morar aqui no Gonzaga?

Silmara – Claro!! Porque tiravam os barracos e daí a pouco, não demorava muito, você não lembra, Dona Dete, que você falava que não ia terminar nunca? A gente mudava e daí a pouco aparecia alguém fazendo um barraco... **Que até hoje é assim.** Que a Prefeitura está tentando tirar, acabar com os barracos, mas mesmo assim ainda existe barraco, o povo ainda faz barraco. [Entrevista conjunta com dona Dete e Silmara – grifo meu]

E as dinâmicas de ocupação pautadas na mobilidade de moradores (já descritas quando se tratou da consolidação da Favela) não persistiriam apenas com a chegada de novos moradores, mas também com a saída dos antigos. Essa, sim, a principal dificuldade enfrentada pelo poder público na tentativa de instauração de um marco legal no ‘Gonzaga’: os “negócios imobiliários” que se ampliariam após a urbanização⁹³. Mal esta havia se concretizado, e já se iniciavam os negócios com os novos lotes, num movimento que amplia e dá novos sentidos àquela dinâmica de compra e venda de barracos, até então pautada pela intensa mobilidade dos moradores em busca de melhores condições de vida. Nesse momento, tal “mercado informal” começa a se descolar dessa caracterização e ganhará proporções de especulação

⁹² Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1420/89: “Outra parte de recurso financeiro poderia vir da venda de lotes, existentes na própria área e ainda não ocupados, devido ao desnível do terreno”.

⁹³ Cf. Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 25 de novembro de 1991. A valorização capitalista de terras e a chamada “remoção branca” decorrente das intervenções urbanas em áreas favelizadas foram já abordadas em diversos estudos, como, por exemplo, o de Valladares (1978). Estudos sobre o caso emblemático da urbanização da Favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro, ressaltaram o fato de que a intervenção teria desencadeado mecanismos de mercado que levaram à substituição compulsória de parte dos moradores através da venda de “direitos adquiridos” com a urbanização. Além disso, “participar” do processo de urbanização significava arcar com seus custos, fazendo com que os moradores tivessem de lançar mão de expedientes diversos (como a construção de cômodos para venda e aluguel) para permanecer no local após a urbanização (Valladares, 1983). Nesse sentido, Denaldi (2003) aponta que, a despeito do indiscutível avanço conquistado a partir das lutas pela reforma urbana em termos de novos instrumentos legais de regulamentação urbanística, não teriam sido instituídos “outros mecanismos e instrumentos que efetivamente interferissem no mercado de terras, para ampliar sua oferta e conter sua valorização. Ou seja, conseguimos estabelecer um arcabouço jurídico-institucional para consolidar e regularizar a cidade ilegal, mas não para alterar a lógica de sua formação” (p.196). Veja-se também a nota 60 do capítulo 1.

imobiliária nos anos seguintes, uma vez que a urbanização agregaria valor de mercado àquele espaço, até então não passível de utilização pelo mercado imobiliário⁹⁴.

Em uma carta enviada pela Sociedade Comunitária ao Departamento Jurídico da Prefeitura cerca de um mês após a urbanização, é possível aferir que os contratos com os moradores ainda não haviam sido firmados e que a dinâmica da Favela prosseguia a todo vapor, pondo abaixo todas as “regras” instituídas por estatutos, regimentos e contratos. Enviando em anexo uma “relação dos moradores da *ex-Favela* do Gonzaga”⁹⁵ que haviam sido cadastrados inicialmente, a carta apresenta as dificuldades em implantar os planos para regularizar a situação, uma vez que, por um lado, a maioria dos moradores não possuía qualquer documento de identidade - atestando que a articulação daquele espaço à formalidade e à legalidade urbanas invocavam outras dimensões de civilidade e direitos das quais os “favelados” permaneciam alheios⁹⁶ – e, por outro, parte daqueles moradores cadastrados no início da urbanização, com quem se fariam os contratos, já haviam deixado o local, negociando seus lotes com novos moradores.

“Para conhecimento de V. Senhoria, informamos que, dos nomes relacionados, muitos, ou seja, mais ou menos uns vinte, já negociaram o terreno, passando-o para outras pessoas que *não terão qualquer direito legal*. Vamos fazer os contratos com as famílias que estavam cadastradas na época do início dos serviços e, se assim não for, nunca conseguiremos *terminar com os favelados*”.⁹⁷ (Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 – grifos meus)

Em anexo à carta, segue ainda um aviso – quase desesperado - que seria encaminhado ao “Senhor morador do Jardim Gonzaga – *Antiga Favela* do Gonzaga”, através do qual a Sociedade Comunitária alertava os moradores quanto à ausência de validade das negociações com os lotes (a despeito dos contratos ainda não terem sido firmados!), ameaçava recorrer à “Justiça” para intimidar os novos moradores e exortava os antigos, mais uma vez, a “defender o seu patrimônio”: “LEMBRE-SE [sic]: Esse bairro é de vocês, os devidamente cadastrados, DEFENDAM O SEU PATRIMÔNIO.”⁹⁸

⁹⁴ Gonçalves (2006).

⁹⁵ Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 (grifo meu).

⁹⁶ Silva (2006).

⁹⁷ É interessante observar a perspectiva, implícita na tentativa de regularização da situação do ‘Gonzaga’, de que, transformando-os em “proprietários”, a urbanização conseguiria “terminar com os favelados”.

⁹⁸ Cf. Processo da Câmara Municipal de São Carlos nº 1224/90 (grifo meu).

Assim, num movimento já bastante apreendido ao longo desta caminhada pelas trilhas do processo de formação e consolidação do ‘Gonzaga’, as intrincadas relações entre a urbanização (e a tentativa de instauração de um marco legal), de um lado, e os rearranjos, negociações e resistências dos moradores, de outro, estimulariam a reposição de novas irregularidades na construção daquele espaço. A própria intervenção realizada pela Prefeitura, portanto, determinaria a imposição de novas dificuldades para a incorporação do ‘Gonzaga’ à formalidade e à legalidade urbanas.

Essas novas camadas de irregularidades que se construiriam a partir da urbanização serão amplificadas ao longo de toda a década de 1990, não apenas envolvendo os trâmites burocráticos e as negociações cotidianas relativas à perspectiva de regularização fundiária, ou novos processos de ocupação e favelização induzida do local, mas também outros elementos que se tornariam constitutivos do espaço e das representações sobre o ‘Gonzaga’ nas próximas décadas: a presença crescente do tráfico de drogas e da criminalidade.

■ ■ ■ ■ ■

A urbanização - e a promessa de regularização daquele espaço que ela trazia consigo – não lograram desconstruir o universo de incertezas, inseguranças e arbitrariedades que constitui o processo histórico de produção do ‘Gonzaga’ desde suas origens. Após tal intervenção, a década de 1990 veria um novo ‘boom’ de ocupações naquele espaço, também estimulado por representantes do poder público municipal⁹⁹, que, desde então, passaria a figurar com frequência na mídia local¹⁰⁰ em função não apenas da intensificação das ocupações e das renovadas situações de risco e precariedade dela decorrentes, mas, principalmente, da sua criminalização, associada à presença do tráfico de drogas no local. O recém-criado “Jardim

⁹⁹ O mesmo Rubinho mencionado anteriormente, eleito prefeito em 1993, estaria envolvido no novo processo de ocupações no local, conforme depoimentos de moradores e atas e processos da Câmara Municipal de São Carlos consultados.

¹⁰⁰ Vejam-se, por exemplo, algumas manchetes de jornais do período: “**Famílias estão em situação de risco no Jardim Gonzaga. Defesa Civil constata perigo após visita ao local. Esgoto a céu aberto e lixo causam doenças às crianças**” (Jornal A Notícia, 03 de setembro de 1997); “**Administração: Chuvas fazem com que 15 casas de São Carlos sejam desocupadas**” (Folha de São Paulo, 02 de fevereiro de 2001); “**Polícia faz megablitz mensal em São Carlos (SP)**” (Folha de São Paulo, 20 de setembro 2002); “**Criminosos podem ter fuzis em São Carlos. Dois fuzis nas mãos de criminosos de São Carlos. Esta informação foi passada à Polícia Militar são-carlense por algumas fontes que apontaram o bairro do Jardim Gonzaga como o lugar onde poderiam estar estas armas**” (São Carlos News, 10 de maio de 2003); “**Gonzaga enfrenta dificuldades habitacionais. Apesar de investimentos no bairro, moradores reclamam assistência em relação a moradia e esgoto a céu aberto; secretário admite bairros abaixo da pobreza**” (São Carlos News, 01 de setembro de 2005); “**Gonzaga: entre o pouco e o pouquinho mais. Bairros periféricos de São Carlos abrigam bolsões de pobreza com uma população carente, que clama por melhores condições**” (São Carlos News, 05 de fevereiro de 2005).

Gonzaga”, embora urbanizado, permaneceria carregando o estigma de “favela”, caracterizando-se ainda como um dos principais “problemas” da cidade.

Nesse contexto, desde o final dos anos 1990, uma série de novas intervenções públicas se fará naquele espaço, algumas de caráter bastante pontual (como pavimentação de vias, construção de escadarias de acesso etc.); outras mais incisivas, como remoções de moradores para outros bairros da cidade e construção de novas moradias através de mutirão, culminando, mais recentemente, em uma intervenção de maior porte na área: a realização de uma “urbanização integrada” segundo as normativas modelares do Programa Habitar Brasil Bid¹⁰¹.

Assim, ao longo da década de 1990 e início da atual, em um contexto de significativas mudanças conjunturais e estruturais de âmbito nacional (e seus desdobramentos em escala municipal), a associação entre as transformações socioespaciais desencadeadas pela urbanização, a reprodução de ocupações favelizadas, a crescente presença do tráfico de drogas, a nova seqüência de intervenções promovidas pelo poder público, os contínuos movimentos de apropriação por parte dos moradores e de rearranjos nas dinâmicas socioespaciais locais irá resultar em transformações significativas e aceleradas no processo de produção e apropriação do espaço do ‘Gonzaga’.

São inúmeros e complexos os elementos, os atores, as mediações e as disputas que regem essas transformações mais recentes, as quais esta pesquisa não pretendeu abarcar. Estas anotações finais tentam apenas puxar alguns fios dessa nova fase do processo histórico de produção e apropriação do espaço do ‘Gonzaga’ que, continuamente reelaborado a partir de suas permanências e rupturas, encontra-se ainda em constante formação e transformação: é, pois, possível desdobrar esse campo de estudo em diversos outros. Este se encerra aqui, seguido apenas de algumas considerações finais.

¹⁰¹ Tal Programa, de iniciativa federal, foi criado ainda durante o governo Itamar Franco (1992-1994), num contexto de desarticulação extrema das políticas habitacionais (período pós-BNH), e “incorporava em seu desenho institucional estratégias de gestão que norteariam, em boa medida, as políticas para habitação desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 1990: a participação direta das prefeituras, a valorização das organizações comunitárias e, principalmente, o consenso de que a manutenção dos assentamentos precários poderia (e deveria) ser a “solução” para o gigante em que se havia transformado o problema da moradia popular no Brasil” (Pulhez & Rosa, 2007:10). Resultado de um contrato de empréstimo entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa voltava-se para o “desenvolvimento institucional dos municípios” e o “melhoramento de bairros” considerados precários, insalubres e que se encontrassem dentro dos critérios definidos pelo Programa – e, portanto, pelo BID – para a destinação de verba. Caberia ainda ressaltar que, a despeito das diversas intervenções públicas realizadas no local ao longo de mais de duas décadas, algumas das quais apresentadas neste capítulo e no anterior, o *Jardim Gonzaga*, ainda assim, encaixou-se nas exigências do Programa, a saber: ser área ocupada por “assentamento subnormal” há mais de cinco anos; ser considerado, pelo município, um assentamento subnormal prioritário para intervenção; conter no mínimo 60% das famílias com renda até três salários mínimos; ser área em situação de risco, insalubridade ou legalmente protegida (Ministério das Cidades, 2001; 2004).

imagens capítulo 3 ■



Imagens 28 e 29. Reuniões iniciais entre moradores e técnicos para a realização da "primeira etapa do mutirão de desfavelamento". 1986.



Imagens 30, 31, 32 e 33.
Início do mutirão. 1986.





Imagens 34, 35 e 36. Mutirão, 1987 e 1988. Cabe destacar a ausência de urbanidade no entorno do mutirão, que permaneceria "isolado" durante alguns anos, bem como as primeiras diferenciações entre as casas padronizadas do mutirão, além de uma primeira casa que já começava a ser construída na área livre em frente ao mesmo.



Imagens 37, 38 e 39. Barracos de alguns moradores que participaram do mutirão sendo desmontados. 1988.



Imagem 40. Reunião de moradores no fim da década de 1980, quando da mobilização pela urbanização.



Imagem 41. Vista da Favela em 1989.



Imagem 42. Reunião para início da urbanização. 1989.



Imagens 43, 44, 45. Obras de urbanização. Máquinas e materiais de construção em meio ao dia-a-dia dos moradores na Favela. 1989.



Imagem 46. Obras de urbanização. Construção das “unidades sanitárias”. Observe-se a proximidade entre elas. 1989/1990.

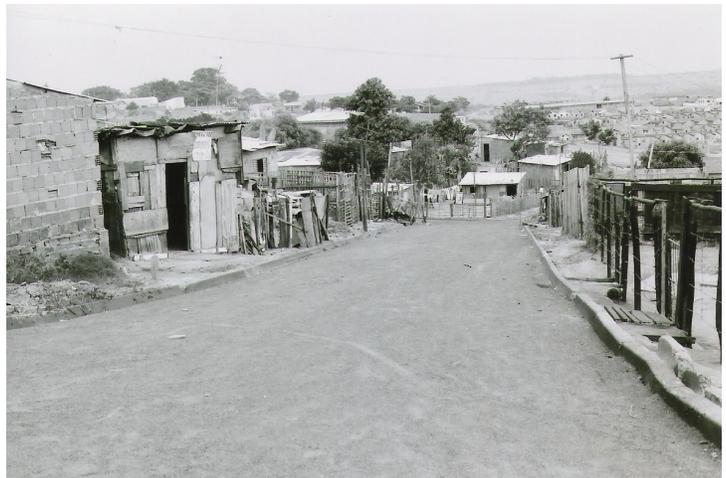


Imagem 47. Reta final das obras de urbanização. Infra-estrutura mínima instalada, sem alteração nas moradias. Note-se a largura do que seria uma “calçada”. 1990.



Imagem 48. Crianças se divertem na nova rua aberta, ainda não pavimentada. 1990.



Imagens 49, 50. Evento de “inauguração” da urbanização. Observem-se os barracos que permanecem ladeando a rua recém-aberta. 1990.



Imagem 51. Palanque da “inauguração”, que contou com a presença de diversos políticos municipais e estaduais, bem como representantes da Igreja Católica. Numa das faixas atrás do palanque podemos ler: “Graças a Vadinho conseguimos um lar”, o que não deixa de ser um paradoxo, pois a urbanização não interveio nas moradias, como visto. 1990.

ONTEM: FAVELA DO GONZAGA



HOJE: JARDIM GONZAGA



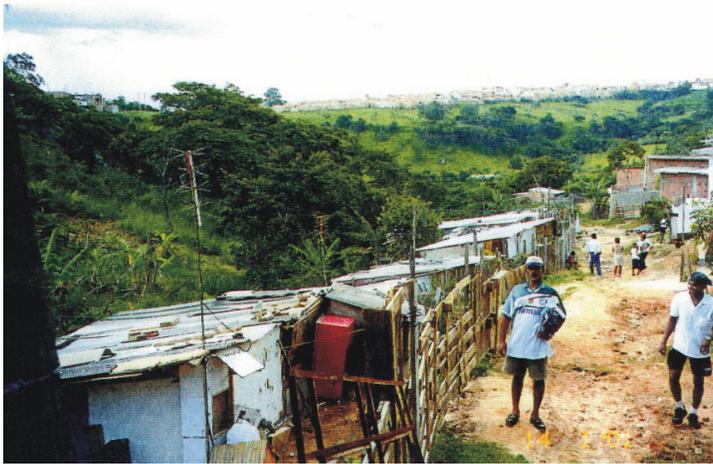
Imagem 52. Panfleto divulgado pela PROHAB à época da "inauguração" da urbanização. Na imagem do local urbanizado é possível observar, na parte superior, as moradias que foram transferidas para a beira da encosta; ao centro, a área onde havia uma nascente, deixada livre visando à construção de uma creche que, não concretizada, seria apropriada pelos moradores como campo de futebol, e no canto inferior esquerdo, uma área pertencente ao "Jardim Gonzaga", não urbanizada, que seria ocupada pouco tempo após a urbanização, por volta de 1993/1994.



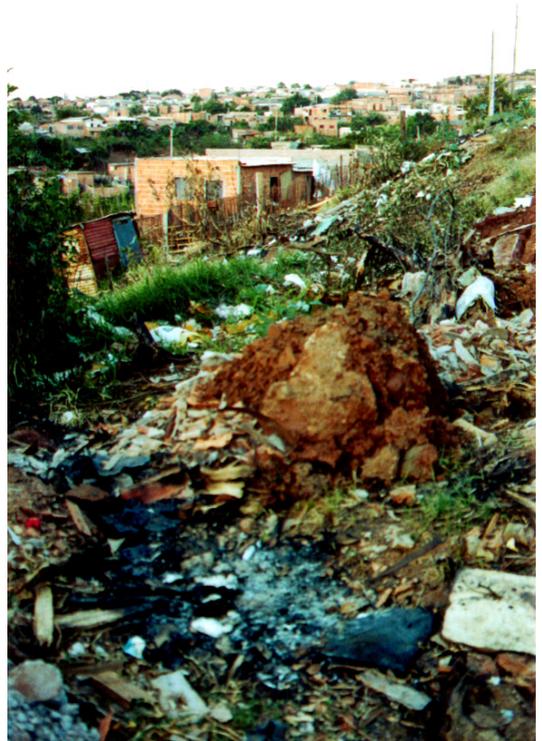
Imagens 53, 54. Área livre na Favela, onde se localizava inicialmente uma mina d'água (foto da década de 1980), apropriada pelos moradores como campo de futebol após a urbanização (foto da segunda metade da década de 1990). O 'Gonzaga' já chegou a ter mais de sete times de futebol, sendo uma atividade ainda bastante presente no bairro. Recentemente (em 2006, através da intervenção promovida no âmbito do Programa Habitar Brasil Bid), essa área foi completamente modificada com a construção do que foi denominado ECO – Estação Comunitária, composta por Posto de Saúde da Família, Centro Comunitário e quadra coberta, sendo murada, cercada e mantida hoje sob controle da Prefeitura Municipal, com quem os moradores vêm disputando ativamente o uso desse espaço.



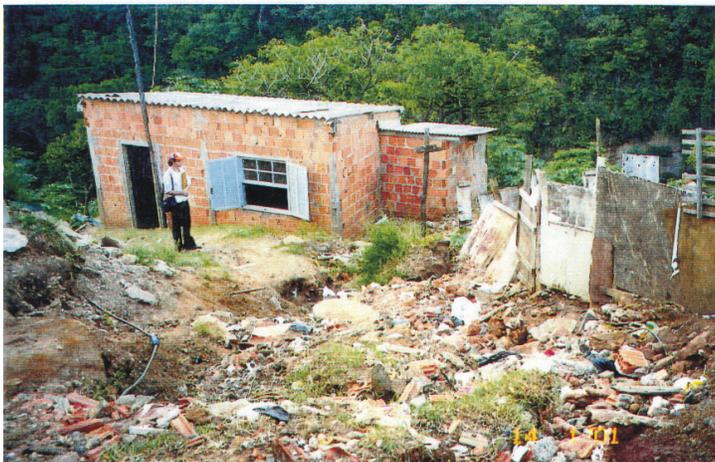
Imagens 55, 56, 57. Vistas do 'Gonzaga' na segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000. Note-se que, apesar da consolidação definitiva do bairro na paisagem local, ainda é muito significativa a presença da natureza.



Imagens 58, 59, 60. Ao longo de toda a década de 1990, após a urbanização, uma série de novas ocupações ocorreu no 'Gonzaga', com instalação de barracos bastante precários e em áreas de risco. Imagens dos primeiros anos da década atual. Alguns desses barracos seriam removidos e seus moradores inseridos em um programa de construção de habitações por mutirão em um loteamento social no outro extremo da cidade.



Imagens 61, 62. Imagens desoladoras do 'Gonzaga' após a urbanização. Final da década de 1990 e início da atual.



Imagens 63, 64 e 65. Persistência de condições precárias e inseguras de moradia; observe-se também o acúmulo de lixo. Final da década de 1990 e início da atual.



Imagens 66, 67. Persistiu também, após a urbanização, a precariedade da infraestrutura e dos espaços de uso público. Final da década de 1990 e início da atual.



Imagens 68, 69, 70. Persistência de práticas e necessidades cotidianas que remontam às origens da Favela. Muitos moradores ainda dependem do escasso trabalho agrícola temporário para sobreviver. Final da década de 1990 e início da atual.



Imagens 71, 72, 73. Visões do 'Gonzaga' ao final da década de 1990 e início da atual. Modos de apropriação do espaço pelos moradores.



Imagens 74, 75, 76. Visões do 'Gonzaga' ao final da década de 1990 e início da atual. Modos de apropriação do espaço pelos moradores.



Imagens 77, 78. Visões do 'Gonzaga' ao final da década de 1990 e início da atual. Modos de apropriação do espaço pelos moradores.



Imagens 79, 80, 81. Visões do 'Gonzaga' ao final da década de 1990 e início da atual. Novas intervenções e serviços públicos: linhas de ônibus, creche, vias e acessos etc.



Imagens 82, 83. Visões do 'Gonzaga' ao final da década de 1990 e início da atual. Um espaço cuja produção se faz continuamente em ato.

considerações finais ■

Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano

Ao propor investigar uma questão já tão debatida como a *produção do espaço urbano* a partir das favelas e periferias, este trabalho tomou como pressuposto entendê-la de forma indissociável da *apropriação* que se faz desses espaços. A produção e a apropriação do espaço nas favelas e periferias urbanas foram, portanto, encaradas como *processos históricos* construídos por *atores sociais reais*, numa multiplicidade de *relações*, sob condições e contextos diversos e através de *práticas cotidianas* permeadas de *constrangimentos, conflitos, disputas, negociações e invenções*.

Essa perspectiva trouxe à tona a necessidade de se repensarem as formas de compreender tais espacialidades, bem como as tramas sociais que as produzem: significou encarar a cidade, e suas favelas e periferias, não apenas como *conceitos*, mas como “*campo de práticas*”¹, aqui entendidas segundo a interpretação de Certeau (1994), para quem as práticas cotidianas são constituídas tanto através do *diálogo permanente entre passado e presente*, como da justaposição das dimensões qualitativamente heterogêneas de *espaço e tempo*².

Nesse sentido, os capítulos anteriores deste trabalho, especialmente o segundo e o terceiro, procuraram demonstrar que uma *abordagem processual e histórica* da produção de favelas e periferias urbanas, entendidas como *fenômenos em formação*, como *tramas em constante transformação*, pode revelar não apenas algumas das *continuidades e rupturas* que ao longo dos últimos trinta anos se estabeleceram frente às dinâmicas socioespaciais que as produzem, mas, principalmente, as *relações entre permanência e mudança* que as constituem historicamente.

¹ Cf. RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1978 *apud* Telles (2005). Dialogando com este mesmo autor, também Lepetit (2001) irá propôr, em vários de seus textos, que se encare a cidade como uma “*categoria da prática social*”.

² Segundo Certeu (1994), as práticas cotidianas seriam um misto de ritos e bricolagens, manipulações de espaços, operações de redes, expectativas, negociações e improvisações determinadas pela *circunstância* e pela *urgência conjuntural*. A noção de circunstância associa-se à idéia de *ocasião*: aspecto fundamental das práticas cotidianas seria sua relação com a *ocasião* e, portanto, com o *tempo e o espaço*, justamente por evocarem “*um movimento temporal no espaço*”.

As trilhas teóricas percorridas ao longo do primeiro capítulo foram imprescindíveis nesse sentido, uma vez que tornaram possível compreender alguns dos processos de construção não somente dos fenômenos urbanos das favelas e periferias em si, mas também das representações sobre eles, bem como sua transformação em objetos de estudo, em conceitos e designações genéricas – “favela”, “periferia”, “cidade informal”, “cidade ilegal” etc. Apreender, no estudo de caso do ‘Gonzaga’, tanto suas inúmeras continuidades, quanto as mais recentes rupturas frente a esses fenômenos somente se fez possível tendo tal plano de referências ao fundo.

A percepção de que os próprios conceitos de *favela* e *periferia* trariam, desde sua origem, uma abordagem dicotômica da cidade, somada à compreensão dos modos pelos quais disputas políticas teriam trazido a público os debates sobre tal abordagem, assim como dos deslocamentos perversos que se fariam de seus sentidos mais recentemente ofereceram subsídios para o enfrentamento do caso aqui estudado. Ao constatar que uma *gama complexa de relações* seria continuamente estabelecida entre cada um dos supostos pólos que compõem essa abordagem - sejam eles cidade/favela, centro/periferia, cidade formal/cidade informal, cidade legal/cidade ilegal – e que tais pólos se materializariam, no espaço urbano estudado, através de *intervenções urbanas promovidas pelo poder público*, por um lado, e de *usos e apropriações populares e cotidianos*, por outro, tornou-se evidente para a pesquisa que tais *relações* (e as *práticas* inerentes a elas) poderiam ser um campo fértil para o estudo das favelas e periferias – e, conseqüentemente, da cidade - enquanto *produtos sociais históricos*, levados a cabo por um ambivalente e multifacetado jogo de atores.

O capítulo que aqui se inicia pretende percorrer pontos abordados nos capítulos anteriores, buscando articular melhor algumas das discussões pelas quais eles passam. Não se trata de reconstruir, entretanto, todas as reflexões e argumentos apresentados ao longo do trabalho, nem de procurar apresentar “comprovações conclusivas”: espero apenas, com estas considerações finais, conseguir sintetizar brevemente algumas das questões caras a este estudo e, quem sabe, introduzir nuances em um debate que nunca se esgota.

■ Foco em um *processo situado*: o ‘Gonzaga’ como “laboratório urbano”

A escolha do espaço do ‘Gonzaga’, localizado em São Carlos – SP, como campo privilegiado deste estudo partiu, desde o início, da premissa relativa à escala de observação a ser adotada, que pretendia priorizar a *abordagem em profundidade de um processo situado*³. Tal escolha se fez, por um lado, devido à possibilidade de compreender a produção do espaço nas favelas e periferias para além dos circuitos metropolitanos, visando a distanciar-me das designações genéricas sobre as mesmas, quase sempre pautadas por modelos elaborados a partir das metrópoles paulistana e carioca; por outro, em função justamente das particularidades que constituem o processo histórico de produção do espaço em questão e que, olhadas mais de perto, pareciam embaralhar conceitos e classificações - como “favela”, “periferia”, “bairro de trabalhadores”, “gueto”, “favela urbanizada”, “periferia consolidada” etc. - e redefinir limites e fronteiras entre o “legal” e o “ilegal”, o “formal” e o “informal”, o “centro” e a “periferia” ou a “favela” e a “cidade”, conjugando *mediações* apenas perceptíveis no nível dos diversos *trânsitos locais*.

Em busca de apreender o processo analisado a partir dos *jogos de relações e conexões* que simultaneamente atualizam e transcendem o seu caráter local, o caso estudado se mostrou bastante profícuo: algumas das reflexões aqui propostas somente se fizeram possíveis por direcionarem o olhar para uma cidade da escala de São Carlos, com suas conjunturas específicas e com articulações socioculturais, políticas e espaciais próprias de sua dimensão urbana. Foi bastante significativo perceber como, numa cidade dessa escala, o surgimento de uma favela em meio a loteamentos periféricos teve implicações que repercutiram – e continuam repercutindo - nas suas mais variadas esferas, envolvendo diversos atores e acabando por conjugar, direta ou indiretamente, grande parte das questões urbanas locais nas últimas décadas.

De fato, não há como passar despercebido o *papel emblemático* que a “Favela do Gonzaga” assume numa cidade como São Carlos, e o *aspecto simbólico* que adquirem, nesse sentido, as diversas intervenções promovidas pelo poder público naquele espaço. As histórias reconstruídas nos capítulos 2 e 3 vão, aos poucos, revelando como um espaço, considerado

³ Telles (2005) utiliza a expressão “processos situados” para definir processos que operam em *situações específicas de tempo e espaço*.

durante décadas - e, de certa forma, ainda hoje – “a única favela da cidade”, foi transformado em um verdadeiro “laboratório” das políticas urbanas municipais (ou da ausência delas) ao longo de quase trinta anos, ou, mais precisamente, de sete gestões municipais: desde o “incentivo” inicial à ocupação por representantes do poder público; passando por intervenções pontuais e clientelistas que levaram ao rápido desenvolvimento da Favela; seguidas de posturas de erradicação e desfavelamento que culminaram na constituição da PROHAB e na realização do primeiro mutirão habitacional da cidade; chegando à concretização de uma “urbanização inédita na região” e à prometida regularização fundiária; reeditando, mais recentemente, as tendências remocionistas e as intervenções pontuais; culminando, finalmente, em uma ‘nova’ “urbanização integrada”, nos moldes do Programa Habitar Brasil Bid.

Nesse sentido, as histórias sobre a produção daquele espaço acabam por contar muito, também, ainda que indiretamente, sobre as posturas e políticas estatais empreendidas no país frente aos espaços de moradia dos pobres nas cidades – mais precisamente às favelas e periferias⁴. Contudo, se, por um lado, fica patente o quanto essas histórias conectam a Favela do Gonzaga com os diversos “períodos” e formas de enfrentamento da questão em âmbito nacional, trazendo à tona alguns dos jogos de conexões que transbordam sua esfera local, não há como negar, por outro, que esses jogos terão contornos delimitados em função de seu contexto situado na cidade de São Carlos, cujas conjunturas e tramas sociais específicas se desenvolvem em uma escala que faz toda a diferença nos rumos da produção e apropriação daquele espaço e da cidade como um todo, conforme apresentado nos capítulos 2 e 3.

Chama a atenção o fato de que, a despeito daquela seqüência considerável de ações do poder público, continuamente se reponham e se atualizem os parâmetros de insegurança e incerteza que permeiam as trajetórias dos moradores na produção daquele espaço, em um movimento quase espiralado: trata-se de um “problema” que nunca se “resolve”, sempre renovando a necessidade de novas intervenções e reeditando estigmas há muito construídos. Isso se articula, em grande medida, ao fato de que todas as intervenções públicas ali promovidas se fizeram acompanhar, de formas e por caminhos variados, de incontestes ambigüidades entre legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade, atestando o quanto “a cidade” e “sua única favela”, na prática, produzem-se simultânea e profundamente entrelaçadas, ainda que

⁴ Não é meu objetivo, aqui, apresentar um panorama do contexto nacional de enfrentamento da questão, até porque algumas das conexões consideradas relevantes, bem como uma gama de trabalhos que se debruçaram especificamente sobre o tema já foram apresentadas ao longo dos capítulos anteriores.

sob condições bastante distintas⁵. Ao olharmos para a produção daquele espaço em perspectiva histórica, aparece claramente uma conjugação particular entre precariedades urbanas, intervenções públicas e uma malha de ilegalidades⁶ que embaralham, na prática, algumas daquelas dicotomias que compõem, conceitualmente, rígidas fronteiras entre duas formas de produção da cidade.

Retomando brevemente algumas das ambíguas mediações públicas adotadas pelas distintas gestões municipais frente à produção daquele espaço nas últimas décadas (mesmo quando se faziam parecer ausentes) – como aquelas presentes já nas próprias origens da ocupação; nos processos de instalação de infra-estrutura pontual e precarizada; na realização parcial de um mutirão habitacional não regularizado; ou na tentativa de transformação da Favela, através da urbanização, em um loteamento popular - veremos, de fato, o Estado aparecer não apenas como *gestor*, mas também como *produtor* de parcela significativa das múltiplas camadas de irregularidades e informalidades que constituem aquele espaço urbano.

Assim, no caso estudado, embora devesse soar absurdo tendo em vista as condições precárias em que se produz o espaço do ‘Gonzaga’ ainda hoje, parece evidente que não se trata efetivamente de um “*território sem Estado*”: é inegável, em perspectiva histórica, a *presença* do Estado ao longo de todo o seu processo de produção⁷, mesmo que as formas de ação por ele adotadas evoquem contradições e perversidades as mais diversas.

Entretanto, como espero ter deixado claro ao longo dos capítulos 2 e 3, não se pretendeu interpretar tal *presença* de forma absoluta; ao contrário, interessaram-me os *jogos de mediações* estabelecidos, ao longo de todo o processo de produção e apropriação do espaço do ‘Gonzaga’, justamente a partir das *relações entre práticas* dos poderes públicos e dos moradores, entre intervenções públicas e apropriações populares, buscando entender como esses jogos operam, como se articulam e, acima de tudo, *como se espacializam*.

⁵ Um exemplo claro disso é a primeira intervenção do poder público na Favela, que, apesar de extremamente pontual, é referência marcante, entre os moradores, do processo de consolidação daquele espaço na cidade: a demarcação material - através da instalação de uma torneira - de uma fronteira física e simbólica entre “favela” e “cidade”, se, por um lado, atestava o isolamento e a diferença daquela em relação a esta, por outro produzia sua interpenetração e reafirmava a permanência da Favela na própria cidade.

⁶ Telles (2006a:105). O ápice dessa conjugação, no caso do ‘Gonzaga’, seria a tentativa de instalação de um marco legal naquele espaço, através do processo de urbanização e regularização, cujas intrincadas relações com os rearranjos, negociações e resistências dos moradores acabaram gerando a reposição de ainda maiores irregularidades na construção daquele espaço, bem como de novos limites e dificuldades para sua incorporação à formalidade e à legalidade urbanas.

⁷ Para abordagens próximas a esta vejamos, dentre outros: Telles & Cabanes (2006) e Silva (2006).

■ Jogos de mediações: *relações entre atores na produção do espaço urbano*

Ao encarar um fenômeno urbano como o 'Gonzaga' a partir da consideração de sua *historicidade*, tornou-se evidente, para a pesquisa, que aquele espaço somente se moldou, sua produção somente se fez possível, através de *mediações diversas* estabelecidas entre interesses, posturas e práticas de diversos atores. As histórias reconstruídas nos capítulos 2 e 3 revelaram a *complexidade de relações* estabelecidas, por exemplo, entre os próprios moradores, entre algumas esferas do poder público e entre os moradores e o poder público municipal, as quais são constituintes do processo de produção do espaço do 'Gonzaga'.

Interessa especialmente, aqui, retomar de forma breve algumas dessas relações, mais propriamente aquelas estabelecidas entre as intervenções promovidas pelo poder público e as práticas e apropriações dos moradores, considerando que nem bem o Estado se fez totalmente ausente ou absoluto, nem bem a produção e a apropriação daquele espaço se fizeram de forma exclusivamente autônoma ou passiva pelos moradores.

Se a pesquisa trouxe à tona o quanto o processo histórico de produção do espaço do 'Gonzaga' se articula - direta ou indiretamente - com uma cronologia de três décadas de gestões municipais (com todas as suas mediações e conexões políticas que extrapolam os limites da localidade), por outro lado, fez aparecerem com muita força as variadas maneiras através das quais essa articulação repercutiu nas práticas espaciais⁸ dos moradores no dia-a-dia na Favela. Tornou-se possível compreender, nesse sentido, que tal processo se estruturaria em *movimentos* impulsionados em grande medida pelas relações entre as intervenções públicas e as apropriações por parte dos moradores.

Não há, necessariamente, uma direção de mão única nos trânsitos constantes entre as práticas que conjugam tais relações: em alguns movimentos, por exemplo, dinâmicas e arranjos socioespaciais pré-existentes podem ser deslocados ou sobrepostos por intervenções urbanas de caráter autoritário; em outros, a imposição de novos contornos e normas ao espaço por tais intervenções podem sucumbir a rearranjos diversos e imprevistos, resultantes das apropriações cotidianas do mesmo.

⁸ Certeau (1994).

Viu-se, por exemplo, uma intervenção que poderia parecer banal – como a instalação de uma torneira pública na Favela – desencadear transformações profundas nas dinâmicas sócio-espaciais locais e, por isso mesmo, decisivas nos rumos seguintes da produção do espaço da Favela do Gonzaga. Se, por um lado, os jogos entre intervenção pública e apropriação popular, neste caso, amplificaram diferenciações internas e conflitos entre os moradores; direcionaram usos e apropriações um tanto perversos do espaço; fortaleceram o caráter ambíguo sob o qual se moldou a espacialidade do bairro (mesclando o público e o privado, o formal e o informal, o regular e o irregular) e estimularam o adensamento e a precarização da ocupação, por outro, desencadearam a criação de novas formas de gerir e rearranjar coletivamente aquele espaço pelo estabelecimento de uma ordem própria, forjada frente às necessidades cotidianas dos moradores.

Em sentido inverso, quando uma ação claramente autoritária - como a remoção parcial da Favela e a realização do mutirão habitacional - impôs-se sobre o processo de produção e apropriação do espaço, que se encontrava cada vez mais consolidado, as relações aí estabelecidas tiveram conseqüências imprevistas pelo poder público, chegando inclusive a minar os objetivos de sua ação. Conforme apresentado anteriormente, a partir de uma intervenção que se pretendia “saneadora”, outras configurações se estruturariam, novos processos de diferenciação interna seriam acionados, as dinâmicas socioespaciais da Favela continuariam ativas, repondo-se e espalhando-se talvez ainda mais, e, principalmente, os moradores começariam a se organizar de uma forma politicamente mais significativa em torno do direito à urbanização, reorientando de forma decisiva os rumos que se pretendiam impor àquele espaço.

Não creio ser necessário retomar, aqui, cada um dos inúmeros movimentos, identificados pela pesquisa, em que tais relações e suas conseqüências se fizeram evidentes, já que ao longo dos capítulos 2 e 3 procurei tecer reflexões atentando para os mesmos. Importa, porém, destacar a inevitável percepção de que toda a espacialidade do ‘Gonzaga’ tem sido moldada por essas tramas variadas de relações que se estabelecem – *não sem tensões* – entre as práticas sócio-espaciais dinâmicas dos moradores e as diversas intervenções do poder público naquele espaço, em movimentos que podem ser de constrangimento, de sobreposição, de deslocamento, de imposição, de ajuste, de distinção, de negociação, de invenção.

A cada história reconstruída neste trabalho, tais relações e seus movimentos se desvelavam, introduzindo nuances e complexidades no caso estudado. Levá-las a sério, a partir da

compreensão dos modos pelos quais elas foram sendo espacializadas ao longo do tempo, significou investigar “como se elaboram as *relações complexas* entre *formas impostas*, mais ou menos constrangedoras e imperativas, e *identidades afirmadas*, mais ou menos desenvolvidas e reprimidas”⁹.

■ Homogeneização imposta, heterogeneidades persistentes: apropriações, deslocamentos e disputas

Buscando compreender o espaço urbano em foco a partir dos cruzamentos, das mediações, dos agenciamentos através dos quais ele se constitui historicamente, a investigação realizada parece sugerir que o processo de produção e apropriação de um espaço como o ‘Gonzaga’ se faz continuamente permeado de *múltiplas tensões e conflitos*, distanciando-se das imagens de passividade e apatia que muitas vezes são lidas nesses contextos. Para além das exclusões e das clivagens, existem negociações, intercâmbios e, fundamentalmente, *disputas* que devem ser consideradas¹⁰ por apontarem para os *sentidos políticos da experiência urbana*¹¹ que também ali se constroem.

Sem pretender escamotear, sob uma abordagem centrada nas *relações* estabelecidas entre práticas do poder público e dos moradores, as *dominações materiais e simbólicas* que permeiam a produção dos espaços urbanos, mas buscando interrogar aquelas análises que encaram tais dominações apenas sob uma perspectiva dicotomizada, a percepção do ‘Gonzaga’ como um *espaço em disputa* assumiu importância fundamental para o estudo aqui empreendido.

Parece-me pertinente supor, nesse sentido, que a força com que determinados modelos, ordens, normativas – aqui representados pelas intervenções públicas promovidas no ‘Gonzaga’ - impõem sentido, tentando reproduzir-se de forma imperiosa e homogeneizadora, não anula, necessariamente, o espaço próprio de sua *recepção*, quase sempre incalculável e imprevisível:

É preciso, ao contrário, postular que existe um *espaço entre a norma e o vivido*, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se *reformulações e deturpações*. (Chartier, 1995:181 – grifos meus)

⁹ Chartier (1995:181 – grifos meus).

¹⁰ Chartier (1995).

¹¹ Arantes (2000).

Apropriação, deslocamento e disputa: foi a partir dessas chaves de leitura que busquei apreender os significados daqueles jogos de mediação espacializados ao longo do tempo no ‘Gonzaga’. São pistas interpretativas que me foram sugeridas¹² por alguns estudos acerca das práticas populares em contextos urbanos, como os desenvolvidos por Arantes (1988), Certeau (1994) e Chartier (1995). Negando abordagens estáticas e homogeneizantes sobre tais práticas, esses estudos as apresentam como sendo “objeto de *lutas sociais* onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação)”¹³ e propõem, para além do enfoque exclusivo sobre as disciplinas, normas e modelos impostos por uma ordem, voltar a atenção aos *usos e apropriações* que deles são feitos.

A distinção entre *estratégias* e *táticas*, proposta por Certeau (1994)¹⁴, parece sintetizar bem tais reflexões, que apontam para a *tensão* que seria inerente às práticas populares e cotidianas¹⁵. Enquanto a estratégia constituiria uma *estabilidade espacial* sobre as circunstâncias temporais, afirmando-se como *poder espacializado*, as táticas seriam *movimentos heterogêneos e imprevisíveis*, em espaços que não lhes são “próprios”¹⁶. Ao afirmar que a tática tem por forma “a própria decisão, ato e maneira de *aproveitar a ocasião*”, o autor nos prepara para a proposição que irá nortear toda a sua análise acerca das práticas cotidianas: a de que elas seriam, em grande parte, do tipo tática, por estruturarem-se sobre *outras lógicas* que não necessariamente aquelas impostas pela ordem dominante e por introduzirem constantemente *deslocamentos* na mesma.

Essa interpretação das práticas cotidianas como táticas, movimentos heterogêneos e imprevisíveis capazes de subverter usos esperados do espaço, deslocando, pela apropriação,

¹² Cf. alguns trabalhos anteriores por mim desenvolvidos: Rosa (2006; 2006a).

¹³ Chartier (1995:185 – grifo meu).

¹⁴ A reflexão de Certeau (1994) sobre as práticas cotidianas centra-se na idéia de *usos*, mais precisamente nas “operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina”. O autor aborda esses usos como *produção, fabricação*, “maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”. Partindo do pressuposto de que essa fabricação é uma criação que se dá disseminada nas malhas de uma ordem, às escondidas, simultaneamente astuciosa e silenciosa, dispersa e ubíqua e, acima de tudo, quase invisível (“são tanto menos visíveis quanto as redes do enquadramento se fazem mais apertadas, ágeis e totalitárias”), ele irá procurá-la nas relações, nas manipulações, nas operações, nos detalhes presentes nas “maneiras de fazer”. É a partir dessa relação de dispersão, silêncio, invisibilidade das práticas cotidianas (usos) dos “sem poder” com a ordem e os poderes dominantes que Certeau irá falar em estratégias e táticas: a estratégia organiza-se pelo postulado de um poder, de um “*lugar próprio*”, associa-se à razão, à ordem e a seus respectivos discursos totalizantes; já à tática, caracterizada pelas *ausências de poder e de lugar*, bem como pela *mobilidade* decorrente de tais ausências, não lhe é possível ser global ou total.

¹⁵ Também Chartier (1995) fará referência a esta “*tensão que articula* as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades com os constrangimentos, as normas e convenções que limitam – mais ou menos poderosamente, segundo sua posição nas relações de dominação – o que lhes é lícito pensar, enunciar, fazer”. (p. 190)

¹⁶ Leite (2002).

significados impostos “estrategicamente” em nome de uma ordem, parece ser bastante pertinente tendo em vista o caso do ‘Gonzaga’, aqui estudado. Nesse sentido, as *disputas pelo espaço*, apresentadas ao longo dos capítulos 2 e 3, podem ser encaradas como produtos de contínuas *negociações de fronteiras* físicas e simbólicas, sejam aquelas estabelecidas entre grupos distintos de moradores, ou entre suas práticas cotidianas e as intervenções públicas, sejam, ainda, entre a própria Favela e a cidade, entre o ilegal e o legal, o informal e o formal na produção do espaço: tais fronteiras, vistas mais de perto no estudo de caso aqui empreendido, já não parecem tão estanques, na medida em que são deslocadas e repostas quase que continuamente naqueles jogos de mediações anteriormente abordados.¹⁷

A idéia, presente em grande parte das representações e dos estudos sobre favelas e periferias, de que estas seriam espaços uniformes e homogêneos parece aliar-se, em grande medida, àquela imperiosa necessidade de demarcação de rígidas fronteiras entre tais espaços e “a cidade”, na tentativa de conter, ao menos conceitual e simbolicamente, as relações extremamente dinâmicas e móveis que as caracterizariam na prática. Entretanto, como o processo histórico estudado permite supor, muitas vezes os dois lados da fronteira se produzem indissociavelmente, entrecruzando-se¹⁸: *heterogêneo desde o início*, quanto mais intervenções se faziam, mais o espaço da Favela se reorganizava, se reproduzia e renovava suas fronteiras (físicas e simbólicas) perante “a cidade”, configurando uma dinâmica que nunca cessa, um movimento que se repõe, sempre reelaborado através de práticas cotidianas e transformado por elementos como a mobilidade de moradores ou a perspectiva intergeracional que, dentre outros, acompanham o processo histórico de produção daquele espaço.

A despeito das inúmeras tentativas de *homogeneização* que a ele se impuseram através de intervenções as mais diversas, viu-se persistirem e reproduzirem-se continuamente, ali, as *diferenças* que realmente existem nas sociedades hierarquizadas¹⁹. A persistência e a renovação de práticas socioespaciais dinâmicas e heterogêneas existentes desde as origens da Favela atravessaram todas as intervenções ali promovidas e, a partir das relações entre elas, fez-se cada vez mais crescente o processo de diferenciação de seu espaço físico e social,

¹⁷ Para Certeau (1994), os limites que definem fronteiras seriam traçados pelos pontos de encontro entre apropriações progressivas e deslocamentos sucessivos, resultando de um “trabalho de distinção a partir de encontros” (p.213).

¹⁸ As formas populares das práticas nunca se desenvolvem num universo separado e específico; sua diferença é sempre constituída através das *mediações* e das *dependências* que as unem aos modelos e às normas dominantes. (Chartier, 1995, p.189, 190 – grifos meus)

¹⁹ Arantes (1988).

tornando-o ainda mais complexo: este, ao não se submeter facilmente a instrumentos de ordenação urbana, vem se configurando, historicamente, como um *espaço em disputa*.

■ Produção e representação do espaço urbano: significados em disputa

Inicialmente, este trabalho partiu do conceito de periferia para interpretar as histórias de produção e apropriação do espaço no 'Gonzaga'. Ao encará-las, porém, ao longo da pesquisa, sob a perspectiva de sua *heterogeneidade*, de sua *constante transformação*, de sua *permanente construção*, de sua *mobilidade intrínseca*, esse conceito mostrou-se insuficiente: como enquadrar nele uma ocupação que se origina em meio a loteamentos periféricos, mas sob condições e dinâmicas um tanto distintas destes, e que emergiria nas representações locais, após sua “descoberta”, caracterizada como “favela”?

De fato, parte da história da constituição daquele espaço, como se viu, aproxima-se muito de outras histórias de favelas Brasil afora. Entretanto, a Favela do Gonzaga seria urbanizada e teria seu *status* oficialmente alterado, tornando-se um “loteamento popular periférico”. Em que pese a tentativa, pelo poder público, de instituição de um marco legal naquele espaço, diversas camadas de irregularidade continuaram a se sobrepor ali, e ele permanece na ilegalidade ainda hoje: estaríamos diante de um “loteamento irregular”? Por outro lado, a urbanização de baixos padrões promovida não alteraria as precárias condições de moradia e de vida ali presentes, freqüentemente associadas a uma favela. Tratar-se-ia, então, de uma “favela urbanizada”?

E o que dizer das inúmeras famílias de trabalhadores que ali residem desde sua origem: seria possível interpretá-lo como um “bairro de trabalhadores”? Ou, considerando as famílias desempregadas e miseráveis que ainda hoje buscam ali abrigo através de ocupações, a presença do tráfico de drogas e da violência, estaríamos diante de uma “favela consolidada”? Mais recentemente, as novas intervenções ali realizadas introduziram serviços e equipamentos públicos, como creche, posto de saúde, centro comunitário: estaria o “bairro” inserido no debate sobre as “periferias consolidadas”?

Tais questões permearam toda a pesquisa, e não foi sua pretensão procurar respondê-las. Entretanto, considereei inevitável ao menos apontá-las aqui, à guisa de conclusão, uma vez que elas trouxeram à tona as dificuldades de enquadramento conceitual que enfrentam os estudos que, como este, pretendem apreender aqueles que seriam os “espaços de moradia dos pobres na cidade” a partir de sua historicidade, do caráter processual e cotidiano de sua produção.

Dificuldades estas oriundas, no caso desta pesquisa, do próprio processo de produção e apropriação do espaço em foco, bem como das variadas representações e identidades mobilizadas, ao longo do tempo, pelos diversos atores envolvidos no processo.

Não pretendo, aqui, aprofundar esse debate, que seria mote para um novo trabalho. No entanto, as reflexões produzidas nesta pesquisa apontam para a perspectiva de que as dificuldades de classificação e conceituação de espaços como o 'Gonzaga' articulam-se com as disputas sociais em torno de suas representações, estabelecidas seja entre os próprios moradores, seja entre as diversas instâncias do poder público, seja entre os demais agentes envolvidos em sua produção (como igrejas, associações etc.), seja, ainda, entre os pesquisadores que os tomam como campos de estudo²⁰.

Nesse contexto de disputas de significados, prevalecem, no senso comum, as figurações de homogeneidade que associam pobreza, ilegalidade e violência e reproduzem representações que tomam "a favela" e "a periferia" como "lugares por excelência da exclusão social". Proliferando-se no imaginário social de forma mais vasta do que no próprio espaço urbano, esses conceitos transformaram-se em uma espécie de "rótulo" – *estigma* – que se associa a determinados espaços, muitas vezes absolutamente descolado de reflexões sobre suas diferentes lógicas de produção, bem como das formas de acesso à cidade que representam efetivamente²¹.

E se os estereótipos se fixam, crescentemente, na idéia de homogeneidade que iguala os diversos espaços de moradia dos pobres na cidade, o contexto de transformações das realidades urbanas nas últimas décadas – como o que se procurou captar e descrever na presente pesquisa - tem amplificado a diferenciação entre esses espaços que, cada vez mais heterogêneos, constituem-se em novos fenômenos urbanos que as categorias, conceitos e

²⁰ Como já mencionado, não cabe aqui aprofundar a discussão acerca das variadas representações em disputa. Conforme dados coletados nos documentos escritos e nos depoimentos, *favela*, *bairro*, *periferia*, *comunidade*, *vila* são alguns dos termos acionados de forma polissêmica e, muitas vezes, ambígua por esses diversos atores, dependendo do contexto e do momento em que se encontram. Pretendo, em trabalho futuro, avançar nessa reflexão. Para algumas abordagens sobre o tema, vejamo-se, por exemplo: Piccolo (2006) e Freire (2005).

²¹ Valladares (2005); Lago (2003). Esse descolamento pode ser verificado, por exemplo, no caso da mudança oficial de nome da *Favela* do Gonzaga para *Jardim* Gonzaga: a despeito das significativas transformações ocorridas naquele espaço desde então e das inúmeras disputas em torno de suas fronteiras físicas e simbólicas, persiste no senso comum a figuração daquele espaço como "favela", bem como a reposição dos estigmas associados a ela.

representações parecem já não conseguir nomear, como fica patente no caso do ‘Gonzaga’, cujas dificuldades de “enquadramento” abrem esta seção do texto²².

Nesse sentido, se as representações sociais sobre os espaços de moradia dos pobres na cidade têm se construído (ou se reeditado) sem levar em consideração as distintas formas como tais espaços se produzem, bem como as variadas tramas sociais que os constituem, a pouca reflexão sobre os mesmos em perspectiva histórica tem acarretado ainda, nos estudos acadêmicos, definições estabelecidas *a priori* e uso indiscriminado de certas categorias e conceitos que, esvaziados de sentido, permanecem, muitas vezes, apenas como repositórios de estigmas e estereótipos. As perspectivas oferecidas pela história urbana, articuladas àquelas da antropologia urbana, podem, ao que parece, oferecer subsídios para que tais conceitos e categorias sejam revistos e, possivelmente, assumam novas significações - sem perder de vista sua genealogia histórica - a partir da construção de parâmetros descritivos que contribuam também para nomear os fenômenos urbanos que se transformam de forma cada vez mais veloz, evitando designá-los genericamente, tipificá-los ou esvaziá-los de seus significados.

■ ■ ■ ■ ■

Esta pesquisa, mais do que comprovar hipóteses, pretendeu trazer algumas questões ao debate sobre a produção do espaço urbano, a partir de reflexões sobre as favelas e periferias. O deslocamento do olhar sobre tais fenômenos urbanos, tanto disciplinarmente – tomando-os pelo enfoque da história urbana, que não tem abordado sua problemática – quanto conceitualmente – procurando afastar-se de designações genéricas elaboradas com base nos modelos metropolitanos – pretendeu mostrar o quanto esse debate permanece pulsante e o quanto ainda há para compreender sobre a espacialidade das favelas e periferias e sobre os variados jogos de mediações que as produzem.

Espero que a pesquisa tenha possibilitado apreender, através dos meandros das histórias da produção e apropriação do espaço do ‘Gonzaga’ nas últimas décadas, as tramas de uma

²² Caberia destacar, também, que esse processo de diferenciação e heterogeneização que vem sendo levado a cabo nas últimas décadas resulta em distinções cada vez maiores entre os ‘lugares dos pobres’ e os ‘lugares dos mais pobres entre os pobres’ na cidade, tornando ainda mais complexas as questões da distribuição socioespacial e da segregação urbana e pondo por terra as dicotomizações que vieram sendo questionadas ao longo deste trabalho.

cidade continuamente em disputa: apesar das clivagens, precariedades e inseguranças que há décadas permeiam as trajetórias que situam vínculos no espaço em questão, produzindo-o cotidianamente, não há como ignorar que novos campos de forças têm sido, de alguma forma, criados, ainda que em dimensões localizadas. De todo modo, parece evidente que, para além das abordagens que encaram favelas e periferias exclusivamente como espaços de passividade política, exclusão social ou violência urbana, há toda uma *dinâmica socioespacial em contínuo movimento, produzindo e disputando a cidade em suas fronteiras* e, portanto, deslocando-as continuamente: desvelá-la, historicizá-la e compreendê-la é tarefa árdua e essencialmente coletiva, com a qual esta pesquisa buscou contribuir.

■ documentação impressa

1. *Atas da Câmara Municipal de São Carlos*

Arquivo Histórico da Fundação Pró-Memória de São Carlos:

Livro nº 16 - Atas das Sessões Ordinárias 1974 - 1975

Livro nº 17 - Atas das Sessões Ordinárias 1976 - 1977

Livro nº 18 - Atas das Sessões Ordinárias 1977 - 1979

Livro nº 19 - Atas das Sessões Ordinárias 1979 - 1981

Livro nº 20 - Atas das Sessões Ordinárias 1981 - 1983

Livro nº 21 - Atas das Sessões Ordinárias 1983 - 1985

Livro nº 22 - Atas das Sessões Ordinárias 1985 - 1987

Livro nº 23 - Atas das Sessões Ordinárias 1987 - 1989

Livro nº 24 - Atas das Sessões Ordinárias 1989 - 1991

Livro nº 25 - Atas das Sessões Ordinárias 1991 - 1993

Arquivo da Câmara Municipal de São Carlos:

Livro de Atas das Sessões Ordinárias – 07 de fevereiro a 27 de junho de 1994

Livro de Atas das Sessões Ordinárias – 01 de agosto de 1994 a 20 de fevereiro de 1995

Livro de Atas das Sessões Ordinárias – 01 de março a 26 de junho de 1995

Livro de Atas das Sessões Ordinárias – 07 de agosto a 11 de dezembro de 1995

Livro de Atas das Sessões Ordinárias – 1996

Livro de Atas das Sessões Ordinárias – 1997

2. *Processos da Câmara Municipal de São Carlos*

Arquivo Histórico da Fundação Pró-Memória de São Carlos:

Processo nº 968/84. Assunto: "Autoriza o Executivo Municipal a construir a Companhia de Desenvolvimento de São Carlos – CODESCAR – e cria o Plano Comunitário de Melhoramentos Urbanos e dá outras providências".

Processo nº 1194/84 – Projeto de Lei nº 169 – Lei nº 9.250/84. Assunto: "Autoriza a Prefeitura Municipal promover a erradicação da "FAVELA DO GONZAGA" desta cidade e dá outras providências."

Processo nº 1244/84 – Requerimento nº 747. Assunto: "Solicitam do sr. Prefeito Municipal, informações com referência ao desfavelamento neste Município."

Processo nº 608/85 – Indicação nº 149. Assunto: “Sugerem ao Sr. Prefeito Municipal, providências no sentido de serem feitos estudos para a criação de companhias mistas de capital da Prefeitura e outros, para a solução dos casos das favelas de nossa cidade”

Processo nº 674/85 – Projeto de Lei nº 91 - Lei nº 9.348/85. Assunto: “Autoriza a constituição da PROGRESSO E HABITAÇÃO DE SÃO CARLOS - PROHAB/SÃO CARLOS”.

Processo nº 22/86 – Projeto de Lei nº 08 – Leis nº 9.448/86 e nº 9.449/86. Assunto: “Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Cia. de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo - CDH. (Implantação do programa de construção de casas populares)” e “Desafeta área de terra e autoriza a doação das mesmas à Cia. de Desenvolvimento Habitacional e dá outras providências”.

Processo nº 1032/86 – Requerimento nº 539. Assunto: “Solicitam do Sr. Prefeito Municipal, informações com referência a PROHAB – São Carlos”

Processo nº 258/87 – Requerimento nº 178 – Assunto: “Solicitam do sr. Prefeito Municipal, informações com referência a construção de casas populares, neste município”.

Processo nº 748/87 – Lei nº 9.823/87. Assunto: “Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com a Secretaria da Habitação, para obtenção de recursos destinados ao programa habitacional (Lei nº 9449/86)”.

Processo nº 25/88 – Projeto de Lei nº 06 – Lei nº 9.920/88. Assunto: “Concede a PROHAB - Progresso e Habitação São Carlos S/A, subvenção no valor de Cz\$ 1.000.000,00 destinada à conclusão da primeira etapa do projeto de desfavelamento da Favela do Gonzaga.”

Processo nº 1420/89 – Requerimento nº 664. Assunto: “Solicitam do sr. Prefeito Municipal, informações com referência à execução dos serviços de urbanização da ‘Favela do Gonzaga’ desta cidade”.

Processo nº 2415/89 – Projeto de Lei nº 287 – Leis nº 10.210/89 e nº 10.244/89. Assunto: “Concede à Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos, subvenção destinada à urbanização da Favela do Gonzaga e dá outras providências”.

Processo nº 503/90 – Projeto de Lei nº 47 – Lei nº 10.292/90. Assunto: “Dá denominação de ‘Jardim do Gonzaga’ ao local conhecido por Favela do Gonzaga”.

Processo nº 1224/90 – Projeto de Lei nº 108 – Lei nº 10.346/90. Assunto: “Desafeta área de terra e autoriza o Poder Executivo alienar, por doação, com encargos, à Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos e dá outras providências”.

Processo nº 65/93 – Requerimento nº 54. Assunto: “Solicitam do sr. Prefeito Municipal, providências visando o envio de cópia de lei municipal que autorizou a cobrança, pela PROHAB, de 10% do salário mínimo, dos proprietários dos imóveis do Jardim Gonzaga”.

Processo nº 69/93 – Requerimento nº 58. Assunto: “Solicitam do sr. Prefeito Municipal, providências visando o fornecimento de esclarecimentos sobre a regularização do loteamento ‘Monte Carlo’, desta cidade”.

3. Leis Municipais

Site da Câmara Municipal de São Carlos (www.camarasaocarlos.sp.gov.br):

Lei nº 9.250/84 – “Autoriza a Prefeitura Municipal promover a erradicação da ‘FAVELA DO GONZAGA’ desta cidade e dá outras providências”.

Lei nº 9.348/85 – “Autoriza a constituição da PROGRESSO E HABITAÇÃO DE SÃO CARLOS ‘PROHAB/SÃO CARLOS’.”

Lei nº 9.448/86 - “Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Cia. de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo - CDH. (Implantação do programa de construção de casas populares)”

Lei nº 9.449/86 - “Desafeta área de terra e autoriza a doação das mesmas à Cia. de Desenvolvimento Habitacional e dá outras providências”

Lei nº 9.823/87 – “Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com a Secretaria da Habitação, para obtenção de recursos destinados ao programa habitacional (Lei nº 9449/86)”.

Lei nº 9.920/88 – “Concede a PROHAB - Progresso e Habitação São Carlos S/A, subvenção no valor de Cz\$ 1.000.000,00 e dá outras providências.”

Lei nº 10.210/89 - “Concede à Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos, subvenção destinada à urbanização da Favela do Gonzaga e dá outras providências”.

Lei nº 10.244/89 – “Dá nova redação ao art. 1º, da Lei 10210, de 14/11/89. (Concede à Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos, subvenção, destinada à urbanização da FAVELA DO GONZAGA).”

Lei nº 10.292/90 – “Dá denominação de ‘JARDIM DO GONZAGA’, ao loteamento conhecido por Favela do Gonzaga.”

Lei nº 10.346/90 – “Desafeta área de terra e autoriza o Poder Executivo alienar, por doação, com encargos, à Sociedade Comunitária da Habitação Popular de São Carlos e dá outras providências.”

4. Jornais

Biblioteca da Câmara Municipal de São Carlos:

A Tribuna, 1975, 1981, 1986

A Folha, 1976, 1979 (janeiro – março), 1981

O Diário, 1981

5. Outros (Relatórios, manuais, materiais de divulgação etc)

Arquivos da associação TEIA – casa de criação:

MANCUSO, Maria Inês Rauter; OLIVEIRA, Elza Andrade. “Diagnóstico sócio-econômico e habitacional em uma área de intervenção em São Carlos. Relatório de Atividades”. Programa Habitar Brasil Bid/Prefeitura Municipal de São Carlos. Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, 2002.

MANUAL DO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID (s/d.). Orientações do Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais (mimeo).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Manual do Programa Habitar Brasil BID. Orientações do Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais*. Brasília, s/d, (mimeo).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Regulamento Operacional do Programa Habitar Brasil Bid*. Brasília, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS (PMSC). “São Carlos está mudando. Você está vendo”. Revista de divulgação da gestão municipal do prefeito “Vadinho de Guzzi”. São Carlos, s/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS (PMSC). “Projeto de Urbanização Integrado – Gonzaga e Monte Carlo”. Volumes 3 e 5. São Carlos, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS (PMSC). *Plano diretor do município de São Carlos. Levantamentos.* (CD-Rom). São Carlos, 2003.

PROHAB. "Ontem: Favela do Gonzaga. Hoje: Jardim Gonzaga". Panfleto de divulgação da urbanização do Jardim Gonzaga. São Carlos, s/d. (mimeo)

TEIA – casa de criação. "Relatório de levantamentos preliminares – Jardim Gonzaga". Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, 2001.

_____. "Relatório geral urbanístico – Jardim Gonzaga e Vila Monte Carlo". Programa Habitar Brasil Bid/Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, 2002.

■ entrevistas

[dona Lourdes] – são-carlense, viúva, 60 anos, funcionária de limpeza urbana da Prefeitura Municipal, afastada por motivos de saúde (aguardava a aposentadoria quando faleceu, poucos meses após a realização da entrevista). Foi uma das primeiras moradoras do 'Gonzaga', tendo vivido cerca de trinta anos no local. Quatro de seus cinco filhos permanecem morando no bairro. Entrevista realizada em 11 de agosto de 2006, em sua própria casa no Jardim Gonzaga.

[Sueli] – nascida em Cardozo (noroeste do estado de São Paulo), 43 anos, casada, migrou ainda criança com a família para São Carlos. Sua família foi, também, uma das primeiras a ocupar o 'Gonzaga', onde ela viveu por mais de quinze anos, tendo se mudado para um bairro bastante próximo do local. Parte de sua família ainda vive no bairro. Entrevista realizada em 7 de agosto de 2006, na sede da Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga, onde é, atualmente, uma das lideranças.

[Doraci] – irmã de Sueli. Entrevista realizada por pesquisador do Projeto Água Quente, da associação Teia – casa de criação, em 2005.

[Diva] – cozinheira, 41 anos, casada. Nascida em Itapura (noroeste do estado de São Paulo), migrou ainda criança com a família para São Carlos. Vive há cerca de vinte e sete anos no 'Gonzaga', tendo passado alguns períodos em São Paulo. Foi uma das principais lideranças da Favela na luta pela urbanização. Entrevistas realizadas em 05 de julho de 2006 e 02 de dezembro de 2006 (a segunda, em conjunto com seu marido), em sua própria casa no Jardim Gonzaga.

[seo José] – funcionário de limpeza da Prefeitura Municipal, afastado. Pai de Diva, vive há cerca de vinte e sete anos no 'Gonzaga', onde vivem também muitos de seus familiares. Foi um dos dois moradores a compor o Conselho da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos, quando da urbanização. Entrevista realizada em 05 de dezembro de 2006, em sua própria casa no Jardim Gonzaga, contando com a participação de sua esposa e de três de suas filhas adolescentes.

[Silmara] – faxineira (encontrava-se desempregada), 30 anos, casada. Migrou adolescente com a família de Jales (noroeste do estado de São Paulo) para São Carlos. Mudou-se para o 'Gonzaga' em 1989, tendo vivido ali até 2005, quando alugou uma casa em um bairro vizinho (Jardim Monte Carlo), em função de problemas familiares. Possui vínculos familiares e de amizade muito fortes no local, sendo ainda uma de suas principais lideranças atuais. Entrevistas realizadas em 20, 23 e 26 de julho de 2006, em sua própria casa no Jardim Gonzaga.

[Dona Dete] – são-carlense, dona de casa, 54 anos, sogra de Silmara. Moradora do 'Gonzaga' há vinte anos, foi uma das que tiveram seus barracos removidos e reconstruídos quando da urbanização. Entrevista conjunta com um de seus filhos e com Silmara, realizada em agosto de 2007, em sua própria casa no Jardim Gonzaga.

[Cláudia] – agente comunitária de saúde, 27 anos, casada. Nascida em Americana (SP), migrou com a família quando ainda era bebê, vindo direto para a então "Favela do Gonzaga". Cresceu no local, onde

viveu cerca de vinte anos. Atualmente mora em casa própria comprada em um bairro vizinho (Jardim Cruzeiro do Sul), mas toda sua família ainda vive no 'Gonzaga', onde ela também trabalha. Entrevista conjunta com Silmara, realizada em 06 de dezembro de 2006, em sua própria casa no Jardim Cruzeiro do Sul.

[Aparecida] – faxineira pela Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga, 50 anos, casada (mãe de Cláudia e irmã de Sueli e Doraci). Vive há cerca de vinte e sete anos no 'Gonzaga', tendo trocado, recentemente, sua casa por outra no mesmo bairro, em função de “problemas de segurança”. Entrevista conjunta com Cláudia, realizada em agosto de 2007, em sua própria casa no Jardim Gonzaga.

[Lídia] – faxineira pela Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga, cerca de 45 anos, solteira. Veio para o 'Gonzaga' quando da primeira ocupação após a urbanização, em 1994. Entrevista realizada em agosto de 2007, em sua própria casa no Jardim Gonzaga.

[Regina Helena Granja] – socióloga, 39 anos, tem um longo histórico de atuação na Favela e depois no Jardim Gonzaga. Integrante de um grupo de jovens da Igreja Católica, iniciou sua atuação no local como “educadora social” por volta de 1987, através do contato com Fátima Piccin, permanecendo até 1991. Em 2002, participou da equipe da UFSCar contratada pela Prefeitura Municipal para desenvolver o diagnóstico social do local para o “Projeto de Urbanização Integrado – Gonzaga e Monte Carlo” (Programa Habitar Brasil Bid). Em 2005, atuou como educadora popular da associação Teia – casa de criação, desenvolvendo oficinas para potenciais lideranças locais. Entrevista realizada em 15 de julho de 2006.

[Fátima Piccin] – assistente social, 41 anos, foi a técnica social contratada pela Prefeitura Municipal para acompanhar o mutirão que desadensou a Favela em 1986 e, posteriormente – de 2001 a 2005 -, foi, consecutivamente, Diretora e Secretária de Cidadania e Assistência Social, tendo estado à frente do “Trabalho Social” do “Projeto de Urbanização Integrado – Gonzaga e Monte Carlo” (Programa Habitar Brasil Bid). Durante o período em que trabalhou no mutirão, articulou outros técnicos sociais que passaram a atuar junto aos moradores da Favela, tendo auxiliado na mobilização que culminou na contra-proposta da urbanização da Favela. Entrevista realizada em 24 de julho de 2006.

[José Bento Carlos Amaral] – em suas próprias palavras, um dos mais antigos políticos vivos de São Carlos. Ex-prefeito municipal, vereador por três legislaturas, foi diretor da PROHAB quando da urbanização e, posteriormente, presidente da empresa. Acompanhou todo o processo da urbanização, tendo sido um dos fundadores e membro do conselho da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de São Carlos. Entrevista realizada em 10 de agosto de 2007.

- ABREU, Maurício de Almeida. "Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro". *Revista Espaço & Debates*, nº 37, NERU, 1994, p.34-46.
- ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. "O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro". Relatório de pesquisa. Diretoria de Pesquisas do IPEA, Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos – NEMESIS, Rio de Janeiro, 1997. (mimeo).
- ARANTES, Antonio A. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARANTES, Pedro. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 2004.
- ÁVILA, Milene Peixoto. *Periferia é periferia em qualquer lugar?* Antenor Garcia: estudo de uma periferia interiorana. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), USFCar, São Carlos, 2006.
- BEGUIN, François. "As maquinarias inglesas do conforto". *Revista Espaço & Debates*, nº 34, NERU, 1991, p.39-54.
- BLANCO Jr., Cid. *A transformação das políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), EESC-USP, São Carlos, 2006.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. "Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho". *Caderno de Estudos e Pesquisas Fupam*. São Paulo: FAU-USP, 1979.
- BONDUKI, Nabil. "Habitação Popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo" in Valladares, Lícia do Prado (org). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. "As sete portas da cidade". *Revista Espaço e Debates*, n.34, NERU, 1991, p.10-15.
- _____(org.). *Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994.
- _____. "Apresentação". In: _____ (org). *Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994a.
- _____(org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS/UNESCO, 2001.
- BURGOS, Marcelo Baumann. "Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- _____. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- _____. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. "Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas". IPPUR, UFRJ, s/d. (mimeo).
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CAVALCANTI, Mariana. "Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela carioca". 31º Encontro Anual da ANPOCS (Anais). Caxambu, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERUTTI, Simona. "Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII". In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. São Paulo: Editora FGV, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. "Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico". *Estudos Históricos*, vol. 8, n.º 16, Rio de Janeiro, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980.
- CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru. Edusc, 1999.
- CHOAY, Françoise. *Urbanismo, Utopia e Realidades*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CORAGGIO, José L. "Pesquisa urbana e projeto popular". *Revista Espaço & Debates*, nº26, NERU, 1989.
- DA MATTA, Roberto. "O ofício do etnólogo ou como ter Anthropological Blues". In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DE DECCA, Edgar. "O estatuto da História". *Revista Espaço e Debates*, n.34, NERU, 1991, p.7-10.
- DENALDI, Rosana. *Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 2003.
- DE PAOLI, Tercia Pilomia. *Favela Código Cidade: o muito falar e o não fazer é suar em vão. Assembléia do Povo - 1980 a 1986*. Tese de Doutorado. IFCH / Unicamp, Campinas, 2000.
- DEVESCOVI, Regina C. Balieiro. *Urbanização e Acumulação. Um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea – UFSCar, 1987.
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.
- DOZENA, Alessandro. *São Carlos e seu 'desenvolvimento': contradições urbanas de um pólo tecnológico*. Dissertação (mestrado em Geografia). FFLCH - USP, São Paulo, 2001.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Ática, 1973.
- _____. "A sociedade vista da periferia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 1, v.1, São Paulo: Anpocs, 1986.
- _____. "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas" in Cardoso, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986a.

- _____. "Movimentos sociais: a construção da cidadania". In: _____. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- ESPAÇO & DEBATES. "Editorial". *Revista Espaço e Debates*, nº 42, NERU, 2001, p.5-6.
- FALKOSKI, Luiz Antonio Nigro. *Metodologia de análise e avaliação do ambiente construído: desenho urbano x infraestrutura*. Dissertação (mestrado em Arquitetura). EESC – USP, São Carlos, 1988.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. "Isolamento, solidão e superfluidade: sobre abismos cotidianos", In: Kofes, Suely. (org.). *Histórias de vida: biografias e trajetórias*. Cadernos do IFCH, Campinas: UNICAMP, 2004. pp.173-196.
- _____. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.
- _____. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH - UNICAMP, Campinas, 2008.
- FERNANDES, Maria Esther (coord.). *A Cidade e seus limites: as contradições do urbano na "Califórnia Brasileira"*. São Paulo: Annablume, FAPESP; Ribeirão Preto: UNAERP, 2004.
- FERREIRA, Maria Inês Caetano. "Encontros e desencontros de moradores da favela no espaço social segregado – um estudo sobre as relações sociais cotidianas nos espaços privatizados". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.7, nº2, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. "Apresentação". In: _____ (coord.). *Entre-vistas: abordagens de usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- _____; _____. "Apresentação". In: _____(orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- FREIRE, Letícia Luna. *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação (mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia - UERJ, Rio de Janeiro, 2005.
- FRÚGOLI Jr., Heitor. "O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia". *Revista de Antropologia*, v.48, n.º1, São Paulo: USP, 2005.
- _____; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Áreas. *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas/EDUSP, 2006.
- GONÇALVES, Rafael Soares. "A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico". *Urbana – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, ano I, nº1, 2006. (disponível em www.ifch.unicamp.br/ciec/revista.php)
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GROSTEIN, Marta Dora. *A cidade clandestina, os ritos e os mitos: o papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano do município de São Paulo 1900-1987*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 1989.
- KOFES, Suely. "Os papéis de Aspern: anotações para um debate". In: _____ (org.). *Histórias de vida: biografias e trajetórias*. Cadernos do IFCH. Campinas, SP: UNICAMP, IFCH, 2004. pp.5-16.
- KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinicius Caldeira (coord.). *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1975.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. "Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1, n.º 3, São Paulo: Cortez, Anpocs, 1987.

_____. "Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente". Espaço & Debates n.º 40, São Paulo: NERU, 1997.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. "Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano". *Novos Estudos Cebrap*, nº63, 2002, p.9-30.

LAGO, Luciana Corrêa do. "Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana". X Encontro Nacional da ANPUR (Anais). Belo Horizonte, 2003.

LEFEBVRE, Henri. "Introdução ao *Pessac de Le Corbusier* de Philippe Boudon". Paris: 1969. (Trad. Jorge Hajime Oseki. São Paulo: mimeo, 2003)

LEITE, Rogerio Proença. "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na MangueTown". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n.º 49, junho 2002, p. 115-134.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

LEVI, Giovanni. "Comportamentos, recursos, processos: antes da 'revolução' do consumo" In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. São Paulo: Editora FGV, 1998.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. São Paulo: Editora FGV, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n.º 49, junho 2002.

MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____. "Autoconstrução, a arquitetura possível". In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979a.

_____. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil". In: ARANTES, Otília et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. "Dimensões da tragédia urbana". *Revista Eletrônica ComCiência*, 2002. (www.comciencia.br)

MARQUES, Eduardo. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. "Infra-estrutura urbana e produção do espaço metropolitano do Rio de Janeiro". *Cadernos IPPUR*, Vol XII, nº2, 1998

MARQUES, Eduardo; BICHIR, Renata. "Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas". *Revista de Sociologia e Política*, n.º 16, Curitiba, 2001.

_____; _____. "Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo" *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU, ano XVII, nº 42, p.9-30, 2001a.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Editora Unesp, 2002.

MATTOS, Rômulo Costa. *A "Aldeia do Mal": o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006 (revisão).

- MAUTNER, Yvone. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. São Paulo: Edusp, 1999.
- NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares". *Projeto História*, nº10, São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PACHECO, Carlos Américo. "Urbanização e alterações na estrutura ocupacional: uma avaliação preliminar das transformações nas cidades médias paulistas entre 1970 e 1980." Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1988. (mimeo)
- PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario (org). *A favela fala*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____; _____. "Poder público e favelas: uma relação delicada". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PANIZZI, Wrana. "Entre cidade e Estado, a propriedade e seus direitos". *Revista Espaço & Debates*, nº26, NERU, 1989.
- PAOLI, Maria Célia; ALMEIDA, Marco Antonio de A. "Memória, Cidadania e Cultura Popular". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, 1996.
- _____; SADER, Eder. "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes". In: CARDOSO, Ruth (org). *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- _____; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva, "Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História*, vol. 3, nº6, 1983, pp.129-149.
- PECHMAN, Robert Moses. "Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular." In: BRESCIANI, Maria Stella M. (org.). *Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994.
- PEREIRA, Margareth da Silva. "As palavras e a cidade: o vocabulário da segregação em São Paulo (1890-1930)". *Revista Espaço e Debates*, n.42, NERU, 2001, p.31-47.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PICCOLO, Fernanda Delvalhas. "A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela". In: FRUGOLI Jr, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas/EDUSP, 2006.
- PRETEICELLE, Edmond; VALLADARES, Lícia do Prado. "Favelas no plural". XXIII Encontro Anual da ANPOCS (Anais), Caxambu, 1999.
- _____; _____. "A desigualdade entre os pobres: favela, favelas". In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- PULHEZ, Magaly Marques. *Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), EESC-USP, São Carlos, 2007.
- _____; ROSA, Thaís Troncon. "O Modelo entre a Alegoria e a Disputa: Reflexões sobre Práticas Participativas em Programas de Urbanização de Favelas". Simpósio Latino-Americano: Cidade e Cultura – Dimensões Contemporâneas (Anais). São Carlos, 2007.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

- REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social" In: _____ (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RIBEIRO, Luís César Queiroz; PECHMAN, Robert Moses. *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____; LAGO, Luciana Corrêa do. "A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro". *São Paulo em Perspectiva*, 15(1), 2001.
- RIZEK, Cibele Saliba. "Por que fazer uma etnografia?". In: Relatório Parcial da Pesquisa Procedimentos inovadores de gestão habitacional para população de baixa renda, São Paulo: FINEP/HABITARE, Usina – centro de trabalhos para o ambiente habitado, 2003, pp. 99-100.
- _____. "Comunidade e violência nas fronteiras da cidade". XXV Reunião Brasileira de Antropologia (Anais), Goiânia, 2006.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.
- ROSA, Thais Troncon. "Produção e apropriação do espaço em periferias urbanas: construindo algumas questões". XXV Reunião Brasileira de Antropologia (Anais), Goiânia, 2006.
- _____. "Cultura Popular: apontamentos sobre um conceito em discussão". Seminário Nacional de História Cultural - ANPUH (Anais), Florianópolis, 2006a.
- ROSSETTO, Rossella. *Organismos internacionais e autoconstrução: análise e reflexões sobre as políticas de habitação para população de baixa renda*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 1993.
- SACHS, Celine. *Políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. "Apresentação". In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SAMPAIO, Maria Ruth; LEMOS, Carlos. *Habitação popular paulistana: autoconstrução*. FAU-USP, 1978.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. "Voltar a pensar em favelas por causa das periferias". Rio de Janeiro, 1975 (mimeo).
- _____. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____; VOGEL, Arno (coords.). *Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985.
- SARAIWA, Camila; MARQUES, Eduardo. "A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo". Seminário sobre estrutura social e segregação espacial – São Paulo, Rio de Janeiro e Paris (Anais), São Paulo, 2004.
- SARTI, Cynthia Andersen. *É sina que a gente traz: ser mulher na periferia urbana*. Dissertação (mestrado), São Paulo: FFLCH – USP, 1985.
- _____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, FFLCH – USP, 1994.
- SATHLER, Douglas; MIRANDA, Vitor F. O. de. "Desconcentração demográfica paulista: novas aglomerações metropolitanas, cidades médias e a emergência dos pequenos municípios". XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP (Anais), Caxambu, 2006.
- SCHWARCZ, Lília K. Moritz. "Entre Amigas: Relações de Boa Vizinhaça". *Dossiê Nova História*, nº 23, 1994, p. 68-75.

- _____. “Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história”. *Novos Estudos - CEBRAP*, nº 72, São Paulo, 2005, p.119-135.
- SILVA, Ana Amélia da. “A luta pelos direitos urbanos: novas representações de cidade e cidadania”. *Revista Espaço & Debates*, nº30, São Paulo: NERU, 1990.
- SILVA, Éder Roberto da. *O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil*. Dissertação (mestrado em Engenharia Urbana). UFSCar, São Carlos, 2003.
- SILVA, Eliane Alves da. *Nas tramas da “cidade ilegal”: atores e conflitos em ocupações de terra urbana*. Dissertação (mestrado). Departamento de Sociologia, FFLCH – USP, São Paulo, 2006.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____; BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- TASCHNER, Suzana Pasternak. “Espaço e população nas favelas de São Paulo”. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (anais), Ouro Preto, 2002.
- TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. “Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade”. Departamento de Sociologia, FFLCH – USP, 2005, (mimeo).
- _____. “Debates: a cidade como questão”. In: _____. CABANES, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- _____. “Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade”. In: _____. CABANES, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006a.
- _____. “Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº62, 2006b, pp.141-143.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo. “Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº4, 2001.
- TORRES, Haroldo da Gama; *et al.* “Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo”. *Estudos Avançados*, nº 17 (47), 2003, p. 97-128.
- TRUZZI, Osvaldo. *Café e Indústria - São Carlos: 1850 - 1950*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea - UFSCar, 1986.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. (org). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. (org). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. “A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44, 2000, p. 5-34.
- _____. *A invenção da favela: do mito de origem à favela .com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ/URBANDATA, 2003.
- VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- _____. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. "O lugar da interdisciplinaridade". In: CAMARGO, Célia *et al.* *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2003. (disponibilizado em <http://www.cpdoc.fgv.br>)
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história/Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- _____. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VOLDMAN, Danièle. "A invenção do depoimento oral". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

■ imagens capítulo 2

- **imagem 2.** Mapa expansão cidade > Fonte: Prefeitura Municipal de São Carlos
- **imagem 3.** Mapa cidade > Fonte: adaptado de Teia – casa de criação
- **imagens 4 e 5.** Vistas aéreas 'Gonzaga' > Fonte: adaptado de Teia – casa de criação
- **imagem 6.** Mapa área ocupada pela Favela > Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de São Carlos
- **imagens 7 a 12.** Fotografias da Favela, 1979 > Fonte: acervo comercial fotógrafo "Alemão"
- **imagens 13 e 14.** Fotografias da Favela, 1979 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin
- **imagem 15.** Fotografia da Favela, início anos 1980 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin
- **imagens 16 a 21.** Fotografias da Favela, meados da década de 1980 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin
- **imagem 22.** Fotografia da Favela, meados da década de 1980 > Fonte: acervo comercial fotógrafo "Alemão"
- **imagem 23.** Fotografia da Favela, meados da década de 1980 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin
- **imagens 24 a 27.** Fotografias da Favela, 1979 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin
- **imagens 13 e 14.** Fotografias da Favela, 1979 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin

■ imagens capítulo 3

- **imagens 28 a 36.** Fotografias do mutirão, 1986-1988 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin
- **imagens 37 a 39.** Fotografias da desmontagem dos barracos, 1988 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin
- **imagem 40.** Fotografia de reunião dos moradores da Favela, 1987/88 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin
- **imagem 41.** Fotografia da Favela, 1989 > Fonte: acervo comercial fotógrafo "Alemão"
- **imagens 42 a 48.** Fotografias da urbanização da Favela, 1989/90 > Fonte: acervo comercial fotógrafo "Alemão"
- **imagens 49 a 51.** Fotografias inauguração da urbanização, 1990 > Fonte: acervo comercial fotógrafo "Alemão"
- **imagem 52.** Panfleto de divulgação da urbanização, 1990 > Fonte: PROHAB
- **imagem 53.** Fotografia da área da mina na Favela, década 1980 > Fonte: acervo pessoal Fátima Piccin
- **imagem 54.** Fotografia do campo de futebol, década 1990 > Fonte: acervo pessoal Sassá (morador 'Gonzaga')
- **imagens 55 a 57.** Fotografias do 'Gonzaga', final anos 1990/início 2000 > Fonte: arquivo Teia – casa de criação (projeto *Retratos do Bairro*, realizado com moradores da região do 'Gonzaga')
- **imagens 57 a 65.** Fotografias do 'Gonzaga', final anos 1990/início 2000 > Fonte: arquivo Teia – casa de criação
- **imagens 65 a 78.** Fotografias do 'Gonzaga', final anos 1990/início 2000 > Fonte: arquivo Teia – casa de criação (projeto *Retratos do Bairro*, realizado com moradores da região do 'Gonzaga')
- **imagens 79 a 81.** Fotografias do 'Gonzaga', final anos 1990/início 2000 > Fonte: arquivo Teia – casa de criação
- **imagens 82 e 83.** Fotografias do 'Gonzaga', final anos 1990/início 2000 > Fonte: arquivo Teia – casa de criação (projeto *Retratos do Bairro*, realizado com moradores da região do 'Gonzaga')